

DIAGNÓSTICO
SOCIOECONÔMICO
DA REGIÃO
CACAUUEIRA



HISTÓRIA
ECONÔMICA
E SOCIAL

volume 8



COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS

338.17374 Garcez, Angelina Nobre Rolim.
G215 História econômica e social da região cacauêira
Iporl Angelina Nobre Rolim Garcez lel Antônio
Fernando Guerreiro de Freitas. Rio de Janeiro,
Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975.
250p. ilust. (Diagnóstico sócio-econômico da
região cacauêira, v. 8)
"Convênio Universidade Católica de Salvador/
CEPLAC"
Inclui bibliografia.

1. Cacau — Aspectos econômicos — Brasil. 2. Cacau —
Aspectos sociais — Brasil. I. CEPLAC. II. Série. III. Título.

SP.
485

IECA
EIO
546

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Vinculada ao Ministério da Agricultura

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS – OEA

IICA - OEA

✓
DIAGNÓSTICO SOCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO CACAUEIRA

Convênio IICA/CEPLAC

VOLUME 8

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO CACAUEIRA

**Ilhéus, Bahia, Brasil
1975**

00003319

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC

Conselho Deliberativo

| | |
|--------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Presidente: | Alysson Paulinelli Ministro da Agricultura |
| Vice-Presidente: | Benedicto Fonseca Moreira Diretor da Carteira de Comércio Exterior Banco do Brasil S.A. |
| Secretário-Geral: | José Haroldo Castro Vieira |
| Representantes: | Ministério da Indústria e do Comércio Carlos Pereira Filho Governo do Estado da Bahia José Guilherme da Motta Governo do Estado do Espírito Santo Emir de Macedo Gomes Banco Central do Brasil Antônio Luiz Merchesini Torres Produtores do Cacau Onaldo Xavier da Oliveira |

Administração da CEPLAC

| | |
|--------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Secretário-Geral: | José Haroldo Castro Vieira |
| Diretor Científico: | Paulo de Tarso Alvim |
| Diretor Administrativo Regional: | Roberto Midlej |
| Coordenador Geral de Programas: | Jorge Raymundo Vieira |
| Diretor do Centro de Pesquisas do Cacau: | Fernando Vello |
| Diretor do Departamento de Extensão: | Manoel Melheiros Tourinho |
| Diretor da Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira: | Altenides Caldeira Moreau |

INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS – OEA

| | |
|------------------------------------------|--------------------------------|
| Diretor Geral: | José Emílio Araújo |
| Diretor Regional para a Zona Sul: | Manuel Rodríguez Zapata |
| Representante no Brasil: | Luis A. Montoya |

COORDENAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

| | |
|----------------|---------------------------------------------------------------------|
| IICA: | Levy Cruz, Sociólogo Rural (Até 30 de setembro de 1974) |
| CEPLAC: | Hermínio Ramos de Souza, Economista (A partir de agosto de 1974) |

I. EQUIPE TÉCNICA

GRUPO DE RECURSOS NATURAIS

Sub-Coordenador: Miguel Roeder

- 1. Cartografia Básica:*
José de Oliveira Leite – Eng^o Agr^o
- 2. Clima:*
Miguel Roeder – Eng^o Agr^o
- 3. Geologia:*
Hélio C. A. Azevedo – Geólogo
Nelson Sá Oliveira – Geólogo
Pedro Barbosa de Deus – Geólogo
- 4. Hidrologia:*
Carlos Armando Rocha Filho – Eng^o Civil
- 5. Solos:*
Antonio Carlos P. Dias – Eng^o Agr^o
Acyr A. Melo – Eng^o Agr^o
Luiz Ferreira da Silva – Eng^o Agr^o
Raimundo Carvalho Filho
- 6. Uso Atual da Terra:*
João Edivaldo Lima dos Santos – Veterinário
José de Oliveira Leite – Eng^o Agr^o
- 7. Vegetação:*
João Baptista Soares Gouvêa – Geógrafo
Máximo Hori – Eng^o Florestal
Terezinha de Jesus Soares Ramos – Eng^o Agr^o
Sérgio Guimarães da Vinha – Eng^o Agr^o
Luiz Alberto Mattos Silva – Tec. Agric.

GRUPO DE SOCIOECONOMIA

Sub-Coordenadores: Hermínio Ramos de Souza – Economista (a partir de agosto de 1974)
Levy Cruz – Sociólogo Rural – IICA (até julho de 1974)

Amauri Ferreira Muniz – Estatístico
Ana Maria Bianchi dos Reis – Socióloga
Décio Farias Novaes – Eng^o Agr^o
Egon Lucas Pereira – Analista de Sistemas (Contratado pelo IICA)
Emilie Almeida Nofal – Economista
Frederico Monteiro Álvares Afonso – Eng^o Agr^o
Gumercindo Martins de Sá Filho – Eng^o Agr^o
Hélio Estrela Barroco – Economista
Heiomar Duarte Ramalho – Sociólogo
Hircio Ismar Santana Ferreira – Eng^o Agr^o
Ivan da Mata Machado – Economista
Luis Alfredo Nunes Raposo – Economista
Luciano Carlos Vital de Mattos – Economista
Manoel Malheiros Tourinho – Eng^o Agr^o
Maria Helena Alencar – Eng^o Agr^o
Orlins Ferreira – Sociólogo
Ruy da Lima Ribeiro – Economista
Salem Rachid Asmar – Sociólogo

II. EQUIPE AUXILIAR

TÉCNICOS AUXILIARES EM CARTOGRAFIA

Estevão de Jesus Neves – Agrimensor
Gilmar Silva – Desenhista
José Resende Mendonça – Técnico em Cartografia

ENTREVISTADORES

Acy Marinho e Souza
Aécio Flávio Alves Marinho
Almerino José dos Santos
Altair Oliveira Santos
Ana Maria Pereira de Alencar
Amaro Paulino dos Santos
Anderson Lima Vieira
Antonio Joaquim Bastos da Silva
Áureo Luiz de Azevedo Brandão
Bernardino Oliveira Penna Júnior
Carlos Alfredo Boa Morte Brugni
Carlos Leonel Bonfim Lima
Clemilda Araújo Santos
Cristofer Santos Pacheco
Dalton Luiz Almeida
Daviel Tunes da Silva
Djalma da Silva Santos
Eduardo Celso Nader Almeida
Eduardo Oliveira Aragão
Eduardo Oscar D'El Rey
Edibaldo Fernandes da Souza
Eliene Veloso Guimarães
Ely Marinho e Souza
Fernando Augusto Correia de Carvalho
Fernando Candido Lindotte Garcia
Geraldo Miguel Cardoso Silva
Gerson Augusto da Silva Filho
Ginalva Xavier de Matos
Helena Santos Mendonça
Hernán Rojas Calvo
Horácio Correia de Menezes
Ione Carneiro Freire
Iranilda da Silva Patrocínio
Ivanise Luz Mendes
Jabs Santos Barreto
Jacira Alves Cardoso
João Carlos Nunes Filho
João Paulo Ribeiro
Joilson Matos Silva
Josevaldo Caldas Gonçalves
José Victor Pessoa
Josélia Amorim Soares
Kleber Antonio Torres de Moraes
Laércio Pinho Lima
Letícia Maria Muniz Cavalcante
Liane Maria Machado Borges
Lídiene Maria Meireles Barbosa
Luiz Martoni Bertolo Caffé
Luiz Henrique de Silveira Halla
Luciano Magno do Nascimento Faria
Magnezi Lopes da Barros
Marcus Vinicius Porto de Souza

Marivaldo Alves dos Santos
Marlise Irene Nascimento Reis
Maria Célia de Menezes
Maria de Lourdes dos Santos
Maria do Socorro Marques de Souza
Marida do Socorro Reis Leite
Maria Geuza de Souza Pontes
Maria Irenilda Oliveira Silva
Maria José Barreto dos Santos
Maria José do Nascimento Brandão
Maria Lúza Aboud
Maria Muniz Cavalcante
Mário Oliveira Nascimento
Milton Santos
Naira Cerqueira Gomes
Nilza São Pedro Soares
Og Robson de Menezes Chagas
Osvaldo Martins dos Santos
Otáildes Maria Oliveira Silva
Paulo Cunha Melo Ramos
Ráilda Andrade Correia
Reinaldo Costa Silva
Sebastião Correa Soares
Selma Maria Marins
Silvano Oliveira Nascimento
Simone Soares Netto
Telma Margarida de Carvalho
Téo Nilo Ferreira de Castro
Vera Lúcia Sales Soares

DATILOGRAFIA

Maria Bernardete de Oliveira Cezar (Secretária)
Maria das Graças dos Santos
Maria Isabel Rodrigues da Silva
Neuza Maria Lemos Santos
Raimunda Maria Silva
Rita Maria Pinto de Souza
Solange Modesto Kruchewsky

APOIO ADMINISTRATIVO

Edir Santos
Manoel Quirino dos Santos
Raimundo Borba
Railton Sales Ribeiro
Veraldo Lopes Diniz

MOTORISTAS

Antonio José dos Santos
Antonio Alberto Oliveira
Aroldo Cardoso França
Augusto Figueiredo
Dalto Pereira da Silva
Daniel Damasceno
Domingos Emanuel da Silva Freire
Gilberto Monti Carvalho

Gilberto da Silva Moura
Helenyton Inglecias de Fonseca
José Augusto Pedreira
José Farias Filho
José Herculano Silva
José Iran dos Santos
José Menezes Filho
Jones Gonçalves de Matos
Liselson Borges de Oliveira
Manoel Mota de Oliveira
Manoel Sá Botelho
Manoel Silva Araújo
Nilton da Conceição Gomes
Ruy Cardoso França
Sansão Alves de Lima
Sebastião Goulart Macedo
Wilson Moraes da Silveira

III. ASSESSORES

Brancolina Ferreira – IPLAN
Gilberto Paez – IICA
José Barrios – IICA
Juan Diaz Bordenave – IICA
Samuel Miragem – IICA

IV. TRABALHOS SOB CONVÊNIO

Estudo do Setor Público: Universidade Federal da Bahia (Departamento de Economia Aplicada).
Geologia Econômica e Recursos Minerais: Universidade de São Paulo.
(Instituto de Geo-ciências)
História Econômica e Social: Universidade Católica de Salvador
Hierarquia Urbana: Universidade Federal da Bahia (Instituto da Geo-ciências)
Relações de Produção: Universidade Federal da Bahia
(Departamento de Economia Aplicada)
Recursos humanos: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
(Departamento de Recursos Humanos)

V. REVISÃO EDITORIAL

Lúcia Thereza Lessa
(Contratada pelo IICA)

VI. CARTOGRAFIA

Obtenção de mosaicos semi-controlados de imagens de radar: Projeto Radam
Planejamento Cartográfico Final: Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.

VII. IMPRESSÃO

Carto-Gráfica Cruzeiro do Sul S.A.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho, denominado "Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira", que abrangeu 89 Municípios e 91.819 quilômetros quadrados, da cognominada GRANDE REGIÃO CACAUEIRA, representa um gigantesco esforço de vários anos, envolvendo centenas de técnicos e instituições colaboradoras, sob o comando da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, do Ministério da Agricultura e do IICA – Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da Organização dos Estados Americanos.

Quando autorizamos a sua elaboração em 1970, estávamos convencidos de que a região sul-baiana iria atravessar, nas décadas vindouras, período de pleno desenvolvimento, mercê, principalmente, das três grandes obras que compõem o tripé ali implantado pelo Governo Federal: a estrada BR-101, o Porto do Malhado, em Ilhéus, e a CEPLAC, constituindo-se esta em uma obra permanente como instrumento de mudança e modelar dos costumes de uma nova era para a região.

O Diagnóstico, em seus vários volumes e mapas, dentro do melhor índice possível de credibilidade, aborda aspectos de recursos naturais, humanos, econômicos e sociais da área.

Certamente, com a publicação deste trabalho, que honra a qualidade e a honestidade profissional do técnico brasileiro, o sul da Bahia, a partir de agora, diferentemente do passado, se alinha como uma das regiões mais estudadas do País, dispondo dos melhores dados e indicadores.

O sul da Bahia, podemos afirmar, em futuro muito próximo, será uma região policultora, com uma pujante pecuária e vários empreendimentos industriais, alargando a sua fronteira econômica e gerando um número cada vez maior de empregos e uma crescente melhoria de vida de sua população.

Aí estão, além do permanente fortalecimento do cacau, a se materializarem as iniciativas já sentidas da diversificação agrícola da área, dos grandes projetos do polo açucareiro e de reflorestamento, das novas indústrias de derivados do cacau, dos frigoríficos e das usinas de aproveitamento do leite, entre outros, planejados inclusive com o uso das informações geradas pelo Diagnóstico antes mesmo da sua publicação oficial.

O Diagnóstico e suas sugestões, que a CEPLAC e o IICA tentarão dinamizar em seguida à sua publicação, buscam indicar novas alternativas, orientar e disciplinar investimentos destinados aos setores público e privado, dando-lhes o suporte que se fizer necessário ao pleno uso das potencialidades da região, pretendendo-se implantar, ainda, um processo de revisão periódica dos seus principais dados, para a permanente atualização do documento.

A CEPLAC e o IICA, nesta oportunidade em que se sentem honrados em oferecer ao País este valioso acervo, agradecem a todas as entidades, técnicos e funcionários, e à própria população da área, sempre receptiva, pela cooperação que lhes foi prestada, sem a qual não seria possível alcançar o objetivo a que se propuseram.



José Haroldo Castro Vieira
Secretário-Geral

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, duas idéias sobre o futuro da sociedade adquiriram novos contornos e, se bem levem a conclusões distintas, constituem fonte de inquietações para todos aqueles que têm alguma responsabilidade na condução da coisa pública. Uma, a mais pessimista, preocupa-se, principalmente, com o extraordinário aumento da população no chamado Terceiro Mundo e com as conseqüências que poderão advir do fato de os recursos naturais estarem muito próximos ao limite do seu aproveitamento. Outra, não tão pessimista, considera que o potencial destes recursos ainda é de magnitude a permitir a alimentação de contingentes consideráveis de pessoas, desde que racionalmente utilizados. Evidentemente, esses dois enfoques levam a concepções distintas do planejamento de economia em geral e da agricultura como parte integrante da mesma; em qualquer hipótese, ressaltam a necessidade de uma ação planejada.

No caso específico dos países em desenvolvimento, entre os quais se situa o Brasil, o conhecimento da realidade econômico-social de sua agricultura adquire importância ainda maior, por diversas razões. Uma destas prende-se ao fato de que grande parte de sua população se dedica às atividades agropecuárias e de que os níveis de renda e, conseqüentemente, o nível de vida desta população são muito inferiores aos da que está ocupada nos outros setores da economia. Por outro lado, não se pode nunca esquecer que, nas condições atuais desses países, a agricultura desempenha papel estratégico para o crescimento de suas economias, no que se refere à transferência de recursos e como fonte de divisas, uma vez que a maior parte das exportações procede desse setor. A prioridade dada a um ou outro desses aspectos, obviamente, depende da orientação da política econômica.

No caso particular do Sudeste da Bahia, o seu desenvolvimento tem sido comandado, basicamente, pelo comportamento de cultura do cacau e da pecuária, acompanhadas de outras atividades de reduzida significação econômica, tais como: a exploração da banana, coco, madeira, dendê, piaçava, mandioca e seringa. Na realidade, o principal motivo que determinou a realização do estudo foi a vulnerabilidade da economia da região, que tem grande parte de sua área extremamente dependente da exportação de um produto primário — o cacau — sujeito às oscilações de seus preços no mercado internacional. Embora inserida num contexto mais amplo, o Estado da Bahia, o nível de atividade na área produtora acompanha de maneira muito próxima o desempenho de seu principal produto. Em outros termos, uma má colheita de cacau ou condições desfavoráveis de seus preços no mercado internacional têm, de imediato, reflexos negativos nos demais setores. Por outro lado, a rigidez da cacauicultura que, nas condições atuais de exploração, apresenta oferta inelástica a uma variação vantajosa de preços, impede que a área aproveite plenamente uma conjuntura favorável.

O estudo abrangeu não só a área produtora de cacau, mas, também, outras circunvizinhas, em face da hipótese levantada no início do trabalho quanto às relações mantidas entre ditas áreas, em termos de fluxos de bens-e-serviços e fatores de produção.

Assim sendo, o Sudeste da Bahia, aqui definido, compreende uma área de 91.819 quilômetros quadrados, distribuídos por 89 municípios e sete micro-regiões homogêneas de FIBGE: Planalto de Conquista, Pastoril de Itapetinga, Tabuleiros de Valença, Encosta do Planalto de Conquista, Cacaueira, Interiorana do Extremo Sul, Litorânea do Extremo Sul e parte de Jequié (10 municípios), com uma população residente de 1.977.410 habitantes em 1970. Esta região está localizada entre a linha da costa e o meridiano de 41°30' da longitude a oeste de Greenwich, e entre os paralelos de 13°00' e 18°15'.

Com o conhecimento prévio que a CEPLAC acumulou em mais de três lustros de atuação de seus técnicos na área, partiu-se para a realização deste diagnóstico, com os seguintes objetivos:

- a) Inventariar a potencialidade de recursos naturais e sócio-econômicos;
- b) Analisar o uso desses recursos;
- c) Identificar os problemas responsáveis pela defasagem existente entre a sua potencialidade e o seu uso, com vistas a permitir o estabelecimento de medidas capazes de reduzir a vulnerabilidade da economia regional e assegurar um ritmo mais intenso e contínuo de desenvolvimento.

Determinados esses objetivos, o trabalho não poderia deixar de transcender os limites da agricultura e, de fato, foi o que aconteceu. Sob essa orientação, foram abordados os seguintes assuntos:

RECURSOS NATURAIS: Solos, Aptidão Agrícola, Uso Atual da Terra, Reconhecimento Climatológico, Hidrologia, Geologia Econômica e Recursos Minerais, Vegetação;

SÓCIO-ECONOMIA: História Econômica e Social, Recursos Humanos (População, Educação, Saúde), Processo Produtivo Agropecuário, Comercialização, Estrutura Agrária, Relações de Produção, Renda e Consumo, Pesca, Indústria, Setor Público, Hierarquia Urbana.

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL

O presente trabalho – História Econômica e Social – apresenta o processo histórico desenvolvido na região no período 1890-1960, com o objetivo de melhor definir a natureza, o significado e a amplitude das mudanças ocorridas, a fim de possibilitar uma ação mais eficaz na implantação de medidas que permitirão modificar a situação atual.

A pesquisa, realizada mediante convênio firmado entre a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC e a Universidade Católica de Salvador – UCS, ficou a cargo de uma equipe de professores de História, inicialmente sob a coordenação da Professora Regina Heloísa Romano Casari e constituída pelos Professores Angelina Nobre Rolim Garcez, Júlio de Freitas Brandão, Antonio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas, José Silva Lessa e Johannes Augel.

A partir de janeiro de 1973 e até dezembro do mesmo ano desligaram-se da equipe os Professores Júlio Brandão, Regina Heloísa Romano Casari, Johannes Augel e José Silva Lessa.

Até dezembro de 1973 o trabalho realizado pela equipe constou de pesquisa de campo na região, em Salvador e no Rio de Janeiro, com levantamento do material informativo e sistematização dos dados coletados, não só nas fontes primárias como nas bibliográficas.

Coube aos Professores Angelina Nobre Rolim Garcez e Antonio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas a responsabilidade total pela redação deste relatório, para o que contaram com a orientação da Historiadora Dra. Kátia de Queiroz Matoso, cuja valiosa colaboração os autores agradecem.

O trabalho estatístico das séries contou com a colaboração da Professora Miriam Tereza Tourinho Machado, Monitora do Departamento de Estatística do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia.



Hermino Ramos de Souza
Coordenador
Diagnóstico Sócio-econômico
da Região Cacaueira

AGRADECIMENTOS

A equipe responsável pelo Projeto Diagnóstico Sócio-econômico da Região Cacaueira agradece todo o apoio recebido, desde a etapa de planejamento à sua execução, à Secretaria Geral e Administração Regional da CEPLAC, nas pessoas dos Srs. José Haroldo Castro Vieira, Dr. Roberto Midlej e Dr. Paulo de Tarsó Alvim, e à Direção do IICA, nas pessoas dos seus Representantes no Brasil, Dr. José Irineu Cabral (até fins de agosto/74) e Dr. Luis A. Montoya (atual).

1. Setores da CEPLAC

- Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC)
- Centro de Processamento de Dados (CPD)
- Departamento de Extensão (DEPEX) - Coordenação e Escritórios Locais.
- Divisão de Comunicação (DICOM)
- Divisão de Manutenção (DIMAN)

2. População entrevistada

- Cacaucultores
- Comerciantes
- Gerentes de Bancos
- Industriais
- Pescadores
- Presidentes de Sindicatos e de Colônias de Pesca
- Produtores Rurais
- Populações urbanas das cidades selecionadas para estudo de renda e consumo.
- Trabalhadores Rurais.

3. Instituições e/ou pessoas que cooperaram mediante cessão de técnicos, fornecimentos de dados e de cadastro, processamento de dados e outros serviços:

- Arleio Barbosa
- Associação Comercial de Ilhéus
- Banco Bamerindus do Brasil S.A.
- Banco Brasileiro de Desconto S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Estado da Bahia S.A.
- Banco Econômico S.A.
- Banco Itaú S.A.
- Banco Nacional S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Banco Real S.A.
- Biblioteca Central de Salvador
- Caixa Econômica Federal
- Chefes de Comunidades religiosas
- Clubes de Serviço
- Coletorias Municipais
- Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral (CBPM)
- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA)
- Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM)
- Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC)
- Cooperativas de Crédito Rural
- Delegacias da Secretaria de Educação
- Delegacias de Terra
- Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
- Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA)
- Empresa de Crédito e Extensão Rural da Bahia (ENCERBA)
- Fundação Instituto de Geografia e Estatística (FIBGE)
- Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (FSESP)
- Grupo de Erradicação da Febre Aftosa da Bahia (GERFAB)

- Ministério da Agricultura – Delegacias, Departamentos e Setores
- Ministério da Marinha – Capitania dos Portos da Bahia, Agências de Ilhéus e Belmonte
- Prefeitos dos Municípios da Região
- Fundação CPE e Departamento de Geografia e Estatística da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
- Sindicatos Rurais
- Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)
- Superintendência de Campanhas de Saúde (SUCAM)

Demais instituições, e pessoas, cujo registro nos escapou, mas que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste Projeto.

VOLUME 8

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO CACAUEIRA

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| ASPECTOS METODOLÓGICOS | 1 |
| PARTE I | |
| <u>O HOMEM E O MEIO</u> | |
| CAPÍTULO 1 | |
| PAISAGEM FÍSICA E HUMANA DO POLÍGONO DO DIAGNÓSTICO, UMA ABORDAGEM HISTÓRICA | 5 |
| 1.1. Caracterização geográfica das denominadas sub áreas A e B formadoras do PD . | 5 |
| 1.2. Posição ocupada pelo PD em relação a outras regiões nacionais, até o início do século XIX | 6 |
| 1.2.1. As atividades econômicas desenvolvidas – a policultura de subsistência | 7 |
| 1.2.2. Comércio | 7 |
| 1.2.3. Transportes/Comunicações | 8 |
| 1.2.4. População/Sociedade | 9 |
| CAPÍTULO 2 | |
| A PROVÍNCIA DA BAHIA E O PD: SÉCULO XIX | 11 |
| 2.1. Situação geral da Província da Bahia durante o século XIX | 11 |
| 2.2. O Polígono do Diagnóstico: suas transformações e início de integração às demais regiões | 12 |
| 2.3. O PD como centro receptor de recursos | 13 |
| CAPÍTULO 3 | |
| CACAU, UM PRODUTO EM DESTAQUE; O ENFOQUE HISTÓRICO | 14 |
| 3.1. O cacau no Brasil, áreas de produção | 14 |
| 3.1.1. O comércio exportador das primeiras regiões produtoras | 14 |
| 3.2. O cacau na Bahia | 15 |
| 3.2.1. O produto em uma região de policultura | 16 |
| 3.2.2. Expansão e tendência para ser a cultura dominante | 17 |
| 3.2.3. Fatores que retardaram o desenvolvimento da cultura do cacau | 17 |
| 3.2.4. Posição oficial face à nova economia | 18 |
| PARTE II | |
| <u>A BASE RURAL</u> | |
| CAPÍTULO 4 | |
| PROPRIEDADES: DA DISPUTA À “DIVISÃO” DAS TERRAS | 23 |
| 4.1. Variação da atividade econômica em função da propriedade | 23 |
| 4.2. Propriedade cacaueira | 24 |
| 4.2.1. Ocupação: O aspecto legal. Os conflitos surgidos | 25 |
| 4.2.2. Expansão da propriedade cacaueira – Comportamento típico e atípico | 26 |
| 4.2.3. Emprego de capitais no processo de expansão | 26 |
| 4.2.4. A dimensão das propriedades como fator de caracterização | 27 |
| CAPÍTULO 5 | |
| PRODUÇÃO: AS ATIVIDADES DO CAMPO | 28 |
| 5.1. Características da produção | 28 |
| 5.2. As oscilações: causas e efeitos | 28 |
| 5.2.1. Oscilações de volume e de tendência | 28 |
| 5.3. Produção e produtividade: as variações locais | 30 |

PARTE III
A BASE URBANA

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| CAPÍTULO 6 | |
| COMERCIALIZAÇÃO DO CACAU: A VARIEDADE DE PARTICIPANTES | 35 |
| 6.1. Os estágios da comercialização | 36 |
| 6.2. O papel do intermediário na comercialização | 36 |
| 6.2.1. Relacionamento entre produtor e intermediário | 36 |
| 6.3. Rentabilidade nos diversos estágios do cacau | 37 |
| 6.3.1. Desconhecimento dos mecanismos de crise por parte dos comerciantes e exportadores | 37 |
| 6.3.2. Expansão das casas exportadoras | 38 |
| 6.4. A atuação do Instituto do Cacau | 38 |
| 6.5. O controle da comercialização | 39 |
| 6.6. O comércio da década 50/60 | 40 |
| 6.7. Os caminhos da exportação | 41 |
| 6.7.1. As oscilações na exportação | 41 |
| 6.7.2. Os países importadores | 42 |
| | |
| CAPÍTULO 7 | |
| INDUSTRIALIZAÇÃO DO CACAU | 43 |
| 7.1. Da crise do comércio à resposta industrial | 43 |
| 7.2. A pequena indústria | 43 |
| 7.3. A situação industrial do PD | 44 |
| 7.3.1. Valença e Maraú, polos pioneiros | 45 |
| 7.3.2. Os municípios do Extremo-Sul | 46 |
| 7.3.3. A micro-região cacauzeira | 46 |
| 7.3.4. Os municípios de Ilhéus e Itabuna | 47 |
| 7.4. Causas da debilidade industrial | 48 |
| | |
| CAPÍTULO 8 | |
| SOCIEDADE | 48 |
| 8.1. As "Micros" do PD do ponto de vista demográfico | 48 |
| 8.2. A distinção campo/cidade | 50 |
| 8.3. A sociedade cacauzeira — uma realidade destacada dentro do PD | 50 |
| 8.3.1. Os conflitos de interesses | 51 |
| 8.3.2. A sociedade urbana da região cacauzeira | 52 |
| 8.3.3. O esvaziamento de região | 53 |
| 8.4. A situação dos grupos indígenas | 55 |
| | |
| CAPÍTULO 9 | |
| MONOCULTURA E DEPENDÊNCIA: UM TEMA EM DEBATE | 55 |
| 9.1. A região monocultora e suas relações externas | 55 |
| 9.2. A monocultura e os contingentes humanos | 56 |
| 9.3. Os demais produtos frente à monocultura | 56 |
| 9.4. A monocultura e a pecuária | 57 |
| 9.5. Análise da diversificação | 58 |
| | |
| CONCLUSÃO | 61 |
| ANEXO 1 TABELAS | 63 |
| ANEXO 2 QUADROS | 83 |
| ANEXO 3 GRÁFICOS | 95 |
| BIBLIOGRAFIA CITADA | 131 |
| BIBLIOGRAFIA CONSULTADA | 135 |
| FONTES CONSULTADAS | 145 |
| FONTES DOCUMENTAIS | 147 |

VOLUME 8

HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL DA REGIÃO CACAUEIRA

Convênio Universidade Católica de Salvador/CEPLAC

Angelina Nobre Rolim Garcez

Antônio Fernando Guerreiro de Freitas

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A Região Cacaueira¹ vem assumindo historicamente um papel importante na vida econômica da Bahia, com sua economia ganhando as funções de principal multiplicador de rendas do Estado, em substituição ao Recôncavo, cuja economia açucareira desempenhara secularmente tais funções.

A lavoura cacaueira, instalando-se na Bahia como nova opção econômica, vem conferindo à região onde ocorreu predominantemente o seu desenvolvimento, características históricas, específicas e originais, conformando à sua feição uma estrutura sócio-econômica cuja dinâmica transpõe os limites de sua área de ocorrência maior. Assim é que a conceituação de Região Cacaueira não se refere apenas aos municípios onde a cacauicultura predomina, mas engloba outros municípios "circunvizinhos, que têm a vida econômica vinculada à área da Cacauicultura, ainda que seu plantio não chegue a ocupar posição de destaque na vida da municipalidade". (Fundagro 1966:51). (25)²

Tendo-se presente a importância da economia cacaueira como fator mais dinâmico dessa realidade, procurou-se identificar e compreender a conformação regional em função desse fenômeno e, ainda, do paralelismo que aquela economia estabelece com as atividades afins determinantes do processo de integração das respectivas áreas à região, e desta ao sistema econômico do Estado.

O estudo de tão complexa realidade depa-rou-se, de imediato, com a amplitude do tema. Tal riqueza de aspectos, se por um lado é campo fecundo para os estudos históricos, por outro lado implica na necessidade de dedicação ilimitada ao seu trato, não se conformando com prazos. Acresce que tal trabalho visou não uma abordagem setorial da realidade, mas um estudo global dessa mesma realidade nos seus múltiplos aspectos.

Mesmo pretendendo ater-se, predominantemente, a determinados ângulos, um estudo histórico não pode eleger, aprioristicamente, aspectos de uma situação a ser estudada, em detrimento de outros, considerados irrelevantes. A importância de cada fator ou evidência de uma realidade só pode ser medida pelo estudo dessas parcelas em si e na sua significação no contexto geral. Com isso, a abordagem histórica praticamente rejeita limites, ou pelo menos não os aceita antecipados. A adoção de critérios seletivos quanto a "o que é importante" no contexto de uma realidade é um momento interior no trabalho historiográfico e nunca anterior a este. Só através do seu estudo, da análise das suas implicações, pode-se perceber a dimensão dos eventos históricos.

Com essas considerações, define-se a orientação metodológica necessária para a realização da Pesquisa. À primeira etapa de levantamento dos dados seguiu-se a sistematização e a crítica do material obtido, visando a identificação e posterior

suprimento das lacunas existentes, o que foi feito mediante coleta suplementar.

Procedida à avaliação do material colhido, ficou constatado, primeiro: a complexidade do objeto em estudo face às múltiplas questões que se foram delineando; segundo: a insuficiência das informações, que, se por um lado permitiu a formulação das questões, por outro lado não bastavam para respondê-las. Assim, na etapa de redação do relatório, algumas questões ficaram conscientemente pendentes ou com tentativas de respostas formuladas ao nível de hipóteses.

Dentro ainda do que diz respeito a fontes, um aspecto que exigiu procedimentos metodológicos cautelosos refere-se às divergências dos dados informativos nas várias fontes. Quanto ao material elaborado (bibliografia) e também às fontes documentais, a discrepância das informações invalidou a muitas delas e a utilização de outras só se fez possível mediante um trabalho de crítica, confrontação e busca de novos dados que permitisse estabelecer uma constante lógica, e, nos casos extremos de discordância, pela aplicação de cautelosos critérios de opção. Esse problema agravou-se ainda mais quando da utilização de publicações oficiais (Fallas,³ Mensagens, de âmbito provincial, estadual e municipal) cujo cunho político frequentemente induzia à construção de uma imagem que atendesse aos diversos interesses em jogo, imagem essa que seus sucessores, via de regra, se incumbiam de contestar, construindo por sua vez nova imagem igualmente distorcida. O mesmo ocorre quando o trabalho cristaliza orgulhos ou revoltas regionalistas, levando a paixão e a flagrantes distorções da verdade.

Um outro aspecto que deve ser abordado refere-se à sistemática destruição que vêm sofrendo as fontes documentais, principalmente nos municípios da Região, com a queima de Cartórios, Prefeituras, Delegacias de Terras, etc. implicando em desaparecimento de arquivos valiosos para o estudo da história regional. Em outros casos, onde esse material ainda pode ser encontrado, o é nas piores condições possíveis, jogado em porões úmidos, sem nenhum cuidado para sua preservação. Dessa forma, uma rica e insubstituível documentação, praticamente inédita, acha-se em vias de desaparecimento.

Na qualidade de historiadores, cumpre aos autores do presente estudo alertar os órgãos competentes para que sejam tomadas providências no sentido de proteger a documentação ainda existente, e que desaparecerá fatalmente se persistirem as condições atuais. E com isso, estarão obstadas, para o futuro, todas as possibilidades de realização de estudos históricos sobre a região.

Se, por um lado, a necessidade de procedimentos metodológicos cuidadosos se apresentou

1 A Região Cacaueira engloba 89 municípios distribuídos em 7 micro-regiões da Bahia.

2 Ver relação de obras citadas n.º 25

3 Fallas — Discursos oficiais dos Presidentes da Província — Ver relação de obras citadas.

na coleta do material qualitativo, maior ainda foi sua exigência no trato com os dados numéricos. O levantamento dos dados estatísticos foi extremamente exaustivo e demandou um correspondente rigor técnico, visto que as séries necessárias à realização do presente estudo não existiam¹ e tiveram que ser construídas.

Houve, assim, dificuldades para se conseguir fontes coincidentes que permitissem a construção de seriados lógicos, livres de distorções. E, também aí, constataram-se informações tendenciosas, que cumpria a todo custo evitar.²

As técnicas de levantamento e análise do material informativo obedeceram a severos critérios metodológicos, sendo que a parte referente às séries estatísticas, após coleta e análise dos dados e construção das tabelas, foi submetida a tratamento estatístico especializado no Departamento de Estatística do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia.

O estudo estatístico das séries existentes, por sua vez, adotou procedimentos metodológicos assim descritos pelo técnico responsável:

"Partiu-se, inicialmente, para a uniformização de certos elementos, como os anos de início e final das séries. Obedecendo-se a esse critério, foram eliminados dados de algumas séries anteriores a 1901 e do ano de 1960. As séries de cabotagem e exportação — longo curso — pelo Porto de Ilhéus, entretanto, fogem a esta uniformização, pois quanto à primeira, só a partir de 1921 foram obtidos dados, enquanto a segunda começa em 1926, pois apenas nesse ano tem início efetivamente a exportação daquele porto.

Quanto aos dados de valor, o procedimento mais adequado seria o deflacionamento de todo o período para encontrar uma uniformidade de padrão visando uma análise mais objetiva. Tal procedimento, entretanto, não foi possível, em decorrência da falta de índices convenientes, só tendo sido encontrados indicadores satisfatórios a partir de 1944. Sendo assim, chama-se a atenção para as análises baseadas nas séries de valores, justamente por não terem sido eliminadas do fenômeno, variáveis externas, como a inflação e a conseqüente variação na moeda brasileira.

Para os ajustamentos, foram adotados dois procedimentos: utilização dos processos gráficos e dos mínimos quadrados. O primeiro foi aplicado nas séries cujos dados não apresentaram tendência a ser ajustada a alguma função matemática. As

séries que apresentaram tendências diferentes no período, tiveram este subdividido e os ajustamentos foram feitos para cada sub-período como, por exemplo, a série de produção de cacau da Bahia, cuja sub-divisão ocorreu entre os anos de 1901 a 1945 e de 1946 a 1959.

Não foi possível um estudo estatístico mais profundo, trabalhando-se mais os dados originais existentes e os já calculados, devido a variáveis como o tempo e a quantidade de dados que precisariam ser processados, levando-se em conta o tamanho das séries sem o auxílio do computador".

Os pressupostos teóricos que regeram a elaboração do Relatório final da Pesquisa definiram-se em função de própria natureza do objeto estudado. Obviamente, a primeira preocupação metodológica neste nível consistiu no ajustamento dos procedimentos com vistas a relevar os aspectos prioritários. Estes foram escolhidos através do estudo dos dados informativos e a partir de um critério optativo relevante ao contexto geral. Tais procedimentos, atendiam ainda às circunstâncias já mencionadas do prazo e à possibilidade das fontes disponíveis, implicando em opções cuja natureza procurou, ao máximo, preservar o caráter abrangente do estudo.

O passo metodológico seguinte constou do estudo analítico desses aspectos, em si e nas suas interrelações, dentro de uma perspectiva histórica, que permitisse identificar as transformações ocorridas no período. Essa medida orientou a divisão do trabalho em capítulos, que abordam especificamente os vários temas.

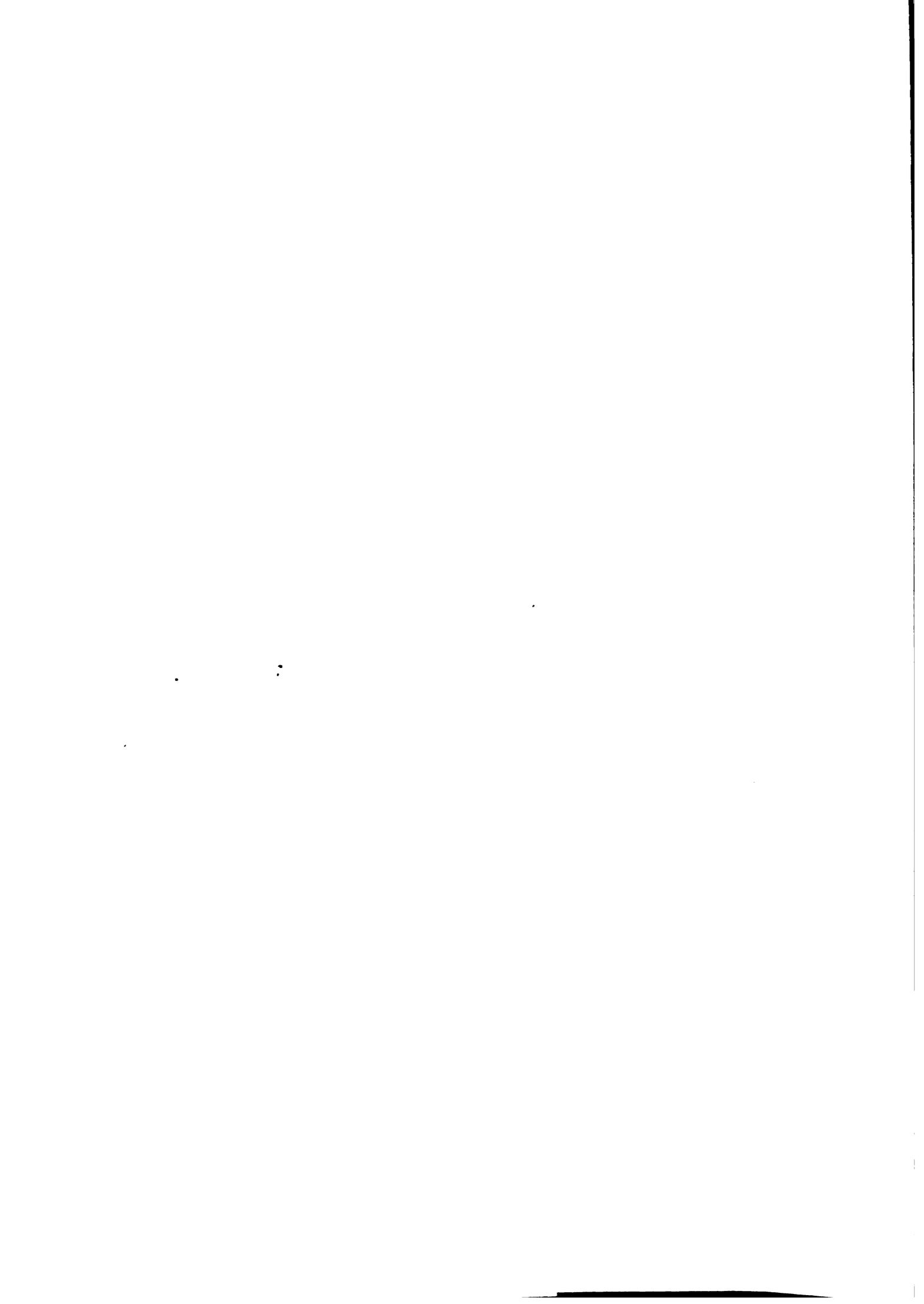
Considerando-se porém, que a dinâmica do processo histórico de uma realidade não ocorre ao nível dos seus elementos componentes (e nem mesmo nas transformações ocorridas historicamente nessa realidade), mas, sim, ao nível das interrelações, o estudo buscou identificar e analisar com maior amplitude a realidade assim considerada, a síntese dos seus fatores, recusando permanecer no simples balanço narrativo de suas múltiplidades.

Essa atitude metodológica remeteu as preocupações, prioritariamente, à análise das condições internas e externas que determinaram as mudanças das estruturas primitivas, conformando-as em novas realidades ao longo do período em estudo.

1. A única exceção é a série de Produção fornecida pela CONCAUBA.

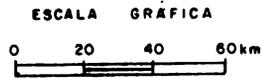
2. É o caso por exemplo, entre inúmeros outros, das exportações do cacau pelo Porto da Ilhéus, que os interesses ou ufanismos regionalistas procuravam freqüentemente fazer parecer mais volumosas para conferir maior importância ao referido Porto.

PARTE I — O HOMEM E



DIVISÃO POLÍTICA MUNICIPAL

1972

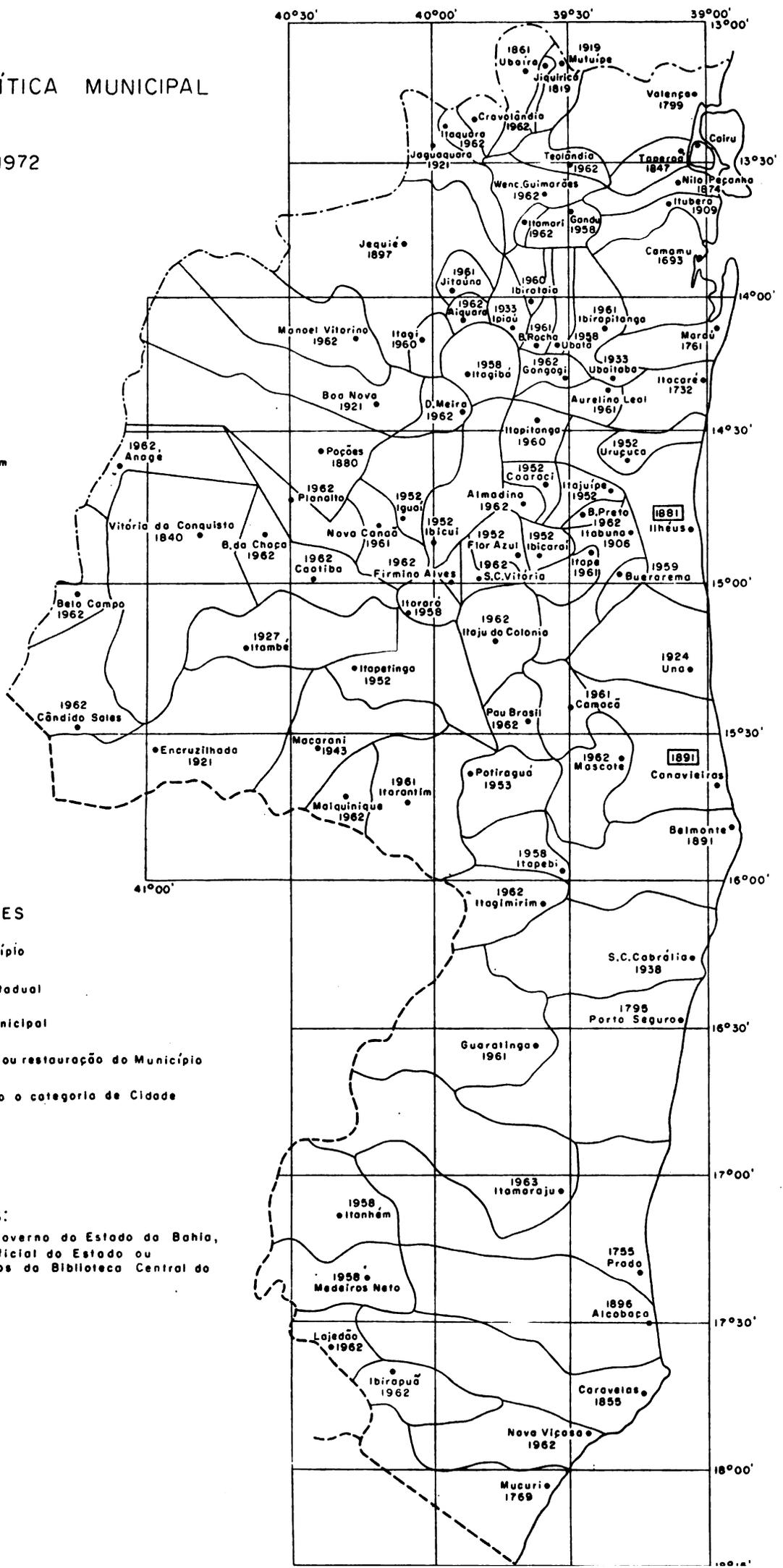


CONVENÇÕES

- Sede de Município
- Limite Interestadual
- Limite Intermunicipal
- 1962 Ano de criação, ou restauração do Município
- [1891] Ano de elevação o categoria de Cidade

ELEMENTOS BÁSICOS:

Leis Sancionadas pelo Governo do Estado da Bahia, publicadas no Diário Oficial do Estado ou encontradas em arquivos da Biblioteca Central do Estado, em Salvador.



Capítulo 1

PAISAGEM FÍSICA E HUMANA DO POLÍGONO DO DIAGNÓSTICO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

A necessidade de analisar a dinâmica social do chamado Polígono do Diagnóstico (PD), no tempo limitado entre os anos de 1890 – 1960, requer o conhecimento, em linhas gerais, da situação anterior dessa área pois, só assim, pode-se constatar a natureza, o significado e a amplitude das mudanças ocorridas.

Por outro lado, admitindo-se que a História se desenvolve no tempo e no espaço, torna-se indispensável um esquema de referências geográficas, não só para localizar melhor os fenômenos e os desenvolvimentos, mas também, para facilitar a própria compreensão e a interpretação destes fatos, uma vez que o fator geográfico desempenha um papel importante e, muitas vezes, essencial para o conjunto histórico como, por exemplo, no caso das condições climáticas e ecológicas necessárias para o cultivo do cacau.

Considerando, porém:

a) – a extensão de um espaço geográfico que se estende desde o Recôncavo até o Estado do Espírito Santo, no sentido Norte-Sul e do Planalto da Conquista ao Litoral Atlântico, no sentido Oeste-Leste, totalizando 91.819 km², abrangendo 89 municípios, pertencentes a sete diferentes micro regiões;¹

b) – o grau de complexidade de tal abordagem, que é fornecido pelos diferentes microclimas, regimes de chuvas, solos, relevo, etc., que se diferenciam significativamente nas micro-regiões que compreende o diagnóstico;

c) – os estudos específicos e extensivos já elaborados pela CEPLAC, que tocam com propriedade e em profundidade o tema; e

d) – a natureza deste relatório, que implica num maior aprofundamento da temática histórica em relação à geográfica.

Considerando estes fatores, a primeira parte, que se caracteriza por uma introdução, objetiva a apresentação do espaço físico. Neste se desenvolveram, desde a época do descobrimento, as atividades sócio-econômicas da população desta área do atual Estado da Bahia. Este contingente huma-

no agiu “fabricando a sua paisagem, introduzindo novos fatores de equilíbrio e modificando de tal sorte a sua arrumação e hierarquia, que o sistema de interrelações se torna outro, desrespeitados, quase sempre, os antigos e ideais limites das regiões naturais. São as regiões humanas ou geográficas que surgem”. (Santos 1953:46-47). (46)

Como se pode notar, a configuração presente do PD é produto de uma série de processos modificadores, que se sucederam no decorrer de quase cinco séculos, a partir da chegada do europeu branco, descobridor e colonizador de novas terras, pois a presença dos ameríndios é sabidamente anterior, embora permanente nos séculos seguintes.

1.1. Caracterização geográfica das denominadas sub-áreas A e B, formadoras do PD.

Pode-se admitir que o PD, historicamente, compreendeu, por largo período, (séculos XVII, XVIII e XIX) duas realidades distintas, situadas em duas sub-áreas:

a) Faixa litorânea², formada por terrenos de aluvião quaternário, onde se encontrava uma série de pequenas vilas, cujos habitantes trabalhavam na pesca ou na exploração de recursos naturais característicos dessa região. Essa atividade tornar-se-á diversificada na medida em que esses mesmos moradores, utilizando-se dos cursos fluviais³, começam a penetrar o interior e dão início a diferentes cultivos de subsistência nas margens dos referidos cursos.

Segue a essa faixa costeira a dos tabuleiros do litoral, terreno terciário constituído por arenitos. São solos muito pobres e ácidos, silicosos, porosos, onde se desenvolvia a economia extrativa vegetal, sobressaindo-se a piaçava.

No decorrer do século XVIII, tem início o aproveitamento do ecossistema de floresta alta e densa⁴ (Silva 1970:15), (50), que se beneficia de uma precipitação bastante elevada.

1 Segundo números e nomes atribuídos pela Fundação IBGE, fazem parte do PD, as MRs 145 – Planalto da Conquista, 146 – Pastoral de Itapetinga, 152 – Tabuleiros de Valença, 153 – Encosta do Planalto da Conquista, 154 – Cacaueira, 155 – Interiorana do Extremo-Sul, 156 – Litorânea do Extremo-Sul e parte da 144 – Jequié, atingindo 10 dos 23 municípios que a compõem.

2 A costa atlântica do sul da Bahia é predominantemente baixa, caracterizando-se pela presença de extensas restingas, isoladas ou solidadas umas às outras e ao continente, dando origem a largas planícies. (Azevedo 1964:289)(6). Ajuda na caracterização da costa baiana, as desembocaduras de cursos fluviais (Pardo, Contas, Jequitinhonha, Mucuri, etc.) e as presenças de várias bafes: Camamu, Ilhéus, Santa Cruz, Porto Seguro, etc.

3 Os cursos d'água brasileiros estão divididos em oito bacias. Os rios do PD fazem parte da denominada Bacia do Leste, que abrange os rios Itapicuru, Paraguaçu, Jequiriçá, Contas, Cachoeira, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, Doce e Paraíba do Sul, num total de 569.845 km² com um percurso navegável de 2.253 Km. (Azevedo 1964: 542-543)(6). São considerados rios de regime equatorial, classificação que engloba vários rios costeiros, situados entre 12 e 18 graus de latitude sul. Os solos dos vales dos cursos d'água que nascem mais para o interior (Jequitinhonha, por exemplo), de regime mais tropical, (Ibid:554) são solos dos vales dos rios litorâneos (nascidos entre 15 e 40 km da costa), de natureza turfosa, ricos em nitrogênio, mas pobres em fósforo, potássio e cal. (Foury 1972:21). (24)

4 Ver volume “Vegetação” do Diagnóstico Sócio-Econômico.

Essa penetração, além de ter ocasionado o aproveitamento de excelentes terras no cultivo de diferentes gêneros de subsistência, acarretou também intensa atividade extrativa das madeiras de lei, abundantes nesse ecossistema. Justamente essa área apresentará, posteriormente, as maiores densidades de cultivo do cacau, o qual teve aí condições excelentes para se desenvolver.

O que é interessante notar, entretanto, é que até o século XIX, essa atividade mais interiorizada, desenvolvida pelos litorâneos, qual seja, a exploração do ecossistema da referida floresta, não foi capaz de gerar nenhum aglomerado humano de importância. O mesmo sucede para o ecossistema seguinte, de menor precipitação pluviométrica¹, o qual corresponderia atualmente à área de associação da atividade pecuária e do cacau, caracterizando as áreas mistas ou de transição. Impõe também essa situação o aparecimento numa área de transição de uma fina camada de aluvião, modificando a espessura do solo, criando dificuldades à cacauicultura.

A situação da sub área A, assim, caracteriza-se por um vínculo estreito e definitivo com o litoral, diferenciando-a da realidade seguinte:

b) Sub área B, marcada por escassos aglomerados humanos, no território correspondente às atuais MRs 144 (Jequié), 145 (Planalto de Conquista), 146 (Pastoril de Itapetinga), 153 (Encosta do Planalto da Conquista, em parte). O mais importante núcleo de povoamento, ao se iniciar o século XIX, era o Arraial de Conquista, seguido do de Poções. No mais, as formações existentes se assemelharam a grandes fazendas, como a do Cap. Ferreira Campos (Barra da Vereda, nas margens do Rio Pardo), as das famílias do Cel. João Gonçalves da Costa e do Capitão-Mor Antonio Dias de Miranda, e outras, que tinham na criação de gado sua principal atividade, e também a quartéis que serviam para proteger os escassos viajantes dos indígenas (Maximiliano 1940:227) (37). Desses, o mais importante, o quartel Geral do Vale, nos limites com a Capitania de Minas Gerais, tinha apenas um "furiel" (suboficial) e dois soldados (Ibid:389) (37), cujo objetivo era fiscalizar o comércio entre as duas capitanias.

A sub área B apresenta, também, diferenças climáticas, geomorfológicas e pedológicas², que no todo proporcionam condições ecológicas que variam das úmidas até as secas.

Os climas³ quentes e úmidos, com chuvas abundantes, diferenciados pela estação seca, que ocorrem nas MRs 152 (Tabuleiros de Valença), 154 (Cacauera), 155 (Interiorana do Extremo-Sul) e 156 (Litorânea do Extremo-Sul), vão aos poucos, no sentido Oeste, cedendo lugar a um clima de tipo quente e úmido, com estação seca no inverno, comum a extensas áreas das MRs 145 (Planalto de Conquista), 144 (Jequié), 146 (Pastoril de Itape-

tinga) e parte da 153 (Encosta do Planalto de Conquista). Note-se, porém, que no limite ocidental do Polígono do Diagnóstico (município de Manoel Vitorino), ocorre o clima seco, semiárido, cuja precipitação é inferior a 750 mm anuais⁴.

O ecossistema da floresta ampla e densa aparecerá raramente nas MRs 144 – Jequié (Vale do Jequiriçá) e 155 – Encosta do Planalto da Conquista (zona atualmente de transição entre o cacau e a pecuária). O ecossistema de menor precipitação pluviométrica, por sua vez, situa-se na região pecuarista mais dinâmica do Estado (MR – 146 – Pastoril de Itapetinga), e em áreas dos atuais municípios de Itagi, Jaguaquara, Itaquara, Cravolândia e Ubaíra. (Silva 1970:64 e 82) (50).

1.2. Posição ocupada pelo Polígono do Diagnóstico em relação a outras regiões nacionais, até o início do século XIX

Após o descobrimento, a exploração do pau brasil (1500-1550, mais ou menos), funcionou como a primeira atividade econômica do Polígono do Diagnóstico, com a extração quase que resumida à faixa litorânea.

A possibilidade de colonização não parece ter sido então uma alternativa viável a essa região. Introduzida a cana de açúcar, as condições favoráveis, principalmente no que se refere a mercado, para desenvolvimento da economia açucareira, voltaram os interesses da colônia para a região especializada nessa produção, a zona da mata das Capitanias de Pernambuco e Bahia.

No Sul da Bahia, as tentativas de cultivar a cana de açúcar não deram o resultado esperado, quer na faixa litorânea úmida (+1.000 mm de chuva), com largura de 100 km a partir da costa, quer na faixa muito úmida (+1.500 mm de chuva), que a segue, de largura não superior a 50 km, ambas atingindo parte das Capitanias de Ilhéus (do rio Jequiriçá ao Jequitinhonha) e de Porto Seguro (do Jequitinhonha ao São Mateus).

Essas iniciativas, partidas dos homens ricos de Lisboa, que mandaram fabricar engenhos na Capitania de Ilhéus, ou de Lucas Girdes, comprador da Capitania de Jorge Figueredo Correia, que chegou a ter oito engenhos (Casal II 1947:96) (15) esbarraram, segundo o mesmo autor, no ataque dos Aimorés e desde então "tudo andou pra trás". (Ibid:97). (15).

Na Capitania de Porto Seguro, onde se construíram vários engenhos, e a vila do mesmo nome chegou a ser "considerável e florescente", o ataque dos mesmos aimorés fez com que, em 1587, existisse apenas um engenho e poucos moradores. (Ibid: 70-72). (15) A partir do fracasso das tentativas de implantação da cana de açúcar nas Capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, convém discutir as

1 Ver volume "VEGETAÇÃO" do Diagnóstico Sócio-Econômico

2 Relativas ao solo

3 Ver volume "RECONHECIMENTO CLIMATOLÓGICO" do Diagnóstico Sócio-Econômico

⁴ Polígono das secas coincide mais ou menos com a isoieta de 1.000 mm.

opções que se apresentaram, as atividades econômicas desenvolvidas, a área ocupada e os aglomerados existentes nas Capitânicas citadas.

A especialização da Colônia como fornecedora de gêneros tropicais de grande demanda na Europa acarretou o surgimento de áreas especializadas no cultivo dos produtos procurados, principalmente o açúcar. A não caracterização do PD como área açucareira implicou, logicamente, na não integração dessa região ao sistema produtivo colonial, fornecedor de matérias primas.

Por outro lado, os engenhos e canaviais não deixaram de existir totalmente na região. A cana de açúcar foi aí cultivada, só que em áreas reduzidas e os engenhos, em sua maioria, jamais atingiram o número e as dimensões dos existentes no Recôncavo. Os mais comuns, encontrados no início do século XIX, são os denominados "engenhocas", produtores de "melado" e aguardente. (Maximiliano 1940:326). (37).

A exceção é o Engenho Santa Maria, de propriedade de Felisberto Caldeira, próximo à Vila de São Jorge dos Ilhéus, cuja produção de açúcar foi calculada em torno de 9 a 10.000 arrobas (Martius 1916:107). (36).

o ciclo do ouro, que sucedeu ao do açúcar, pouco acrescentou ao PD em termos de integração, ou mesmo de ocupação de sua área, a qual também, não se constituiu em criadora e fornecedora de animais de tração às minas. Convém lembrar que a circulação do gado em Jequié e no Planalto de Conquista ocorre paralelamente à exploração das minas, dando origem aos currais.

Do século XVI ao XVIII, portanto, o PD será ocupado precariamente na sua faixa litorânea, ou seja, no denominado ecossistema do litoral (Silva 1970:13) (50), abrangendo a vegetação da praia, a dos cordões arenosos das baixadas litorâneas e o manguezal.

Economicamente, esse ecossistema revela um pequeno potencial, destacando-se a exploração da piaçava, uma atividade constante dos indígenas e brancos, os quais fizeram largo uso tanto da fibra, como dos cocos.

No litoral localizavam-se quase todos os aglomerados humanos¹ (vide anexo quadros 1 e 2), e a única exceção parece ter sido, no século XIX, o Arraial de Conquista (Maximiliano 1940:409) (37), "quase tão importante como qualquer vila do litoral".

Admite-se, contudo, que a exceção se estabelece a partir de fatores alheios à penetração e à ocupação, isto é, a partir das necessidades do homem do litoral. O Arraial de Conquista é mais um produto da circulação do gado bovino, cuja corrente originava-se, em geral, nas margens do rio São Francisco e destinava-se ao litoral, atingindo-o

não no Sul da Bahia, mas já no Recôncavo, via Areia (atual Ubaíra), chegando depois a Nazaré. A tentativa de partir de Ilhéus, abrindo caminho até o rio Pardo e daí para Minas Gerais, concretiza-se em 1814, sob o comando de Felisberto Caldeira. Dois anos depois, porém, já se encontrava inteiramente abandonado, não atingindo o objetivo de "estabelecer comunicações entre os territórios interiores das "Capitânicas" de Minas Gerais e Bahia e os portos marítimos, para transportar para esses os seus produtos e por eles receber as mercadorias de que necessitassem". (Maximiliano 1940:335) (37). Informa-se também que os negociantes da gado que chegaram até Ilhéus se encontraram diante do impasse: não tinham a quem vender ou como embarcar para a Bahia os seus produtos. (Ibid:335) (37).

1.2.1. Atividades econômicas desenvolvidas: a policultura de subsistência

Até meados do século XIX pois, o PD apresentava-se como um espaço mais ou menos vazio, despovoado, onde as duas sub áreas que o formam apresentavam características bastante nítidas: a faixa litorânea, cuja população penetrava o interior imediato utilizando-se dos rios regionais, onde se desenvolvia uma policultura de subsistência, aliada a atividades extrativas; e a parte central, formada pelas atuais MRs 144 (Jequié), 145 (Planalto da Conquista) e 146 (Pastoril de Itapetinga principalmente), onde a pecuária se constituía em principal atividade, embora ocorresse o cultivo de determinados gêneros agrícolas, destacando-se, entre eles, o algodão.

A primeira sub área formada pelas atuais MRs 152 (Tabuleiros de Valença), 154 (Cacaueira) e parte da 156 (Litorânea do Extremo-Sul), de produção diversificada, tinha, porém, na mandioca o seu produto mais comum. Em fins do século XVIII, a farinha de mandioca das Comarcas do Sul (Ilhéus e Porto Seguro) é motivo de preocupação para o Governo da Bahia, o qual, em cartas para os Ouvidores das referidas Comarcas, solicitava, constantemente, providências no sentido do transporte, do incremento da produção, etc.

A farinha de Caravelas, inclusive, servia para abastecer outras Províncias litorâneas, como Pernambuco e Rio de Janeiro, saindo também para o exterior, como no caso das exportações para Angola. (Vilhena 1969:28) (61).

1.2.2. Comércio

Para o comércio de cabotagem de gêneros alimentícios como a farinha, o arroz, o café e outros, contou a faixa litorânea das Comarcas do Sul com as comunicações por mar, feitas através de

¹ Essa tendência (permanência no litoral) será comum a toda a Colônia, à exceção de Capitania de São Vicente, onde os moradores, desde o século XVII, organizaram penetrações, quer buscando mão de obra indígena (em função de lavoura açucareira), ou à procura de minas. Essa situação, alterar-se-á, apenas, no decorrer do século XVIII, com a atividade mineradora, a qual funcionou como polo de atração dos recursos da Colônia, provocando o povoamento da extensa área do interior do Brasil.

lanchas, sumacas ou vapores, independentes assim das escassas, senão inexistentes, vias de comunicação terrestre.

Se, por um lado, temos que convir que as barras dos portos (Ilhéus e Canavieiras, por exemplo) se constituíram em obstáculo à intensificação do comércio direto com a região até o século XX, é verdade também que o transporte feito em embarcações de pequeno calado tinha a seu favor a vantagem de operar em litoral de baixas latitudes, sem ocorrência de fases adversas, que trouxessem à região períodos de crise. (Azevedo 1964:253) (6).

A não integração regional, no período colonial como no Império, não é devida, pois, à inacessibilidade da área. Praticamente todas as comunicações nessa época eram feitas por mar. Acrescente-se, ainda, a localização do litoral do PD, entre o Nordeste e o Sul do Brasil, o que poderia ter facilitado ainda mais o acesso, se se considerar o caráter costeiro da navegação. A não especialização dessa sub área como produtora de gêneros de exportação de grande demanda (açúcar, algodão, fumo, café), determinou:

a) um diminuto aproveitamento de extensas faixas de terras férteis, o que implicava na sub utilização da grande propriedade, esta originada quando do estabelecimento das Capitânicas, e que teve na sesmaria o seu prolongamento;

b) uma limitação do comércio à pequena cabotagem entre as vilas litorâneas e destas com a Capital da Bahia, salvo exceções, como nos casos da farinha e da madeira. Considere-se, porém, que o comércio de gêneros alimentícios baseado no volume da produção, que acarretava a existência de excessos negociáveis, envolvia questões como a presença oportuna do transporte, as condições do mesmo, etc. Ao produtor, cuja preocupação maior era o volume da produção, restava a expectativa do transporte e da demanda do seu produto nos mercados consumidores da Província.

A segunda sub área, situada em pequenos espaços das atuais MRs 145 (Planalto de Conquista) e 146 (Pastoril de Itapetinga), tinha como único aglomerado humano significativo o Arraial de Conquista, cujos moradores, conforme Maximiliano, eram pobres. Todavia, informa o mesmo viajante da presença de ricos fazendeiros nas redondezas. (Maximiliano 1940:409) (37).

Os proprietários residiam em suas fazendas, em vista da importância atribuída à propriedade nessa sub área, derivada justamente da intensa circulação de boiadas, as quais utilizavam-se das pastagens naturais para a recuperação dos animais, visando a marcha final até o litoral. A fazenda de

gado, além da atividade criadora (produtora), funcionava também como entreposto comercial (aluguel de pastos, fornecimento de gêneros alimentícios a vaqueiros, estadia, etc.). Daí ter a fazenda assumido um papel importante e catalizador, substitutiva, em grande parte, das vilas do litoral. Citam-se, como exemplos de fazendas que exerciam essa função, as dos citados Capitães Ferreira Campos, Antonio Dias de Miranda e do Cel. João Gonçalves da Costa, assim como as fazendas Preguiça, Taquara, Uruba, Ladeira, Cachoeira, Santa Inês, etc. sendo estas últimas já em Jequié.

Algumas dessas fazendas muito se desenvolveram, por estarem localizadas no caminho das boiadas para a Capital da Província, por desempenharem as funções de recuperadoras do gado e abastecedoras dos condutores e proprietários das boiadas. Ainda no século XIX, formaram povoações e depois vilas em suas redondezas, como os casos de Areia (atual Ubaíra) e Santa Inês, por exemplo.

1.2.3. Transportes/Comunicações

Essa sub área "interior", comunicava-se diretamente com a Capital por três caminhos, a partir do Arraial de Conquista:

a) caminho de Minas Novas, passando pelas vilas de Caetité, Rio de Contas e Cachoeira, que era a via principal;

b) um caminho que acompanhava o curso do Rio Gavião (afluente do Rio de Contas);

c) Estrada das Boiadas, que passava pela Fazenda Tamburil; (Maximiliano 1940:21) (37)

A produção dessa região, portanto, seguia diretamente para a Capital, sendo que o primeiro caminho devia ser o mais utilizado pelas tropas carregadas de algodão (produzido na região de Caetité) que se destinavam à Capital e também à cidade de Valença. Os dois outros eram mais utilizados no transporte de boiadas, dos campos situados entre o rio de Contas e o Pardo, no sertão de Ressaca e no Vale (limites Bahia-Minas Gerais) ou provenientes das margens do São Francisco (Martius 1916:84) (36) e Maximiliano (1940:387-389) (37), para o abastecimento da Capital.

Apresenta-se o Polígono do Diagnóstico, até o século XIX, como duas sub áreas distintas, que apesar de vizinhas, não mantinham entre si trocas comerciais ou qualquer outro contato efetivo. As tentativas de estabelecimento de vias de comunicação¹ não atingiram seus objetivos de ligação do

1 Além do "caminho" de Ilhéus até o rio Pardo e daí até Minas Gerais, aberto por Felisberto Caldeira, registram-se outras vias de penetração:

a) a estrada da região de Poções até Ilhéus (EMB XXI: 122-123) (23), aberta por João Gonçalves da Costa em 1782, e, ao que parece, não utilizada.

b) estradas ao longo dos rios, entre eles o Mucuri e o Jequitinhonha, para facilitar o transporte dos produtos de Minas Gerais, no início do séc. XIX. Resultados concretos, porém, não foram constatados. (Maximiliano 1940:173) (37)

c) estrada para Minas Gerais, aberta pelo Engenheiro Major Fehdner, por ordem do Governo, a partir de vila do Prado, tentando penetrar a floresta no sentido Noroeste, e também sem sucesso. (Ibid: 207) (37).

d) a Estrada Camamu-Monte Alto, iniciativa oficial da qual foi incumbido, mais tarde, Bernardino Ferreira da Câmara. (Magalhães 1848:86) (35).

litoral sul da Bahia com o sertão e com a Província de Minas Gerais. Não alteram o quadro as medidas que visam estender a navegabilidade dos rios e a desobstrução de pequenos cursos – preocupações constantes na segunda década do século XIX – (Maximiliano 1940:317) (37) o que facilitaria o acesso a regiões despovoadas e garantiria uma via de escoamento da produção. Excetua-se o caso do Jequitinhonha, cuja função de transportador de gêneros é mais ou menos constante, devido à sua melhor condição de navegabilidade.

1.2.4. População/Sociedade

Economicamente distinto do modelo colonial de produção e comércio, o PD conheceu, também, uma sociedade diferente. As terras componentes do PD foram “trabalhadas” durante quatro séculos por grupos humanos de natureza diversa dos formadores das sociedades açucareira ou mineira, por exemplo.

O primeiro dado a ser salientado é a expressão numérica da população. Apesar da dificuldade de estabelecer um cálculo aproximado dos moradores de qualquer região da Colônia, foram coletados alguns números fornecidos por viajantes, cronistas ou autoridades, com os quais foram formulados dois quadros (Anexos: Quadros 1 e 2), que arrolam os moradores das Capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro¹, em diferentes anos do fim do século XVIII. Através deles, constata-se a fraqueza populacional do PD, além da forte tendência à fixação litorânea, principalmente nas desembocaduras dos cursos fluviais. Em parte, explica-se essa tendência pela carência de transportes e vias de penetração terrestres, comum até o século XX e, por outro lado, pela ausência de necessidade de buscar melhores terrenos, desde que as margens dos rios foram extensamente aproveitadas no cultivo de gêneros alimentícios, atividade dominante na sub área A. Da mesma forma, a extração de madeira e piaçava, assim como a pesca e a procura de pedras preciosas, também funcionavam como atividades fixadoras do homem ao litoral.

Os moradores da sub área B, por outro lado, ao desenvolverem atividades pastoris, alteraram o seu modo de ocupação do espaço e a própria formação dos grupos sociais, em relação à subárea A.

Assim, tem-se a *vila* (sub área A), em oposição à *fazenda* (sub área B). Esse contraste, porém, não encerra uma oposição do tipo urbano X rural. As vilas existentes na Comarca do Sul, por sua natureza jurídico-organizacional, podiam se aproximar do urbano, mas o mesmo podia ocorrer, no caso da fazenda, pela prestação de serviços aos condutores das tropas e boiadas. Ocorre, igualmente, uma relação entre ambas, se se considerar que a atividade agrícola era o ponto comum, ou seja os grupos humanos, tanto da fazenda como da vila, eram, por excelência, trabalhadores de terra. As vilas possuíam reduzida importância comercial ou industrial e os serviços por elas prestados eram

reduzidos. Assim, tanto a vila como a fazenda do PD, até o século XIX, escapam às conceituações atualmente aceitas para ambas.

As mudanças ocorridas no decorrer do século XIX não tiveram força suficiente para alterar o quadro acima descrito. Essas mudanças apresentam-se, sobretudo, pelas iniciativas industrializantes, destacando-se as fábricas de tecidos instaladas em Valença, que pouco influência tiveram para o restante do PD. Quando muito, fizeram uso do algodão procedente da Imperial Vila de Vitória, mas que, em realidade, era produzido, na sua maior parte, na região de Cactité.

O mesmo se poderia dizer das minas de turfa de Maraú, cuja exploração, iniciada em 1854 por José Francisco Thomáz do Nascimento, teria prosseguimento, no fim do século, com a constituição da Cia. Industrial de Maraú, que produzia parafina, velas, ácido sulfúrico e sabão.

Tanto a indústria têxtil, como a extrativa mineral, ou as serrarias existentes em diversas vilas e desembocaduras dos rios, que faziam apenas um precário beneficiamento da madeira, e os curtumes, que surgiram nas vilas da sub área B, não foram capazes de provocar alterações de vulto na estrutura sócio-econômica do PD².

A sociedade do PD, até fins do século XIX, desenvolveu atividades intimamente ligadas à terra. Na sub área A, apesar da extensão da propriedade, essa realidade não parece ter refletido diretamente sobre as noções de prestígio e de dominação. A não integração econômica do PD acarretou o desinteresse dos beneficiados com sesmarias em ocupá-las e são poucos os casos em que se fez sentir a presença do proprietário. Nessa sub área, o conceito de propriedade apresentava-se bastante difuso e isso se deve à ausência do proprietário e à existência de extensas faixas de terras por serem exploradas.

Apesar da dificuldade de uma análise mais precisa, por não ser conhecida, por exemplo, a quantidade de escravos no meio rural e nas vilas, (o que permitiria estimar a força do proprietário, comparando-se com outras regiões da Colônia e do Império), é possível inferir as limitações do produtor ou extrator de vários gêneros (Anexo: quadros 4 e 5), diante do precário serviço de transportes e do reduzido mercado consumidor.

Tornou-se possível, então, que alguns dos produtores se transformassem também em comerciantes dos seus produtos e, para tal, era suficiente a obtenção de uma lancha, sumaca ou similar. A indicação de que, em Vila Viçosa, na segunda década do século XIX, os habitantes mais ricos e importantes eram os donos das lanchas (Maximiliano 1940:197) (37), implica na aceitação de que a dificuldade de meios de transportes, tornava poderosos os seus raros proprietários, uma vez que os produtores dos diversos artigos dependiam daqueles para o escoamento da sua produção.

Todavia, as informações coletadas não permitem, ainda, por exemplo, que se formule uma

1 Estas indicações, em geral, falem de moradores ou almas, casados, solteiros, ausentes, etc. Não esclarecem se abrange todos os grupos étnicos ou apenas os brancos.

2 Ver capítulo sobre industrialização.

estratificação social para o PD, pela dificuldade de quantificar os proprietários rurais, roceiros, comerciantes, escravos, trabalhadores livres, etc., ou de calcular as rendas dos diferentes grupos.

O caso da sub área B se distingue da anterior a partir do próprio sentido da propriedade. Nessa, a proximidade com o sertão e, principalmente, a presença constante do proprietário, determinou um outro tipo de relacionamento.

O poder, derivado não só do fato de ser proprietário, como também de tornar-se um representante do poder central, o qual encarregava os fazendeiros da abertura de estradas, do combate aos índios e de outras tarefas que, na sub área A, eram desempenhadas pelos Ouvidores, levou os grandes proprietários da sub área B, a usufruírem de maior prestígio, o que ampliava os seus domínios além da *fazenda*, fato que não encontrava correspondente na sub área A.

As formas de dominação e o exercício do poder na sub área B aproximaram-se do subsequente sistema do "coronelismo". Neste sentido, os sobrenomes Sá (Vale do Contas), Ferreira Campos (Pastoril de Itapetinga), João Gonçalves da Costa (Jequié), gozaram de uma larga margem de ação em diferentes áreas.

O número de trabalhadores (livres e escravos) parece ser maior nessa sub área, lembrando-se que a propriedade pastoril de grandes dimensões (na fase de instalação), o transporte de animais e o cultivo de gêneros de subsistência exigiam uma mão de obra considerável. Quanto às despesas, a compra de escravos se constituía no único item significativo na fazenda de criação de gado, desde que a utilização de pastagens naturais não importava em empregos de capital.

Os roceiros apareciam em menor número do que na sub área litorânea e, às vezes, formavam pequenos núcleos, como os casos de Berruga, Ressaca e Porcos. (Maximiliano 1940: 267, 387, 407) (37).

A atividade comercial se confundia com a agropastoril, uma vez que o proprietário rural se encarregava também de fazer chegar até o mercado consumidor o seu produto. Os riscos e os custos da viagem (fase da comercialização), deviam ser perfeitamente compensados pelo preço pago na Capital pelo boi e pelo toucinho de porco. Assim o proprietário-comerciante lucrava, em ambas as fases, da criação à entrega do produto.

Em síntese, as sociedades do PD nas duas sub áreas, até o século XIX, inclusive, eram diferenciadas e quase não se relacionavam entre si. Quanto ao relacionamento com o centro provincial, tudo indica que na sub área B foi mais intenso, desde que a crescente especialização da sub área como produtora e fornecedora de produtos de demanda segura na Capital acarretou a sua integração ao complexo. Quanto à sociedade da sub área A, permaneceu, ainda algum tempo, como

produtora de gêneros alimentícios, também consumidos pelo mercado interno, mas sendo esses produzidos em outras zonas da Província, a importância desta sub área variou em função das demais regiões.

Atualmente, tanto na literatura sobre a região cacaueira quanto na consciência de seus habitantes e, ainda mais, no setor das atividades econômicas e políticas da região, a presença dos índios não ultrapassa o nível de referências esporádicas, geralmente com nítido cunho de "curiosidade" ou "lembranças dos tempos idos", limitando-se à inclusão dos poucos núcleos indígenas que alcançaram este século. No entanto a presença dos índios na Região Sul da Bahia já é documentada pela carta que Pero Vaz de Caminha escreveu em 1500, para dar notícias ao rei de Portugal das terras descobertas. Até o século XIX, a documentação histórica ainda existente em arquivos baianos, brasileiros e estrangeiros, está repleta de relatórios e notícias de mais variada natureza sobre os aborígenes. Suas atividades nas sub áreas situavam-se em torno da pesca, caça e cultura de gêneros alimentícios, principalmente milho e mandioca, atividades semelhantes às do colonizador branco. Algumas comunidades, (Olivença, por exemplo), fizeram da produção artesanal o centro das suas atividades, sendo que seu comércio adquiriu certa importância. Segundo Martius, os rosários de cocos e piaçava fabricados em Olivença renderam, em determinado ano, cerca de 1.000 cruzados. Além dos rosários, fabricavam cordas, vassouras, esteiras, chapéus, etc. Os produtos do trabalho indígena tinham o mesmo destino da produção do trabalhador branco. Eram vendidos (ou trocados) nas vilas próximas ou enviados para a Bahia. (Martius 1916:106) (36). Os moradores da sub área B cultivavam também o algodão, fabricando cordas do mesmo.

A presença de tribos aimorés no PD, entretanto, conduziu a disputas com o colonizador branco, desde os primeiros anos após a descoberta até o presente século.

As observações de um viajante (Maximiliano 1940:216) (37) sobre o bom estado das plantações indígenas coexistem com a de que os mesmos passam fome (Ibid:411) (37). Pelo visto, as condições dos indígenas variavam de região para região do PD, segundo a presença ou não de Missões, a atitude dos Ouvidores e administradores, ou mesmo dos proprietários. Estes últimos chegavam, às vezes, a tomar os índios a seu serviço contra um salário diário. (Martius 1916: 106) (36).

A força numérica do grupo nativo é relevada pelas indicações dos moradores das Missões (Anexo: Quadro 3), o que é muito pouco para medi-la, assim como por informações mais genéricas, como as de 4.000 para toda a Comarca de Ilhéus (Ibid). Resta então identificar a presença produtiva do grupo étnico nativo, e sua contribuição para o desenvolvimento da região.

Capítulo 2

A PROVÍNCIA DA BAHIA E O PD: SÉCULO XIX

Durante quase todo o século XIX a cultura e a comercialização do café representaram mais um passo na política econômica brasileira de exportação de gêneros agrícolas.

Internamente, no entanto, como que repetindo os exemplos do açúcar e da mineração, houve um longo período de capitalização e de progresso econômico das províncias meridionais do império.

2.1. Situação geral da Província da Bahia durante o século XIX

A Bahia, que vivera um período de relativa prosperidade, do fim do século XVIII até o primeiro quartel do séc. XIX — graças aos estímulos trazidos pela guerra de independência americana e pela revolução industrial, que incrementaram a exportação de algodão e depois, pelas guerras napoleônicas, que desarticularam a produção e o comércio de colônias francesas e inglesas, aumentando a demanda externa de vários produtos tradicionais brasileiros, (Ritz 1972:20) (45) — a Bahia passaria, novamente, a encontrar sérias dificuldades, a partir da guerra de Independência. Esta luta prejudicou principalmente as lavouras açucareira e fumageira, situadas em locais diretamente atingidos pelos movimentos revolucionários.

Após a luta pela emancipação brasileira, a própria conjuntura internacional apresentar-se-ia desfavorável à nossa economia. O reatamento das relações comerciais entre os Estados Unidos e a Inglaterra reduziram sensivelmente as nossas exportações de algodão e de fumo. Sob o bloqueio britânico, desenvolveu-se na Europa o açúcar de beterraba que, tendo representado só 4% da produção mundial em 1850, constituiria, graças a uma forte proteção aduaneira, 68% da safra mundial em 1900/1901 (Ibid:21) (45). Além disso, a segunda expansão colonial da Europa assegurava novas fontes de abastecimento de produtos tropicais.

A Bahia viveu então um período de estagnação, principalmente em função da crise da sua principal riqueza, o açúcar, que além dos obstáculos externos, contou com a concorrência interna de outras regiões produtoras, como Pernambuco e Alagoas. Esse fator, ocasionando uma queda dos preços, refletiu-se na balança comercial da Província, que não foi capaz, pelo menos inicialmente, de determinar novas opções econômicas.

O fumo, que tinha encontrado boas condições no início do século XIX, quando era um produto largamente utilizado no comércio de escravos, sofreria sério golpe na suspensão do tráfico, agravado pela normalização do comércio da América do Norte (havia, por parte dos consumidores europeus, preferência pelo produto da Virgínia). O fumo beneficia-se, porém, novamente, da conjuntura internacional, em outros dois

momentos do século passado, para nova expansão do seu comércio. O primeiro, a guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861/65) que beneficiou nossos produtos de exportação em geral e, o segundo, a luta de Independência em Cuba (1898).

Assumiu, assim, a lavoura do fumo, um caráter "acidental", o que logicamente não a tornou um elemento recuperador da economia da Província, apesar dos incentivos recebidos na produção industrial de rapé, charutos e cigarros.

Dentro do modelo agrário exportador, que integrava a antiga colônia ao mercado internacional, outras saídas deveriam ser tentadas, entre elas, as culturas de café e cacau, em primeiro lugar, e, com um significado mais restrito, a atividade extrativo-vegetal e mineral, (piaçava, borracha [fim do século] e diamante), que também se destinariam à exportação.

Esta situação de crise não só prejudicava as chamadas "classes produtoras", como os demais grupos sociais, trabalhadores e escravos, que se viram obrigados a também buscar novas opções para sobreviverem.

O PD, durante quase todo o século XIX, apesar da crescente produção de cacau, e das tentativas com o café, quer nas colônias de imigrantes estrangeiros ou em outras iniciativas, não se mostrara, pelo menos até os anos 90, capaz de funcionar como polo atraente de contingentes humanos significativos, permanecendo a sua massa populacional bastante rala.

Tomando como base dados fornecidos por um Códice do Arquivo Público, anotado por Braz do Amaral (Accioli 1931:83), (2), a população da Comarca de Ilhéus, em 1780, seria de 16.313 almas, enquanto que a de Porto Seguro contaria, na mesma época, com 8.333 almas. Segundo a mesma fonte, as vilas de Cachoeira (26.428 almas) e Santo Amaro (18.227 almas), teriam população superior às duas referidas Comarcas. A população total da Bahia, segundo o mesmo Códice, que incluía ainda a Comarca de Sergipe D'El Rey e a Capitania do Espírito Santo, era de 287.850 almas. Sendo assim, a participação do PD no total da população da Bahia era de 8,5% aproximadamente.

Quase um século mais tarde, pelo primeiro censo, de 1872, contava a Bahia com 1.379.616 habitantes, dos quais, 97.808 residentes na área do PD, que abrigava cerca de 7,1% da população da Província. Naquele ano, a densidade demográfica da Bahia, era de 2,6 habitantes por km², e a do PD de 1 (um) habitante. Registre-se que o PD abrange 17,34% do território baiano.

A cacauicultura era, na época, uma atividade esparsa. No entanto, intensificava-se na sub área /

do PD a extração de madeiras,¹ atividade que havia sido proibida pela lei de 1º de setembro de 1850. (Chaves 1884:43) (16). O Barão de São Lourenço (S. Lour. 1870:54) (48), ao se referir às potencialidades e às deficiências na exploração das Comarcas do Sul, comentava que "... abundam os requerimentos para cortes de madeiras, para arrendamento das matas e para comprar mesmo, tudo com o fim único de devastação. Se não houverem providências enérgicas o esperançoso futuro das Comarcas do Sul se evaporará com o calor dos incêndios, e com o estrondo do machado".

O caráter "esperançoso" denota uma realidade que se apresentava ainda por ser explorada. E mais, uma realidade carente de homens, onde os poucos ali presentes, voltados para a atividade extrativa de natureza itinerante, não conseguiam ainda formar núcleos².

As tentativas de constituir núcleos coloniais nas Comarcas do Sul, que se repetiram no decorrer do século XIX, não alteraram o panorama econômico e demográfico do PD.

No que se refere à colonização estrangeira, esta foi tentada sucessivamente em:

- a) Colônia Leopoldina (1818), às margens do rio Peruibe, por suíços;
- b) Ilhéus, em terras de Pedro Weyll (1822), por alemães;
- c) Colônia Santa Januária (Taperóá-1828), por irlandeses.

Todas as iniciativas fracassaram, por motivos que variam desde a aclimatação até a insatisfação com a qualidade das terras concedidas. (Vianna 1893: 191 e 192) (59).

O insucesso com a colonização estrangeira fez voltar o interesse do Governo para a implantação de colônias militares agrícolas, entre os anos de 1845 e 1858, às margens do rio Mucuri, de Contas e Pardo, dividindo-se as terras em lotes de 50 braças, visando fixar colonos brasileiros. Outras experiências também não foram bem sucedidas:

- a) na foz do rio Comandatuba, sob a direção de Antonio Gomes de Vilaça, juiz da Comarca de Ilhéus, os colonos nacionais se dedicaram ao cultivo de gêneros de subsistência, na década de 1860;
- b) na colônia de Cachoeira dos Ilhéus, onde os "imigrantes do norte", conheceram um curto período de prosperidade;
- c) em núcleos coloniais fundados na região através de contrato com o Governo Imperial, em 1873: Moniz, Rio Branco e Theodoro, os dois primeiros de alemães e o último de polacos.

As tentativas governamentais de colonização com brasileiros visaram minorar os efeitos das secas (décadas de 50 e 60 do século XIX), na

aceitação, implícita, da crise e do esgotamento das regiões açucareira e fumageira do Estado, no que concerne a preços e mercados. Como foi dito, a crise não atingiu somente as chamadas "classes produtoras", mas a toda a Província, com efeitos mais graves entre os anos de 1870 e 1890.

Na década que precede a emancipação dos escravos, cogitou-se, novamente, da implantação de núcleos coloniais na Região Sul do Estado, que sentia, como todo o Império, falta de braços para o trabalho. João Capistrano Bandeira de Mello, Presidente da Província, em carta à Princesa Imperial Regente relata algumas dessas dificuldades: "... nem a província nem os agricultores, ainda mesmo os poucos das grandes propriedades agrícolas, se acham em estado de desviarem um centil de suas necessidades atuais, aquela pelo estado deplorável de seus cofres que não fornecem recursos nem para a amortização de sua dívida e estes pela desorganização de trabalho de suas fazendas e pela baixa exagerada e não calculada dos preços de seus gêneros de produção (Mello 1887:136)(39).

2.2. O Polígono do Diagnóstico: suas transformações e início de integração às demais regiões

Na segunda metade do século XIX, mesmo considerando-se a permanente expansão do setor de subsistência, a inadequada oferta de mão de obra constitui o problema central da economia brasileira. (Furtado 1963:161) (26). No planalto paulista e na bacia amazônica, duas regiões em rápida expansão econômica, esse problema foi solucionado pelas imigrações européia e nordestina, respectivamente.

Ora, apesar da falta de sistematização das migrações internas e da ausência de cooperação dos grandes proprietários de terra (Ibid:145) (26), ocorreram migrações de mão de obra, tanto das regiões algodoeiras, como, principalmente, das açucareiras (Ibid:192) (26).

Tendo a Província um sistema econômico-social montado em torno da produção de açúcar, a desarticulação deste implicou na liberação de contingentes de mão de obra, agora disponíveis para outras atividades.

Quais os caminhos tomados por essa mão de obra liberada em diferentes regiões da Província, em decorrência da crise econômica, das secas sucessivas ou de migrações da região diamantífera, a qual conheceu um rápido período de prosperidade entre 1840 e 1850?

As migrações subvencionadas pelo governo, com o objetivo de colonizar as Comarcas do Sul, ao se constituírem em sucessivos fracassos (Vianna 1900:14) (60), mostraram que a policultura

1 Antonio Gomes Vilaça, Juiz da Comarca de Ilhéus, em informação ao Presidente da Província, no ano de 1865, fala da existência de 18 "serras de madeira em actividade" e 9 engenhos de açúcar. Quanto à exportação da Vila de Ilhéus, relaciona açúcar, cacau, café e algodão como os gêneros exportados. (Dantas 1886: anexo n.º 8) (20).

2 O café, uma opção para o impasse econômico, apesar de cultivado desde 1783 na faixa de terra compreendida entre Porto Seguro e Viçosa, encontrou obstáculos climáticos e de transporte, que o tornaram inviável. Aparecerá bem mais tarde, como gênero agrícola de considerável importância, em municípios componentes da sub área B.

de pequeno porte não criara condições favoráveis à fixação das populações rurais, não fora capaz de atrair migrações espontâneas, nem de reter as parcelas migratórias chegadas, quer por empenho do governo, quer de proprietários de terra na região.

Como foi visto, no censo de 1872, o PD participava com cerca de 7,1% da população da Bahia. Em 1892, esta participação decresceu para 6,7% aproximadamente. Mesmo considerando-se os riscos da adoção para aqueles anos das atuais divisões em MRs¹, diríamos que as MRs Tabuleiros de Valença e Cacaueira, entre 1872 e 1892, em relação à população da Bahia, passam sua participação de 4,1% para 3,8%, respectivamente, do total.

Para estes mesmos anos, e em relação à Bahia, a participação conjunta das atuais MRs Jequié, Planalto de Conquista e Pastoril de Itapeitinga, decresce de 1,4% para 1,2%, enquanto que as MRs Interiorana e Litorânea do Extremo Sul aumentam, ligeiramente a sua participação, de 1,6 para 1,7%.

O que é importante notar é que, em seus diferentes limites, o PD não conheceu, de 1872 a 1892, um aumento significativo da população, que pudesse ser relacionado com as correntes migratórias.

A região dos Tabuleiros de Valença, por exemplo, não foi capaz de elevar o seu contingente populacional significativamente, a despeito da sua vizinhança com o Recôncavo, mesmo abrigando em sua área iniciativas do porte da indústria têxtil de Valença, em franca expansão durante a segunda metade do século XIX, ou da exploração mineral em Maraú.

A MR Tabuleiros de Valença, em relação à área do PD, viu passar a sua participação de 37,8 para 36,8% do total populacional, entre 1872 e 1892.

2.3. O PD como centro receptor de recursos

As comarcas do Sul, principalmente Ilhéus, no decorrer da segunda metade do século passado, não se afirmaram como especializadas na produção de gêneros de exportação de grande procura e elevado preço. Pode-se também explicar a pouca força daquelas comarcas na absorção da mão de obra liberada em outras áreas provinciais pelo fato de Bahia não só ter recebido, naqueles anos, imigração pouco significativa em relação às Regiões do Sul do País, mas por ter contribuído, largamente, para alimentar com correntes migratórias as regiões mais dinâmicas. No recenseamento da Capital da República, de 1890, a Bahia se apresentava como o maior fornecedor de imigran-

tes (depois do Estado do Rio), num total de 10.300 pessoas, ou 7,7% do total dos imigrantes residentes (Smith 1967:176) (52).

Constituiu-se a Bahia, portanto, em um centro receptor e gerador de correntes migratórias, no sentido norte-sul, respectivamente, o que determinou o reduzido crescimento da população do Estado, de 1,5% ao ano entre 1872 e 1900 (Furta- do 1963:173) (26).

Apenas nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX, se tornou efetivo o fluxo migratório em direção ao Sul do Estado. Isto ocorre quando o cacau passa a constituir um dos mais importantes e, depois, o principal produto de exportação da Bahia, em função da crescente procura e dos preços pagos pelos países consumidores. O mesmo ocorre com o surto da borracha, cuja exploração, a partir das plantas nativas da maniçoba e da mangabeira, faz-se com relativa intensidade até 1914, principalmente na área de Jequié, ocasionando a absorção de mão de obra das regiões próximas.

Somente com a transformação do PD, principalmente da sub área A, de região policultora em especializada na produção de um artigo de exportação, sedimentou-se o fluxo migratório em direção à área em estudo.

Em síntese, pode-se dizer que no século XIX o PD ainda apresentava caracteres diversos dos conhecidos no século XX, quando se integra definitivamente no modelo exportador de matérias primas agrícolas.

Nas regiões dos Tabuleiros de Valença e Cacaueira permaneceu a produção de gêneros agrícolas e as atividades extrativas, principalmente a madeira.

As inovações surgidas a partir das tentativas de industrialização parecem ter limitado seus efeitos ao âmbito dos municípios, sendo às próprias vilas. São os casos, principalmente, da indústria têxtil de Valença e da extrativa mineral de Maraú. Em menor escala situar-se-iam o surto de mineração de diamantes no Salobro (Canavieiras) entre 1881-1886 e as serrarias. Quanto à MR Tabuleiros de Valença, acrescente-se a sua integração crescente com as MRs Jequié (cuja área origina-se, em boa parte, de municípios componentes da MR Tabuleiros de Valença) e MR Planalto de Conquista, através do fornecimento de algodão, carne bovina e couros, utilizando-se o precário sistema de estradas existentes, praticamente o mesmo do início do século.

A atual região Litorânea do Extremo Sul permanecia como produtora de gêneros de subsistência, apesar do cultivo do café ter assumido, em determinados momentos, algum significado. Não tendo ligação com o Porto de Salvador, o que não

1 Durante todo o período estudado, (1890 — 1960), as MRs não apresentavam sua conformação atual, pois diversos municípios só se tornaram autônomos na década de 60. No fim do século XIX e em grande parte do XX, municípios que atualmente fazem parte de uma determinada MR, tinham suas áreas abrangendo outra. (Exemplo: Vitória de Conquista, Prado, Porto Seguro, Valença, etc.). Sendo assim, os nossos cálculos têm suas limitações, mas devem se aproximar bastante do real. O cálculo da densidade demográfica por MR não foi considerado, pois existe o perigo de aumentar a margem de erro.

Por outro lado, uma MR como a Cacaueira (MR-154), ficou praticamente inalterada na sua conformação. Os desmembramentos de municípios permaneceram em sua área.

ocorria com as demais regiões, desenvolveu seu comércio com o Porto do Rio de Janeiro e, o que é mais importante, dedicou-se à tarefa de abastecimento e escoamento das Comarcas do Nordeste de Minas Gerais, pela utilização dos cursos do Jequitinhonha e Mucuri, originando-se aí, sua vinculação com aquele Estado, a qual se tornaria mais sólida no decorrer das décadas seguintes.

Finalmente, ainda em fins do século XIX, sob a liderança da Vila Vitória, encontravam-se as atuais áreas de Jequié, Planalto de Conquista e Pastoril de Itapetinga, nas quais desenvolvia-se a atividade pecuária e de entreposto de boiadas. A região passava a criadora, aproveitando-se das extensas pastagens naturais dos vales dos rios de Contas, Pardo, Gongogi e outros. Essa área articulava-se com o sertão baiano e também com o norte de Minas, passando a fornecer crescente quantidade de carne, couros e peles ao litoral, para consumo e exportação.

Toda essa realidade pode significar uma espécie de "clima de expectativa", ou seja, a espera de que, nas Comarcas do Sul, tomasse impulso o cultivo de um artigo de exportação, de grande aceitação no mercado. A questão permanecia a mesma: encontrar um produto de acordo com sistema colonial de produção e comércio.

Até fins do século XIX, a Região Sul de Bahia, tipicamente policultora, não oferecia internamente as condições desejadas. O cacau, que se constituiria finalmente em cultura dominante, apesar da crescente produção e de um comércio cada vez mais significativo, não tinha ainda forças para atrair a mão de obra de outras regiões. Seu desenvolvimento, principalmente a partir da década final do século passado, vai criar os estímulos e as condições de integração da região ao sistema econômico do Estado.

Capítulo 3 CACAU, UM PRODUTO EM DESTAQUE; O ENFOQUE HISTÓRICO

A cacauicultura, que se instala como opção econômica nas Comarcas do Sul da Bahia, abre, finalmente, os caminhos para seu povoamento. Com ela, dá-se a efetiva ocupação e o conseqüente desbravamento das terras até então improdutivas e, ao mesmo tempo, constitui-se em novo setor agrário exportador, promovendo a integração de região ao sistema econômico do Estado e dando alento à sua economia.

3.1. O cacau no Brasil, áreas de produção

As primeiras espécies cultivadas na Bahia são transplantadas da Região Amazônica, seu habitat natural.

O cacau da variedade forasteiro, o primeiro trazido para a Bahia, existiu espontâneo na Região Amazônica e, a despeito da Carta Régia de 1679, que oficializava o seu cultivo, autorizando os colonos a plantarem-no em suas terras, e do Alvará de 3 de março de 1680, que conferia prêmios e favores aos que se aplicassem ao seu plantio (Simonsen 1969:371) (51), o seu aproveitamento, até meados do século XVIII, se fez em função de simples atividade extrativa. "Como cultura (o cacau) teve início no Pará no ano de 1740" (Tavares 1913:14) (54). Esse empreendimento, na época, não parece ter obtido bons resultados nem ter sido de grande monta, não se tendo notícias de um aumento significativo das exportações do produto. Os dados estatísticos mostram oscilações mais próprias de extrativismo do que de cultura organizada. Borges Falcão refere-se a isso quando diz: "O Pará e Amazonas, cujos terrenos são mais propícios para a cultura do cacau, apesar de terem sido os primeiros Estados do Brasil que a iniciaram, mantêm estacionária a sua exportação". (Homen. 1970:8) (28). O Padre Joaquim da Silva Tavares informa que: "durante quase todo o século

XIX, a exportação brasileira, aliás minguada, era principalmente fornecida pelo Pará, em que, a par da pequena cultura se aproveitavam os frutos dos cacauzeiros espontâneos das matas".

3.1.1. O comércio exportador das primeiras regiões produtoras

Borges Falcão indica como "a mais remota estatística de que se tem notícia sobre o cacau brasileiro a de 1818, com exportação de 17.320 sacos de cacau e de 13.384, em 1819, com destino a Lisboa", e menciona ainda que durante o decênio de 1839-1849, a exportação de cacau do Brasil "que em média não ia além de 2.750.740 kilos "estava assim distribuída:

| | |
|-----------------|------------------------|
| Rio de Janeiro | 6.000 kilos |
| Maranhão | 30.935 kilos |
| Bahia | 165.060 kilos |
| Pará | <u>2.548.745 kilos</u> |
| Total | 2.750.740 kilos |

Quanto a serem essas "as mais remotas estatísticas de que se tem notícia sobre o cacau brasileiro", trata-se de uma desinformação do autor. Manuel Barata, citado por Simonsen, fornece as seguintes estatísticas: (Simonsen 1969:373) (51).

| | Exportação do Pará | | Cacau | |
|------|--------------------|--------------|------------|-----|
| 1780 | 60.395 | arrobas | (905,925 | t.) |
| 1784 | 100.776 | " | (1.511,640 |) |
| 1785 | 34.887 | " | (523,305 |) |
| 1786 | 84.128 | " | (1.261,920 |) |
| 1789 | — | não exportou | — | |
| 1794 | 79.721 | arrobas | (1.195,815 |) |
| 1796 | 48.116 | " | (721,740 |) |
| 1797 | 120.995 | " | (1.814,925 |) |
| 1800 | 127.181 | " | (1.917,715 |) |
| 1802 | 145.669 | " | (2.185,020 |) |
| 1808 | 16.465 | " | (246,975 |) |
| 1810 | 105.219 | " | (1.578,285 |) |
| 1811 | 66.266 | " | (973,990 |) |
| 1813 | 85.530 | " | (1.282,950 |) |
| 1814 | 117.643 | " | (1.764,645 |) |
| 1815 | 145.275 | " | (2.179,125 |) |
| 1816 | 123.827 | " | (1.857,405 |) |
| 1817 | 125.956 | " | (1.889,340 |) |
| 1818 | 101.627 | " | (1.524,405 |) |

De qualquer forma, a exportação de cacau brasileiro era realmente bastante "minguada", sendo o produto indicado para o comércio no rol das "drogas", juntamente com a baunilha, o cravo, a canela, as resinas, etc. Roberto Simonsen fornece a seguinte tabela de valor das exportações coloniais (Simonsen 1969:381) (51), onde se pode perceber a pequena importância do cacau:

| | | |
|------------------------------------|---|-------------|
| açúcar | ξ | 300.000.000 |
| mineração | " | 170.000.000 |
| couros | " | 15.000.000 |
| madeiras | " | 15.000.000 |
| tabaco | " | 12.000.000 |
| algodão | " | 12.000.000 |
| arroz | " | 4.500.000 |
| café | " | 4.000.000 |
| cacau, especiarias e outras drogas | " | 3.500.000 |

O ponto central da questão é a pouca significação do cacau como produto de exportação até meados do século XIX, explicada também pela escassa demanda dos mercados externos. A partir de então começa a crescer o consumo do produto, gerando estímulos para o desenvolvimento da produção do cacau no Brasil, fora, porém, da Região Amazônica.

Até o final do século XIX, a atividade extrativa ou de cultura do cacau na Região Amazônica vai se restringindo progressivamente, substituída pelo surto da borracha, cuja exportação regular se inicia logo após a Independência, avolumando-se cada vez mais, na segunda metade do século (Simonsen 1969:349) (51).

A importância crescente da borracha como produto de exportação da Região Amazônica no século XIX, pode ser medida pela sua participação no valor total das exportações brasileiras, que se eleva de 0,4% nos anos quarenta, do século XIX, para 15% na década de noventa do mesmo século, atingindo a 39% em 1910 (Furtado 1963:147) (26).

Essa ascensão da borracha determina a desorganização da produção cacaueira na região, face à melhor cotação nos mercados mundiais. Uma vez que ambas são atividades extrativas, a mais rentável obterá maior dedicação.

Coincidentemente, no mesmo período, em resposta aos estímulos do mercado externo, vai se dar a expansão da lavoura cacaueira na Bahia.

3.2. O cacau na Bahia

São várias as versões sobre a introdução do cultivo do cacau na Bahia, antes mesmo da citada Carta Régia de 1679 e do Alvará de 1680, oficializando a cultura do cacau na Colônia. Em 1665, D. Vasco de Mascarenhas, Vice-Rei do Brasil, pedira a Paulo Martins Garro, Capitão-Mor da Capitania do Pará, "garfos nascidos ou sementes de cacáo, para que se pudesse plantar ou semear na Bahia", (Pinho 1923:253) (41). Mas, segundo o autor, "esse pedido não foi satisfeito e nenhum documento existe que prove ser tão antiga esta cultura na Bahia".

Na verdade, as primeiras plantações se fizeram no século seguinte, divergindo os informantes apenas quanto à data exata.

Segundo o Jesuíta Joaquim da Silva Tavares, as primeiras sementes teriam chegado à Bahia no ano de 1746, trazidas do Pará pelo colono francês Luis Frederico Warneaux, que as deu a Antônio Dias Ribeiro. Este plantou-as na Fazenda Cubículo, no município de Canavieiras, então Capitania de S. Jorge dos Ilhéus, à margem direita do rio Pardo. Desses poucos exemplares iniciais, "simples ensaio da cultura", cujo desenvolvimanto não parece ter sido significativo, foram levadas sementes para o atual município de Ilhéus, em 1752, dando início a outros pequenos cultivos domésticos (Tavares 1913:14) (54).

Leo Zehntner, por outro lado, informa que a plantação de cacau, na Bahia, se iniciou entre 1755 e 1760, no município de Ilhéus, sendo o empreendimento abandonado pouco depois, já que se fizera "antes como simples curiosidade do que propriamente como propósito de exploração" (Zehntner 1914:23) (62).

Uma outra versão é dada por Matheus da Cunha no Relatório da Exposição Nacional de 1861 (Cunha 1861:34) (18): "Por volta de 1780, quando governava a Bahia o Marquês de Valença, se introduziu a cultura do cacáo na Bahia em diferentes pontos da antiga Capitania de Ilhéus, tocando provavelmente a Ferreira da Câmara o encargo das primeiras plantações".

A comunicação do então Corregedor da Comarca de Ilhéus ao Governador da Bahia, datada de 5 de agosto de 1783, reforça essa última versão, quando menciona: "o plantio de cacau antes desconhecido, o qual fica com o excelente princípio de quatro mil pés" (Pinho 1923:233) (41).

Por volta de 1780, a lavoura do cacau tomara algum incremento e atraía as atenções oficiais uma vez que o "Ouvidor da Comarca que então residia na vizinha Villa de Cayrú ao mesmo tempo tinha a seu cargo, além das suas funções, a fiscalização sobre o corte das espécies da madeira pertencentes à Coroa (madeiras de lei) e era também o encarregado do plantio do cacaueiro" (Ibid. 1923:233) (41).

3.2.1. O produto em uma região de policultura

Nesse momento, a lavoura já se estendia pelos atuais municípios de Ilhéus, Canavieiras, Belmonte, margem do rio de Contas, Valença e Camamu (Bondar 1938:27) (11). Segundo Vilhena, "subindo pelo rio (rio de Porto Seguro) na distância de três quartos de légua acima desta Vila (Vila Verde) pela margem norte do mesmo rio, se acha uma fazenda dos monges beneditinos chamada Traipe... existe nela um religioso fazendeiro com 11 escravos que presentemente lavram nela mandioca, café, cacau, algodão, legumes e algumas canas cujas produções são conduzidas para a Vila de Porto Seguro". (Vilhena 1969:522) (61).

A despeito dessa aparente extensão, a lavoura cacauera era ainda um empreendimento débil e descontínuo, tudo levando a crer que, no final do século XVIII, tenha sido praticamente abandonada.

Barbosa de Mello, a propósito, informa: "A princípio, bastante se desenvolveu a nossa lavoura; mas pouco depois entrou em decadência, sendo inteiramente abandonada" (Mello 1927:13) (38).

Baltazar Lisboa, Ouvidor da Comarca em sua "Memória sobre a Comarca de Ilhéus" de 27 de junho de 1802, conta que em Santarém, Vila da Comarca, os moradores, "após terem em seus quintais muitos pés de cacão a minha insistência plantados, prometendo-lhes eu dar por elles um preço a que ninguém chegaria, meteram nelles o machado dizendo que para nada lhes serviam aquelas plantas" (Bondar 1938:25) (11).

Von Martius também dá notícias a esse respeito, dizendo não ter encontrado vestígios apreciáveis da cultura nas vilas marítimas da Bahia, "apenas encontrando-se, como em Camamu, alguns pés de cacau, cujo aspecto florescente demonstrava, sem dúvida, a sua adaptação fácil à região" (Martius 1916:144) (36). Causa estranheza o fato de que essa observação de Von Martius é feita exclusivamente 30 anos após a data em que se tem notícia de um "excelente princípio" da lavoura cacauera na região, quando essas primeiras plantações deveriam estar em plena produção. O mesmo autor estranha o fenômeno, considerando a "adaptação fácil da lavoura à região".

Duas hipóteses parecem aceitáveis para explicar esse fracasso inicial:

— as bases empíricas sob as quais se processou a implantação da cultura do cacau na região, onde a ausência de tradição — dado o seu caráter de lavoura importada — impedia o uso de técnicas mais adequadas ao cultivo e à preparação do produto, implicando numa quebra do rendimento e conseqüente desestímulo. Acrescente-se a isso o caráter de "simples curiosidade" de que se revestiam as primeiras plantações, ainda alheias à intenção de estabelecer uma nova atividade econômica;

— a ausência de demanda imediata para a produção em pequena escala, que marginalizava o produto interna e externamente.

Rômulo de Almeida refere-se à "falta de assistência técnica, além de créditos e estímulos para melhores instalações" como um dos fatores que explicam o fracasso inicial da lavoura cacauera na Bahia. (Almeida 1951:10) (5). Esse fator se prende exatamente à inexpressividade do cacau como produto de exportação. Some-se a isso a perecibilidade do produto pelas dificuldades de escoamento e ter-se-á todo um quadro negativo que terá obstado o crescimento da lavoura nesse período inicial. Convém notar que, na época, a cultura do cacau não era maior que a dos demais cultivos de pequeno porte.

Um outro fator a considerar é a momentânea recuperação que o açúcar experimentou nos fins do século XVIII e princípios do XIX, em virtude de condições favoráveis decorrentes da conjuntura internacional. Como já foi mencionado, as guerras napoleônicas, além de reclamarem maiores consumos, desorganizaram as produções de açúcar de nossos principais concorrentes, determinando uma temporária decadência na produção das Índias Ocidentais Francesas e das Colônias Inglesas. O mesmo vai acontecer com Cuba e Haiti, que supriam a demanda da Espanha e suas colônias.

O recrudescimento da atividade açucareira terá captado, temporariamente, as forças produtoras da Capitania mesmo na região Sul, onde era menos intensa a plantação da cana.

Nesse período, o mercado externo se apresenta mais receptivo para o açúcar brasileiro, permitindo, durante certo período, a recuperação da economia colonial em função da lavoura tradicional.

A reativação é, no entanto, temporária, permanecendo o quadro geral de decadência que se agravaria no período subsequente¹, quando se intensificou o processo de dissolução da velha sociedade agrária, cuja base econômica fôra, durante mais de três séculos, a lavoura da cana de açúcar.

Um fato ocorrido em 1822 vai determinar a retomada do cultivo do cacau, ainda em volume reduzido, mas já agora, em caráter definitivo: alguns alemães dispersados de uma fracassada Colônia no Almada², vêm fundar a Colônia de S. Jorge dos Ilhéus, à margem esquerda do rio Cachoeira. Af iniciam pequenas plantações de cacau que conhecerão um progressivo desenvolvimento, pela boa localização e condições favoráveis de escoamento do produto pelo rio. Essas plantações vão ser os núcleos de expansão do cultivo do cacau na região. (Pinho 1923:230) (41). O mesmo autor informa que, até a 3ª década do século XIX, não havia ainda plantações importantes, tendo a lavoura começado a se desenvolver

1 Guerras de Independência do Brasil na Bahia.

2 Município de Ilhéus

a partir dessa data, "destronando culturas antigas, gradativamente crescendo, progredindo sem cessar". (Ibid:233). Segundo o mesmo autor, "a esta cultura, um senhor de engenho se entregou com ardor para bem de seus conterrâneos, fazendo experiências para mostrar que no caso da produção ser maior do que a demanda, podem-se fazer velas e sabão do que restasse". De onde se infere que o mercado, até então, ainda não solicitava suficientemente o produto, apesar de este já ter "maior valor como mercadoria de exportação", com o restabelecimento do comércio, "após serenarem as lutas pela Independência". (Ibid:236). O crescimento, nessa época, porém, ainda se opera lentamente, e só a partir de 1834, quando se estabelece um fornecimento regular para o exterior (embora ainda de pequena monta), é que o cultivo do cacau vai ganhar mais adeptos, face a melhores condições, tais como o crescimento da demanda externa, a reativação do comércio prejudicado pela conjuntura interna do período anterior, e a aceleração do processo de decadência do Recôncavo¹.

3.2.2. Expansão e tendência para ser a cultura dominante

A expansão da lavoura cacauzeira mantém-se, até 1860, em ritmo moderado. O método inicial de implantação do cultivo, através de pequenas lavouras em mãos de muitos agricultores, (na maioria dos casos, imigrantes sem maiores recursos que sua força de trabalho), importava em fator moderador de sua expansão, na medida em que não ocorriam substanciais inversões de capital que funcionassem como dinamizador do processo. O pequeno empreendimento familiar, que caracterizou a abertura das roças durante todo o período de implantação, praticamente não dependia de capital. A roça alimentava o plantador de cacau até a primeira safra, com as culturas de subsistência desenvolvidas intercaladamente. Era mínima a despesa com equipamentos, todos eles simples e de baixo custo. O pequeno lavrador, no entanto, permanecendo na propriedade, tinha a tendência de expandir suas roças. A aplicação de recursos financeiros na lavoura, nesse período inicial, vai ocorrer mais em termos de reinversão do excedente da renda por ela gerada. Em nível de especulação, uma vez que não se dispõe de dados concretos que sirvam de apoio a essa afirmação, pode-se admitir que a margem de capitalização possível à lavoura nesse período não pode ter sido muito alta, o que implica em reinversão também moderada. Convém lembrar que as perspectivas econômicas da cacauicultura ainda eram limitadas.

No período que vai de 1860 a 1890, inicia-se a exploração econômica do cacau na região, estendendo-se as plantações a praticamente todas as vilas da Comarca de Ilhéus, "ganhando agradável aspecto", (Tavares 1913:11) (54), as margens do rio de Contas, Cachoeira, Pardo e Jequitinhonha.

A partir de 1860, a introdução das variedades Pará e Maranhão, do grupo "forasteiro", — que se adaptam excelentemente às condições locais dada a sua maior rusticidade e resistência, e as menores exigências quanto a condições ecológicas e a sua maior produtividade — determina condições mais favoráveis para a expansão da lavoura, que deixa as margens dos rios e passa a ocupar as encostas de terrenos menos férteis, até então considerados inaptos para o cultivo, expandindo-se no sentido norte do eixo Itabuna/Ilhéus.

O ano de 1890 é aquele em que o cacau se firma definitivamente na pauta de exportação do Estado, ganhando daí em diante ascendência sobre os demais produtos, até se constituir em principal riqueza da Bahia. Embora sua importância relativa no valor das exportações do país ainda não ultrapasse 1,5% do total (Prado 1972:147) (42), a produção de cacau da Bahia já representava, em 1890, 9% da produção mundial e 20% do total das exportações do Estado.

A última década do século XIX marca o período de sedimentação da economia cacauzeira, caracterizado por intenso movimento migratório para a região. Abrem-se milhares de roças nas florestas e inicia-se o processo de formação da grande propriedade e a fase de expansão da lavoura em ritmo mais acelerado.

A lavoura cacauzeira se realizava, inicialmente, na pequena propriedade, sendo o produto explorado pelo trabalho familiar. Assim foram feitos os primeiros desbravamentos e plantadas as primeiras roças. O progresso econômico — demanda crescente e aumento de preços — e o valor financeiro das terras já desbravadas foram os elementos de atração para a implantação dos grandes estabelecimentos, fenômeno esse que vai ocorrer a partir da última década do século passado, determinando uma aceleração no ritmo de crescimento da lavoura do cacau, que até então apresentava uma progressão lenta, em decorrência dos inúmeros fatores negativos que se constituíam em obstáculos ao seu desenvolvimento.

3.2.3. Fatores que retardaram o desenvolvimento da cultura do cacau

A lavoura cacauzeira, tanto no seu período inicial de implantação, que se situa na primeira metade do século XIX², como, posteriormente, na fase de expansão, iniciada a partir de 1860, manteve, por uma série de fatores, seu desenvolvimento em níveis muito baixos. O próprio caráter desbravador de que se revestiu o empreendimento constituiu-se em fator negativo, pelas dificuldades enfrentadas pelas frentes pioneiras em luta contra os rigores do clima e das matas bravias, sem outros recursos ou proteção que a força de seus braços. Aliava-se a isso o desconhecimento das técnicas adequadas ao cultivo do cacau, tanto no que se

1 Ver capítulo sobre Comercialização.

2 Da introdução do cacau na Bahia, que data dos meados do século XVIII, até a segunda década do século seguinte, quando o empreendimento ganha seqüência, o cultivo do cacau foi tão descontínuo que praticamente não se pode contar essas primeiras tentativas abortadas como fazendo parte do processo da implantação da cacauicultura.

refere a tratos, quanto à própria escolha de solos.

Quando a lavoura começa a crescer, uma série de outros fatores continua influenciando negativamente no seu processo de expansão. A ausência, por exemplo, de meios e vias de transporte, aliada ao uso de técnicas primárias, obrigava à maior ocupação de terras nas margens dos rios, aptas para o cultivo, e cujos cursos funcionavam como vias naturais de escoamento do produto. Essa localização sujeitava a lavoura à instabilidade das enchentes periódicas dos rios, como ocorreu nos anos de 1914 e 1921, quando as roças às margens dos rios Pardo e Jequitinhonha foram totalmente destruídas.

Em consequência da precariedade dos meios de transporte e do mau acondicionamento do produto, dá-se a sua freqüente deterioração. As condições de escoamento se refletem, inclusive, na qualidade do cacau, determinando cotações diferentes entre o produto dos locais onde o escoamento se faz mais facilmente pelo curso dos rios e de outros que dependiam do transporte em lombo de burro. A Gazeta de Ilhéus do dia 23 de outubro de 1902, p.1, no artigo "Cacao de Ilhéus", menciona a má cotação do produto no município, em relação ao de Canavieiras e de Belmonte. Questiona o aspecto do preparo do cacau, o que pode, em parte, ser responsabilizado pelo fenômeno, mas atribui mais especificamente a má qualidade ao fato de estarem "as suas lavouras situadas a 50 e mais léguas dos portos de embarque e, principalmente no inverno, há dificuldades de saída do produto que não pode chegar aos portos sem avaria, provenientes das chuvas que apanha no trajeto de um a dois dias, único motivo que não pode deixar de ser considerado muito plausível, que podemos alegar como determinante da inferioridade do produto".

Além desses fatores, outros aparecem ainda como responsáveis pela lentidão com que se desenvolveu a lavoura do cacau, entre eles a descrença em relação à lavoura cacaueira, por parte dos grandes proprietários, em face do tradicionalismo da economia açucareira¹, atitude essa que só irá se modificando à proporção que o açúcar se torna mais deficitário e o cacau se confirma como produto economicamente rentável. A grande propriedade cacaueira só vai ocorrer na última década do século XIX. Antes disso, o empreendimento se realiza quase que exclusivamente através da pequena iniciativa, configurada em roças esparsas, de ínfimas dimensões, compondo a atividade policultora de região. O caráter transitório das colônias onde foi tentada a plantação do cacau é outro fator negativo, pois o produto utiliza lavoura de longo prazo e exige uma continuidade que as colônias não tiveram. Multiplicaram-se as roças,

desbravando-se terras devolutas pelos meios mais primários, tanto de posse como de ocupação, de forma descontínua, desordenada.

3.2.4. Posição oficial face à nova economia

A crescente importância da lavoura cacaueira para a economia do Estado passa a requerer medidas de proteção, tanto no sentido de garantir melhores condições para o plantio, como no de disciplinar as futuras plantações.

A partir de 1890 a taxaço sobre o cacau é, da ordem de 14% *ad valorem*, (Homen. 1970:13) (28). As arrecadações do Estado, que na última década do século haviam alcançado um total de 88.973:629\$ 588, de 1900 a 1909, sobem para 103.376:384\$ 979 e na década seguinte atingem um total de 209.093:206\$ 812. O crescimento percentual é de 1,51% ao ano no primeiro decênio do século e de 7,2% ao ano na década seguinte. Segundo Mário Ferreira Barbosa, "isto se explica pelo aumento do valor oficial da exportação dos principais produtos do Estado, principalmente o cacau". (Barbosa 1923:152) (7).

Em 1905, o cacau concorria com 19,45% de renda tributária do Estado. Já a partir de 1903, o cacau passara a primeiro produto de exportação do Estado, suplantando o café que mantivera esta posição nos últimos dez anos.

A despeito da importância cada vez maior de lavoura cacaueira, ela permanece praticamente desassistida, fruto do trabalho desbravador.

No conjunto das dificuldades com as quais a lavoura cacaueira se vê a braços nesse período, ressaltam dois aspectos de importância:

- a — dificuldades de escoamento do produto;
- b — falta de créditos para a lavoura.

A falta de meios e vias de escoamento para o cacau foi, durante todo o período de implantação da lavoura, um dos fatores mais limitantes de suas possibilidades de expansão. O cultivo foi restrito a áreas cujo acesso fosse permitido pelos rios, ou, no máximo, a certa proximidade dessas vias de escoamento natural.

O transporte do produto das roças situadas em locais afastados fazia-se oneroso, ficando o cacau sujeito a avarias e, na época chuvosa, à perda total.

A falta de estradas que permitisse uma fluência normal das safras para os portos de embarque, unia-se outro fator: a irregularidade das linhas de navegação para os referidos portos, notadamente o de Ilhéus, onde se concentrava o maior volume da produção de cacau da região.

1 A descrença parece inexplicável pelo fato de economia açucareira não ter sido muito mercante na região. No ano de 1866, em toda a Comarca de Ilhéus, havia apenas 9 engenhos de açúcar em atividade e 3 em Fogo Morto (Dantas 1886:3) (20), enquanto no Recôncavo o número subia a mais de 500. A despeito disso, a cana de açúcar continuava sendo a lavoura nobre, congregando a maior parte das forças produtivas e gozando de todos os benefícios e amparos oficiais. Assim, no mesmo ano de 1866, o açúcar pagava impostos de exportação de 3% *ad valorem*, enquanto o café, cacau, fumo e algodão, eram taxados em 6% (Ibid). E nota-se que, nesse ano, a indústria açucareira sofre um de seus momentos mais agudos de crise, com a depreciação dos preços no mercado externo, os efeitos de extinção do tráfico de mão de obra escrava e, ainda, a lavoura atacada de "moléstia da cana" que a ameaça de destruição. Os grandes proprietários, no entanto, permanecem fiéis à lavoura tradicional, apegados ao prestígio que ela lhes conferia.

Somente na primeira década do nosso século, vão ser tomadas as primeiras medidas para facilitar não só a saída da produção das fazendas, como o seu pronto transporte para o Porto de Salvador, onde a maior parte do produto era exportada para o estrangeiro¹.

A navegação a vapor para os portos da região ainda se fazia precariamente, no início do século. A Cia. Navegação Bahiana servia a região desde 1870, através de sua linha mensal Salvador/Alcobaça, com escala em Maraú, Camamu, Rio de Contas, Ilhéus, Belmonte, Canavieiras e Prado. Esse serviço, apesar de contratado mensalmente pelo Governo da Província (Mach.1874:12)(34), nem sempre desempenhava seu papel com regularidade. Frequentemente, os vapores deixavam de servir a um ou mais portos se estes apresentavam condições desfavoráveis de aportamento, o que sempre acontecia na estação chuvosa, quando as barras e canais sofriam assoreamento por força das enchentes dos rios. Dessa forma, o escoamento dos produtos da região passava a depender de pequenas embarcações que, com o crescimento de produção, não se mostravam suficientes.

Somente na primeira década do século XX tratou o Governo do Estado de promover meios mais eficazes de escoamento das safras.

Em 1908 foi reorganizado o serviço da Cia. Navegação Bahiana, com vistas ao melhor atendimento da Região Sul do Estado.

Em 1913 inaugura-se a linha-tronco da ferrovia Ilhéus/Itabuna, com 59 quilômetros, cuja construção se iniciara em 1904. Com isso, estabeleceram-se melhores condições de transporte da produção dessa área para Ilhéus, que começa a assumir, entre os portos da região, a liderança no embarque do cacau, face à sua situação em relação ao eixo produtor.

Até 1926, porém, o Porto de Ilhéus, dada a precariedade de suas condições naturais, oferece abrigo apenas a embarcações de pequeno porte e continua como intermediário na exportação do produto, enviando-o para o Porto de Salvador, de onde é remetido para o exterior. Em 1926, com as primeiras obras realizadas no Porto de Ilhéus, este passa a exportar diretamente, acabando por assumir a liderança no embarque de cacau². O problema de escoamento das safras, porém, continua afligindo a lavoura cacauzeira. O Porto de Ilhéus, apesar da importância que ganha no decorrer do período, permanece sem condições para o exercício pleno de atividade exportadora.

Quanto a condições rodoviárias, a região não sofre grandes alterações até a década de 30 do nosso século, quando o Instituto do Cacau, face à crise que ameaça de colapso a lavoura cacauzeira, inicia suas atividades, desenvolvendo uma política de planificação da economia regional, que prevê não só a construção de estradas³, como outras medidas de estímulo à lavoura⁴.

1 Os portos naturais da região não ofereciam condições a navios de maior calado, o que praticamente impossibilitava a exportação direta do cacau da região, salvo em caso de marés extremamente favoráveis, que permitissem o acostamento de barcos estrangeiros de pequeno porte.

2 Ver capítulo sobre comercialização.

3 Nos cinco anos seguintes, são construídos cerca de 500 quilômetros de estradas de tráfego permanentes.

4 Ver capítulo sobre comercialização.

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

... ..

PARTE II — A BASE RURAL

... ..

... ..

Capítulo 4

PROPRIEDADES: DA DISPUTA À "DIVISÃO" DAS TERRAS

Retomando o enfoque do Polígono como um todo, a questão da formação da propriedade apresenta certas peculiaridades em cada sub área.

4.1. Variação da atividade econômica em função da propriedade

Um estudo da propriedade na região remete, necessariamente, a uma apreciação das atividades econômicas nela desenvolvidas, uma vez que daí deriva a sua conformação. Nesse sentido, deve permanecer a conceituação sub área A e sub área B, que se convencionou adotar para definir as diversidades econômicas mais sensíveis do PD. De modo geral, na sub área A instalou-se, predominantemente, a lavoura cacaueteira, não se excluindo outras de menor porte, cultivadas concomitantemente, mas, cujo significado econômico não chega a modificar a tipologia básica de "propriedade cacaueteira" da área. Nesta sub área, a apropriação de terras de forma mais intensa se fez em função do cacau, e as propriedades se formaram com este objetivo. Na sub área B, a formação de propriedades mais típicas se deve à pecuária.

No período em estudo, 1890 a 1960, a sub área A, onde se instalaram os grandes estabelecimentos produtores de cacau, conheceu outras atividades, nenhuma no entanto, formadora de propriedade típica¹.

A produção da borracha, por exemplo, teve duas modalidades: a extrativa e o cultivo², e ocorreu em vários municípios do Polígono.

O surto extrativista da borracha situou-se no final do século passado e primeiras décadas do atual, coincidindo, mais ou menos, com o ciclo do cacau. Difere deste, porém, quanto à duração³.

O alto preço alcançado pela borracha durante o surto despertou as atenções oficiais. O governo, em lei datada de 19 de agosto de 1907 (Souza 1908:10) (53), obrigava os contratantes de terras arrendadas ao Estado na região sul para exploração de madeira ou piaçava, a plantarem 200 pés de maniçoba ou mangabeira.

De modo geral, os aglomerados nativos de maniçoba ou mangabeira eram considerados de domínio público e a extração se fazia aleatoriamente. As interferências de proprietários nesse

tipo de atividade são raras, dado que as terras eram de propriedade do Estado. Não houve pois, nessa fase, formação de propriedade em função do extrativismo da borracha.

Os principais municípios produtores de borracha foram: Taperoá, Valença, Cairu, Camamu, Maraú, Ilhéus, Barra do Rio de Contas, Canavieiras, Belmonte, Jequié e Conquista.

O plantio da seringueira, cuja cultura foi tentada desde 1908 sofreu, no entanto, inúmeros reveses⁴. As propriedades seringueiras pioneiras, localizadas nos municípios de Canavieiras, Una e Belmonte, nos primeiros anos do século XX, a despeito dos bons resultados iniciais, acabaram por ser abandonadas, dada a queda dos preços e a menor demanda dos mercados externos⁵.

Na década de 20, o Governo do Estado tenta promover a formação de propriedades dedicadas à produção da borracha, oferecendo incentivos como a concessão de terras e a distribuição de sementes (Calmon 1927:270) (14). O estímulo, porém, não encontrou receptividade pelo desinteresse dos países compradores, suficientemente abastecidos com a produção asiática, e pela utilização da borracha sintética⁶.

Já na segunda década do nosso século, a borracha começa a desaparecer do cenário econômico da Bahia, como pode ser visto na tabela anexa de exportação do produto. (Tabela nº 13)

Internamente, contribui também para a queda da produção a concorrência que a seringueira sofreu do cacau. Os lavradores do Sul da Bahia achavam que plantar a "hevea" ocuparia terras que poderiam servir à cacauicultura.

Durante a segunda guerra mundial, o produto beneficiou-se do aumento da procura. O Banco da Borracha pagava Cr\$ 24,00 por kg, passando a pagar, no entanto, Cr\$ 14,00 com o término do conflito.

Só na década de 50 vai haver uma retomada do cultivo da seringueira (agora com a formação de propriedades exclusivas), com vistas ao parque industrial do centro sul do país. O Instituto Agrônomico do Leste, criado em 1951, incentivou os trabalhos de instalação de seringaais no município de Una, numa área de 500 hectares. Dessa região a cultura se estendeu aos municípios de Ilhéus, Uruçuca e Itajuípe.

1 As propriedades ligadas à pecuária, na sub área A, formaram-se a partir da quarta década do século.

2 Apesar de algum cultivo das espécies maniçoba e mangabeira, a sua exploração é considerada extrativista e a atividade de cultivo refere-se à espécie seringueira.

3 Nos meados de 1920 a produção da borracha começa a declinar com a queda dos preços do produto nos mercados externos.

4 As primeiras mudas chegadas à Bahia vieram do Ceitão, sendo que, ainda em 1909, por pressão da bancada amazonense, uma lei federal proibiu a importação de plantas e sementes daquele país, sob a alegação de "doenças graves nas culturas", (Carta de Henrique Leal de Sá Pereira ao Dr. Lauro Borba, Vice-Presidente das Associações Rurais do Brasil, Salvador, 19 de novembro de 1901).

5 Nessa época o cultivo da borracha não assumia forma sistemática, inexistindo grandes propriedades seringueiras. Na maioria dos casos o cultivo se fez agregado ao do cacau.

6 O preço por kg do latex no mercado interno situava-se em torno de 21\$000 rs em 1925. Em 1929, o kg custava 1\$000 rs.

Calcula-se, em fins da década de 50, a existência de 3 milhões de pés de seringa na Bahia, numa área de 8 mil hectares, dos quais um milhão de pés em condições de produzir.

Só na década final do período em estudo, pode ser identificada a propriedade seringalista como expressão econômica específica, nas MRs componentes da sub área A.

Nessas micro regiões, também a pecuária chegou a formar algumas grandes propriedades, principalmente nos municípios de Itabuna e Ibicarai e em todo o litoral sul, desde a fronteira do Espírito Santo, até Ilhéus. Mas, de um modo geral, ela ocorre nas próprias propriedades cacauíferas, ocupando as "pastagens naturais" cujo solo é impróprio para o cultivo de cacauais.

Nestas condições, surgiram criatórios em pequena escala, na maioria das propriedades de cacau chamadas de dedicação exclusiva. Naquelas onde a criação assume maiores proporções, estabeleceu-se a modalidade chamada de "propriedade mista". Este tipo de propriedade é mais comum na faixa de transição¹ ou nas propriedades onde os solos esgotados já não permitem o cultivo eficaz do cacauífero, transformando extensas áreas em pastagens.

Uma outra atividade, desenvolvida na sub área A, é a extração da piaçava, cuja exploração se fazia sempre sobre reservas nativas, sem que jamais se manifestasse qualquer tentativa de cultivo sistemático. À exceção do município de Porto Seguro, onde se podem identificar propriedades exclusivamente dedicadas à piaçava², nos demais municípios da sub área A ela coexiste fisicamente com o cacau, que detém a prioridade. Aqui se repete a situação da propriedade mista cacau/pecuária. No caso da piaçava/cacau, a primeira funcionaria na grande propriedade como opção para a mão de obra ociosa do cacau em épocas de entressafra ou em período de crise daquele produto.

Nas terras devolutas, a exploração da piaçava era de domínio público (como ocorria com a borracha nativa) e atendia ao sustento das camadas mais pobres da população e dos trabalhadores do cacau nos períodos de entressafra e de crise.

Apesar da existência de um mercado comprador constante para o produto, e de sua persistente e, até certo ponto, marcante presença nas exportações do Estado, não se deu assistência ou orientação à exploração da piaçava, e não se formaram propriedades para o seu cultivo.

Além das atividades já mencionadas, registra-se o cultivo de gêneros de subsistência, tais como: mandioca, arroz, milho, café, etc. Esta produção porém coexistia com o cacau, não ocorrendo, no período em estudo (1890 a 1960), a formação de

propriedades exclusivas da lavoura de subsistência.

Desses gêneros, apenas o café, no início do período, teve maior importância como produto de exportação.

Assinala-se sua presença apenas até a primeira década do século XX. Mesmo assim, a lavoura de café ocorreu juntamente com o cultivo do cacau.

Na sub área A, a produção de café ocorreu mais intensamente na parte norte, principalmente nos atuais municípios de Nilo Peçanha, Ituberá, Gandú, Ubatã e Ipiáu. Outras áreas produtoras estão situadas nos municípios de Itabuna, Iitororó, Potiraguá e Porto Seguro.

A sub área B conheceu praticamente as mesmas atividades econômicas, e a formação de propriedades obedeceu aos mesmos padrões básicos que a sub área A. Diferentemente, naquela sub área, a atividade predominante é a pecuária e em função dela se formaram as propriedades de grande extensão. A coexistência nas propriedades pecuárias de outras atividades econômicas (predominantemente a lavoura de subsistência de pequeno ou médio porte) não afetava, jamais, a prioridade econômica da primeira.

4.2. Propriedade cacauífera

A partir de 1890, quando a economia cacauífera já é uma realidade, e aumenta o consumo mundial do produto³, vai se iniciar o processo de formação das grandes propriedades cacauíferas.

Imensas áreas que compõem o PD mantiveram-se, durante o período anterior ao surto da cacauicultura, em estado devoluto, à exceção das propriedades legalizadas pelo sistema de sesmarias. Essas mesmas, no entanto, em sua maior parte, não eram cultivadas, "porque a maioria das extensas fazendas pertencem a Senhores, muitos dos quais não as cultivam nem habitam". (S. Lour. 1870:34) (48). No mesmo Relatório, o Barão de São Lourenço, Presidente da Província, informa: "Nossas Comarcas do Sul, oferecem à imigração recursos imensos, todas cortadas de rios e cobertas de matas virgens onde a devastação não tem ainda chegado".

Desta forma, a abundância de terras férteis oferecia amplas possibilidades para a formação ou a expansão da propriedade, sem maiores preocupações quanto ao aspecto legal de posse. Até a República as terras devolutas pertenciam ao Governo Imperial, que não opôs restrições oficiais à sua ocupação, pela extensão de terras sem uso, aliada à dificuldade de fiscalizar a ocupação. Em toda a

1 A faixa ecologicamente propícia ao cacau abrange uma extensão de aproximadamente 150 quilômetros do litoral, iniciando-se aí a chamada faixa da transição, onde os solos são mais rasos e menos aptos para a cacauicultura.

2 Não são propriedades caracterizadas por cultivo, mas pela ocorrência nativa de piaçavais, cujos solos pobres não permitem outro tipo de aproveitamento.

3 Em 1900, a produção mundial atingiu a 102.066 toneladas e o consumo a 100.992 toneladas.

área correspondente ao PD havia duas Comarcas¹, cujos Ouvidores tinham por encargo fiscalizar o corte de madeiras e promover a fixação de colonos e o desenvolvimento de cultivos como o do café e do cacau². Não havia, pois, intenção de regulamentar ou fiscalizar a ocupação das terras devolutas. No Relatório já mencionado, o Presidente da Província da Bahia refere-se a empenhos do Governo Imperial em demarcar e vender lotes nas Comarcas do Sul, para fixar colonos na região, visando principalmente braços para a lavoura, em vista da situação, cada vez mais instável, da mão de obra servil no país. Ao mesmo tempo, o Presidente da Província informa das dificuldades de realizar este intento, assim como de legalizar a posse daqueles que já ocupam terras em caráter arbitrário, uma vez que os custos com a demarcação, medição e com o processo de legalização resultavam "três vezes mais caros que a própria terra". (Ibid: 36). Em 1884, o Presidente da Província (Chaves 1884:43) (16) afirma o interesse do Governo em "povoar o quanto antes as terras do Sul, ou arrendando-se em grandes massas a companhias que se propusessem a cultivá-las, ou retalhando-as em lotes que serão vendidos a crédito por 3 a 5 anos ou a dinheiro", propósito este que, pelas dificuldades mencionadas, permanece na intenção.

A lavoura cacauzeira, no seu processo de implantação, (considerado até 1890), valeu-se, pois, da modalidade de ocupação primária da terra, prática aliás habitual a todas as atividades agro-econômicas desenvolvidas na área do PD.

Na sub área B, por outro lado, a pecuária desenvolveu-se, ao mesmo tempo, nas fazendas legalmente constituídas e naquelas constituídas pelo sistema de ocupação primária. Convém destacar que, na sub área A, a lavoura cacauzeira, na sua fase de maior expansão, (a partir de 1890), vai acentuar ainda mais essa tendência à ocupação arbitrária da terra pelo afluxo migratório resultando na sua ocupação indisciplinada.

4.2.1. Ocupação: O aspecto legal. Os conflitos surgidos

A partir de 1891, o aspecto legal da posse da terra já havia sofrido modificações. Com a República, por força do artigo 64 da 1ª Constituição Federal, as terras devolutas da Província passavam agora para o domínio do Estado da Bahia. A Lei Estadual nº 198, de 21 de agosto de 1897, cria a Inspeção Geral de Terras, Colonização e Imigração, "indispensável à guarda e conservação do

imenso patrimônio que lhe ficara a pertencer". (Diário Oficial 1923:173) (22). No mesmo ano foram criadas as Delegacias de Terras, uma das quais no município de Ilhéus, com o objetivo de disciplinar a ocupação das terras devolutas e promover a legalização das posses adquiridas por direito de uso. Permaneciam, no entanto, as dificuldades do período anterior quanto a medições, demarcações ou fiscalização, acrescidas da resistência que os posseiros opunham. A vastidão da área e as dificuldades de acesso contribuíam para que a situação permanecesse inalterada.

Com a intensificação do cultivo do cacau, a partir de 1890, passam a ser ocupadas arbitrariamente não só terras devolutas do Estado, como áreas de propriedades legalmente constituídas, mas precariamente usadas. No seu processo de expansão, o cacau tende a ocupar todas as terras próprias a seu cultivo. As grandes propriedades que se formam a partir de 1890 são marcadas, assim, por duas características no que se refere à questão da legitimidade da posse da terra:

a) ocupação arbitrária e ilegal de terras do Estado;

b) invasão das propriedades legalmente constituídas (extensas e de limites mal definidos), cujo direito de posse deriva do instituto das sesmarias.

O desatendimento ao aspecto legal da posse da terra vai gerar, durante o período da expansão da cacauicultura e da formação das grandes propriedades, dois níveis de conflito entre os agentes da produção:

1 – oposição entre o pequeno lavrador – geralmente aquele que, por carência de recursos e de esclarecimentos, é o que menos se preocupa em legalizar a posse das terras devolutas que ocupa – e o grande produtor. Este, mediante o expediente de requerer ao Estado a posse de grandes áreas de terras, vai "engolir" o pequeno lavrador, cuja roça esteja situada na área por ele requerida legalmente. Ainda no aspecto de oposição entre grande e pequeno lavrador, há o problema da invasão de grandes propriedades legais, cujas terras permanecem, na sua maioria, sem uso e que vão sendo invadidas com o plantio de roças³.

2 – a segunda situação de conflito estabelece-se entre requerentes de posse de grandes áreas, que disputam por questões de limites ou por ambição de terras vizinhas aos seus domínios.

Dessa situação geral, e do caráter ilegal de que se revestia a posse de muitas propriedades de cacau na região, resultou um clima propício ao surgimento de querelas que, não raro, se resolveram pela violência. Permitiu também, a prática do "Caxixe"⁴ e toda a sorte de arbitrariedades e

1 A Comarca de Ilhéus e a de Porto Seguro, com jurisdição sobre a sub área A do PD (correspondendo à faixa litorânea onde se estabeleceu o eixo da economia cacauzeira), e parte da sub área B. A área mais interiorizada do PD, contudo, estava sob jurisdição da Comarca da Jacobina, cujo raio de ação cobria grande parte das atuais micro regiões 144, 145 e 146 (Jequié, Planalto de Conquista e Pastorel de Itapetinga).

2 Não constavam de suas atribuições policiais a ocupação de terras, em sentido proibitivo.

3 Isso ocorre, geralmente, menos por má fé do que pela impossibilidade de se distinguir entre terras devolutas e propriedades particulares, dada a inexistência de marcos definidores dos limites dessas últimas.

4 Modalidade fraudulenta de apossamento e/ou comércio de propriedades não registradas ou com documentação irregular.

desonestidades, no afã dos lavradores de conseguirem formar ou expandir suas propriedades, ou ainda de aventureiros que buscavam lucros fáceis com o comércio de terras.

4.2.2. Expansão da propriedade cacauceira. Comportamento típico e atípico

Ao nível do lavrador, o mecanismo da expansão da propriedade obedece a algumas formas de comportamento mais ou menos típicas.

Em alguns casos, o próprio lavrador das "buraras"¹ expande as suas roças incorporando áreas vizinhas à plantação inicial, obtendo uma propriedade de grandes dimensões. Expande, ao mesmo tempo, o sistema de trabalho, que inicialmente era do tipo familiar, passando a utilizar mão de obra alugada ou contratada. Nesse processo, tanto pode ocorrer a incorporação de áreas ainda incultas, onde são plantados novos cacauais, como também a compra de roças já cultivadas, usando-se o sistema de pegar por pé de cacau plantado, cujo preço varia de acordo com a idade do cacauceiro. A terra não entra como valor nessa transação, uma vez que inexistia sua posse legal. Mesmo nos casos de compra de cacauceiros, a posse que se estabelece continua sendo do tipo primário, uma vez que se trata da transferência de terras não tituladas. Dessa maneira, na expansão da propriedade, o lavrador adota a modalidade de ocupação primária da terra e, na maioria dos casos, não há legalização da posse. Em muitos casos a posse é requerida, sem maiores empenhos por parte dos posseiros na conclusão dos processos de legalização. Um exemplo dessa displicência é a quantidade de processos de requisição de posse, na Delegacia de Terras de Ilhéus, alguns até dos finais do século passado, paralisados por falta de comparecimento dos requerentes para cumprirem as exigências legais necessárias.

4.2.3. Emprego de capitais no processo de expansão

Outro tipo de propriedade cacauceira de grandes dimensões, que aparece nesse período, é a que se instala nas áreas cuja posse é requerida ao Estado, prática que se tornou mais ou menos freqüente a partir da primeira década do século XX. Esses requerimentos eram feitos por pessoas mais esclarecidas e influentes, que dispunham de capital para arcar com as despesas de medição, demarcação e tramitação de processo de legitimação da posse. Além disso, as posses eram concedidas mediante o pagamento de uma quantia por hectare que, nos anos de 1908-1909, variava entre

2\$000 e 5\$000², de acordo com a localização, qualidade e situação das terras. Assim, no ano de 1909, 23 posses são concedidas no município de Ilhéus, "com preço de 3\$000 a 5\$000³.

Além das despesas com a aquisição, o proprietário da grande área requerida legalmente deveria arcar ainda com o ônus da formação dos cacauais, embora o sistema de trabalho adotado para o desbravamento e as primeiras plantações não requeresse grande emprego de capital.

A modalidade mais comum de implantação de grandes cacauais, no período da formação das propriedades, é a que utiliza o trabalho de mão de obra contratada.

O "contratista", figura constante na fase de desbravamento, dedica-se, mediante contrato⁴ por tempo determinado, a plantar certo "número de cacauceiros, cuidar deles até a primeira colheita, geralmente cinco a seis anos". (Seligsohn s.d.:22) (49).

Findo o prazo de formação do cacaual, o "contratista", "receberia por cada cacauceiro uma determinada soma" (Ibid). A manutenção do "contratista" e sua família era assegurada pelo fruto das roças de subsistência cultivadas paralelamente ao cacau, e por ocasionais atividades extrativas, principalmente a piaçava. (Costa 1923:16) (17). O dispêndio de capital por parte do proprietário só se fazia quando a roça estava em princípio de produção, auto financiando a sua plantação. Até certo ponto, o "contratista" funcionava dentro dos moldes tradicionais de maior valorização do trabalho do que da terra. Tanto o contratista, que trabalhava na área legalizada do grande proprietário, como o pequeno posseiro lavrador das "buraras", vendiam o cacauceiro e não a terra, uma vez que aos dois faltava o direito de posse da mesma.

Na fase de desenvolvimento das propriedades, a abundância de terras devolutas permitia aos recém-chegados a ocupação de áreas em locais acessíveis e de solos aptos à cacauicultura.

A fase inicial (fins do século XIX e primeiros anos do XX), foi marcada por intenso movimento migratório, multiplicando-se as pequenas roças individuais, ocupadas indiscriminadamente, por lavradores vindos de outras regiões da Bahia e de outros Estados, principalmente Sergipe.

Com o crescimento da lavoura e o aumento de requisições de posse de grandes áreas, torna-se constante a modalidade de trabalho sob contrato, já que os imigrantes não encontram as mesmas facilidades para ocuparem terras livres e bem localizadas.

Da última década do século XIX até 1930,

1 Pequena fazenda ou roça dos cacauceiros.

2 Conforme "Edital n.º 2 da Diretoria de Terras e Minas - Vendas de Terras", publicado no jornal 'A Bahia', de 22 de janeiro de 1908.

3 Idem n.º 4 de 13 de fevereiro de 1909.

4 A expressão não tem sentido legal, mas o de responsabilidades mutuamente assumidas entre o trabalhador e o proprietário da terra.

período de maior expansão da lavoura, em que se formaram as grandes propriedades cacauceiras na região do PD, a atuação do "contratista" vai ser uma presença constante, "face à falta de braços assalariados numa região cujo produto estava sujeito a uma demanda rapidamente crescente". (Seligsohn s.d.:22) (49).

4.2.4. A dimensão das propriedades como fator de caracterização

No processo de formação, a propriedade cacauceira — em termos de opção tipológica — buscou uma conformação que mais se adequasse ao exercício da lavoura em causa.

Deve-se considerar, em função disso, o fato de margem de lucro do produtor estar na dependência do volume produzido. Esse lucro não foi buscado no fomento à produtividade das roças, e sim na expansão da sua área: para produzir mais, planta-se mais. A forma mais adequada para o exercício da lavoura, em função desses critérios, era a grande propriedade, onde a multiplicação dos cacauais garantiria safras mais volumosas. O minifúndio parece cada vez mais antieconômico. Espotada a incorporação das terras incultas a um núcleo inicial, passa-se à agregação de outras propriedades já cultivadas.

Esta prática atendia a duas imposições básicas:

— o aumento de solicitação dos mercados compradores, estimulando o crescimento da produção;

— o mecanismo de comércio interno do produto, que permitia ao lavrador uma margem reduzida de lucro, que só podia ser aumentada com o maior volume da produção e, portanto, com a expansão do cultivo.

4.2.4.1. A "burara" e o "conjunto"

Estabeleceu-se, então, uma das peculiaridades que mais desperta a atenção do estudioso

da propriedade do cacau — considerada como um todo sistêmico: a tendência demonstrada, no seu processo formativo, de evoluir da pequena para a grande ocupação da terra¹. À medida em que se intensificava a vocação cacauceira da região, a pequena roça inicial ou "burara" ia sendo ampliada ou incorporada a áreas mais amplas de cultivo. Um dos fenômenos constantes que pode ser observado quanto à propriedade cacauceira é o processo de agregação sucessiva de áreas para a formação do "Conjunto"². Houve, então, no exercício da lavoura cacauceira, uma nítida tendência no sentido da expansão, ao contrário da propriedade açucareira, por exemplo, que sofreu um lento mas contínuo processo de desintegração das formas latifundiárias iniciais.

O caráter antieconômico da pequena propriedade levava a seu progressivo desaparecimento como unidade autônoma, passando a integrar propriedade maior. Com isso, vai se reduzindo o número de proprietários na região. Otto Seligsohn informa, com base em recenseamentos realizados pelo Instituto do Cacau e pela CEPLAC, que havia 28 mil cacauicultores em 1944, passando a 18 mil vinte e um anos depois. (Seligsohn s.d. 23) (49). O decréscimo se dá ao nível do pequeno proprietário, que detém área inferior a 100 hectares.

O fenômeno pode ser melhor compreendido considerando-se a situação do pequeno proprietário, preso a um círculo vicioso gerado por sua baixa disponibilidade financeira e pelo imediatismo da produção — às vezes o agricultor empenhava até a safra futura, em função dos adiantamentos concedidos pelo comprador. Pouco esclarecido e desconfiado, o pequeno proprietário não recorre a créditos oficiais que lhe permitam melhorar suas roças através da renovação de cacauais, da adubação, etc, para alcançar delas maior produtividade.

Só a partir do advento da CEPLAC³, com sua atuação direta sobre os proprietários, é que esse comportamento começa a ser modificado, inicialmente com reservas e depois com entusiasmo ante os resultados obtidos pelos pioneiros⁴.

1 Evita-se, deliberadamente, a expressão "grande propriedade", por considerar-se que o critério que a define não deve considerar apenas a área, mas também o volume da produção, a dedicação, etc.

2 Designação de propriedade formada pela adição de áreas limítrofes a uma propriedade inicial, ou por propriedades contíguas, pertencentes a um mesmo dono, aglutinadas sucessivamente.

3 Criada pelo Decreto Federal nº 44.987 de 20 de fevereiro de 1957.

4 Das doze pequenas propriedades visitadas, em janeiro de 1973, nos municípios de Itabuna, Una, Carnéia e Pau Brasil, (áreas variando de 5 a 40 hectares), apenas uma persistia no esquema tradicional de trato de suas roças, que datavam de aproximadamente 50 anos, sem que tivessem sido renovadas. Indagado sobre o volume da produção, o proprietário informou que esta havia diminuído bastante nos 18 anos em que a propriedade lhe pertencia (advinda por herança), mas que o cacau é assim mesmo — "dá quando quer".

Capítulo 5

PRODUÇÃO: AS ATIVIDADES DO CAMPO

5.1. Características da produção

A produção cacauêira na Bahia vem sendo marcada por características de extrema instabilidade. Até 1960, a lavoura utilizava métodos empíricos, baseados nas condições naturais, sem que tivesse havido um esforço estruturado no sentido de um controle sobre o processo de produção.

5.2. As oscilações: causas e efeitos

Nos casos em que a lavoura é castigada por ocorrências climáticas, tais como: chuvas excessivas, secas ou enchentes dos rios, as perdas aparecem como ocorrência normal de qualquer atividade agrária.

Na maioria dos casos, no entanto, o que se observa é o despreparo dos produtores, empregando, ano após ano, processos rotineiros de plantio e beneficiamento. Na escolha de áreas para as novas plantações, "não se estuda o terreno nem a variedade adequada a elle, chegando-se a fazer culturas em climas secos, acatingados, de altitude inconveniente, com variações bruscas de temperatura". (Calmon 1925:164) (13).

O processo de expansão da lavoura cacauêira valeu-se da prática da derruba indiscriminada de árvores e da queima do solo, rudimentar e nocivo mais de "limpa" da terra. A manutenção de árvores para sombreamento não chegou a compensar o desequilíbrio de áreas atingidas com os grandes desmatamentos.

Outro aspecto importante na oscilação da produção é a existência de cacauais de 50 e até 80 anos ocupando solo apto para o cacau, e cujo rendimento já se acha em franco declínio.

Daf o desequilíbrio da produção cacauêira na Bahia, cuja instabilidade se manifesta em dois níveis: na irregularidade do volume de produção sujeito a constantes oscilações e no decréscimo dos índices de produtividade.

A produção de cacau da Bahia apresenta um volume irregular, embora haja uma tendência geral ascendente. Essa oscilação apresenta, em certos anos, aspecto alarmante, quando o volume da produção cai até, aproximadamente, 60% em relação ao ano anterior, como é o caso da safra de 1921 em relação à de 1920¹.

Nos outros anos tomados como exemplo (Anexo: tabela 1 e gráficos 1 e 2), as causas da queda de produção são as mais variadas².

As quedas de preço, a carência de transporte e a diminuição das solicitações dos mercados compradores determinam momentos de retração na atividade produtora, uma vez que o cacau requer venda imediata, não suportando estocagens prolongadas. Pelos registros (Anexo: tabela 1 e gráficos 1 e 2) se verifica que, nos momentos de crise, principalmente de origem externa, há a retração de mercados compradores ou a depreciação violenta das cotações. A produção sofre consideráveis reduções, já que a vigência dos preços não compensa as despesas com a colheita e o preparo do cacau.

A explicação dada pelos produtores é de que um mau ano, de seca ou de muita chuva, traz uma esperança de reação para o ano seguinte, quando as safras são geralmente mais altas. Às vezes, segundo a mentalidade regional, a perda por causas naturais não parece tão injusta e o lavrador espera que na próxima safra "Deus ajude". Dessa forma, apesar dos prejuízos sofridos, o lavrador não perde o estímulo. No caso, porém, de problemas de preço, falta de transporte ou crises determinadas pela especulação, instala-se o desestímulo, a sensação de injustiça e de revolta, e muitos lavradores deixam de cuidar de suas roças. Em alguns casos, a colheita é prejudicada já que não se espera preço compensador para o produto.

5.2.1. Oscilações de volume e de tendência

O gráfico 1 (anexo) apresenta a produção de cacau de 1900 a 1960³, indicando a linha tendencial que, ao longo do período, apresenta um crescimento de valor constante igual a 2.564,46 toneladas⁴.

Apesar do crescimento constante dos valores, ocorrem oscilações, algumas com constância cíclica, decorrentes do fenômeno em estudo ser economicamente sujeito a influências do mercado externo, e de fatores naturais como secas e enchentes, que fogem ao controle estatístico.

Pelo gráfico citado, pode-se ter uma visão geral do crescimento da produção de cacau da Bahia.

Assim, o volume da produção por década apresenta as seguintes cifras:

- 1 É verdade que essa queda se deveu a um fenômeno excepcional (a enchente dos rios Pardo e Jequitinhonha), mas não isolado.
- 2 Os problemas de ordem interna, como a falta de financiamentos, assistência técnica, etc., representam fator negativo, mas não chegam a determinar quedas bruscas do volume da produção, ao contrário das crises naturais causadas por ocorrências climáticas desfavoráveis.
- 3 Baseado em Tabela de Produção da CONCAUBA. A década anterior foi omitida nos gráficos de produção, pela dificuldade de compor uma tabela originada de fontes diferentes, que geralmente não coincidem nas cifras apresentadas.
- 4 Valor este encontrado a partir do ajustamento pelo método dos mínimos quadrados à função matemática $yc = 4.520,25 + 2.564,46 X$ ano origem 1900/1, onde X é a variável temporal e yc a produção estimada de cacau em toneladas: no ano origem 1900/1, X = 0, ou seja, a produção estimada de cacau foi igual a 4.520,29 toneladas.

| | | | |
|----------------|---|-----------|-----|
| 1900/1 - 1909 | - | 199.636 | (t) |
| 1910 - 1919 | - | 372.768 | " |
| 1920 - 1929 | - | 611.002 | " |
| 1930 - 1939 | - | 1.035.401 | " |
| 1940 - 1949 | - | 1.188.273 | " |
| 1950 - 1959/60 | - | 1.432.617 | " |

O aumento da produção por década é o seguinte:

| | Absoluto (T.) | Relativo (%) |
|-----------------------|------------------|--------------|
| 1910/19 sobre 1900/09 | 173.132 | 86,72 |
| 1920/29 " 1910/19 | 238.234 | 63,91 |
| 1930/39 " 1920/29 | 42.439 | 69,46 |
| 1940/49 " 1930/39 | 15.287 | 14,76 |
| 1950/59 " 1940/49 | 24.434 | 20,56 |

As cifras acima mostram, de modo claro, que os índices percentuais de crescimento da produção com relação ao valor tendencial estimado apresentam, a longo prazo, uma linha geral decrescente, embora esse decréscimo se apresente de forma não regular na relação entre uma década e a seguinte do período. Assim, por exemplo, na década de 1930/39, o índice de crescimento relativo experimentou uma certa recuperação em relação à década anterior, mas ainda assim, inferior ao crescimento que a segunda década do período¹ apresentou sobre a primeira.

Esse crescimento pode ser entendido como resultante da atuação do Instituto do Cacau da Bahia que, a partir de 1931, inicia a sistematização do cultivo do cacau através de incentivos de crédito e assistência técnica à lavoura, abertura de estradas para facilitar o escoamento, além de medidas disciplinadoras da comercialização do produto.

Ocorre também que de 1930 a 40 os mercados estrangeiros apresentavam-se mais receptivos, recuperando-se da grande crise de 1929/30. Nos anos seguintes o produto é reestocado para atender às exigências do seu consumo normal. E, embora os preços permaneçam baixos, uma vez que a situação monetária mundial ainda continua abalada, há absorção das safras pelos mercados consumidores.

No gráfico 2² onde as flutuações foram projetadas com eliminação da inclinação ascen-

dente de tendência³, pode-se verificar que a partir do ano de 1930/31, quando ocorre uma queda da produção de 22.374 toneladas sobre o valor tendencial ou estimado (efeitos da grande crise), apenas no ano de 1933 verifica-se outro decréscimo, sendo a produção, nos demais anos da década, toda ela acima da tendência. Quanto aos demais anos, as flutuações mais significativas abaixo do valor tendencial ocorrem em:

| | | |
|-----|--------|----------------------------|
| 1 - | 1952/3 | (- 45.472 t.) ⁴ |
| 2 - | 1947/8 | (- 41.574 " |
| 3 - | 1951/2 | (- 34.971 " |
| 4 - | 1921/2 | (- 32.540 " |
| 5 - | 1960/1 | (- 29.388 " |
| 6 - | 1948/9 | (- 25.614 " |
| 7 - | 1953/4 | (- 24.037 " |
| 8 - | 1930/1 | (- 22.374 " |

As flutuações mais relevantes, acima do valor estimado, ocorrem nos seguintes anos:

| | | |
|-----|---------|----------------------------|
| 1 - | 1937/8 | (+ 36.161 t.) ⁵ |
| 2 - | 1938/9 | (+ 31.879 " |
| 3 - | 1958/9 | (+ 31.541 " |
| 4 - | 1949/50 | (+ 26.571 " |
| 5 - | 1946/7 | (+ 26.043 " |
| 6 - | 1935/6 | (+ 25.887 " |
| 7 - | 1941/2 | (+ 23.768 " |
| 8 - | 1954/5 | (+ 23.568 " |
| 9 - | 1959/60 | (+ 22.938 " |

Numa análise mais geral, nota-se a existência, em toda a série de produção, de um movimento quase regular de crescimentos e decréscimos em anos sucessivos, influenciado por variáveis regulares⁶, embora em alguns anos existam outras variáveis não regulares influenciando o fenômeno e levando a quedas bruscas, oscilações intensas e crescimento das oscilações⁷.

Por outro lado o gráfico de produção indica que o grau das oscilações vai se acentuando paralelamente ao aumento do volume da produção. Verifica-se que do início do período⁸ até 1930, as oscilações são menos intensas e mantêm certa proximidade com relação à tendência (à exceção do ano de 1921, explicado como climaticamente anormal). Da década de 30 em diante, os movimentos oscilatórios ganham maior profundidade: a produção aparece progressivamente mais instável,

1 A referência a período no caso, indica o compreendido entre os anos de 1900 a 1960.

2 Gráfico 2: Produção de Cacau eliminada a tendência.

3 Para efeito de uma medição das flutuações, procedeu-se à eliminação da tendência através da fórmula $Y_i - Y_c$, onde Y_i são os valores observados e Y_c os cálculos através da equação tendencial.

4 Exemplificando: 1952/3 (-45.472 t.); neste ano agrícola, o volume tendencial ou estimado (Y_c) é 45.472 t. O raciocínio é o mesmo para os seguintes.

5 Neste ano o volume da produção foi superior em 36.161 t. ao volume tendencial ou estimado.

6 A variância * total, ou seja, o grau de dispersão em termos médios entre os valores observados e o valor médio da variável estudada foi da ordem de 2.341.232 toneladas. A variância residual, ou seja, o grau de dispersão em termos médios entre os valores estimados e os valores observados da produção de cacau é da ordem de 302.701.261 toneladas e a variância explicada (grau de dispersão entre os valores calculados e o valor médio), foi da ordem de 2.038.531.673 toneladas.

O desvio padrão, grau da dispersão dos valores observados em relação ao valor médio em torno da equação, foi da ordem de 48.386 toneladas e o erro padrão de estimativa, grau de dispersão em termos médios entre os volumes observados e estimados em torno da equação ajustada foi da ordem de 17.398 toneladas.

* Variância: o quadrado do desvio padrão; esperança matemática do quadrado dos desvios de 1 variável aleatória em relação à média aritmética.

7 Esse crescimento se dá quando coincidem, num mesmo ano, condições adversas, de origem endógena e exógena, que, atuando conjuntamente, determinam quedas anormais do volume das safras.

8 Período coberto pelo gráfico de produção: 1900 a 1961.

atingindo a ondulação a um máximo entre os anos de 1945 a 1954.

Retrocedendo ao início do período, observa-se que de 1900/1 a 1909/10 os valores estão todos acima da tendência, decrescendo as oscilações nos três últimos anos, quando então atingem um nível abaixo da tendência. Nesse período, a lavoura cacauzeira seguia uma trajetória expansionista, entrando em produção novas plantações a cada ano, o que permitia compensar os efeitos de condições climáticas por ventura desfavoráveis¹ e manter equilibrado o volume da produção, para a qual os mercados se mostravam solícitos.

De 1910/1 a 1933/4 as flutuações, na sua maioria, situavam-se abaixo da tendência, com dois pontos extremos correspondendo a quedas mais bruscas nos anos de 1921/2 (- 32.540 t.) e 1930/1 (- 22.374 t.).

O movimento oscilatório indica uma normalidade cíclica do processo de produção, paralela a condições de mercados mais ou menos estáveis (mesmo os anos da primeira guerra mundial não alteraram o comportamento acima descrito). As duas discrepâncias referem-se aos anos de 1921 (enchentes dos rios Pardo e Jequitinhonha) e ao ano de 1931, com a grande crise mundial determinando retração dos mercados e preços vis para o cacau. Ocorreu, nesse ano, abandono de lavouras face à impossibilidade de comercialização das safras.

No período que vai de 1933/4 a 1944/5 as oscilações tem configuração parabólica, crescendo de 1933 a 1938/9, quando atingem o máximo (+ 31.879 t.). Corresponde o aumento da produção ao período de atuação do Instituto do Cacau que, face à continuada queda dos preços do produto, desenvolve uma política baseada no critério do aumento da produção².

O período final — 1945/6 a 1960/1 — é o que apresenta oscilações mais acentuadas, atingindo níveis altos, tanto acima como abaixo do valor estimado.

À orientação de procurar fixar um limite para o volume de produção (Anexo: gráficos 1 e 2), não corresponderam medidas que viessem corrigir a tendência crescente da produção, ainda na década de 50 a 60. A situação econômica anormal conhecida pela região durante a vigência da Portaria 63 e após a mesma (1947/8), e as secas que atingiram as áreas produtoras em 1951, acarretando baixas na produção das safras 1951/2 e 1952/3, explicam internamente as quedas da produção, mesmo se considerando o aumento do consumo interno durante e após a guerra. Estes fatos, porém, conduziram a sucessivas crises regionais durante aquela década, sendo motivos para

nova intervenção, desta feita através de um órgão diretamente vinculado à administração federal, a CEPLAC, visando disciplinar e sistematizar a lavoura cacauzeira e estudar e apresentar não só propostas para a sua recuperação, mas opções para a população regional³.

5.3. Produção e produtividade: as variações locais

O desgaste progressivo da produtividade da lavoura cacauzeira na Bahia é o segundo fator responsável pela instabilidade de sua produção, que apresenta uma tendência geral decrescente na produtividade por hectare, sofrendo ainda, a curto prazo, oscilações significativas nos seus rendimentos médios.

A longo prazo, o fenômeno de desgaste decorre da caducidade das plantações mais antigas — justamente as que apresentam um rendimento médio maior, dada a melhor qualidade da terra — e cuja capacidade produtiva vem se restringindo progressivamente, uma vez que não se opera a renovação dos cacauais em tempo hábil⁴. Além desse fator, o esgotamento dos solos, usados até a exaustão e não revitalizados por adubos, e as transformações climáticas decorrentes do desmatamento indiscriminado na região, determinaram um decréscimo progressivo na capacidade produtora das plantações mais antigas. Por outro lado, o expansionismo da lavoura determinou a ocupação de áreas cujos solos apresentam aptidão mais reduzida para o cultivo do cacau, implicando também em baixa produtividade das lavouras recentes. Estas lavouras, situadas em áreas menos propícias, sofrem um processo mais acelerado de perecibilidade das árvores e de esgotamento do solo, já de si pobre e impróprio para a cacauicultura.

A curto prazo, os fatores naturais são os responsáveis pelas oscilações do volume da produção. As pragas e moléstias determinam baixas consideráveis nos níveis médios de produção por hectare, chegando a podridão perda, segundo Gregório Bondar, a provocar a perda de até 30% da safra.

A falta de dados impede um estudo do decréscimo da produtividade ao longo do período. Não foi possível determinar a área ocupada com cacauais em produção, pelo menos em cada década. Esse material, comparado com a tabela de produção, permitiria que fosse composta uma progressão da quebra da produtividade no período estudado.

Otto Seligsohn informa que a "produção de cacau seco e fermentado" por pé/safra decresceu de 900 gramas em 1920, para 450/500 em 1945.

1 Ocorrência de secas nos anos de 1901, 1904/5.

2 Ver capítulo sobre comercialização.

3 O limite do presente trabalho (1960), impede uma apreciação crítica das tentativas de mudança iniciadas no final da década de 60.

4 Um estudo de CEPLAC (Introdução à região cacauzeira da Bahia (Barroco — 1970), informa que de 400 mil hectares cultivados com cacau, 80% estariam em idade superior a 50 anos, com sua capacidade produtiva em declínio e passíveis, portanto, de serem renovados. Essa realidade não é recente.

(Seligsohn s.d: 18) (49). Por outro lado, a produção no período apresentou um aumento de aproximadamente 100%, ou seja, 59.616 toneladas em 1920, contra 106.341 toneladas em 1945. Com esses dados, tem-se uma idéia de que a área ocupada com cacauais em produção deve ter quadruplicado, para compensar a redução do rendimento da ordem de 50% e permitir um aumento de 100% no volume total da produção.

Conclusões desse tipo porém, parecem extremamente perigosas na medida em que não se dispõe de dados concretos e seqüenciados para apoiá-las e a utilização de dados esparsos pode levar a uma distorção da realidade.

Pinto de Aguiar informa, por exemplo, que a produção média por hectare teria decrescido de 670 quilos em 1939 para 344 quilos em 1957. A produção, nestes dois anos, apresenta o total de 114.000 toneladas, aproximadamente, para o ano de 1939 e de 148.396 para o ano de 1957. (Aguiar 1960:168) (4). Mantido o mesmo critério de apreciação, ter-se-ia uma nova quebra de produtividade da ordem de aproximadamente 50% entre os anos de 1939 e 1957. A conclusão lógica seria de que a área de cacauais em produção teria quase duplicado no período.

No período de 37 anos (de 1920 a 1957), a produtividade ter-se-ia reduzido à quarta parte da data inicial (1920) e a área de cacauais em produção deveria ter aumentado em 600% no período.

O que se pode apontar de positivo é que ocorreu desgaste na produtividade e que o aumento do volume da produção decorre de um aumento proporcional da área produtiva.

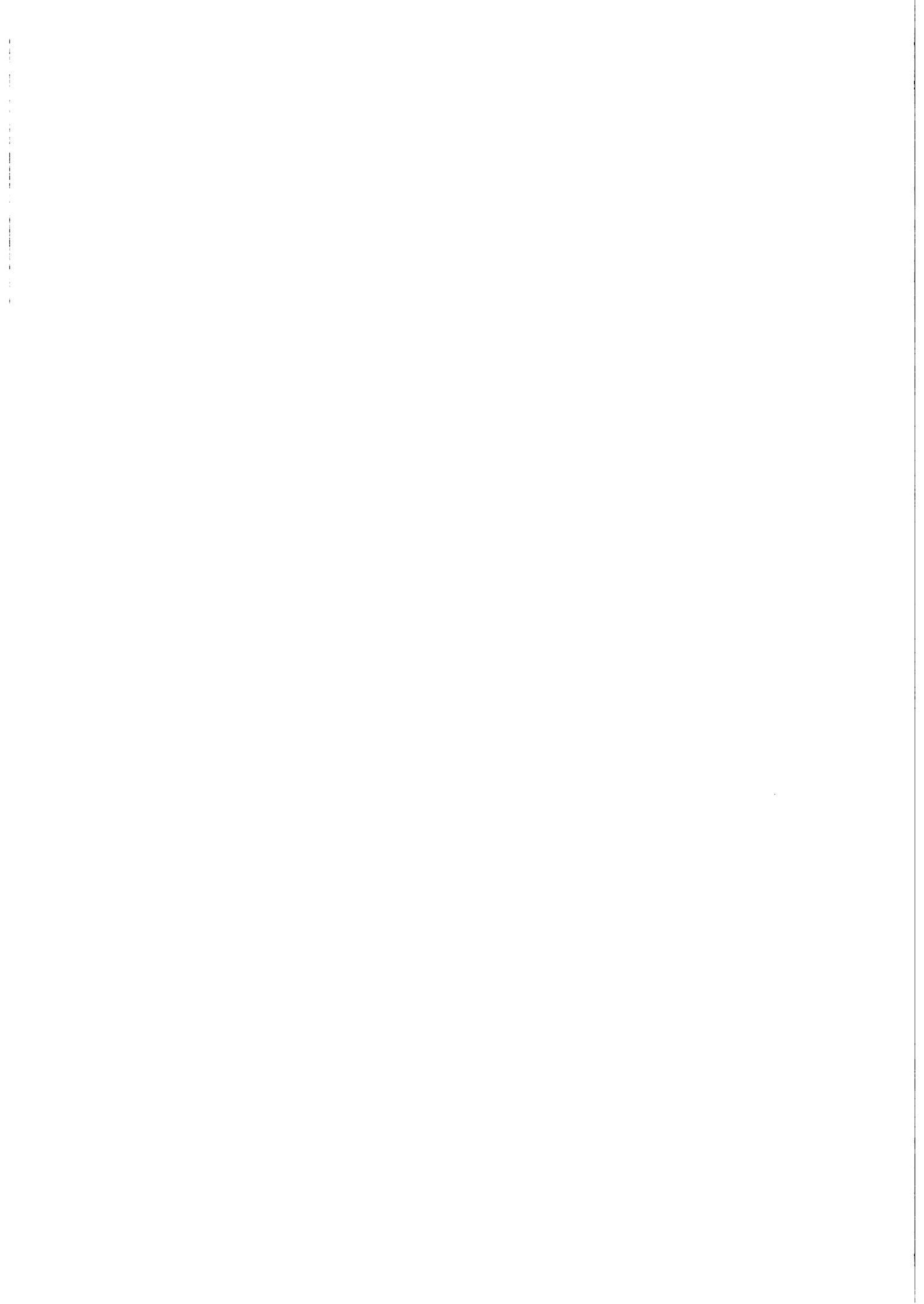
Segundo Pinto de Aguiar "entre as principais culturas processadas no Estado, a do cacau é justamente a que tem sofrido maior desgaste em se tratando de produtividade".

Em um Quadro de Produtividade da Lavoura em geral e das Principais Culturas — Bahia 1939 — 1955, (Ibid. 1960:169) (4) o autor, atribuindo

o índice 100 para a primeira data (1939) mostra que a produtividade da cacauicultura, atinge o índice 65 no ano de 1955, isto é, sofre um desgaste da ordem de 35% no período, através de oscilações constantes, e confronta esses dados com a produtividade da lavoura em geral da Bahia, que no período decaiu em 22%.

| Anos | Cacau | Lavoura em geral |
|------|-------|------------------|
| 1939 | 100 | 100 |
| 1940 | 84 | 88 |
| 1941 | 83 | 89 |
| 1942 | 68 | 82 |
| 1943 | 113 | 99 |
| 1944 | 73 | 83 |
| 1945 | 69 | 83 |
| 1946 | 78 | 86 |
| 1947 | 71 | 82 |
| 1948 | 57 | 78 |
| 1949 | 80 | 88 |
| 1950 | 85 | 88 |
| 1951 | 63 | 74 |
| 1952 | 61 | 70 |
| 1953 | 61 | 72 |
| 1954 | 71 | 82 |
| 1955 | 65 | 78 |

Um último fator a ser considerado no quadro geral de decréscimo da produtividade da cacauicultura baiana é o que se refere às formas diversas que o fenômeno apresenta nos diferentes municípios, sendo que os níveis médios até agora mencionados referem-se a toda a área produtiva. Os municípios de Camamu, Ubatã, Uruçuca, Ipiau e Maraú, por exemplo, apresentam um índice de produtividade mais alto, de aproximadamente 500 quilos por hectare contra os 344 quilos da média geral de 1957. Por outro lado, os municípios de Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e Belmonte, por exemplo, onde estão situados os cacauais mais antigos, apresentam um desgaste maior na produtividade das suas lavouras, não ultrapassando o rendimento de 320 quilos por hectare à época mencionada.



.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

PARTE III — A BASE URBANA

Capítulo 6

COMERCIALIZAÇÃO DO CACAU: A VARIEDADE DE PARTICIPANTES

As informações sobre a comercialização do cacau da Bahia anteriores ao século XIX são escassas, e as poucas notícias que se tem a respeito permitem constatar apenas a presença do cultivo na Província.

O Padre Joaquim da Silva Tavares informa "ter sido a primeira (exportação) de que se tem notícia realizada em 1778 e foi representada por 900 quilos". (Tavares, 1913:14) (54).

Braz do Amaral, nas anotações às "Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia", da Ignácio Accioly, informa sobre uma remessa de cacau para Lisboa no ano de 1798, constando de 6 sacas (24 arrobas). (Accioly 1931:160) (2).

Outra notícia sobre o assunto é fornecida por Henri Hill na sua "Lista de Exportação de S. Salvador para Lisboa e Porto" do ano de 1806, onde constam, entre outros produtos, "197 arrobas de cacau a 3\$200 cada no valor total de 632\$000", e "algum cacau estimado para 1809 de S. Salvador, enquanto o Rio de Janeiro não exporta nenhuma quantidade". (Hill 1808:19 anexo D) (27).

Seria, de qualquer forma, uma quantidade pouco significativa e um fornecimento esporádico.

Só a partir de 1834/5, há notícias de exportações regulares de cacau da Bahia, iniciada com uma remessa de 447 sacas de 60 quilos de cacau (Tavares 1913:14) (54), correspondendo a 26,8 toneladas¹, aproximadamente.

O cacau instala-se, então, entre os produtos de exportação da Província e, daí em diante, expande-se a lavoura cacauzeira, sob condições mais favoráveis, tais como:

— o crescente volume da produção, atendendo às solicitações de mercados consumidores que garantem a colocação do produto;

— a reativação do comércio, prejudicado no período anterior, o que oferece campo favorável às exportações;

— a Região Sul surgindo como opção em face da decadência do Recôncavo, polo tradicional da economia baiana².

A favorabilidade das novas condições vai determinar o desenvolvimento relativo da lavoura cacauzeira, subsidiada inclusive pela produção das plantações do período anterior. Crescia, ao mesmo tempo, o otimismo gerado pela rentabilidade do produto, cuja circulação se fazia livremente, isento de impostos ou taxas específicas³. A lavoura cacauzeira, por volta de 1850, é, a despeito do seu relativo crescimento, um empreendimento de reduzida significação econômica, não concorrendo ainda para as arrecadações tributárias da Província.

Apesar do crescimento da exportação de cacau da Bahia nas décadas de 30 e 40 do século passado, essa Província continuava em posição secundária em relação a outras Províncias produtoras de cacau, no Brasil.

Enquanto a Bahia, entre 1941 e 1951, exportou cacau no valor de 332.345\$907, o Pará, no mesmo período, exportou 4.662.048\$397. (Zelwoner 1914:36) (62).

Na segunda metade do século XIX a cultura do cacau foi intensificada, ocasionando crescentes aumentos na produção e no comércio. Situado entre as "novas" culturas, que se tornaram essenciais pela situação crítica dos produtos mais tradicionais, como o açúcar e o algodão, o cacau entrava em processo de rápida ascensão, alcançando em 1890 o volume da exportação de 3.503 toneladas, aproximadamente⁴.

1 Segundo a mesma fonte, assim se processou a exportação na Bahia:

| | | | |
|---------|------------|---------|------------|
| 1835/6 | — 46,9 t. | 1843/4 | — 131,4 t. |
| 1836/7 | — 22,9 t. | 1844/5 | — 180,7 t. |
| 1837/8 | — 28,2 t. | 1845/6 | — 200,6 t. |
| 1838/9 | — 79,3 t. | 1846/7 | — 204,9 t. |
| 1839/40 | — 102,2 t. | 1847/8 | — 244,9 t. |
| 1840/1 | — 111,1 t. | 1848/9 | — 301,7 t. |
| 1841/2 | — 78,6 t. | 1849/50 | — 303,9 t. |

2 A disponibilidade de terras devolutas com exalantes condições ecológicas e climáticas para a exploração da cultura do cacau abre perspectivas para o desenvolvimento de uma atividade econômica nova, em face do colapso da economia açucareira.

3 A primeira incidência de tributação só ocorrerá em 1854, por força da lei Provincial n.º 512 de 19 de julho, quando o cacau é fintado na lista dos produtos sujeitos a "meio dízimo de miunças", a vigorar a partir de 1.º de janeiro do ano seguinte. (Homenagem 1970:15) (28).

4 De 1840 a 1890, a exportação de cacau da Bahia apresentou a seguinte progressão (Bonder 1938:127) (11):

| | | |
|------|-----------------|----------|
| 1840 | 6.877 arrobas | 103 t. |
| 1845 | 12.048 arrobas | 193 t. |
| 1850 | 20.261 arrobas | 304 t. |
| 1855 | 27.379 arrobas | 411 t. |
| 1860 | 38.628 arrobas | 579 t. |
| 1865 | 54.133 arrobas | 812 t. |
| 1870 | 81.046 arrobas | 1.216 t. |
| 1875 | 62.109 arrobas | 932 t. |
| 1880 | 111.244 arrobas | 1.669 t. |
| 1885 | — | — |
| 1890 | 233.605 arrobas | 3.503 t. |

Daf em diante, o aumento da produção — estimulado pelo crescente consumo dos países industrializados, depois da Revolução Industrial — faz com que o Brasil, através da Bahia, passe a ocupar lugar de destaque na exportação daquele produto, juntamente com outros países da América do Sul e Central. A África, até 1910, mais ou menos, não havia entrado com força produtora no mercado mundial.

6.1. Os estágios da comercialização

O estudo dos mecanismos da comercialização do cacau na Bahia compreendem dois estágios:

a) O primeiro corresponde à comercialização interna, em que o cacau é transferido das fontes de produção para os agentes exportadores. Nesse estágio, podem ser identificadas historicamente mudanças de comportamento pela diversidade e atuação dos sujeitos que interferem nas operações de comercialização do produto.

As reconhecidas dificuldades de transporte, implicando praticamente na falta de acesso às áreas produtoras, assim como a ausência de casas bancárias, cujos recursos financeiros estivessem à disposição do cacauicultor, propiciaram a existência de intermediários entre o produtor e o exportador, resultando em sucessivas transações, até que o cacau chegasse às casas exportadoras.

Os comerciantes (intermediários), funcionaram como atenuantes daqueles dois obstáculos junto às fazendas de cacau, facilitando o escoamento do produto, abastecendo a propriedade com gêneros diversos, e se necessário, concedendo algum financiamento por conta das safras.

O crescimento constante de produção levou à abertura de estradas de escoamento para o cacau. O surgimento de estabelecimentos de crédito e a interiorização dos agentes das casas exportadoras também contribuíram para uma progressiva eliminação dos intermediários.

b) O segundo estágio é o da exportação, efetivada pelas casas exportadoras ou por órgãos encarregados dessa operação (Instituto do Cacau e Cooperativas), visando mercados consumidores, na quase totalidade representados por países estrangeiros. A função intermediária entre os produtores e os agentes dos países consumidores que deveria ser desempenhada pelas casas exportadoras, sofre uma série de alterações, no decorrer do período, tomando o processo mais diversificado.

6.2. O papel do intermediário na comercialização

Uma conseqüência da permanência das casas exportadoras na Capital ou nos portos da região cacauífera foi a presença e a atuação de diversos tipos de intermediários no processo de comercialização do cacau. O fato traz implicações para a História Econômica e Social do cacau, pelo papel

na sociedade e na economia regionais representado pelos intermediários.

Enquanto as casas exportadoras geralmente estavam sediadas na Capital ou nos portos da Região, as funções de recolher a produção e de encaminhá-la às exportadoras cabia às casas comissárias, intermediárias entre o produtor e o exportador. Os produtores cujas roças situavam-se em pontos mais interiores não tinham condições de entregar a safra em Salvador ou Ilhéus, devido às dificuldades de transportes. Esses fatores tornavam necessária a presença do intermediário. Com a expansão do cultivo nas primeiras décadas deste século, as próprias casas exportadoras chegam aos núcleos de cacauicultura, entrando em contato direto com os produtores através de estabelecimentos próprios. Eusfúrio Lavigne relaciona "a profusão de agentes comerciais" entre os fatores sintomáticos da expansão desordenada da lavoura e do comércio de cacau na região de Ilhéus. (Lavigne 1971:67) (33)..

Não houve, praticamente, antagonismo entre a classe produtora, os intermediários e as casas exportadoras. Sem dúvida, existia grande diversidade de tendências e interesses, mas o produtor e o comerciante interdependem estreitamente, uma vez que a atividade e prosperidade do primeiro formam a base de atuação do segundo. Assim mesmo, constata-se o aumento do raio de ação do comerciante no campo da produção, através de financiamentos ao pequeno ou médio lavrador.

A falta de recursos financeiros que obrigava o produtor a vender a sua safra logo após a efetuação da colheita, foi outro elemento que estimulou a presença do intermediário, tornando-o uma "mescla de comerciante, fornecedor de mercadorias de consumo, financiador e, conseqüente herdeiro prospectivo das roças do pequeno lavrador". (Tosta 1948:25) (56).

O primeiro escalão da comercialização era composto, em grande parte, de pequenos comerciantes que conciliavam a função de abastecedores de gêneros de consumo das povoações mais afastadas do litoral do PD, com a de compradores regionais de cacau, piaçava, borracha e cocos.

6.2.1. Relacionamento entre produtor e intermediário

Nesse período, que vai do final do século XIX à segunda década do nosso século, o papel de financiador da lavoura conferia ao intermediário uma dimensão maior do que a de simples comerciante no âmbito da vida econômica regional. Em função dos juros altos impostos ao produtor, criou-se uma relação de dependência desta para com o comerciante, de tal ordem que, nos momentos de crise, não restava ao lavrador senão entregar suas roças em pagamento de suas dívidas.

Coexistiram nesse período, desempenhando as mesmas funções, os pequenos comerciantes e as casas comissárias, sendo que estas últimas contavam com melhores recursos, principalmente no que concerne a financiamentos.

A existência e o avanço das casas comissárias, todavia, não dispensou a presença dos pequenos comerciantes, pela localização dos estabelecimentos nos principais centros urbanos da região, afastados da maioria das unidades produtoras.

Também os grandes fazendeiros, às vezes, financiavam as safras e compravam a produção de pequenos lavradores vizinhos, invadindo, assim, as esferas produtora, comercial e financeira.

Nos primeiros anos do século XX, em que a euforia do cacau atingiu a toda região, transformando-a em centro de convergência de emigrantes, a preocupação do produtor (ou de quem chegava à região) era a aquisição de terras. A demanda crescente e os bons preços, além da disponibilidade de áreas, agiram como fatores propícios para a expansão do cultivo de cacau. Boa parte da renda por ele gerada era reinvestida no aumento da propriedade e na plantação de mais roças, elevando conseqüentemente a produção.

Esta situação facilitava a compreensão do processo de envolvimento dos produtores em relação aos comerciantes e da participação do grande fazendeiro comprador e financiador dos pequenos lavradores.

Estes últimos, visando manter as suas roças e, se possível, poupar uma parcela para o aumento das suas propriedades, necessitavam da venda imediata da safra atual e, às vezes, até da futura. O grande proprietário, por sua vez, ao pensar também em aumentar as suas terras, e tendo capital em disponibilidade, comprava ou financiava as safras dos vizinhos, os quais passavam a correr o risco de ter suas terras incorporadas às do financiador, em função da dívida assumida. Mesmo pagando os empréstimos, recebiam às vezes propostas tentadoras de venda das suas posses, ficando vulneráveis às investidas do vizinho mais poderoso.

Quanto aos comerciantes, vários são os que se tornaram proprietários de roças de cacau, pela compra antecipada das safras e pelo financiamento para a expansão da lavoura.

6.3. Rentabilidade nos diversos estágios do cacau

Um problema que suscita permanente interesse é o de saber a quem o cacau oferece maior rentabilidade desde o preparo/manutenção/produção, e desta à comercialização.

A dependência do cacaucultor face aos comerciantes e exportadores, aliada ao fato do lavrador não ser colocado a par dos preços do produto no mercado estrangeiro, teria concentrado os grandes lucros nas mãos dos pequenos comerciantes, das casas comissárias e dos exportadores.

Todavia, situando-se a produção de cacau como essencialmente voltada para o mercado externo, chega-se à conclusão de que os comerciantes e exportadores dependeram também de forças que permaneceram longe do seu alcance, e que regulavam tanto o volume do consumo como a cotação do produto.

6.3.1. Desconhecimento dos mecanismos de crise por parte dos comerciantes e exportadores

Os comerciantes e exportadores, se gozavam de vantagens em relação aos produtores, por outro lado, estavam sujeitos a situações incontrolláveis, nas crises do sistema em que se inseriu o comércio do cacau. O próprio conhecimento do mercado, por parte dos comerciantes e exportadores, é discutível, principalmente no que se refere aos primeiros, os quais permaneceram vinculados à região produtora. Que certeza, por exemplo, teria um comerciante, ao comprar antecipadamente uma safra, mesmo por preços inferiores aos correntes, de que na época da entrega, esse preço seria superior? O caráter especulador de que se revestiu o comércio interno do cacau, originário da euforia dos primeiros anos, permaneceu nos anos subsequentes, se bem que a opção do financiamento simples e com garantias, principalmente da roça de cacau, foi incrementada paralelamente.

Ainda quanto aos comerciantes/exportadores, permanece a dúvida de seu conhecimento do mercado externo, quando se sabe que foram surpreendidos nos períodos de crise, sem que tomassem providências acauteladoras. Excetuando-se, obviamente, os dois conflitos mundiais, não se percebe, em nenhum momento, sensibilidade por parte dos comerciantes visando prevenir-se contra futuros entraves, como mostra a extensa documentação da Associação Comercial de Ilhéus, onde se encontram as correspondências trocadas com as casas exportadoras.

A crise mundial que atingiu a economia capitalista, iniciada, em termos mais amplos em 1914 e atingindo o auge em 1929, não provocou qualquer alteração nos mecanismos adotados¹, apesar do crescente número de falências ocorridas a partir de 1917 no município de Ilhéus, segundo a mesma documentação. Não se deve esquecer que o estímulo dado ao cacau partiu das nações industrializadas, as quais, desde 1914, manifestaram sinais de debilidade.

Em 1930, uma das firmas tradicionais de exportação de cacau informava que "todos os produtos mundiais baixaram de valor, não se sabendo bem, pelo menos por enquanto, o motivo real, mas o fenômeno verificou-se"². (grifo dos A.).

1. A redução das importações, efeito específico da crise, foi utilizada por diversas regiões exportadoras de matérias primas, impulsionando, assim, o setor industrial. Não foi cogitada qualquer atitude nesse sentido envolvendo o cacau. Isso só viria a ocorrer, como fruto da conjuntura internacional, durante a segunda guerra mundial.

2. Offício da Correia Ribeiro & Cia. para a Associação Comercial de Ilhéus, 26 de maio de 1930.

No início desse mesmo ano, a Associação Comercial da Itabuna relata que "depois da alta rápida desse produto (cacau), em fins de 1926, e mantida até o começo de 1928, a qual, como era natural, provocou uma verdadeira febre de negócios, tivemos em maio de 1928, quando mais se apregoeava, pela voz dos corretores e do próprio Governo do Estado, possibilidades de melhores preços, a queda brusca das cotações. . ."¹ Os comerciantes de Itabuna vincularam a crise à situação financeira do país, não percebendo que esta era produto da situação externa (considerando-se, também, os problemas internos envolvendo o café, durante a República Velha).

No mesmo documento os comerciantes afirmam que, no decorrer de 1929, a crise do comércio regional e da agricultura desdobrou-se, ocasionando protestos, falências, e solicitam a interferência do Banco do Brasil.

O que se tenta evidenciar é que, se comerciantes e exportadores, principalmente os últimos, auferiam vantagens diversas no seu relacionamento com os produtores, não ficaram a salvo de riscos que ameaçaram sua própria existência econômica. A especialização da área na cultura do cacau, primordialmente para a exportação, fez com que toda a "estrutura" dependesse de decisões alheias a seus interesses.

6.3.2. Expansão das casas exportadoras

As casas exportadoras, a partir da segunda década deste século, com a intensificação dos negócios do cacau, foram obrigadas a instalar filiais na região, assim como casas de comerciantes locais voltaram-se para a exportação. Em 1927, casas estrangeiras em Ilhéus, com filiais no interior, compradoras de cacau e piaçava, forneciam ao consumidor regional gêneros importados do estrangeiro ou do Sul do país.

Com a fundação das filiais, vão desaparecendo as casas comissárias, substituídas pelas agências das casas exportadoras ou por postos receptores, onde o cacauicultor podia entregar o seu produto. As agências impõem-se na região, negociando por conta própria e fortalecendo o sistema de adiantamentos, através das compras antecipadas das safras. Os intermediários, porém, continuaram existindo, pela constante expansão do cultivo, e pela dificuldade de acesso às regiões mais longínquas, exigindo a presença de elementos que conhecessem o cacau nos pontos distantes.

A simplificação do processo, contudo, se por um lado levou o produtor a manter contatos diretos com os exportadores, com vantagens como a de contar em sua fazenda com representantes dos responsáveis pela exportação, e como a de maior garantia quanto à venda da safra, por outro lado não determinou que o lucro auferido pelo produ-

tor fosse significativamente aumentado. Manteve-se o processo da venda do produto por preços impostos pelos exportadores. A especulação continuou prática corrente. As casas exportadoras compravam antecipadamente, a preços mais baixos que os do mercado internacional, esperando receber maiores preços na operação de venda. (Aguilar 1960:192) (4).

O grau de dependência do lavrador aumenta, então, quando o exportador, ao reter em suas mãos o financiamento e a compra da produção, além do abastecimento de gêneros da subsistência, procura o maior lucro possível, em detrimento do produtor.

O problema do financiamento, maior responsável pelo endividamento do produtor, explica-se pela ausência inicial na região cacauzeira de qualquer órgão creditício ou financiador da lavoura na entressafra, o que levou o produtor a recorrer aos adiantamentos dos comerciantes, pelo sistema da conta corrente, pagando juros altos. Mesmo com o advento de estabelecimentos de crédito, esse processo continuou a ocorrer, se bem que em menor escala, pelo hábito instituído, e pelas exigências legais impostas pelos estabelecimentos de crédito.

As possibilidades de lucro do lavrador residiam, assim, no maior volume da produção, o que vem contribuir para o expansionismo desenfreado da lavoura e para a vocação exclusivista de áreas de maior concentração, em função da crescente solicitação dos mercados externos.

A década de trinta revelou mudanças importantes, em relação ao período anterior.

A vulnerabilidade de uma sociedade que depende, quase exclusivamente, de uma atividade econômica voltada para o mercado externo, determinou, após a crise de 1929, um desequilíbrio econômico e social em toda a região.

Esta ocorrência nasceu da diminuição da procura, não só do cacau, mas das demais matérias-primas exportadas, bem como da redução dos preços pagos no mercado internacional².

6.4. A atuação do Instituto do Cacau

Como foi visto, outubro de 1929 foi apenas o marco final de uma crise que se desenrolara desde a segunda década do século. O despreparo para enfrentá-la ficou patenteado no elevado número de protestos, falências, hipotecas e pedidos de ajuda ao Banco do Brasil. Antes mesmo daquela data (outubro/1929), o mercado internacional já apresentava sinais que prenunciavam a nova realidade. Os consumidores compravam apenas o necessário, ficando na espera de que os possuidores das grandes estoques (o cacau é perecível a curto prazo e não pode ficar guardado por muito tempo), resolvessem vendê-los por preços

¹ Offício da Associação Comercial de Itabuna à Associação Comercial de Ilhéus, de 20 de janeiro de 1930.

² Uma indicação da falta de estímulo externo é fornecida por Ridings quando, ao analisar o processo da crise do setor exportador da Bahia, diz que a própria "Associação Comercial dedicou a maior parte dos seus esforços aos dois produtos em decadência (açúcar e algodão), em vez de tentar acelerar a expansão de novas culturas". (Ridings 1970:238) (44).

ainda mais baixos¹.

A época foi marcada pelo desânimo dos produtores e pela falência de diversas casas comerciais e de exportação. Gerou-se uma situação de angústia para os trabalhadores que haviam buscado a região nos anos favoráveis e que, naquela conjuntura, não encontravam empregos que pudessem garantir sua subsistência.

A criação do Instituto do Cacau² (decreto estadual nº 6.430, de 8 de junho de 1931), teve por objetivo, assim, atender às necessidades da zona que proporcionava os maiores tributos para o Estado de Bahia e da qual dependia grande parte da capacidade de importar desse Estado, reconhecidamente carente de bens industrializados.

Com a constituição de uma sociedade de caráter cooperativo, como foi o caso do Instituto do Cacau, tentava-se por em prática uma política de promoção da lavoura cacauzeira e de atendimento aos legítimos interesses dos lavradores. Visava também a melhorias técnicas, ao aproveitamento de subprodutos e ao fomento de outras culturas e indústrias. Os recursos com que contou o Instituto procederam, em grande parte, da própria cultura do cacau (cotas, calculadas sobre o valor da propriedade e taxa de Cr\$ 2,50 sobre cada saco exportado da Bahia). Os serviços prestados pela carteira hipotecária do Instituto, nesses primeiros anos, conseguiram minorar os efeitos da grande crise.

Em nível federal, e também como medida decorrente da situação nacional, da qual a região cacauzeira era uma amostra, dois decretos foram promulgados visando principalmente aos agricultores. Trata-se das Leis da Usura e do Reajustamento Econômico³, as quais certamente foram úteis para os médios e pequenos lavradores, principalmente quanto ao limite da taxa de juros, o que implicou no controle de uma atividade das mais rentáveis da região.

Quanto à Lei do Reajustamento Econômico, é de notar que o próprio Instituto do Cacau dela sofreu conseqüências, desde que, na sua Carteira Hipotecária, viu os empréstimos serem reduzidos a 50% do valor original.

O Instituto do Cacau, ao penetrar na área do comércio, atingiria, provavelmente, o setor mais

vulnerável da economia cacauzeira. Divulgando os preços e fazendo operações de compra de acordo com os mesmos, o órgão tentou impedir a especulação generalizada que caracterizava o comércio do cacau.

Calcula-se (Tosta 1960:8) (57), dentro dessa política primordialmente voltada para o produtor, que o preço obtido pela mercadoria na fazenda, viesse a atingir cerca de 70% do valor FOB, já deduzidos os impostos estaduais e municipais, despesas de manipulação e outras. Antes de 1932, o mesmo estudioso estipulava uma média entre 55 e 60%, "salvo para a pequena minoria favorecida, pela sua posição social ou política, ou menor dependência financeira dos exportadores". (Ibid)⁴.

Outra evidência, que mostra o grau de importância do Instituto do Cacau, é a tendência crescente do percentual da participação do comércio no total exportado pela Bahia, naquela década.

| Safra | % da participação do comércio sobre total exportado da Bahia |
|--------|--------------------------------------------------------------|
| 1932/3 | 14,55 |
| 1933/4 | 29,10 |
| 1934/5 | 31,25 |
| 1935/6 | 28,67 |
| 1936/7 | 35,80 |
| 1937/8 | 41,19 |
| 1938/9 | 38,14 |

6.5. O controle da comercialização

A atuação do Instituto do Cacau no processo de comercialização constituiu um obstáculo aos grupos que, até então, auferiam parcelas importantes da renda dos negócios com o cacau. O advento da segunda guerra mundial, embora tenha determinado uma diminuição da procura em face de perda de alguns mercados (Europa Central principalmente), acarretou o início do controle do comércio do cacau, quer interna quer externamente. Para esse fim, entre os anos de 1940 e 1946, é estabelecida uma regulamentação específica sobre o assunto, destacando-se a Portaria 63,

1 Segundo informação fornecida pela Associação Comercial de Ilhéus, através circular M/1042 de 13 de agosto de 1929, na qual transcrevia depoimento do "WIRTSCHAFTSDIENST" de Viena.

2 Nessa década, a dos "Institutos", foram criados os do Fumo, da Pecuária e, por fim, o Instituto Econômico da Bahia.

3 A Lei da Usura - Decreto Federal nº 22.826 de 7 de abril de 1933, dispunha sobre a cobrança de juros, considerando de interesse superior da economia do país "que o capital não tenha remuneração exagerada que implique em prejuízos para o desenvolvimento das classes produtoras". Para tanto, vedava a cobrança de taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal, não devendo exceder a 10% ao ano sobre hipotecas urbanas e 8% sobre as rurais ou de penhor agrícola. Estipulava também um limite de 6% ao ano, para os juros das obrigações contraídas para financiamento de trabalhos agrícolas, e para a compra de utensílios destinados à agricultura.

A Lei do Reajustamento Econômico - Decreto Federal nº 23.633, de 01 de dezembro de 1933, propunha a redução de 50% dos débitos de agricultores contraídos antes de 30 de junho de 1933 a Bancos e casas bancárias, benefício esse estendido a todas as pessoas físicas ou jurídicas, com exceção dos donos de propriedades que as arrendam a terceiros e das dívidas contraídas em moeda estrangeira.

4 O período de entre-safra era uma exceção, quando os lavradores vendiam o cacau a preços inferiores correspondentes FOB.

de 19 de maio de 1943¹.

Essa "intervenção", não atendendo aos interesses das casas exportadoras, incentivava os negócios do chamado "mercado negro", em virtude da limitação imposta pelo Instituto do Cacau às casas exportadoras.

Estas só podiam comprar cacau por preços fixados pelo Instituto (transformado em autarquia estadual pelo Decreto n.º 11.861 de 27 de março de 1941), ficando esse, por sua vez, encarregado dos negócios externos, mediante uma comissão de 3%.

A Resolução n.º 25 de 10 de dezembro de 1945, do Conselho Federal do Comércio Exterior, objetivando a safra 1946/7, no entanto, não prorrogou as citadas portarias. Instituiu-se um regime misto entre o Instituto do Cacau e as antigas firmas exportadoras, rapidamente encerrado². Retomando o comércio o seu caminho anterior à guerra, o Instituto do Cacau e as cooperativas voltam a ficar encarregadas do processo da comercialização, juntamente com as casas exportadoras.

6.6. O comércio da década 50/60

A partir de 1952, o Instituto do Cacau³ abandona a comercialização, em virtude do desaparecimento da sua Carteira Comercial, onerada em função da falta de recursos e da desatualização de taxas e impostos, (como a permanência de Cr\$ 2,50/saco de cacau como taxa de fomento).⁴

Quanto às cooperativas, surgem em decorrência do ato que transformou o Instituto do Cacau em autarquia. A primeira delas, a "Cooperativa Central dos Cacaucultores", uma espécie de substituto da Cooperativa Instituto do Cacau, abriu caminho para outras, todas congregando produtores, os quais procuravam, dessa forma, diminuir os efeitos da especulação. Apesar de formada por agricultores, as cooperativas não

conseguiram afastar a figura dos intermediários "menores", que continuaram agindo principalmente junto aos pequenos lavradores. (Aguilar 1960:194) (4).

A situação da região no período 1949/60, internamente correspondeu ao restabelecimento do comércio livre nas operações de compra e venda de cacau e, externamente, ao estabelecimento de um volume limite para a procura, a preços mais ou menos estáveis. (Tosta 1960:64) (57). Além das crises de conjuntura (especialmente as dos anos 1954 e 1956/7), a estabilidade dos preços e o caráter oscilante da procura (Anexo gráfico 3) diante da tendência crescente da produção (Anexo gráfico 1)⁵, tornava crítica a situação dos produtores e dos comerciantes.

Internamente, os efeitos da inflação, por outro lado, conduziram a um aumento do custo de produção e a pagamentos em moeda nacional⁶ quase sempre não remuneradora e desestimulante para o produtor⁷.

A CEPLAC viria a preencher a função de órgão planejador e orientador de novas aberturas de natureza econômica, de que estava carente a região. Dentro da mesma política, atuou a CACEX no comércio exterior do cacau, em caráter corretivo, regulamentando o financiamento, a exportação e a importação de bens de produção e consumo essenciais. Competia à CACEX, também, a compra, por conta do Tesouro Nacional, de "produtos nacionais exportáveis para armazenamento ou exportação em época oportuna, ou seja, de acordo com as condições de capacidade de absorção do mercado consumidor, segundo os interesses da economia nacional"⁸.

A fixação de preço mínimo para a venda, medida interventora que incidia diretamente sobre a atividade comercial, provocou diversas alterações tanto no estágio interno, quando garantia ao produtor um preço mais próximo da realidade dos custos, como no setor externo, quando a política

1 A citada regulamentação compunha-se das seguintes Portarias e Resoluções:

a - Safra 1940/1 - Resolução n.º 2 da Comissão de Defesa da Economia Nacional, publicada a 14 de junho de 1940, estabelecendo o controle dos preços e embarques de cacau da Bahia para portos nacionais e estrangeiros, durante a citada safra.

b - Safra 1941/2 - Resolução n.º 8 de 3 de maio de 1941, prorrogando a anterior.

c - Safra 1941/3 - Resolução de 5 de maio de 1942, da mesma Comissão, mantendo as anteriores (n.ºs 2 e 8) e permitindo, também, a exportação pelas cooperativas.

d - Safra 1943/4 - Portaria 63 de 19 de maio de 1943, da Coordenação de Mobilização Econômica, estabelecendo a entrega compulsória pelos produtores de safra 43/44, em consignação, ao Instituto do Cacau da Bahia.

e - Safra 1944/5 - Portaria n.º 170 de 11 de dezembro de 1943, da mesma Coordenação, prorrogando a Portaria n.º 63.

2 Por esse regime misto, cabia ao Instituto do Cacau, privativamente, fechar as vendas, sendo as mesmas rateadas entre o Instituto, Cooperativas e Exportadoras. O comércio interno contudo, permaneceu em regime de inteira liberdade.

3 O Instituto do Cacau está sendo considerado no presente estudo como um órgão especificamente voltado para o produto, retirando-se da sua política, quando necessário, elementos historicamente importantes para a análise em questão.

4 O Instituto do Cacau se reintegrou às atividades do comércio de cacau em 1963.

5 O restabelecimento do comércio com os mercados consumidores, afastados durante a segunda guerra, o aumento da procura em função da reestocagem, além dos preços, estimularam, nos anos subsequentes, um clima favorável.

6 O exportador transacionava com moedas mais estáveis.

7 Nos últimos anos da década de 40, depois do período de intervenção e dos anos de euforia do pós-guerra, tornou-se clara aos responsáveis pela exportação de cacau da Bahia a necessidade de medidas de controle contra as pressões externas. A Comissão de Comércio de Cacau da Bahia foi criada com o sentido de atender a esses objetivos.

8 Decreto Federal n.º 42.820 de 16 de dezembro de 1957, Artigo 86.

do controle dos preços atingia também o controle da oferta.

6.7. Os caminhos da exportação

As firmas exportadoras, por quase todo o período em estudo (1890-1960), depois de se constituírem no último escalão do comércio interno, tornaram-se, logicamente, encarregadas das vendas aos mercados consumidores. Excetua-se o período da segunda guerra mundial, quando o governo federal encarregou o Instituto do Cacau da Bahia das vendas do produto, e o período em que a CACEX passou a ser responsável pela comercialização do cacau, o que corresponde, no presente estudo, às três últimas safras.

A exportação do cacau (longo curso) foi feita utilizando-se, inicialmente, o Porto de Salvador e somente, a partir de 1926, entrou em funcionamento o Porto de Ilhéus, até aí prejudicado por dificuldades operacionais de acesso. Esta limitação do porto não atingiu apenas a exportação para outros países, mas também o próprio comércio de grande cabotagem¹. A mesma documentação afirma que navios do Lloyd Brasileiro, e de outras companhias, várias vezes deixaram de aportar a Ilhéus com receio de encastrar ou de sofrer outros transtornos. Quando tal acontecia, percebe-se claramente uma espécie de revolta da população, dependente do transporte marítimo para grande parte de suas necessidades. Já os vapores da Cia. Bahiana tiveram menos dificuldades, dado o seu menor calado, mas, por isso mesmo, não eram suficientes para o serviço do Porto de Ilhéus e dos outros portos menores do litoral sul da Bahia.

Outro elemento que contribuiu para frear a evolução da região foi o acordo de "Tráfego Mútuo"², entre essas citadas companhias, que trouxe para a região uma série de crises, gerada pela deficiência de transportes. Enfrentou também o Porto de Ilhéus impasses gerados por interesses alheios à região. O governo da Bahia, por exemplo, na exportação por cabotagem (1917), cobrava, além do imposto sobre o cacau, mais as despesas de passagens e diárias aos funcionários nomeados para fiscalizarem os embarques feitos pelo Porto de Ilhéus³. Segundo os comerciantes locais, houve boicote do porto de Ilhéus por companhias estrangeiras de vapores, com representação em Salvador e sem agências em Ilhéus, que para o

transporte de mercadorias desse porto para o Havre, Rotterdam ou Hamburgo, cobravam 80 schillings e mais 10% por 800 kg, enquanto partindo do Porto de Salvador o preço era de 50 schillings e mais 1% por 800 kg⁴.

A liderança do Porto de Salvador na exportação não foi suplantada, imediatamente, pela entrada do Porto de Ilhéus (1926) na exportação de longo curso. Até 1944, ano em que deteve 72,1% do volume⁵ e 73,3% do valor da exportação de cacau da Bahia, Salvador, excetuados os anos de 1926-1944, comandava o comércio exportador do cacau, acarretando evasão da renda do produto na região. Nota-se, também, uma tendência de crescimento anual de 1,7 mil toneladas⁶, de 1901 a 1943, na exportação de cacau pelo Porto de Salvador. A partir de 1944 até 1960, Salvador apresenta uma tendência decrescente em relação a Ilhéus, cujo porto, já em 1945, participa com 52% do volume de cacau exportado e 55% do valor, atingindo 88% em 1958, em ambos, volume e valor de cacau exportado. Constituiu-se o Porto de Ilhéus em escoadouro tipicamente cacauzeiro, apresentando só a exportação de amêndoas uma participação quase sempre superior a 95% do movimento de exportação geral de longo curso do Porto, desde 1926. Acrescentando-se à mesma a exportação de derivados aproxima-se, certamente, em muitos anos, do movimento total do porto.

6.7.1. As oscilações na exportação

No período de 1901 a 1943, as oscilações das exportações de cacau sofrem altos e baixos sucessivos, diferenciando-se, entretanto, na intensidade, nos anos de 1926 a 1931.

Entre 1901 e 1918, as quedas mais significativas foram em 1913 e 1918 (Anexos: gráficos 3 e 11), ambas da ordem de 5.000 toneladas. Enquanto a primeira deveu-se a problemas ligados à lavoura, principalmente às enchentes dos rios regionais, a segunda decorreu de um período prejudicado não só pela guerra mas, principalmente, pelo comércio com os Estados Unidos, principal comprador, que restringiu a importação daquele produto até o fim de 1918⁷, criando sérias dificuldades para os produtores.

Já no ano seguinte (1919), com a normalização comercial após a guerra⁸, a produção entrou em ascensão e aumentou a procura, principalmente por parte dos E.U.A. Este país colocou mais navios

1 Correspondência enviada e recebida pela Associação Comercial de Ilhéus.

2 Segundo o acordo, a Cia. Bahiana teria a responsabilidade total do transporte de cacau, a partir de Ilhéus, sendo o Lloyd proibido de tráfego entre Rio-Ilhéus (Memorial dos Exportadores ao Ministro da Viação, Marques dos Reis, de 11 de setembro de 1934).

3 Carta circular da Associação Comercial de Ilhéus de 2 de maio de 1917.

4 Ofício da Associação Comercial de Ilhéus ao Ministro da Viação, de 13 de janeiro de 1927.

5 Salvador e Ilhéus, somavam 100% da exportação de longo curso da Bahia.

6 Esse valor foi encontrado a partir da curva ajustada, para o período entre 1901 - 1943. $Y_c = 12.259,55 + 1717,18 X$ origem 1901, com Y_c em toneladas e X variando anualmente. De 1944 a 1960 foi ajustada a curva inversa $1 = 9,181725 X 10^{-6} + 5,410850 X 10^{-6} X$ origem 1944, Y_c dado em toneladas e X variando ano a ano.

\sqrt{c}

7 Ofício da Associação Comercial de Itabuna à Associação Comercial de Ilhéus (19 de julho de 1918).

8 A Bolsa de Cacau de Nova York, fundada em 1925, facilitou os negócios internacionais do cacau, organizando o comércio de vendas para entregas futuras, passando a ter uma correspondente londrina com a fundação, em 15 de abril de 1929, da "London Cacao Trade Association".

para o transporte das cargas comerciais e reduziu o custo dos fretes¹. O volume de cacau exportado, que em 1918 tinha sido de cerca de 36 mil toneladas, passou no ano seguinte para 55 mil toneladas, volume superior ao estimado. Quanto ao valor, passou de 35 mil cruzeiros em 1918 para 83 mil em 1919, superior em 38 mil cruzeiros ao valor esperado² neste ano. (Anexo: gráficos 5 e 7).

A tendência às oscilações em função da conjuntura internacional, a dependência de preços fixados e a variação da quantidade exportada segundo critérios alheios ao controle dos produtores e exportadores, afetou não só o comércio do cacau, mas toda a região cacauzeira. Se se atentar para o fato de que, desde 1903, o cacau passou a liderar as exportações baianas (e a Bahia, na década seguinte, era o segundo produtor mundial, suplantada apenas por Ghana) conclui-se que essa dependência determinou, no âmbito estadual, sérias dificuldades.

Tomando-se, porém, os dois portos, constata-se entre 1926 e 1927 um crescimento no volume e no valor da exportação, determinado por um desequilíbrio entre a oferta e a procura (Tosta 1960:9) (57), o que ocasionou um aumento de 102 mil cruzeiros, aproximadamente, em 1926, para cerca de 183 mil cruzeiros em 1927 (acréscimo próximo a 80%), ano em que o valor da exportação foi estimado em torno de 90 mil cruzeiros³. Esse aumento ocasionou um recrudescimento de negócios na região cacauzeira baiana.

A crise de 1929 atingiu o comércio do cacau muito mais em relação aos preços do que ao volume. (Anexo: gráficos 3 e 4). Em consequência, ao lavrador e também ao exportador, foi imposta uma política baseada no aumento da produção e do volume exportado. Esse aumento deveria compensar, em termos de renda, a redução dos preços e das compras. A lavoura contou também com o Instituto do Cacau, a partir de 1931, para minorar os efeitos da crise nas áreas de financiamento e comércio.

Quanto aos valores obtidos pela exportação, permaneceram abaixo da tendência entre 1929 e 1935, apesar do crescente volume exportado. Conforme o gráfico citado existe uma tendência à recuperação desde 1931, concretizando-se esta no ano de 1936, quando o valor da exportação atinge 252 mil cruzeiros, correspondendo a um volume de 119 mil toneladas (Anexo: tabela 2 e gráficos

3, 4 e 7).

A participação percentual do cacau (amêndoas) no valor total das exportações variou entre 23,4%, conseguido no primeiro ano da série, e 74%, índice alcançado em 1954. O valor geral das exportações baianas variou, via de regra, em função dos resultados alcançados pelo cacau. A queda dos dois últimos anos, nessa participação, deveu-se à exportação do petróleo e derivados pelo Porto da Salvador, que alcançou cerca de 35% do valor exportado, em cada ano.

Por outro lado, a redução do consumo externo obrigou produtor e comerciantes a buscarem novas saídas, através da ampliação do comércio com nações latino-americanas, notadamente Argentina e Chile.

Quanto ao volume exportado, crescente até o ano de 1941⁴ (Anexo: gráfico 3), apresenta, a partir daí, intensas oscilações, o que conduz à hipótese da existência de um valor limite para o qual tende a exportação de cacau da Bahia, não havendo procura suficiente para a crescente produção. As amêndoas para a fabricação da manteiga, tortas ou massa de cacau, apesar de terem aproveitamento crescente, não puderam corrigir as oscilações do volume da exportação. Até então, o processamento pela fábrica Vitória, ou por similares existentes no Estado, absorvia pequenas parcelas das safras de cacau de Bahia. Admite-se que se fosse exportada a quantidade de cacau em amêndoas, consumida internamente a partir de 1942, ela não seria capaz de alterar o oscilante volume da exportação. (Anexo: gráfico 3)⁵.

6.7.2. Os países importadores

Quanto aos países importadores, destaca-se a participação dos Estados Unidos como principal comprador, consumindo mais de 50% do total exportado pela Bahia, sendo que nas décadas de 30 e 40 atinge a cerca de 70%.

Dada a importância do comércio exterior, chama a atenção a participação de apenas um país com mais de 50% do volume exportado, sendo que boa parte do volume total exportado, o era sob bandeira norte-americana. Conclui-se, então, pela natureza pouco benéfica dessa relação, o qual, se não conduziu a uma dependência do cacau brasileiro aos compradores dos Estados Unidos, deve ter, pelo menos, concentrado em mãos desses últimos boa parte do poder nos negócios do cacau,

1 Ofício de "The Merchants Association of New York" para a Associação Comercial de Ilhéus, de 17 de março de 1910.

2 Os dados estimados do valor da exportação de cacau pelo Porto da Salvador foram obtidos através da equação ajustada $Y_c = 14,676 (1,063363)^X$, origem em 1901, com Y_c em 1,00 e X variando ano a ano, com uma taxa de crescimento anual estimada em 6,3%, aproximadamente.

3 Os valores estimados da exportação de cacau no período entre 1901-1945 foram obtidos através da equação $Y_c = 13,359 (1,076046)^X$ com origem em 1901, com Y_c dado em Cr\$ 1,00 e X variando anualmente, com a taxa de incremento anual em torno de 7,6%. Enquanto que no período de 1946 a 1959, a exportação de cacau da Bahia (valor) foi ajustada à curva $Y_c = 682,372 (1,14988)^X$ origem 1946, com Y_c dado em Cr\$ 1,00 com X variando ano a ano, com uma taxa de incremento estimada em 15%, anualmente.

4 A série de volume-exportação da Bahia, longo curso — não foi ajustada por não ter sido encontrada uma curva satisfatória.

5 Nos últimos anos, em que houve participação da CACEX, o incremento às atividades industriais do cacau, como parte da política global daquele órgão para esse produto, conduziu a um aproveitamento de cerca de 36% da produção anual da Bahia na industrialização (Tosta 1960:92) (57). Não foi possível averiguar a permanência dessa tendência ou caracterizar os últimos anos da década de 50 como de exceção.

sabendo eles, de acordo com seus interesses, pressionar o mercado no sentido que lhes conviesse.

A produção e o comércio do cacau não limitaram sua zona de influência à própria região produtora. O cacau se estabeleceu como um pro-

duto capaz de dinamizar o setor exportador, ligado aos produtos tradicionais cujas crises implicaram no empobrecimento das áreas produtoras e na redução das rendas do Estado, que ficava, logicamente, impossibilitado de pagar suas dívidas¹.

¹ A tomada de empréstimos, ainda no tempo da Província, foi destinada em, boa parte, à construção de estradas de ferro. O critério seguido na construção obedeceu, em geral, a interesses particulares ou de regiões tradicionais, o que acarretou "deficits" dos ramais em operação, inviáveis economicamente. No final do século, inicia-se a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas, atendendo a interesses mineiros de acesso ao mar.

Capítulo 7

INDUSTRIALIZAÇÃO DO CACAU

7.1. Da crise do comércio à resposta industrial

O regime de livre comércio sofreu dois períodos de exceção. O primeiro, quando se processou uma espécie de intervenção durante a guerra e, o segundo, no período correspondente aos últimos anos do presente estudo, quando o governo federal deixou o comércio do cacau a cargo da CACEX.

No primeiro caso, a redução do consumo mundial, as medidas de controle por parte dos Estados Unidos e Reino Unido, a desorganização dos transportes marítimos e a participação do Brasil na guerra incidiram diretamente sobre a região cacauzeira, "essencialmente monocultora, por isso mesmo que sempre importou, doutros Estados, todos os gêneros necessários ao seu abastecimento".¹

Os agricultores, pela correspondência consultada, não cessaram de fazer apelos da toda natureza, principalmente no sentido da dispensa de multas e suspensão de execuções fiscais, enquanto durasse a crise de mercado.²

Por outro lado, o próprio Instituto do Cacau foi impotente na solução de problemas externos à sua alçada, como a deliberação do governo dos Estados Unidos de reduzir compras, e destas só ocorrerem com sua permissão.³

Tomando-se o ano de 1942 como o mais significativo, constata-se que, mesmo os Estados Unidos comprando mais de 50% da safra (um dos mais baixos percentuais observados desde a década de 20, na participação daquele país, mas um bom índice se se considera as restrições em prática e a falta de transportes)⁴, a crise do comércio de cacau continuou, afetando a produção da safra subsequente (Anexo: gráficos 1, 3, 10 e 14).

Esta realidade teve como consequência o fortalecimento da industrialização do produto, visando "aproveitar o cacau de qualidade não superior⁵, que os americanos não quiseram comprar e o superior que for baixando de qualidade, se não puder ser exportado".⁶ Para a instalação ou ampliação de fábricas já existentes, porém, necessitava-se, como deixa claro o mesmo ofício, de máquinas da procedência norte-americana, ou mesmo da instalação de fitéis de fábricas americanas na Bahia, o que dificultou a implantação em grande escala de projetos industriais

7.2. A pequena indústria

A questão da industrialização na área do PD será abordada aqui tentando-se verificar, dentro de uma perspectiva histórica, o seu grau de ocorrência e suas implicações gerais na realidade sócio-econômica regional.

É ponto pacífico, entre os que estudam o assunto, a debilidade do setor industrial na Bahia⁷, de um modo geral e, especificamente, no interior baiano.⁸ Falando sobre a situação da indústria baiana, nas quatro décadas iniciais do século XX, Rômulo de Almeida informou que "em 1912, os estabelecimentos industriais, reputados grandes (unicamente, ao que parece, os sujeitos ao imposto; de consumo) eram 83 na Bahia". (Almeida 1951:14) (5). A percentagem da Bahia no total de indústria nacional, apurada no censo de 1920, em capital aplicado (3,5), força motriz (4,0), operários (5,7) e produção (2,8) voltou a cair no Censo de 1940 para, respectivamente, 1,9; 2,3; 3 e 1,3. (Ibid.)

O crescimento da indústria em consequência da primeira guerra mundial não teve continuidade, dando-se, ao contrário, uma involução no período

¹ Ofício dos negociantes de Ilhéus à Associação Comercial de Ilhéus, de 11 de novembro de 1942.

² Como exemplo, o telegrama do Comitê Permanente da Lavourea Cacauzeira ao Interventor Federal, de 4 de agosto de 1942.

³ Circular n.º 330, do Instituto do Cacau, de 16 de junho de 1942.

⁴ A compra foi consumada apenas depois da garantia do governo brasileiro, que se obrigou a fornecer armazenagem apropriada.

⁵ O aproveitamento do cacau (amêndoas) não superior no consumo interno não ocorreu apenas nesse momento de exceção, mas foi comum a todo o período.

⁶ Ofício do Instituto do Cacau a Getúlio Vargas, de 01 de outubro de 1942.

⁷ Vale lembrar que o presente estudo vai até 1960.

⁸ Os casos dos municípios de Valença e Maracá são uma exceção que não alteram a situação geral do PD.

seguinte.

Antes, porém, de proceder-se a uma apreciação mais ampla do problema, impõe-se uma revisão da ordem metodológica sobre os critérios utilizados, especialmente nas primeiras décadas do século. As informações sobre industrialização nos municípios do PD, no início do período em estudo, são raras, incompletas e, com frequência, desconcertantes. Assim, pois, o estudo sobre os municípios do interior, publicado no Diário da Bahia, Edição Comemorativa do Centenário, ano de 1923, informa que o município de Areia (atual Ubaíra), na década de vinte, "produz vários bens industriais contando com diversas fábricas de cerâmica, sabão, móveis e calçados; padarias, alambiques, selarias, curtumes, ferrarias, engenhos, fábrica de farinha, alfaiatarias, barbearias, torrefação de café e pequeno fabrico de charutos, vinagres e vinhos de frutas". A informação inclui selarias, padarias e até mesmo barbearias na categoria de indústria e, além disso, pergunta-se: o que poderia representar, em termos de empreendimento industrial, uma "fábrica de sabão, uma selaria ou um pequeno fabrico de charutos" no município de Areia, na década de 20 do nosso século?

Valendo-se de técnicas rudimentares, sem significação econômica, uma vez que na maioria dos casos o seu rendimento mal dava para sustentar uma família, esses fabricos dificilmente geravam lucros que lhes permitissem ampliação, e quase sempre foram de existência efêmera, desaparecendo com a morte ou transferência de seu proprietário. Eram pois, empreendimentos realizados, na maioria dos casos, no âmbito do trabalho familiar, não empregando mão de obra assalariada senão ocasionalmente, e em pequena escala.

7.3. A situação industrial do PD

A descrição do quadro econômico da região é fundamental para a verificação da ocorrência industrial nas MRs do Polígono do Diagnóstico.

As micro-regiões de Jequié, Planalto de Conquista, Pastoral de Itapetinga e Encosta do Planalto de Conquista, apresentam uma configuração econômica semelhante entre si. No período que vai de 1890 até meados do nosso século não ocorreram, na área, mudanças significativas de comportamento econômico, que se manteve em torno do setor primário, principalmente da produção de gêneros de subsistência e da pecuária.

A despeito de ter sido a atividade responsável pela ocupação e desbravamento das terras na área, a pecuária foi exercida até a terceira década do nosso século em moldes muito limitados, tanto no que se refere à quantidade, (em relação ao potencial da área), como à qualidade dos rebanhos. Borges de Barros, na sua classificação dos municípios pela importância na produção, indica: "Feira de Santana, Camisão, Maracás, Morro do Chapéu distinguem-se pela criação de gado". (Barros 1923:520) (10). O trabalho de um estudioso sobre a cidade de Jequié (Barreto 1960:31) (8), informa: "o cacau, o café, a mamona, o licuri (alicuri - n. de r.) e o pó de palha continuaram a ser explorados, embora, até certo ponto, a preferência dos fazendeiros começasse, já aí, a bandear para a pecuária".

Quanto à industrialização, é praticamente nula a sua significação na área, até meados do nosso século. O aparecimento de pequenos fabricos, até o ano de 1940, não chega a configurar um fortalecimento do setor, já que permanece nos moldes tradicionais de pequena produção para consumo local e imediato.

Os municípios de Jequié e Vitória da Conquista, quer por sua localização ou pelo papel multiplicador desempenhado pela pecuária nas suas comunidades, fez com que as mesmas assumissem uma espécie de liderança sobre aquelas áreas. Considerando-se essa situação, a partir da década de 30 o setor industrial desses municípios apresentaria a seguinte evolução, no que respeita a número de estabelecimentos, pessoal ocupado, salários pagos e valor da produção:

| | MR 114 Jequié | | | MR 145 Vitória da Conquista | | |
|----------------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------|-------|---------|
| Anos | 1940 ¹ | 1950 ² | 1960 ³ | 1940 | 1950 | 1960 |
| Estabelecimentos | 72 | 88 | 116 | 10 | 88 | 98 |
| Pessoal ocupado | 294 | 420 | 506 | 70 | 398 | 622 |
| Anos | 1939 | 1949 | 1959 | 1939 | 1949 | 1959 |
| Salários e vencimentos pagos (Cr\$ 1.000) | 183 | 1.209 | 19.208 | 92 | 951 | 22.210 |
| Valor da produção | 940 | 8.867 | 135.512 | 632 | 9.988 | 248.975 |

1 (IBGE 1940: 309 - 311) (29)
 2 (IBGE 1960: 73 - 74) (29)
 3 (IBGE 1960: 49-51-52) (31)

A situação ascendente destes dois municípios não foi suficiente para determinar o surgimento de um setor industrial, que funcionasse como um prolongamento das atividades agropecuárias, aproveitando seus subprodutos. Isto implicou na ausência de opção para a mão de obra liberada após a implantação das fazendas, o que determinou novos estímulos às mudanças espaciais, surgindo então a área Interiorana do Extremo Sul como a escolha mais próxima e viável.

Houve multiplicação dos valores (salários e produção) na medida em que estavam estes valores subordinados a fenômenos econômicos alheios à região, principalmente na década de 50, quando o surto inflacionário atingiu todos os setores da economia nacional. Tal relação pode ser observada pelo crescimento do pessoal ocupado, em comparação com os salários e vencimentos pagos.

7.3.1. Valença e Maraú, polos pioneiros

Os Tabuleiros de Valença constituem um caso à parte, tendo feição industrial diversa das demais micro-regiões, pela instalação precoce de dois polos industriais nos municípios de Valença e Maraú.

A primeira indústria a ser instalada foi a Cia. Valença Industrial, funcionando no município de Valença a partir de 1854. Formada por duas fábricas — Nossa Senhora do Amparo e Todos os Santos — com capital inicial de 4.000.000\$000 foi pioneira no uso de força hidráulica na Bahia e considerada "a melhor de todo o Império e talvez Sul América". (Kidder 1960:483) (32).

Iniciando suas atividades com "não mais de 500 operários" (Viana 1893:438) (59), a Cia. Valença Industrial empregava, no início do nosso século, aproximadamente mil operários, número que passa a oscilar entre 600 operários no ano de 1929, 1.400 no ano de 1937 e 1.800 em 1960.

No município de Maraú instalou-se a Cia. Industrial de Maraú. Operando inicialmente com capitais ingleses, a Cia., em 1886, extraía "grande quantidade de turfa desta Mina em que está empregado um pessoal de 150 homens" (Mello 1887:23) (39). Nos finais do século a empresa produzia "ao lado de velas em larga escala, o "petróleo" (querosene) da marca "Brasolin", (Almeida 1951:23) (5) Em 1891, por questões de ordem técnica e, segundo ainda Rômulo de Almeida, por desentendimen-

to entre patrões e operários, a empresa foi liquidada. Dessa data em diante, passam a operar capitais brasileiros na exploração de xisto betuminoso encontrável no município.

Inegavelmente, a Cia. Valença Industrial desempenhou papel importante na economia local e, durante muito tempo, foi significativa no âmbito estadual¹. Sua atuação torna necessário indagar em que medida a presença precoce de uma atividade industrial de maior porte num município que faz parte de um quadro regional tipicamente agrário interfere no comportamento econômico desse município.

Tomando-se alguns dados demográficos², verifica-se o seguinte: o município de Ilhéus, onde se instalou mais efetivamente a monocultura do cacau, apresentou uma taxa oscilante de crescimento médio anual da população³. Já o município de Valença obteve índices mais estáveis para os mesmos períodos⁴. Comparando-se (ainda pelo quadro 19) os percentuais do município de Valença com os dos municípios de Vitória da Conquista e Caravelas (o primeiro se caracteriza pela dedicação principal à pecuária e o segundo à extração de madeiras e à policultura de subsistência) verificar-se-á que os índices de crescimento populacional do primeiro município mantêm-se expressivamente aquém dos outros dois citados.

No que se refere à relação entre a taxa de crescimento do Estado, do PD e da micro-região Tabuleiros de Valença, é flagrante a situação de inferioridade dessa última. (Anexo: quadro 18)⁵

Volta-se à questão: qual a importância real da indústria para o município e para a micro-região? Em que níveis se situam os efeitos multiplicadores de riqueza, se esses empreendimentos não alcançam, ao menos, a função de dinamizadores da população? Ao contrário, pode-se concluir que, na medida em que ofereceu um mercado suficiente para a mão de obra local, a industrialização funcionou em detrimento do setor agrário, que passou a se atrofiar. Neste sentido, nem a indústria (dados os limites de mercado e de capacidade de absorção de mão de obra) nem o setor agrário, passando por relativa inércia, ofereciam atrativos para as migrações. Outro aspecto a ser considerado é que nem mesmo a produção de algodão foi estimulada na região, em função da indústria. Embora utilizando uma parcela do algodão produzido em Caetité, a Cia. Nacional de Valença consumiu preferentemente a matéria pri-

1 Só na última década do século passado vão surgir no Estado indústrias têxteis de maior porte, como a Cia. Progresso Industrial da Bahia e a Cia. Empório Industrial do Norte, sediadas em Salvador.

2 Ver Anexo quadros 18 e 19 de taxa média de crescimento anual da população.

3 De ordem de 1,48; 7,89; 2,90; 1,71 e -2,47% respectivamente para os períodos de 1872/92, 1892/1920, 1920/40, 1940/50 e 1950/60, sendo que o único período de exceção é o período 1950/60, que pode ser ligado a um problema de saturação de mão de obra na economia brasileira.

4 1,44; 0,57; 1,55; 1,16 e 1,97%

5 Enquanto as taxas de crescimento médio da população da Bahia situam-se, para os períodos já mencionados (1872/92, 1892/1920, 1920/40, 1940/50 e 1950/60) em 1,84; 1,99; 0,81; 2,12 e 2,17% e as do PD em 1,40; 5,57; 2,56; 2,34 e 3,26%, respectivamente, a MR 152 oferece os índices de 1,27; 3,14; 0,11; 1,27 e 1,32% para os mesmos períodos. A exceção do período 1892/1920, quando a MR 152 apresenta uma taxa mais alta que a do Estado (mas ainda inferior ao PD), a MR em estudo, onde ocorreu a presença de indústrias não só no município de Valença, como ainda no de Maraú, mantém sempre um menor dinamismo demográfico. Ainda mais: comparando-se a MR 152 com as demais MRs que compõem o PD, aquela apresenta, no cômputo geral, os mais baixos índices de crescimento populacional, durante todo o período em estudo.

ma de Alagoas, de melhor qualidade, e que lhe chegava por via marítima, enquanto o produto regional ressentia-se da precariedade dos meios de escoamento terrestre.

O exemplo dos Tabuleiros de Valença, área cuja economia foge aos padrões essencialmente agrários da região, demonstra que a agricultura e a indústria, insuficientemente desenvolvidas, e funcionando isoladamente, criaram uma situação de estagnação no município.

7.3.2. Os municípios do Extremo-sul

As micro-regiões Interiorana do Extremo Sul e Litorânea do Extremo Sul apresentam, em relação às demais do Polígono, algumas peculiaridades no contexto econômico do PD, em particular no que se refere à questão da industrialização.

O primeiro aspecto é a integração tardia da maior parte da área que compõe as duas micro-regiões ao universo econômico baiano. Até 1940 a faixa ocupada e cultivada era limitada à costa. A existência de pequenas cidades litorâneas não provocou maiores movimentos de penetração, vizinhas que eram elas de extensas florestas que se estendiam até as fronteiras de Minas Gerais.

Os municípios caracterizavam-se por uma grande extensão territorial¹ e baixa densidade demográfica. As atividades econômicas compreendiam o cultivo da mandioca, café, cereais, a pecuária de subsistência, a extração da piaçava e minérios e a pesca.

A partir de 1940 inicia-se o processo de desmatamento e cultivo das terras mais interiores, tendo como ponto de partida a fronteira mineira, fornecedora de capitais e material humano. Criaram-se novos municípios, cujas sedes não passaram, até 1950, de "comércios" (Itanhém, Medeiros Neto, Lagedão, etc.) atuando em função, principalmente, da madeira. Com o desmatamento, instala-se a pecuária que, rapidamente, adquire dinâmica própria e, simultaneamente, expande-se o cultivo do cacau, vindo da direção norte.

É importante acentuar que a área em foco, apesar de politicamente pertencer à Bahia, possui estreitos vínculos econômicos com os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, mantendo com eles um intercâmbio maior que com a própria Bahia.

Com relação à indústria, as referidas micro-regiões contaram, até 1950, com pequenos estabelecimentos para consumo local, com a industrialização do óleo da baleia, atividade que durou da quarta década do século XIX até a década de vinte do nosso século, decrescendo posteriormente.

A existência de minérios na região (principalmente areias monazíticas nos municípios de Caravelas e Prado) não se beneficiou de aproveitamento industrial. Braz do Amaral, nas suas anotações ao livro de Accioli, informa que, nos finais

do século XIX, "o engenheiro John Gordon iniciou clandestinamente a exportação das "areias amarelas da Bahia" e que cerca de 15 toneladas de concentrados de monazíticas deviam ter sido embarcados fraudulentamente" . . . Também se sabe que "por volta de 1890, o Governo da Bahia, informado sobre estes embarques excusos, obistou a exportação". (Accioli 1931:384) (2). Quanto a iniciativas nacionais no sentido de explorar este potencial, só ocorrem em 1960, com a criação da Comissão Nacional de Energia Atômica.

Nas micro-regiões em estudo, apenas uma atividade propiciou o surgimento da indústria: a extração da madeira. Por volta de 1950, duas madeiras de grande porte instalaram-se na área. Uma delas, a Elecunha S/A (Eliozípio Cunha & Cia.), com sede no Rio de Janeiro, instala em 1948 uma serraria no município de Nova Viçosa, cuja população, até então limitada à economia de subsistência, passa a depender economicamente da nova atividade, sofrendo o município uma transformação sócio-econômica.

A segunda madeira de grande porte a vir para a região, é a Bralanda, em 1952, com a instalação da serraria de Água Fria, no município de Medeiros Neto. Esse empreendimento acionou a criação de 300 a 500 empregos diretos.

A empresa promoveu a fixação dos pioneiros à região, dando assistência legal para o registro das terras, fornecendo adiantamentos de 50% do valor da madeira existente e abrindo estradas vicinais de acesso às propriedades. À falta de órgãos oficiais de assistência técnica e financeira, a empresa orientava os proprietários no melhor aproveitamento das terras desmatadas (reflorestamento, pastagens e agricultura de subsistência).²

Assim como ocorreu com a sua concorrente em Nova Viçosa, a Bralanda introduziu, na sua área de ação, elementos de dinamização, não só no que se refere à criação de novos empregos, e à maior circulação monetária, como ao estímulo ao desenvolvimento agro-pecoril.

7.3.3. A micro-região Cacaueira

A micro-região Cacaueira, a despeito de sua opção econômica ter determinado um processo de capitalização mais eficiente em relação às demais micro-regiões (em função de um produto de exportação forte) nem por isso desenvolveu, paralelamente, o setor de industrialização.

Como área tipicamente monocultora, a Cacaueira assumiu o papel de maior geradora de lucros, não só regionais, como do próprio Estado.

Apesar dos desgastes que a lavoura cacaueira vem apresentando, com índices de produtividade decrescentes e flutuações de preço que determinam, por sua vez, violentas oscilações nos lucros³, a atividade cacaueira ainda permite uma margem

1 Os municípios abrangem desde o litoral até aos limites com Minas Gerais.

2 Informações sobre a empresa fornecidas por seus atuais diretores.

3 Ver capítulos sobre Produção e Comercialização

da poupança considerável para a região. Paralelamente, a monocultura de exportação alimentou o setor comercial que, por sua vez, concorre com o setor agrário no processo de capitalização regional.

Verifica-se, no entanto, que não se processou, na área, senão o surgimento de débeis iniciativas de industrialização, incapazes de promover a captação dos capitais oriundos dos setores agrário e comercial.

Segundo o estudo sobre industrialização do interior (Fundagro 1966) (25), "o processo de industrialização não revela sintomas de estar absorvendo um volume de poupanças compatível com o gerado pelo setor exportador".

Apenas no período de maior expansão da lavoura (última década do século XIX até a segunda década do nosso século), reinverteram-se os lucros nas grandes propriedades cacauceiras e houve, conseqüentemente, uma retenção, na zona, dos capitais aí formados. Concorreram para isso, na época, não só as potencialidades da área (terras abundantes, férteis e disponíveis), como a crescente demanda do cacau nos mercados externos e a inexistência de outra atividade economicamente atraente.

A grande crise de 1929 gera o arrefecimento das investidas expansionistas da lavoura e desestimula o surgimento de outra atividade, no caso a indústria, que, no seu desenvolvimento, permitisse a fixação das rendas locais. Inicia-se, então, a sistemática transferência de recursos da cacauicultura para empreendimentos que apresentam garantias de estabilidade.

A persistente descapitalização da zona e o não surgimento de um novo setor econômico que funcionasse como polo de equilíbrio da cacauicultura, vai determinar que a sua economia, dependente das condições dos mercados compradores, se faça progressivamente mais vulnerável às oscilações de comportamento desses mercados, revertendo, num círculo vicioso, em mais estímulo para a evasão das poupanças.

No próprio setor agrário, a monocultura cacauceira funciona como um elemento gerador de extrema dependência, na medida em que se constitui em exclusiva fonte de renda da região¹.

O exclusivismo econômico se, por um lado, funcionou como elemento dinâmico no processo formativo da região, integrando inclusive a área ao esquema econômico do Estado (e do país), por outro lado, ao se constituir em monocultura de exportação, gerou elementos economicamente antagônicos: um significativo aumento demográfico pela fixação de um grande contingente populacional, e, ao mesmo tempo, a sujeição dessas populações a uma situação de dependência que fugia ao seu controle.

A dependência econômica, configurada prin-

cipalmente nos momentos de crise, impediu a geração de um polo econômico de equilíbrio. A solução encontrada foi a transferência das rendas para outros locais e atividades.

7.3.4. Os municípios de Ilhéus e Itabuna

Nos municípios de Ilhéus e Itabuna, por exemplo, onde se concentraram mais efetivamente os capitais da lavoura cacauceira, o setor industrial permaneceu praticamente inerte. Funcionou ali, nos mesmos moldes das demais micro-regiões, o esquema de pequenos fabricos para consumo local, do tipo serrarias, padarias, olarias, fábricas de sabão, vinagre, etc., e que não sofreram mudanças economicamente expressivas na sua estrutura inicial. O crescimento das cidades determinou uma proliferação maior desses fabricos e, ocasionalmente, a expansão de alguns deles. Seu âmbito de ação, porém, não ultrapassava as fronteiras dos próprios municípios, não assumindo assim, maior importância econômica².

Quanto ao aproveitamento do cacau para fins industriais, apesar de em Ilhéus ter-se instalado uma fábrica apontada como empreendimento pioneiro não só no Brasil como nos demais países produtores, sua significação econômica é bastante reduzida.

De acordo com a documentação da Associação Comercial de Ilhéus, a firma Cacau Industrial e Comercial S/A instalou-se em Ilhéus, no ano de 1908, com uma usina de beneficiamento de cacau³ que não contou com grande aceitação por parte dos produtores, determinando a curto prazo a cessação de suas atividades.

Posteriormente, a mesma firma inicia a industrialização do cacau — a transformação e exportação para o exterior, de sub produtos — com a instalação da Usina Vitória, no município de Ilhéus, no ano de 1927. A expansão da indústria determina a instalação, pelo mesmo grupo, de Usina Helvetia no município de Itabuna.

Apesar do empreendimento pioneiro e da utilização da matéria prima local, a presença da indústria na região não altera em nada seu quadro econômico nem seu caráter essencialmente agrícola, uma vez que a capacidade de absorção da matéria prima é muito reduzida⁴. Com efeito, até o ano de 1940, a indústria transforma apenas 1,6% do volume total das exportações do produto.

Os percentuais de consumo do cacau em amêndoas pela indústria local crescem 3,1; 18 e 17,5% respectivamente, nos anos de 1941, 1944 e 1946 (Fundagro 1966:70) (25). Essa expansão se deve à guerra, que afetou o parque industrial europeu, oferecendo, portanto, maior abertura nos mercados consumidores para o nosso produto industrializado, e tornando-se desfavorável para a

1 No período em estudo, (1890 a 1960), a cultura da seringueira ainda estava no campo de tentativa.

2 Uma exceção foi a fábrica Mucambo, de artefatos de borracha, na micro-região Cacauceira, mas que não se constituiu em polo economicamente forte.

3 A Usina limitava-se aos cuidados primários com a amêndoa para embarque.

4 Por outro lado, tendo sua produção destinada aos mercados externos, compatibiliza-se a indústria com o quadro de dependência que marca o setor agrário exportador da zona.

exportação de produtos primários, pela retração dos mercados europeus e pela desorganização dos transportes. Tal situação propiciou, inclusive, maiores perspectivas para a indústria do cacau na Bahia, fazendo surgir novos empreendimentos no setor: a Joanes Industrial S/A, a Chadler S/A, a Atlântico Óleos da Bahia Ltda e a Barreto de Araújo Produtos de Cacau S/A (esta já na década da 60), situadas em Salvador.

Estas indústrias, instaladas fora da região produtora de cacau, se bem que utilizando sua matéria prima, poucos benefícios trouxeram para a região, uma vez que nem ao menos garantiam mercado para o cacau ali produzido. Não chegam a alterar a dependência da lavoura aos mercados externos, mantendo-se, pois, sua vulnerabilidade às crises oriundas das oscilações de comportamento desses mercados.

O fato das novas indústrias estarem instaladas fora da região priva-as do fortalecimento do seu setor fabril em termos de concentração de capitais ou da abertura de novos mercados de trabalho para a mão de obra local. Esse absentismo, porém, está ligado à problemática infra-estrutural comum a todo o Polígono. A análise seguinte procura explicar as causas e a permanência da debilidade do setor industrial na região em estudo.

7.4. Causas da debilidade industrial

A debilidade do setor industrial regional é tradicionalmente atribuída, em parte, à inércia empresarial. Persiste a mentalidade do pequeno fabrico para atendimento precário das necessidades locais, desassistido, inclusive, de ajuda creditícia ou de estímulos oficiais visando aumentar o investimento no setor. Por outro lado, ¹são preservados

1 À exceção da Cacau Industrial e Comercial, como ficou visto.

Capítulo 8 SOCIEDADE

8.1. As "Micros" do PD do ponto de vista demográfico

A área do PD é a síntese de sucessivas alterações sócio-econômicas, estando a sua forma atual logicamente distante da sua configuração ao fim do século XIX, por exemplo.

Tais transformações ocorreram a partir de própria mudança da estrutura social e econômica, o que implicou, conseqüentemente, em novos padrões de pensar e agir, em outros hábitos e costumes.

Nesse ponto, a caracterização dessas estruturas se acha dificultada, uma vez que as fontes primárias, que poderiam fornecer subsídios ao presente estudo, praticamente desapareceram.

os modelos de industrialização regional inadequados, apoiados no pressuposto da substituição das importações" (Fundagro 1966:9) (25). Isso implica em não se promover uma melhor utilização dos fatores específicos regionais, matéria prima e mão de obra, e em não se dinamizar o processo de autocalificação dos empreendimentos de integração do mercado regional ao nacional.

Outro dos fatores responsáveis pelo marasmo do setor industrial é a ausência de obras de infra-estrutura, principalmente estradas, energia e abastecimento de água. A inexistência de uma infra-estrutura capaz de canalizar recursos para os empreendimentos industriais determina a reaplicação das poupanças locais em atividades tradicionais, dando maior fortalecimento ao setor primário, ou a sua evasão da região.

De modo geral, as indústrias compunham um setor marginal dentro da economia orientada para a exportação¹. Por ser utilizada matéria prima e mão de obra locais e por ser a produção dirigida a um mercado interno de consumo imediato, a atividade industrial na área em estudo oferecia duas faces distintas:

a - a limitação quanto à expansão, já que a produção se atinha a bens de consumo mais baratos, com a capacidade de absorção até certo ponto limitada à demanda do comércio local;

b - a estabilidade do setor, cujo campo de ação limitado o resguardava dos altos e baixos dos mercados externos.

Por outro lado, não se criou com relação à atividade industrial na região, aquilo que Dean chama de "uma ideologia operacional do desenvolvimento" (Dean 1971:16) (21), que funcionasse como estimulante do setor. A expansão agrícola continuava sendo considerada vantajosa e para ela se mobilizavam as iniciativas particulares e pública.

Houve, por exemplo, sucessivas queimas de cartórios e prefeituras, e perdas dos livros de contas das fazendas. Há, também, dificuldade de acesso aos arquivos das firmas exportadoras e das casas bancárias, que poderiam fornecer elementos ao estudo. As poucas fontes secundárias existentes detêm características muito gerais, impedindo a visão em profundidade exigida pelo tema.

O estudo da estrutura social do PD, assim, é introduzido através de rápida análise demográfica, e tenta uma abordagem global, através do estudo dos diferentes ramos da atividade regional, bem como de depoimentos de participantes do processo.

Até 1890 o crescimento demográfico do PD

conheceu percentuais reduzidos. Entre 1872 e 1892 a taxa média de crescimento anual do polígono foi de 1,40%. Para o mesmo período, o Estado da Bahia crescia a uma taxa pouco superior, 1,67%, o que era reflexo da situação caótica da economia da Província, determinando a saída de mão de obra, principalmente para o Sul.

Nos últimos anos do século passado e nos primeiros do presente, o PD sofreu as mudanças mais intensas, no que concerne à sua variável demográfica.

As causas do crescimento populacional estão na ascensão do cacau como principal produto de exportação da Bahia, na procura da borracha no mercado internacional (produto encontrado no PD nas áreas nativas de maniçoba e mangabeira) e também no desenvolvimento da pecuária, que passou na MR Jequié e na MR Planalto de Conquista, de atividade recuperadora e eventual, para a criação, mais duradoura e determinante de intensos fluxos migratórios.

Dentro desse prisma, situa-se o crescimento médio anual do PD, entre 1892 e 1920, a uma taxa de 5,57% em contraposição a 1,99% do Estado da Bahia. Nesse mesmo período, a densidade demográfica do PD passou de 1,4 para 6,4 hab/km², enquanto a Bahia passava de 3,6 para 6,3, respectivamente. Todavia esse crescimento não é consequência exclusiva do cacau, se bem que a micro-região Cacaueira tenha conhecido o maior crescimento do PD, alcançando uma taxa de 6,98% ao ano. A micro-região Planalto de Conquista, cujos municípios abrangem outras micro-regiões, como algumas faixas das atuais Jequié e Encosta do Planalto de Conquista e a totalidade da Pastoreil de Itapetinga, tiveram um crescimento médio anual de 5,82%, não creditado à lavoura cacaueira, pouco apta às condições climáticas daquelas áreas.

Por sua vez, a atual micro-região Tabuleiros da Valença, que teve para o mesmo período um crescimento médio anual de 3,14%, reduzido, se comparado aos anteriores, mas significativo se relacionado com o do Estado, parece ter a explicação, além da cacaucultura, a atividade extrativa da borracha, desde que parte da MR Jequié (onde ocorreu a extração de latex de plantas nativas), tinha seu território vinculado a municípios que atualmente compõem os Tabuleiros de Valença.

A faixa correspondente à Interiorana e à Litorânea do Extremo Sul, entre 1890 e 1940 conheceu um crescimento médio anual inferior ao observado pelas micro-regiões Cacaueira e do Planalto de Conquista, o que se justifica pela policultura, que abastecia em gêneros de subsistência as áreas próximas¹. Nota-se a continuada fixação ao litoral, com o interior despovoado, sobressaindo-se a densa formação florestal. A partir da década de 40, contudo, será a região Interiorana aquela que,

dentro do PD, conhecerá os índices de crescimento populacional mais significativos, conforme será visto adiante.

Em síntese, observa-se que a transformação de diversas micro-regiões do PD em especializadas em produção de gêneros de exportação (cacau e borracha) tornou essa área uma exceção não só no Estado da Bahia, que estava sofrendo desde 1820 sério impasse econômico-financeiro, como também em todo o nordeste brasileiro, envolvido em crise da mesma natureza, em função da desvalorização dos produtos tradicionais, como o açúcar e o algodão.

A atual área do PD tornou-se abrigo para a empobrecida e desempregada população de diferentes regiões da Bahia e de Estados mais próximos, como Sergipe e Alagoas.

Convém salientar que a constituição do PD como "polo de desenvolvimento" baseou-se, exclusivamente, em atividades ligadas à terra. O desmatamento, a preparação do solo para a cacaucultura e as atividades de extração de latex, assim como a preparação das fazendas para a pecuária foram os fatores de ligação dos homens chegados à área do PD. A cacaucultura, no restante do período, continuou absorvendo maior quantidade de mão de obra, embora as taxas de incremento anual tenham caído de modo sensível em relação a 1892-1920. Em contraposição, o trabalho envolvendo a extração de latex das plantas nativas teve curta duração, em função da diminuição de procura (concorrência da "hevea" do Oriente) e da queda dos preços no mercado internacional, deixando, antes de 1920, de se constituir motivo de atração para novos trabalhadores.

Já as iniciativas industrializantes no PD foram de efeitos reduzidos na absorção de mão de obra de outras regiões.

A densidade demográfica do polígono passou de 6,4 hab/km², em 1920, para, respectivamente 10,6; 13,4 e 18,5 hab/km² em 1940, 1950 e 1960, enquanto que o Estado da Bahia passou de 6,3 hab/km², em 1920, para 11,3 hab/km² em 1960. Assim, as atuais MRs que formam o PD foram aquelas que, no decorrer do século XX, conseguiram manter um crescimento dos mais significativos de todo o Estado. Este continuou como fornecedor de mão de obra para outras regiões, principalmente o Centro Sul do país que, ao se tornar o polo do desenvolvimento industrial brasileiro, deu prosseguimento à tendência iniciada com a cafeicultura².

A taxa média de crescimento anual da população no PD, mesmo caindo em relação a 1892-1920, conseguiu, ao alcançar 2,56; 2,34 e 3,26% entre 1920/40, 1940/50 e 1950/60, manter um índice superior ao Estado, o qual, entre os respectivos períodos, conseguiu 0,81; 2,12 e 2,17%.

1 As áreas que permanecem como policultoras de gêneros de subsistência de pequeno porte não oferecem atrativos às migrações.

2 Mesmo tendo a percentagem caído em relação ao ano de 1890, em 1.º de julho de 1960 o número de imigrantes baianos no Distrito Federal era de 44.936 pessoas, correspondendo a 4,8% do total (Smith 1967:177) (52). Por outro lado, de 1935 a 1940, 164.000 pessoas saíram da Bahia para se empregarem em atividades agrícolas, o que corresponde a quase metade de todos os imigrantes chegados a São Paulo naquele período, para as mesmas atividades. (Ibid: 209, 210).

A explicação para a queda ocorrida no incremento médio anual, em comparação com os primeiros vinte anos do século, para o PD em geral, ou para determinadas MRs em particular, será encontrada numa espécie de "esgotamento" das fontes geradoras de atração. O desmatamento e a implantação da cacauicultura na micro-região Cacaueira, principalmente, e nos Tabuleiros de Valença, não necessitavam de novas migrações desde que, internamente, conseguiram suprir as necessidades de mão de obra. Acrescente-se que, a esse tempo, o caráter extensivo de que se revestiu a cacauicultura acarretou o aproveitamento de faixas de terra menos aptas àquela cultura, o que, ao lado de abrir novas frentes de trabalho, implicou na diminuição da rentabilidade por área cultivada. Corresponderiam estas novas frentes, em termos de micro-regiões, ao processo de ocupação e desmatamento das atuais Encosta do Planalto de Conquista, norte da Interiorana do Extremo Sul e da Pastoral de Itapetinga, nos seus limites com a Cacaueira.

Quanto à pecuária, esta solicita reduzido contingente de trabalhadores e o setor só conhecerá impulso de importância a partir dos meados da década de 30, quando da implantação de pastagens artificiais na maior parte da MR Pastoral de Itapetinga, área esta anteriormente vinculada ao município de Vitória da Conquista.

Os decréscimos observados entre 1920 e 1960 em micro-regiões ou municípios ocorrem a partir de desmembramentos e com o surgimento de novas unidades. São os casos dos Tabuleiros de Valença e dos municípios de Vitória da Conquista (1920/40), Poções, Belmonte, Ilhéus e Itabuna (1950/60).

Entre os anos de 1920 e 1960, continuaram a chegar à região imigrantes de diferentes origens. Todavia, a natureza rotativa de diversos segmentos de mão de obra ligada ao cacau teria conseguido diluir a importância dos novos fluxos. Assim, a região cacaueira baiana e a pastoral de Jequié e do Planalto de Conquista foram, face à mobilidade da mão de obra, receptoras e geradoras de recursos de trabalho, entre 1920 e 1960. Ambas as colocações situam-se no campo das hipóteses.

Quando se pergunta pelo destino da mão de obra originária das micro-regiões citadas, tem-se como resposta a possibilidade da MR Interiorana do Extremo Sul ter servido de opção. Esta área teve sua exploração iniciada na década de 40, com o desmatamento, e incrementada na década seguinte com núcleos urbanos e serrarias. Parcelas de mão de obra liberada pelo cacau e pecuária, das micro-regiões citadas, após o desmatamento e implantação das primeiras pastagens artificiais na MR Pastoral de Itapetinga, podem ter se dirigido ao interior do Extremo Sul, o novo "polo de desen-

volvimento", visando a conquista e o aproveitamento de recursos florestais.

A taxa média de crescimento anual do Extremo Sul¹ passou de 2,13 para 4,44 e 5,11% entre os anos de 1920/40, 1940/50 e 1950/60, respectivamente, sendo os dois últimos os maiores índices entre as MRs do PD para aqueles períodos. No município de Caravelas, o de maior importância regional, o crescimento nos anos respectivos foi de 1,91, 3,65 e 8,43%.

Tais índices devem servir apenas como indicadores, pois a exploração e a ocupação do Extremo Sul tem suas origens ligadas, em parte, à penetração, a partir do Nordeste de Minas Gerais, feita por madeireiros ou por fazendeiros em busca de novas pastagens.

8.2. A distinção campo/cidade

Para a análise da sociedade do PD serão tomados, em separado, os segmentos urbano e rural, fazendo-se, contudo, sempre que necessário, uma abordagem mais global, visando a interdependência entre os segmentos e destes com a sociedade nacional. A monocultura cacaueira e as demais atividades agro-pecorárias não forem capazes de gerar processos de diversificação econômica, principalmente industrial. Mesmo onde o cacau tem pouco significado diante de outras atividades, os limites entre o urbano e o rural se apresentam difusos. Dessa forma, a percentagem da população ativa no setor primário, residente na cidade, é relativamente alta, e muitas "aglomerações urbanas", principalmente da região cacaueira, não passam de simples conjuntos de moradias com pouca diversificação na estrutura sócio-econômica, vivendo e dependendo dos arredores agrários².

A distinção campo/cidade, se impõe também, quando se quer discutir a respeito do exercício do poder político no PD. Pergunta-se, por exemplo, se as grandes cidades do polígono foram suficientemente aparelhadas, contando com um corpo de funcionários civis e militares capaz de estabelecer uma base urbana de poder político regional, e se este "poder urbano" dominou politicamente o campo com sua lei e sua autoridade.

Por outro lado, cidades como Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista e Jequié, por exemplo, não abrigaram grupos sociais suficientemente fortes, nem manifestaram sinais de modernização que as tornassem indispensáveis às suas vizinhanças rurais, como fornecedoras de bens e serviços, assim como não foram palco de decisões político-administrativas. Nesse caso, é de se supor que o estrato formado pelos proprietários de terra assumisse regionalmente a liderança sócio-política,

1 Até 1960, o Extremo Sul, para efeito de cálculos, abrange na nossa abordagem demográfica o litoral e o interior, pois só nesse ano aparecem computadas as populações dos municípios de Itanhém e Medeiros Neto, membros de MR 155 — Interiorana do Extremo Sul.

2 Não é possível uma análise mais ampla, em termos demográficos, para delimitar a importância relativa do urbano e do rural, pois os dados encontrados para antes de 1950 não distinguem entre a população total do município e a residente ou recensada nas sedes municipais. Também as múltiplas alterações de limites, sobretudo o desmembramento de municípios, tornam impossível comparações abrangentes a todo período.

o que implicaria necessariamente, por parte das cidades, na abdicação de funções que lhes são específicas. As cidades acima citadas limitariam a sua relação com o interior ao recebimento de gêneros de subsistência assim como de tributos para sustento de parte da população.

Em princípio, o segmento rural da sociedade do PD terá bases de apoio diferentes.

Dois sistemas, porém se destacam: o da produção de cacau e o pecuário. Divergentes pela natureza e pelos objetivos, deram origens a tipos diversos de estratificação social. Os donos dos meios de produção, em ambos os sistemas, ocuparam a posição superior e, em geral, conformou-se um tipo de sociedade pouco diversificada.

8.3. A sociedade cacauzeira — uma realidade destacada dentro do PD

O sistema baseado na produção de cacau começou a adquirir contornos nítidos a partir de 1890 e foi, então, favorecido pela conjuntura internacional.

Constituindo-se em atividade essencialmente voltada para o mercado externo, assim como a borracha, a cacauicultura, porém, por suas condições específicas, marcou todas as atividades econômicas e contribuiu decisivamente para as mudanças na estrutura sócio-econômica da região. A exportação de cacau esteve sempre no centro de preocupação dos produtores e dos comerciantes regionais e esta mentalidade foi, de certa forma, assimilada por diferentes setores sócio-econômicos da Bahia, pela importância adquirida, para o Estado, pela exportação de cacau e derivados.

Para o estudo da posição hierárquica do proprietário de terra há que se levar em conta o caráter essencialmente comercial do cacau, tornando o próprio plantador interessado na comercialização do produto e, de certa forma, conduzindo o desenvolvimento agrícola com interesses especificamente comerciais (Aguilar 1960:189) (4). Aliada à ausência de vias de transporte e comunicação e à inexistência de órgão financeiro, a posição do proprietário da terra foi constantemente ameaçada e, em várias situações, perdida para os diferentes participantes do processo de comercialização. Estes, ao assumirem o papel de financiadores da lavoura, tornaram-se, em função das próprias oscilações do comércio do produto (Anexo: gráfico 3), os proprietários de roças de cacau. A exceção é constituída pelos grandes proprietários que aliaram às suas atividades produtoras outras, de caráter comercial e financeiro.

Assim, o fato de ser proprietário de roças de cacau, não significou, necessariamente, situação superior na hierarquia rural da sociedade, situação esta ocupada por comerciantes e exportadores

regionais de cacau e por uma minoria de grandes proprietários¹.

Configuraram-se assim, em um mesmo estrato, elementos que têm como base o campo, e elementos — em geral vinculados a um grande centro, Rio de Janeiro e Salvador, de preferência — que representavam o poder da cidade e defendiam seus interesses, em uma aliança de grupos teoricamente antagônicos, como é o caso dos produtores e comerciantes.

8.3.1. Os conflitos de interesses

Já para o tempo do Império, (Ridings 1970:224-225) (44) diagnostica uma "fraqueza das organizações agrícolas da Bahia e inércia dos plantadores", assim como "a falta de energia característica para as organizações dos agricultores baianos".

Esta constatação parece ser verdadeira, também, para todo o período da primeira República, quando a própria Associação de Agricultores de Cacau não apresenta atitude de contestação ao sistema de comércio vigente, comprovadamente insatisfatório para seus associados.

A reunião dos grandes proprietários e dos comerciantes e exportadores se configura, assim, como uma decorrência dos interesses comuns da expansão e das necessidades de uma burguesia de mentalidade especulativa. O pequeno e médio lavradores sofreram, então, a pressão tanto de grandes proprietários, como de comerciantes, prontos a aumentarem suas posses ou a se tornarem proprietários de cacauais.

O poder regional foi limitado a esse grupo mais forte, da mesma forma que boa parte da renda gerada pelo cacau. Enquanto o poder foi exercido pelos proprietários de um modo bastante próximo ao regime dos "coronéis", os comerciantes e exportadores fizeram uso de meios urbanos e mais modernos para fazerem cumprir os seus "direitos"². Por outro lado, o pequeno e médio proprietários, que estavam na dependência de grandes fazendeiros e comerciantes, detiveram, com esses últimos, em relação aos trabalhadores, uma margem de controle considerável, dela retirando diversas vantagens.

São conhecidos os exemplos de anarquismo e "caudilhismo" de proprietários, no processo da tomada de posse de terras na região, (Lavigne 1971:66) (33), fenômenos estes que corresponderiam a uma espécie de "insegurança dos direitos" (cf. cap. "Formação da Propriedade"), que teriam retardado, "até certo ponto, a entrada de capitais na região". (Ibid).

As disputas geradas na ocupação das terras do Sul da Bahia permaneceram constantes por toda a fase de expansão (até a década de 20 deste

1 Essa característica se apresenta fundamentalmente distinta da apresentada pela economia açucareira, onde os campos de ação dos produtores e comerciantes se situavam de forma nitidamente antagônica.

2 Esta separação decorre de uma necessidade teórica de limitar o rural e o urbano. Sabe-se, no entanto, que as transferências sucessivas dos grandes proprietários das fazendas para as cidades da região implicaram, também, numa mudança de meios ou, pelo menos, na adoção de um critério "misto".

século). O clima de insegurança criado por disputas entre famílias e por desavenças entre proprietários vizinhos implicava, "tanto para patrões, como para trabalhadores em falta de garantia de vida, diante de tantas agressões e crimes". (Ibid: 137).

Os próprios comerciantes enfrentavam questões do mesmo gênero, explicadas pelos conflitos surgidos com a expansão. Em abaixo-assinado à Associação Comercial de Ilhéus¹, seus sócios, autodenominados representantes das "classes conservadoras", denunciam uma série de anormalidades que envolvem problemas tipicamente rurais, e provem o desaparecimento da maior cidade cacauera da época na defesa dos interesses dos próprios grupos dominantes daquele meio social.

O documento revela que "a jagunçaria desbragada e facinorosa infesta as nossas estradas, semeando-as, aqui e ali, com os despojos mortais das suas vítimas", reforçando a imagem impotente da polícia "no interior das matas, diante da única divindade cultuada: a Santa Repetição"². Após se referirem aos prejuízos para o comércio, ("não há quem queira desamparar o capital alheio ou investir em aventuras problemáticas"), citam alguns proprietários que abandonaram suas roças por não quererem se arriscar. Concluem denunciando "os amigos do governo", que protegidos pela impunidade, "desfraldaram a bandeira de anarquia desabalada e infame".

Esta manifestação, partida dos comerciantes (alguns dos quais proprietários), mostra que as disputas se situaram mais ao nível dos próprios proprietários. Se bem que em grau bastante reduzido, persiste o conflito entre comerciantes/exportadores/grandes proprietários, e pequenos e médios detentores da terra, após o período de expansão, quando o aspecto legal da posse da terra já está mais ou menos fixado.

A disputa entre grupos, diferenciados pela propriedade ou não dos meios de produção não chega a ser configurada, permanecendo em nível inconsistente e ocorrendo em casos esporádicos. Tanto os "contratistas", como os "meeiros" ou trabalhadores "assalariados" do campo permaneceram inertes, da mesma forma que grande parte dos seus patrões. O caráter flutuante do emprego de pessoal para o trabalho no campo contribuiu para essa ausência de agregação. O uso de determinada quantidade de mão de obra durante a safra e a redução do pessoal empregado após a mesma foi prática corrente na lavoura cacauera. O aproveitamento da mão de obra de baixo custo durante a safra beneficiou largamente o empregador, assim como influiu para diluir o poder da força de trabalho no cacau, pelo seu caráter transitório.

Por outro lado, os trabalhadores do cacau, em sua maioria imigrantes de outras regiões da Bahia ou do Nordeste, buscando terras livres, dinheiro fácil e expansão da lavoura, desiludiram-se, continuando em situação idêntica à ante-

rior.

Um outro aspecto a ser considerado: assim como os comerciantes invadiram o meio rural, a partir da segunda década os fazendeiros ricos vêm morar na cidade. Uma das inovações daí decorrentes foi a formação, no meio social rural, de outro estrato intermediário (além dos pequenos e médios proprietários que assumiram o papel de administradores), composto por capatazes/administradores que, apesar de não constituírem um corpo técnico, são distintos dos proprietários e dos trabalhadores, recebendo mais do que estes e gozando de certo poder de decisão, de acordo com a força do fazendeiro.

Por outro lado, a presença do fazendeiro rico na cidade determinará uma redivisão de forças, até então em mãos dos grandes comerciantes/exportadores e do reduzido número de banqueiros regionais. Essa nova realidade não representa uma concessão, mas a correspondente urbana de uma divisão praticada anteriormente no campo.

As variações ocorridas no meio rural, até a década de 50, parecem ter um significado relativo. A iniciativa oficial de um modelo cooperativista, com a criação do Instituto do Cacau, assim como tentativas posteriores, não foram suficientemente fortes para consolidar uma posição social e política que atendessem aos lavradores. Nem o período excepcional, no qual o Instituto do Cacau exerceu o monopólio do comércio, nem as tentativas de fiscalização das atividades das casas exportadoras conseguiram retirar destas e do grande proprietário/comerciante, boa margem da renda gerada pelo cacau³.

8.3.2. A sociedade urbana da região cacauera

Quanto às cidades de Ilhéus-Itabuna, consideradas como um eixo, apresentam-se distintas dos outros municípios da região. Estabelecido como centro regional, este eixo sedimentou-se ao auferir, a curto prazo, os efeitos urbanos dos resultados econômicos do cacau. Ilhéus, funcionando como escoadouro meritíssimo da produção regional, empreende iniciativas de natureza principalmente comercial e industrial. Já Itabuna, cidade mais interiorana, assumiu papel de líder da região cacauera por volta da década de 50, em consequência de sua posição privilegiada no excessivo sistema viário regional, o que possibilitou atividades comerciais e industriais. Ambas as cidades, no entanto, a longo prazo, não consolidaram tais iniciativas, pois a renda gerada pelo cacau não foi utilizada no setor industrial da economia, mantendo-se Ilhéus e Itabuna, como cidades tipicamente comerciais.

As demais cidades da região dependem do setor agrário, com boa parte de sua população

1 Abaixo-assinado enviado aos diretores de Associação Comercial de Ilhéus, por parte de sócios, datado de 28 de dezembro de 1918.

2 Referência a um tipo de arma de detonação repetida.

3 Fenômeno explicado pela curta duração do período excepcional e pela existência comprovada do "mercado negro".

8.4. A situação dos grupos indígenas

Na penetração das matas pela cultura cacaueteira, a sociedade de maioria branca se chocou com os primitivos ocupantes de terra. Ainda nas décadas de 50 e 60 deste século aconteceram vários atritos na região de Porto Seguro. O maior dos grupos indígenas existentes no PD é o Pataxó de Barra Velha, residente neste último município. Além deste, sobreviveram apenas os Pataxó-Nãhãhã, de Itaju do Colônia, alguns descendentes de índios em Olivença e algumas famílias indígenas dispersas nos municípios de Prado e Porto Seguro.

Segundo um manuscrito ainda inédito, "é significativo verificar que tal distribuição coincide com a ocorrência do regime de chuvas impróprio

para o cacau (Pataxó-Nãhãhã), com a faixa arenosa das praias e restingas (Índios de Olivença), e com os sedimentos da série Barreiras (Pataxó da Barra Velha, Índios de Porto Seguro e Prado).

Aos índios só foi dado sobreviver na periferia da sub área na qual a frente de expansão e a zona pioneira se apresentavam dependentes do mercado internacional, dotados de mais poderosa dinâmica. Esgotadas as possibilidades ecológicas de expansão desse segmento da sociedade nacional, outras frentes se lhes substituíram, exercendo, com menor ímpeto, talvez, sobre os indígenas, toda a sorte de compulsões, num processo que não se esgotou e apresenta perspectivas bem pouco promissoras, no que a eles se refere". (Agostinho 1973: 13/14) (3).

Capítulo 9

MONOCULTURA E DEPENDÊNCIA: UM TEMA EM DEBATE

Uma questão constantemente colocada em relação à economia cacaueteira, é a da dependência econômica que a chamada monocultura do cacau impõe às zonas produtoras. Importa dizer, inicialmente, que o conceito de monocultura deve ser entendido na sua justa medida, isto é, não como exclusiva atividade econômica da região, mas como aquela que polariza mais efetivamente as forças produtivas locais em função do seu exercício, aparecendo como atividade economicamente dominante.

Considerando-se amplamente a região cacaueteira na totalidade dos seus 89 municípios, agrupados, por sua vez, em 7 micro regiões, constata-se que a monocultura do cacau é identificável no PD apenas na micro-região cacaueteira, onde é diretamente responsável pela conformação sócio-econômica local, determinando seus comportamentos e aspirações.

Recorrendo-se a uma ótica histórica, passa-se a indagar quais as implicações que a monocultura do cacau traz para a região.

No seu período de implantação e desenvolvimento a presença de uma atividade monocultora da exportação atuou como fator extremamente dinâmico para a região, constituindo-se em elemento propiciador do seu crescimento demográfico e, ainda, de sua integração à comunidade econômica do Estado. Com a cacauicultura, a região emergiu do marasmo em que se mantivera por quase quatro séculos, no regime de policultura e atividades extrativas de pequeno porte. Foi a nova atividade que atraiu e fixou contingentes humanos à região, permitiu seu desbravamento, obrigou à abertura de estradas, desenvolveu os aglomerados urbanos existentes e fez surgirem novos.

No seu processo de desenvolvimento, a cacauicultura permitiu a capitalização da região e acabou por lhe conferir "o comando na produção de divisas internas e externas para o Estado, dirigindo conseqüentemente o seu poder de compra". (Aguier 1960:13) (4).

9.1. A região monocultora e suas relações externas

A trajetória percorrida pela lavoura cacaueteira até finais da segunda década do século XX, as solitações do mercado e conseqüente resposta dos agricultores resultam na intensificação da vocação monocultora da região em estudo. É, inclusive, nesse período, que se definiram as áreas de maior concentração da lavoura, em função dos terrenos mais aptos, sem opção para outras atividades. É o caso da micro-região Cacaueteira, que se apresenta mais propícia para o cultivo do cacau, com exceção de pequenas faixas menos propícias, que vão sendo também impropriamente ocupadas pela cacauicultura, em detrimento, inclusive, do próprio setor de subsistência.

À proporção que se intensifica a tendência à vocação exclusiva, a região monocultora do cacau vê crescer sua dependência em relação ao mercado externo, ao sabor de oscilações que fogem inteiramente ao seu controle.

A crise de 1929, cujos efeitos praticamente desmantelaram a vida econômica da região cacaueteira, forneceu o primeiro exemplo dos perigos que o sistema comporta.

Dá em diante, com o crescimento acelerado da produção dos países concorrentes, a vida econômica da região passa a depender cada vez mais de decisões externas.

Por outro lado, a conformação historicamente monocultora deixa de atentar para as demais potencialidades da área e impede o fortalecimento da economia, tendo em vista uma posição mais ativa face aos mercados mundiais.

Isso quer dizer que a dedicação exclusiva ao cacau, produto que tem sua vida econômica decidida fora da região, acaba por sujeitar o produto (e, em última análise, a região), a esse controle externo.

Foi mencionado que a monocultura do

cacau, no seu afã exclusivista, atrofiou também o setor de subsistência, passando suas necessidades a serem supridas por artigos importados. Resulta, daí, que grande parte da renda gerada pelo cacau evade-se da região na compra de bens de consumo que a própria área poderia produzir, sem prejuízos para sua principal lavoura.

9.2. A monocultura e os contingentes humanos

A monocultura do cacau, no seu estágio de implantação e expansão, funcionou como a única atividade capaz de fixar efetivamente contingentes humanos à região. Na fase subsequente de produção, o ponderável contingente de mão de obra provisória que a lavoura requer periodicamente, passado o trabalho de colheita, fica marginalizado, uma vez que as fazendas não desenvolvem outras atividades nos períodos de entre-safra do cacau.

Esse regime de trabalho implica em deslocamentos periódicos de contingentes humanos para a região, determinando fases de concentração e fases de dispersão populacional. Por outro lado, esse tipo de trabalhador rural não se integra comunitariamente, não estabelece laços de solidariedade nem se identifica com a zona, desde que a oferta de trabalho é de curta duração.

Tal sistema, além de resultar na erupção de uma excrecência social, comporta ainda o perigo de lavoura não contar com a mão de obra necessária às colheitas, no caso de ocorrência de condições de trabalho favoráveis nas áreas fornecedoras. No ano da 1935, por exemplo, quando o cacau se recuperava de uma longa e penosa fase de crise, as safras se viram ameaçadas pela falta de braços para a colheita.¹

Verifica-se, então, que as circunstâncias históricas se modificam e que as soluções econômicas que atuam favoravelmente num determinado período podem se inverter subsequentemente.

O sistema monocultor de cacau como instrumento econômico numa região até então inativa produziu efeitos salutares, na medida em que impulsionou seus desenvolvimentos. Esses efeitos, porém, foram se transformando, à medida em que eles mesmos introduziam modificações na situação original.

9.3. Os demais produtos frente à monocultura

A constatação da natureza monocultora da micro-região Cacaueira conduz à discussão sobre as atividades econômicas exercidas nas demais micro-regiões do PD e do tipo de relacionamento que mantiveram entre si.

A piaçava, encontrada em diversas áreas do litoral, inclusive na própria micro-região Cacaueira, apesar de sua constante participação entre os produtos exportados da Bahia (Anexo: tabela 14),

não conseguiu superar o caráter da planta nativa, não concorrendo, por conseguinte, com plantações sistematizadas. A piaçava teria se limitado, assim como a pescaria, às comunidades litorâneas ou, mais raramente, a coexistir com o cacau como uma atividade secundária e não intencional.

Quanto à borracha, pode-se situá-la em duas fases distintas. A primeira, que corresponderia do fim do século XIX até o ano de 1914, quando o aumento da procura no mercado internacional por parte das nações industrializadas determinou a exploração das plantas nativas de maniçoba e mangabeira. A segunda, mais recente, correspondendo ao incremento das atividades seringueiras, voltadas para o aumento da procura no mercado interno.

O primeiro surto, de curta duração, diante da concorrência da "hevea" Oriental e da borracha sintética, (essa posteriormente), contribuiu para a ocupação das áreas até então despovoadas, as quais corresponderiam, dentro do PD, a faixas de terras das atuais micro-regiões de Jequié, Tebuleiros de Valença, Cacaueira, Interiorana e Litorânea do Extremo Sul.

O surto extrativo da borracha do final do século passado e início do presente foi de curta duração e atendeu a uma maior solicitação do comércio externo.

Cessada a demanda, ocorreu também a interrupção da pesquisa e do plantio da seringueira, iniciados em 1906, na Escola Agrícola de São Bento das Lajes. Nota-se que o desenvolvimento rápido do cacau e a preocupação generalizada com o aumento das roças, na primeira década do século, limitaram também as iniciativas relacionadas com a seringueira. A preocupação com o incremento da cultura da mesma se viu, assim, reduzir a pessoas, como Leo Zehntner, Guilherme Behrman ou a família Almeida-Fuchs, os quais, mesmo se dispondo a presentear outros proprietários com mudas de seringueira, não conseguiram superar o ceticismo dos mesmos.

Salvo o período excepcional da segunda guerra mundial, período em que ocorreu um breve surto na Bahia, os tempos favoráveis só retornariam, com caráter mais duradouro, durante a década de 50, estimulados pela florescente indústria nacional de artefatos de borracha.

O governo federal e empresas paulistas passaram a se interessar pelo incremento da produção da borracha, diante das necessidades da indústria nacional, que passou a importar aquele produto, a partir de 1951 (Veiga 1960:15)(58). Sob a supervisão interna do Instituto Agrônomo do Leste, é retomada assim a exploração e o financiamento dos seringaais. A produção baiana, que tinha sido de 37 toneladas em 1953, passou para 80 toneladas em 1959 (Ibid:33), aumentando no mesmo período a área cultivada em cerca de 500 hectares. (Ibid:35). Três centros se estabeleceram no decorrer dessa nova fase, dois na MR 154 (Una e Uruçuca) e um na MR 152 (Ituberá).

¹ Noticiário do jornal A Tarde, deste ano.

O relacionamento, durante os anos mais recentes, entre a borracha e o cacau parece ter se revestido de uma maior intimidade. O surgimento de um mercado consumidor para a borracha e a própria situação da cacauicultura na época motivaram alguns proprietários a plantarem seringueiras em suas terras, aparecendo a borracha como uma opção para a mão-de-obra regional e como fator de captação da renda do cacau¹.

9.4. A monocultura e a pecuária

Até o século XIX, a sub área B tinha como principal atividade a recuperação de boiadas que, procedentes do São Francisco, do sertão e do Norte de Minas Gerais, demandavam o Recôncavo.

A vocação pecuarista da área, no entanto, somente se firmará nos primeiros trinta anos deste século, com os fluxos migratórios. A partir dessa realidade, cabe interrogar sobre o tipo de relacionamento existente entre as atividades pastoris e a cacauicultura, especialmente na micro-região Cacaueira.

Pode-se dizer, em termos de hipótese, que o desenvolvimento da pecuária naquele período deveu-se também ao crescimento da cacauicultura, através da transferência da população de outras áreas do Estado. A cultura do cacau, por outro lado, ao se transformar em atividade absorvente, impôs a satisfação de uma série de necessidades dos moradores da região, (alimentos, animais de carga indispensáveis para o transporte, etc.), beneficiando também as outras áreas de culturas.

A extensão da área de engorda dos atuais municípios de Itambé e Itapetinga, do mesmo modo que a ocupação da bacia do Gongogi, logicamente precedidas do necessário desmatamento visando a implantação de pastagens, são subsídios em favor da hipótese formulada. Admitindo-se, ao mesmo tempo, que as tradicionais regiões consumidoras de carne não apresentaram aumento de procura, pode-se aceitar que o crescimento da população da região cacaueira, e a própria importância adquirida pelo produto fizeram com que o consumo da produção pecuária fosse um objetivo dos fazendeiros-comerciantes, pelo menos a curto prazo.

Essa expectativa, entretanto, parece não se ter concretizado a longo prazo, pelo menos no que se refere ao fornecimento insuficiente da carne verde à região cacaueira, assim como à natureza sub-alimentar da dieta da maioria dos moradores, que não se beneficiaram também do aproveitamento do peixe, de cereais e de frutas, assim como sofreram a carência de verduras e legumes. (Santos 1955:90) (47).

A ocupação da região pastoril, porém, teve prosseguimento devido à existência de extensas faixas consideradas ótimas para a pecuária² e pela ampliação das atividades de engorda. Estas compreendiam a vinda do gado magro de Minas para ser engordado nas pastagens baianas, e a posterior revenda para os mercados tradicionais do Estado ou para o Sul, via Teófilo Otoni (MG).

Esta atividade, prejudicial à criação, deveu-se fundamentalmente a que a engorda proporcionava maiores lucros, em tempo mais reduzido,³ atendendo, assim, aos interesses imediatos do produtor, o qual ficava impossibilitado de melhorar a qualidade do rebanho, quer pela ausência de um órgão orientador e planejador nas diferentes regiões pastoris do Estado, quer pela insuficiência de crédito que permitisse iniciativa naquele sentido.

A criação da Cooperativa Instituto de Pecuária de Bahia (Decreto Estadual n.º 9.583, de 15 de julho de 1935) tornou-se uma medida de efeitos limitados, diante dos complexos problemas existentes, e por não ter conseguido congregar, de forma ampla, os pecuaristas estaduais.

Na área da atual MR Encosta do Planalto de Conquista, o cacau, na sua expansão, ocupou terrenos menos aptos a seu cultivo, sendo substituído pela pecuária, caracterizando as conhecidas propriedades mistas cacau/pecuária. Na própria MR Cacaueira, por volta da década de 50, já se nota o incremento às atividades pastoris, especialmente a criação de gado bovino e suíno, aparecendo em destaque os municípios de Itabuna e Ibicarai.

Por outro lado, não há aproveitamento industrial de derivados da pecuária na região tipicamente pastoril, onde, da mesma forma que na região cacaueira, o setor secundário da economia se identificará pela fraqueza. O consumo do leite, por exemplo, dá-se de forma precária, diante das dificuldades de transporte. Quanto aos derivados, manteve-se o caráter caseiro da produção, limitada às fazendas e destinada ao consumo próprio ou, no caso de haver excedente, à venda na cidade mais próxima.

A própria situação das regiões pecuaristas, distanciadas dos grandes centros consumidores, implicou em dificuldades para o fornecimento de carne. O desgaste sofrido pelas boiadas que, a pé, demandavam Feira de Santana e Salvador, implicava em redução de lucros, tanto para o produtor como para o comerciante/abatedor, assim como acarretava perda de qualidade do produto oferecido a preços altos ao consumidor.

Objetivando superar esse problema e estimular a industrialização de todos os sub produtos

- 1 Indicadores dessa nova realidade foram a multiplicação de mudas em fazendas particulares e a distribuição, entre 1954/57, de 2 milhões de borbulhas e de 552.000 mudas enxertadas, por parte de Estação Experimental de Una. (Boletim ICB, 46, 1959:18).
- 2 Esse sentido expansionista, precedido pelo desmatamento, ao penetrar, cada vez mais, pela micro-região Pastoril de Itapetinga, conformou o que se pode chamar de "frente balana" no processo de desmatamento. A outra frente, a "mineira", penetraria através do limite da Litorânea do Extremo Sul.
- 3 Entre a importação e a revenda eram suficientes de oito a dez meses, enquanto a criação exigia um investimento que só daria lucros após três anos, no mínimo.

da rês abatida cogitou-se, no início da década de 50, da instalação de dois matadouros/frigoríficos, sendo um deles em Ilhéus e o outro em Feira de Santana. Apesar de todos os procedimentos legais terem sido cumpridos, o projeto não foi avante.

9.5. Análise da diversificação

Outra atividade que se destacou no Polígono do Diagnóstico foi a extração de madeiras, que, sendo uma atividade itinerante, se mostrou incapaz de formar um sistema próprio. As próprias serrarias se mudaram com a frente de desmatamento, não se constituindo, pois, em opção para os trabalhadores da região.

O que importa ressaltar, no caso, é que tanto

na região caracterizada como monocultora, quanto nas demais do Polígono do Diagnóstico, a fraqueza industrial é um elemento comum. A ocorrência de atividades diversificadas é um fenômeno identificável em todo o Polígono, porém não ocorre, historicamente, diversificação no sentido mais amplo, ou seja, investimentos de base urbana, especialmente na indústria.

Observa-se, assim, que excetuando-se a MR Cacaueira, nas demais ocorreu um maior grau de diversificação nas atividades diretamente vinculadas à terra. Quanto à região monocultora, aceita-se que apenas na década de 50 ocorrem os primeiros indícios de uma tendência diversificadora, baseada especialmente na borracha e na pecuária, sendo que esta última, como foi visto, passa a ocupar as faixas de terra deixadas pelo cacau, fazendo com que este ficasse limitado às terras consideradas "ótimas" para o seu desenvolvimento.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Conforme se pode concluir, o presente estudo não se acomodou à simples descrição de eventos e situações conjunturais, mas tentou uma análise das estruturas. Esta requer, para sua realização completa, que cada um dos temas tratados genericamente seja retomado na forma de estudos específicos, dentro de uma posição metodológica mais coerente com o trabalho historiográfico.

Tais colocações não implicam na minimização do presente trabalho. Muito ao contrário, a própria abertura de perspectivas para novos estudos históricos é uma das funções mais fecundas e gratificantes da atitude do pesquisador. Chama-se a atenção, também, para o fato de que as conclusões atingidas, face ao período em estudo (1890/1960), já são passíveis de remanejamento, uma vez que a realidade atual foi enriquecida e modificada com os eventos de mais de uma década, como, por exemplo, todo o trabalho desenvolvido pela CEPLAC neste período.

O denominado Polígono do Diagnóstico, conforme se procurou evidenciar no período abrangido pela análise, apresentava uma realidade não inteiramente integrada no modelo agro-mercantil nacional, bem como no próprio modelo social. A sua integração se processou quase que concomitantemente através dos dois principais "sistemas": a cacauicultura e a pecuária.

A área que serviu de base ao cacau — na medida em que esse se torna viável e elemento recuperador do setor de exportação da economia baiana — passou a abrigar parte da população que se deslocou das antigas áreas produtoras, o que implicou em grande dinamismo para a região. O "sistema" da pecuária, embora prestasse serviços de natureza diversa, desde o século XVIII, apenas no século XX desenvolve a sua maior vocação, atraindo da mesma forma contingentes populacionais de outras regiões. Apesar das semelhanças no desenvolvimento interno, e do paralelismo em que este ocorreu, existiram diferenças entre aqueles "sistemas", que imprimiram, a cada um, características próprias.

A questão da propriedade serve como ponto de partida. A região da pecuária, desde o século XVIII, abrigava no seu meio alguns "senhores" proprietários de extensas faixas de terra. Já a região do cacau, até o período de seu maior desenvolvimento (a partir de 1890), não conheceu a presença, a influência e o poder de grandes proprietários, o que facilitou, sem dúvida, a natureza policultora da região dividida em pequenos pedaços de terra onde foram cultivados gêneros diversos. O incremento da cacauicultura, no entanto, ocasionou a interiorização da população e as disputas pela posse da terra. Assim, enquanto no "sistema" pecuário a propriedade rural, centro da vida regional, já era uma realidade desde o século XVIII, no "sistema" cacaueiro, esse caráter só é alcançado no limiar do século XX.

A produção é outra variável. O "sistema" pecuário do Polígono do Diagnóstico, em procedimento semelhante ao das demais regiões pecua-

rias brasileiras, ao se desenvolver, estimulou o aparecimento de uma agricultura de subsistência, cujo excedente foi comercializado. Já o "sistema" cacaueiro observou uma tendência crescente de concentração das atividades em torno de um só produto, o que trouxe para a região uma série de implicações de ordem econômica e social.

O caráter de "abertura" da lavoura cacauera ao mercado externo se, por um lado, proporcionou a integração regional ao modelo estadual e ao de outras áreas nacionais, por outro lado determinou a dependência da região ao desempenho do sistema econômico gerado pelo cacau. Toda a sociedade dessa região passa a viver em função de um objetivo: a comercialização da safra.

A sociedade do sistema pecuário, no entanto, cujo único relacionamento com o mercado externo era a exportação de couros e peles, esteve por muito tempo limitada aos problemas internos, cujas soluções dependiam de medidas tomadas no seu âmbito. A vinculação mais recente com um mercado mais amplo, cuja necessidade era reclamada, processa-se pelo fornecimento de gêneros indispensáveis ao consumo da toda a população, e é facilitada por sua integração ao sistema viário nacional. A pecuária se, por um lado, viveu limitada ao seu próprio meio, ao se vincular ao mercado interno o faz através de produtos que permitem boa margem de lucros, sem grandes riscos.

Os "sistemas" voltam a apresentar semelhanças quando se considera a fraqueza industrial de ambos. Embora a produção permitisse o desenvolvimento de atividades industriais, as iniciativas não se concretizaram.

A sociedade do Polígono do Diagnóstico, considerada como um todo, evidencia reduzido sentido de antagonismo entre os seus diferentes estratos, notadamente em relação à renda e ao poder. Na sociedade do cacau nota-se uma espécie de aliança entre os grandes proprietários e os grandes comerciantes; as maiores disputas não ocorrem ao nível destes, mas nas tentativas partidas deles de dominação dos médios e pequenos lavradores. Este vínculo entre interesses urbanos e rurais, isto é, entre grandes proprietários e grandes comerciantes, parece ter determinado certa "alienação regional", manifestada através da fraqueza dos grupos urbanos no questionamento do modelo agrário-exportador. Os trabalhadores do cacau, por outro lado, tinham como característica reduzido sentido associativo no que tange a direitos e iniciativas, enquanto os trabalhadores de pecuária gozavam de maior autonomia, principalmente em relação ao cultivo de gêneros de subsistência.

As cidades do Polígono do Diagnóstico, por seu turno, embora se assemelhem pela reduzida diversificação de suas atividades, são diferentes quanto ao grau de modernidade de suas estruturas. Enquanto as grandes cidades (Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista e Jequié) conseguiram formar recentemente um "poder urbano", pela atividade comercial mais intensa dos seus moradores, a

maioria das pequenas cidades serviu apenas de abrigo aos que trabalhavam nos arredores rurais.

Discute-se, por fim, o intercâmbio entre as diferentes áreas. Evidencia-se o caráter dissociativo das atividades econômicas das diversas regiões do Polígono do Diagnóstico e esse é uma tendência histórica. Além do cacau e de pecuária, outras frentes isoladas se desenvolveram, sendo a mais constante a da extração de madeiras, que obe-

deceu, ao longo do tempo, a um sentido Norte-Sul.

Historicamente, na área estudada, a tendência à dispersão das atividades econômicas implicou na sua reduzida força como bloco. Em tempos recentes, entretanto, já aparece uma tentativa sistemática de promover a integração dos recursos regionais, onde a força do conjunto, tanto econômica como política, sirva como meio de atender às especificidades de cada sistema sócio-econômico.

ANEXO 1

TABELAS

1. Produção de cacau (1900/1 – 1960/1)
2. Exportação de cacau – Bahia – Volume e valor (1901 – 1959)
3. Exportação de cacau – Porto de Salvador – Volume e valor (1901–1959)
4. Exportação de cacau – Porto de Ilhéus – Volume e valor (1926) – 1959)
5. Participação Relativa dos Portos de Salvador e Ilhéus, na exportação de cacau (amêndoas) da Bahia (1926 – 1959)
6. Exportação da Bahia – Valor (1901 – 1959)
7. Exportação do Porto de Salvador – Valor (1901 – 1959)
8. Exportação do Porto de Ilhéus – Volume e valor (1926 – 1959)
9. Bahia – Percentual da exportação de cacau em amêndoas, em relação à exportação total do Estado (1901 – 1959) – Valor
10. Porto de Salvador – Percentual da exportação de cacau em amêndoas, em relação à exportação total do Porto de Salvador (1901 – 1959)
11. Percentual da exportação de cacau em amêndoas em relação à exportação total do Porto de Ilhéus (1926 – 1959)
12. Exportação de borracha – Porto de Salvador – Volume e valor – (1901 – 1959)
13. Exportação de piaçava – Porto de Salvador – Volume e valor – (1901 – 1959)
14. Exportação de madeiras – Porto de Salvador – Volume e valor – (1901 – 1959)
15. Exportação de couros e peles – Porto de Salvador – Volume e valor (1901 – 1959)
16. Exportação cabotagem da Bahia – Volume e valor 1921 – 1960)
17. Importação da Bahia – Valor (1901 – 1959)
18. Importação cabotagem da Bahia – Volume e valor (1921 – 1960)

Tabela 1 – PRODUÇÃO DE CACAU (1900/1 - 1960/1)

| ANO | Dados originais (Y) volume (em t.) | Dados estimados (Yc) – volume (em t.) ¹ | Variações dos dados originais em relação aos estimados (Y - Yc) |
|---------|------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| 1900/01 | 11 592 | 4 520 | 7 072 |
| 1901/02 | 13 919 | 7 085 | 6 834 |
| 1902/03 | 17 597 | 9 649 | 7 948 |
| 1903/04 | 14 857 | 12 214 | 2 643 |
| 1904/05 | 18 316 | 14 778 | 3 538 |
| 1905/06 | 18 982 | 17 343 | 1 638 |
| 1906/07 | 22 935 | 19 907 | 3 028 |
| 1907/08 | 25 183 | 22 271 | 2 912 |
| 1908/09 | 27 196 | 25 036 | 2 160 |
| 1909/10 | 29 059 | 27 600 | 1 459 |
| 1910/11 | 27 395 | 30 165 | - 2 770 |
| 1911/12 | 31 933 | 32 729 | - 796 |
| 1912/13 | 23 186 | 35 294 | - 12 108 |
| 1913/14 | 36 750 | 37 858 | - 1 108 |
| 1914/15 | 29 253 | 40 423 | - 11 170 |
| 1915/16 | 49 191 | 42 987 | 6 204 |
| 1916/17 | 39 189 | 46 552 | - 6 363 |
| 1917/18 | 48 865 | 48 116 | 749 |
| 1918/19 | 47 965 | 50 680 | - 2 715 |
| 1919/20 | 39 041 | 53 245 | - 14 204 |
| 1920/21 | 59 616 | 55 809 | 3 807 |
| 1921/22 | 25 834 | 58 374 | - 32 540 |
| 1922/23 | 54 724 | 60 938 | - 6 214 |
| 1923/24 | 66 274 | 63 503 | 2 771 |
| 1924/25 | 59 186 | 66 067 | - 6 881 |
| 1925/26 | 68 804 | 68 632 | 172 |
| 1926/27 | 58 964 | 71 196 | - 11 232 |
| 1927/28 | 77 823 | 73 761 | 4 062 |
| 1928/29 | 72 025 | 76 325 | - 4 300 |
| 1929/30 | 66 752 | 78 890 | - 12 138 |
| 1930/31 | 59 080 | 81 454 | - 22 374 |
| 1931/32 | 91 907 | 84 018 | 7 889 |
| 1932/33 | 94 365 | 86 583 | 7 782 |
| 1933/34 | 78 209 | 89 147 | - 10 938 |
| 1934/35 | 98 173 | 91 712 | 6 461 |
| 1935/36 | 120 163 | 94 276 | 25 887 |
| 1936/37 | 110 069 | 96 841 | 13 228 |
| 1937/38 | 136 566 | 99 405 | 36 161 |
| 1938/39 | 133 849 | 101 970 | 31 879 |
| 1939/40 | 114 020 | 104 534 | 9 486 |
| 1940/41 | 126 386 | 107 099 | 19 287 |
| 1941/42 | 133 431 | 109 663 | 23 768 |
| 1942/43 | 108 483 | 112 228 | - 3 745 |
| 1943/44 | 119 628 | 114 792 | 4 836 |
| 1944/45 | 103 249 | 117 356 | - 14 107 |
| 1945/46 | 106 342 | 119 921 | - 13 579 |
| 1946/47 | 148 528 | 122 485 | 26 043 |
| 1947/48 | 83 476 | 125 050 | - 41 074 |
| 1948/49 | 102 000 | 127 614 | - 25 614 |
| 1949/50 | 156 750 | 130 179 | 26 571 |
| 1950/51 | 131 257 | 132 743 | - 1 486 |
| 1951/52 | 100 337 | 135 308 | - 34 971 |
| 1952/53 | 92 400 | 137 872 | - 45 472 |
| 1953/54 | 116 400 | 140 437 | - 24 034 |
| 1954/55 | 166 569 | 143 001 | 23 568 |
| 1955/56 | 151 898 | 145 566 | 6 332 |
| 1956/57 | 161 799 | 148 130 | 13 669 |
| 1957/58 | 148 396 | 150 694 | - 2 298 |
| 1958/59 | 184 800 | 153 259 | 31 541 |
| 1959/60 | 178 761 | 156 823 | 22 938 |
| 1960/61 | 129 000 | 158 388 | - 29 388 |

Fonte: Dados Originais da Comissão de Comércio do Cacau da Bahia

¹ $Y_c = 4\,520,25 + 2\,564,46 X$, origem 1900/01

**Tabela 2 – EXPORTAÇÃO DE CACAU (AMÊNDOA) DA BAHIA – Longo Curso
1901 – 1959**

| Ano | Volume (em t.) Dados originais | Valor (Cr\$ 1,00) Dados originais (Y) | Valor (Cr\$ 1,00) Dados estimados (Yc) ¹ | Valor (Cr\$ 1,00) Variações dos dados originais em relação aos estimados (Y - Yc) |
|-------------------|-----------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1901 | 13 290 | 15 352 | 13 359 | 1 993 |
| 1902 | 16 197 | 15 704 | 14 375 - | 1 329 |
| 1903 | 15 917 | 15 120 | 15 469 | - 349 |
| 1904 | 18 018 | 16 739 | 16 645 | 94 |
| 1905 | 16 879 | 13 232 | 17 910 | - 4 678 |
| 1906 | 22 964 | 19 159 | 19 272 | - 113 |
| 1907 | 20 847 | 27 393 | 20 738 | 6 555 |
| 1908 | 29 384 | 28 448 | 21 804 | 6 641 |
| 1909 | 28 864 | 21 781 | 24 012 | - 2 231 |
| 1910 | 25 377 | 18 124 | 25 838 | - 7 714 |
| 1911 | 32 281 | 22 789 | 27 802 | - 5 013 |
| 1912 | 27 782 | 20 895 | 29 916 | - 9 021 |
| 1913 | 27 377 | 22 071 | 32 191 | -10 120 |
| 1914 | 36 345 | 27 810 | 34 639 | - 6 829 |
| 1915 ² | 37 125 | 47 537 | 37 273 | 10 264 |
| 1916 | 36 723 | 41 754 | 40 108 | 1 646 |
| 1917 | 44 537 | 37 495 | 43 157 | - 5 662 |
| 1918 | 36 115 | 34 840 | 46 439 | -11 599 |
| 1919 | 54 854 | 82 659 | 49 970 | 32 689 |
| 1920 | 51 577 | 61 535 | 53 770 | 7 765 |
| 1921 | 39 948 | 44 863 | 57 858 | -12 995 |
| 1922 | 41 422 | 63 286 | 62 258 | 1 028 |
| 1923 | 63 552 | 90 372 | 66 993 | 23 379 |
| 1924 | 66 946 | 94 882 | 72 086 | 22 796 |
| 1925 | 62 715 | 96 266 | 77 569 | 18 697 |
| 1926 | 62 055 | 101 783 | 83 467 | 18 316 |
| 1927 | 73 762 | 183 003 | 89 814 | 93 189 |
| 1928 | 70 903 | 145 488 | 96 643 | 48 845 |
| 1929 | 63 204 | 101 114 | 103 993 | - 2 879 |
| 1930 | 64 167 | 87 630 | 111 900 | -24 270 |
| 1931 | 73 302 | 94 974 | 120 408 | -26 434 |
| 1932 | 95 860 | 111 898 | 129 564 | -17 666 |
| 1933 | 96 086 | 102 881 | 139 418 | -36 537 |
| 1934 | 99 253 | 126 817 | 150 019 | -23 202 |
| 1935 | 108 437 | 158 116 | 161 427 | - 3 311 |
| 1936 | 118 585 | 252 300 | 173 701 | 78 599 |
| 1937 | 102 994 | 223 434 | 186 910 | 36 524 |
| 1938 | 125 585 | 209 507 | 201 123 | 8 384 |
| 1939 | 128 585 | 219 447 | 216 416 | 3 032 |
| 1940 | 99 590 | 187 247 | 232 873 | -45 526 |
| 1941 | 130 372 | 308 165 | 250 581 | 57 534 |
| 1942 | 69 384 | 208 770 | 269 636 | -60 866 |
| 1943 | 111 567 | 330 429 | 280 137 | 40 292 |
| 1944 | 98 360 | 294 862 | 312 204 | -17 340 |
| 1945 | 79 842 | 215 318 | 336 942 | - 120 624 |
| 1946 | 126 942 | 633 095 | 682 372 | -49 277 |
| 1947 | 95 396 | 1 015 322 | 784 654 | 230 688 |
| 1948 | 67 484 | 1 007 822 | 902 262 | 105 560 |
| 1949 | 127 754 | 946 238 | 1 037 438 | -91 250 |
| 1950 | 124 799 | 1 369 636 | 1 192 997 | 176 639 |
| 1951 | 88 647 | 1 191 663 | 1 371 816 | - 180 153 |
| 1952 | 54 282 | 716 406 | 1 577 418 | - 861 012 |
| 1953 | 105 869 | 1 430 467 | 1 813 838 | - 383 371 |
| 1954 | 113 615 | 3 921 331 | 2 086 725 | 1 835 606 |
| 1955 | 115 971 | 3 522 319 | 2 396 328 | 1 135 991 |
| 1956 | 119 607 | 2 735 369 | 2 757 820 | -22 451 |
| 1957 | 104 032 | 2 832 212 | 3 171 131 | - 338 919 |
| 1958 | 95 582 | 3 557 153 | 3 646 425 | - 89 272 |
| 1959 | 64 288 | 4 022 255 | 4 193 045 | - 170 790 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais

1 Entre 1901 e 1945, $Y_c = 13\,359 (1,046046)^x$, origem 1901
Enquanto para o período entre 1946 e 1959, $Y_c = 682\,372 (1,14988)^x$, origem 1946

Tabela 3— EXPORTAÇÃO DE CACAU (AMÊNDOAS) — PORTO DE SALVADOR
1901 — 1969

| Ano | Volume (em t.) Dados ori- ginais (Y) | Volume (em t.) Dados esti- mados (Yc) ¹ | Volume (em t.) Variação dos da- dos originais em relação aos esti- mados (Y - Yc) | Valor (Cr\$1,00) Dados originais (Y') | Valor (Cr\$ 1,00) Dados estimados (Yc) ² | Valor (Cr\$ 1,00) Variações dos dados originais em relação aos estimados (Y - Yc') |
|------|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1901 | 13 290 | 12.260 | 1 030 | 15 352 | 14 676 | 676 |
| 1902 | 16.197 | 13 977 | 2 220 | 15 704 | 15 606 | 98 |
| 1903 | 15 917 | 15 694 | 223 | 15 120 | 16 594 | - 1 474 |
| 1904 | 18 018 | 17 411 | 607 | 16 739 | 17646 | - 907 |
| 1905 | 16 897 | 19 128 | - 2 249 | 13 232 | 18 764 | - 5 532 |
| 1906 | 22 964 | 20 845 | 2 119 | 19 159 | 19 952 | - 793 |
| 1907 | 20 847 | 22 563 | - 1 716 | 27 393 | 21 217 | 6 176 |
| 1908 | 29 384 | 24 280 | 5 104 | 28 448 | 22 561 | 5 887 |
| 1909 | 28 864 | 25 997 | 2 867 | 21 781 | 23 990 | - 2 209 |
| 1910 | 25 377 | 27 714 | - 2 337 | 18 124 | 25 510 | - 7 386 |
| 1911 | 32 261 | 29 431 | 2 830 | 22 789 | 27 127 | - 4 338 |
| 1912 | 27 782 | 31 149 | - 3 367 | -3 367 | 28 845 | - 7 960 |
| 1913 | 27 377 | 32 886 | - 5 489 | 22 071 | 30 673 | - 8 602 |
| 1914 | 38 345 | 34 583 | 1 762 | 27 810 | 32 616 | - 4 906 |
| 1915 | 37 125 | 36 300 | 825 | 47 537 | 34 682 | 12 855 |
| 1916 | 38 723 | 38 017 | - 1 284 | 41 754 | 36 880 | 4 874 |
| 1917 | 44 637 | 39 734 | 4 803 | 37 495 | 39 216 | - 1 721 |
| 1918 | 38 115 | 41 452 | - 5 337 | 34 840 | 41 701 | - 6 861 |
| 1919 | 54 864 | 43 169 | 11 685 | 82 659 | 44 343 | 38 316 |
| 1920 | 51 577 | 44 886 | 6 691 | 61 535 | 47 153 | 14 382 |
| 1921 | 39 948 | 46 603 | - 6 655 | 44 863 | 50 140 | - 5 277 |
| 1922 | 41 422 | 48 320 | - 6 898 | 63 286 | 53 317 | 9 969 |
| 1923 | 63 552 | 50 038 | 13 514 | 90 372 | 56 695 | 33 677 |
| 1924 | 66 946 | 51 755 | 15 191 | 94 882 | 60 286 | 34 596 |
| 1925 | 62 715 | 53 472 | 9 243 | 96 286 | 64 106 | 32 180 |
| 1926 | 39 124 | 55 189 | -16 065 | 59 748 | 68 168 | - 8 420 |
| 1927 | 45 515 | 56 906 | -11 391 | 112 510 | 72 486 | 40 024 |
| 1928 | 45 225 | 58 623 | -13 398 | 92 964 | 77 079 | 15 886 |
| 1929 | 37 428 | 60 341 | -22 913 | 60 452 | 81 963 | - 21 511 |
| 1930 | 38 362 | 62 058 | -23 696 | 51 880 | 87 155 | - 36 275 |
| 1931 | 58 397 | 63 775 | - 5 378 | 75 751 | 92 677 | - 16 926 |
| 1932 | 65 787 | 65 492 | 295 | 76 194 | 98 549 | - 22 355 |
| 1933 | 72 770 | 67 209 | 5 561 | 76 900 | 104 793 | - 27 893 |
| 1934 | 83 752 | 68 926 | 14 826 | 106 855 | 111 432 | - 4 577 |
| 1935 | 88 496 | 70 644 | 17 852 | 129 122 | 118 492 | 10 630 |
| 1936 | 69 693 | 72 361 | - 2 468 | 142 626 | 126 000 | 16 626 |
| 1937 | 61 364 | 74 078 | -12 714 | 143 881 | 133 984 | 9 897 |
| 1938 | 32 404 | 75 795 | - 6 609 | 141 945 | 142 472 | 527 |
| 1939 | 93 973 | 77 512 | 16 461 | 166 474 | 151 469 | 14 975 |
| 1940 | 74 503 | 79 230 | - 4 727 | 136 323 | 161 094 | - 24 771 |
| 1941 | 97 042 | 80 947 | 16 095 | 235 462 | 171 302 | - 64 160 |
| 1942 | 56 259 | 82 664 | -26 405 | 171 775 | 182 155 | - 10 380 |
| 1943 | 100 464 | 34 381 | 16 083 | 299 009 | 193 695 | 105 313 |
| 1944 | 70 880 | 108 912 | -38 032 | 216 158 | 205 967 | 10 191 |
| 1945 | 38.342 | 68 528 | -30 186 | 97 197 | 219 020 | - 121 822 |
| 1946 | 58 913 | 49 991 | 8 922 | 292 308 | 232 894 | 59 414 |
| 1947 | 35 640 | 39 348 | - 3 708 | 372 866 | 247 649 | 125 237 |
| 1948 | 18 468 | 32 441 | -13 973 | 266 880 | 263 339 | 22 521 |
| 1949 | 26 937 | 27 597 | - 660 | 220 646 | 280 024 | - 59 378 |
| 1950 | 26 178 | 24 011 | 2 167 | 277 703 | 297 768 | - 20 066 |
| 1951 | 17 386 | 21 251 | - 3 865 | 238 871 | 316 631 | - 77 760 |
| 1952 | 11 600 | 19 059 | - 7 459 | 162 719 | 336 695 | - 183 976 |
| 1953 | 19 060 | 17 277 | 1 783 | 217 542 | 368 027 | - 140 485 |
| 1954 | 21 295 | 15 800 | 5 495 | 733 881 | 380 709 | 353 172 |
| 1955 | 17 911 | 14 556 | 3 355 | 546 038 | 404 827 | 141 211 |
| 1956 | 15 317 | 13 493 | 1 824 | 360 989 | 430 479 | - 79 510 |
| 1957 | 16 026 | 12 575 | 3 451 | 482 080 | 457 748 | 24 332 |
| 1958 | 11 379 | 11 774 | - 395 | 419 617 | 486 752 | - 67 136 |
| 1959 | 14 866 | 11 068 | 3 798 | 803 286 | 517 595 | 286 691 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda — Diretoria de Estatística Comercial — Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

1 Volume de 1901 a 1943, $Y_c = 12 260,55 + 1 717,18X$, origem 1901
1944 a 1969 $\frac{1}{Y_c} = 9,181725 \times 10^{-6} + 5,410850 \times 10^{-6} X$, origem 1944

2 Valor de 1901 a 1969, $Y_c' = 14 676 (1,063363)^X$, origem 1901

**Tabela 4 – CACAU (AMÊNDOAS) – EXPORTAÇÃO – PORTO DE ILHÉUS
1926 – 1950**

| Ano | Volume (em t.) Dados originais | Valor (Cr\$ 1,00) Dados originais (Y) | Valor (Cr\$ 1,00) Dados estimados (Yc) ¹ | Valor (Cr\$ 1,00) Variações dados originais em relação aos estimados (Y - Yc) |
|------|-----------------------------------|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1926 | 22 931 | 42 035 | — | — |
| 1927 | 28 247 | 70 493 | — | — |
| 1928 | 25 678 | 52 524 | — | — |
| 1929 | 25 776 | 40 662 | — | — |
| 1930 | 25 805 | 35 750 | — | — |
| 1931 | 14 905 | 19 223 | — | — |
| 1932 | 30 073 | 35 704 | — | — |
| 1933 | 23 316 | 25 981 | — | — |
| 1934 | 15 501 | 19 962 | — | — |
| 1935 | 19 941 | 28 994 | — | — |
| 1936 | 48 672 | 109 674 | — | — |
| 1937 | 41 630 | 79 553 | — | — |
| 1938 | 43 181 | 67 562 | — | — |
| 1939 | 34 612 | 52 973 | — | — |
| 1940 | 25 087 | 41 024 | — | — |
| 1941 | 33 330 | 72 703 | — | — |
| 1942 | 13 125 | 36 995 | — | — |
| 1943 | 11 103 | 31 420 | — | — |
| 1944 | 27 480 | 78 704 | — | — |
| 1945 | 41 500 | 118 121 | — | — |
| 1946 | 68 029 | 340 787 | 448 663 | - 107 876 |
| 1947 | 59 756 | 642 436 | 529 056 | 113 380 |
| 1948 | 49 016 | 721 962 | 623 862 | 98 101 |
| 1949 | 100 817 | 725 592 | 735 648 | - 10 056 |
| 1950 | 98 621 | 1 091 933 | 867 462 | 224 471 |
| 1951 | 71 261 | 952 762 | 1 022 891 | - 70 129 |
| 1952 | 42 682 | 563 687 | 1 206 181 | - 642 494 |
| 1953 | 86 809 | 1 212 925 | 1 422 323 | - 209 398 |
| 1954 | 92 320 | 3 187 450 | 1 677 188 | 1 510 262 |
| 1955 | 98 060 | 2 976 281 | 1 977 686 | 998 595 |
| 1956 | 104 290 | 2 384 400 | 2 332 072 | 52 328 |
| 1957 | 88 006 | 2 350 132 | 2 749 969 | - 399 837 |
| 1958 | 84 203 | 3 137 536 | 3 242 693 | - 52 328 |
| 1959 | 59 422 | 3 218 969 | 3 823 742 | - 604 773 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

1 Yc = 448 663 (1,179194)^x, origem 1946

OBS.: Por não ter sido encontrada uma curva que satisfizesse o ajustamento, esse não foi feito entre os anos 1926/1945

Tabela 5 – PARTICIPAÇÃO RELATIVA¹ DOS PORTOS DE SALVADOR E ILHÉUS NA EXPORTAÇÃO DE CACAU (AMÊNDOAS) DA BAHIA – Longo Curso – (1926 - 1959)

| Ano | Exportação Cacau Bahia % | Volume | | Valor | |
|------|-----------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------|
| | | Exportação de Cacau Salvador % | Exportação de Cacau Ilhéus % | Exportação de Cacau Salvador % | Exportação de Cacau Ilhéus % |
| 1926 | 100 | 63,0 | 37,0 | 58,7 | 41,3 |
| 1927 | 100 | 61,7 | 38,3 | 61,4 | 38,6 |
| 1928 | 100 | 63,8 | 36,2 | 63,9 | 36,1 |
| 1929 | 100 | 59,2 | 40,8 | 59,8 | 40,2 |
| 1930 | 100 | 59,8 | 40,2 | 59,2 | 40,8 |
| 1931 | 100 | 79,7 | 20,3 | 79,8 | 20,2 |
| 1932 | 100 | 68,8 | 31,4 | 68,1 | 31,9 |
| 1933 | 100 | 75,7 | 24,3 | 74,7 | 25,3 |
| 1934 | 100 | 84,4 | 15,6 | 84,3 | 15,7 |
| 1935 | 100 | 81,6 | 18,4 | 81,6 | 18,4 |
| 1936 | 100 | 58,9 | 41,1 | 56,5 | 43,5 |
| 1937 | 100 | 59,6 | 40,4 | 64,4 | 35,6 |
| 1938 | 100 | 65,6 | 34,4 | 67,8 | 32,2 |
| 1939 | 100 | 73,1 | 26,9 | 75,9 | 24,1 |
| 1940 | 100 | 74,8 | 25,2 | 72,8 | 27,2 |
| 1941 | 100 | 74,4 | 25,6 | 76,4 | 23,6 |
| 1942 | 100 | 31,1 | 18,9 | 82,3 | 17,7 |
| 1943 | 100 | 90,0 | 10,0 | 90,5 | 19,5 |
| 1944 | 100 | 72,1 | 27,9 | 73,3 | 26,7 |
| 1945 | 100 | 48,0 | 52,0 | 45,1 | 54,9 |
| 1946 | 100 | 46,4 | 53,6 | 46,2 | 53,8 |
| 1947 | 100 | 37,4 | 62,6 | 36,7 | 63,3 |
| 1948 | 100 | 27,4 | 72,6 | 28,4 | 71,6 |
| 1949 | 100 | 21,1 | 78,9 | 23,3 | 76,7 |
| 1950 | 100 | 21,0 | 79,0 | 20,3 | 79,7 |
| 1951 | 100 | 19,6 | 80,4 | 20,0 | 80,0 |
| 1952 | 100 | 21,4 | 78,6 | 21,3 | 78,7 |
| 1953 | 100 | 18,0 | 82,0 | 15,2 | 84,8 |
| 1954 | 100 | 18,7 | 81,3 | 18,7 | 81,3 |
| 1955 | 100 | 15,4 | 84,6 | 15,5 | 84,5 |
| 1956 | 100 | 12,8 | 87,2 | 12,8 | 87,2 |
| 1957 | 100 | 15,4 | 84,6 | 17,0 | 83,0 |
| 1958 | 100 | 11,9 | 88,1 | 11,8 | 88,2 |
| 1959 | 100 | 23,1 | 76,9 | 20,0 | 80,0 |

¹ Cálculo a partir dos dados originais constantes das tabelas de exportação de cacau – Longo Curso – por Salvador e Ilhéus.

Tabela 6 – EXPORTAÇÃO DA BAHIA – Longo Curso – 1901 – 1959

| Ano | Valor Cr\$ 1,00 |
|------------|------------------------|
| 1901 | 65 459 |
| 1902 | 52 422 |
| 1903 | 53 246 |
| 1904 | 57 193 |
| 1905 | 46 076 |
| 1906 | 55 530 |
| 1907 | 67 795 |
| 1908 | 58 062 |
| 1909 | 65 420 |
| 1910 | 67 308 |
| 1911 | 62 781 |
| 1912 | 67 772 |
| 1913 | 61 812 |
| 1914 | 64 578 |
| 1915 | 102 199 |
| 1916 | 106 468 |
| 1917 | 102 599 |
| 1918 | 111 253 |
| 1919 | 216 932 |
| 1920 | 145 403 |
| 1921 | 133 922 |
| 1922 | 174 722 |
| 1923 | 233 286 |
| 1924 | 255 978 |
| 1925 | 281 078 |
| 1926 | 250 408 |
| 1927 | 342 220 |
| 1928 | 338 740 |
| 1929 | 249 113 |
| 1930 | 205 832 |
| 1931 | 207 143 |
| 1932 | 198 245 |
| 1933 | 170 775 |
| 1934 | 241 861 |
| 1935 | 294 295 |
| 1936 | 416 035 |
| 1937 | 437 184 |
| 1938 | 381 881 |
| 1939 | 397 091 |
| 1940 | 322 112 |
| 1941 | 511 484 |
| 1942 | 448 541 |
| 1943 | 578 851 |
| 1944 | 677 034 |
| 1945 | 671 728 |
| 1946 | 1 332 876 |
| 1947 | 1 717 666 |
| 1948 | 1 626 819 |
| 1949 | 1 512 759 |
| 1950 | 2 115 151 |
| 1951 | 1 929 620 |
| 1952 | 1 321 014 |
| 1953 | 2 466 746 |
| 1954 | 5 295 224 |
| 1955 | 5 456 743 |
| 1956 | 5 046 630 |
| 1957 | 5 683 105 |
| 1958 | 9 041 404 |
| 1959 | 12 471 497 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

Tabela 7 – EXPORTAÇÃO SALVADOR – Longo Curso – 1901 – 1959

| Ano | Valor (Cr\$ 1,00) |
|------------|--------------------------|
| 1901 | 65 459 |
| 1902 | 52 422 |
| 1903 | 53 246 |
| 1904 | 57 193 |
| 1905 | 46 076 |
| 1906 | 55 530 |
| 1907 | 67 795 |
| 1908 | 58 062 |
| 1909 | 65 420 |
| 1910 | 67 308 |
| 1911 | 62 781 |
| 1912 | 67 772 |
| 1913 | 61 812 |
| 1914 | 64 578 |
| 1915 | 102 199 |
| 1916 | 106 468 |
| 1917 | 102 599 |
| 1918 | 111 253 |
| 1919 | 216 932 |
| 1920 | 145 403 |
| 1921 | 133 922 |
| 1922 | 174 722 |
| 1923 | 233 286 |
| 1924 | 255 978 |
| 1925 | 281 078 |
| 1926 | 208 363 |
| 1927 | 271 722 |
| 1928 | 286 216 |
| 1929 | 208 343 |
| 1930 | 169 812 |
| 1931 | 187 831 |
| 1932 | 162 376 |
| 1933 | 144 573 |
| 1934 | 221 750 |
| 1935 | 265 145 |
| 1936 | 305 642 |
| 1937 | 356 713 |
| 1938 | 313 615 |
| 1939 | 344 040 |
| 1940 | 280 740 |
| 1941 | 436 515 |
| 1942 | 411 139 |
| 1943 | 546 992 |
| 1944 | 583 304 |
| 1945 | 544 059 |
| 1946 | 978 628 |
| 1947 | 1 053 119 |
| 1948 | 887 174 |
| 1949 | 766 210 |
| 1950 | 989 123 |
| 1951 | 943 701 |
| 1952 | 715 597 |
| 1953 | 1 130 747 |
| 1954 | 2 030 813 |
| 1955 | 2 223 471 |
| 1956 | 2 472 268 |
| 1957 | 3 086 642 |
| 1958 | 5 501 843 |
| 1959 | 8 704 521 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

OBS.: A não uniformidade da medida de volume impediu a elaboração da série do mesmo.

Tabela 8 – EXPORTAÇÃO PORTO DE ILHÉUS – Longo Curso – 1926 – 1959

| Ano | Volume (em t.) Dados originais | Valor (Cr\$ 1,00) Dados originais |
|------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------|
| 1926 | 22 980 | 42 046 |
| 1927 | 28 253 | 70 498 |
| 1928 | 25 678 | 52 524 |
| 1929 | 25 827 | 40 770 |
| 1930 | 25 936 | 36 020 |
| 1931 | 14 951 | 19 312 |
| 1932 | 30 184 | 35 869 |
| 1933 | 23 621 | 26 202 |
| 1934 | 15 802 | 20 111 |
| 1935 | 20 073 | 29 150 |
| 1936 | 49 528 | 110 142 |
| 1937 | 42 332 | 79 642 |
| 1938 | 43 930 | 68 024 |
| 1939 | 34 700 | 53 051 |
| 1940 | 25 577 | 41 205 |
| 1941 | 33 852 | 74 124 |
| 1942 | 13 192 | 37 101 |
| 1943 | 11 134 | 31 857 |
| 1944 | 28 401 | 93 228 |
| 1945 | 42 873 | 127 668 |
| 1946 | 69 974 | 354 247 |
| 1947 | 61 915 | 664 546 |
| 1948 | 50 634 | 739 644 |
| 1949 | 103 467 | 746 544 |
| 1950 | 98 621 | 1 091 933 |
| 1951 | 74 258 | 985 918 |
| 1952 | 46 053 | 605 417 |
| 1953 | 93 530 | 1 335 998 |
| 1954 | 95 322 | 3 264 410 |
| 1955 | 104 066 | 3 233 272 |
| 1956 | 110 519 | 2 574 381 |
| 1957 | 93 745 | 2 596 461 |
| 1958 | 93 895 | 3 539 561 |
| 1959 | 67 604 | 3 750 373 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

**Tabela 9 – PERCENTUAL DA EXPORTAÇÃO DE CACAU EM AMÊNDOAS EM
 RELAÇÃO À EXPORTAÇÃO TOTAL DO ESTADO DA BAHIA – 1901 – 1959**

| Ano | % |
|------------|----------|
| 1901 | 23,4 |
| 1902 | 30,0 |
| 1903 | 28,4 |
| 1904 | 29,3 |
| 1905 | 28,7 |
| 1906 | 23,8 |
| 1907 | 40,4 |
| 1908 | 49,0 |
| 1909 | 33,3 |
| 1910 | 26,9 |
| 1911 | 36,3 |
| 1912 | 30,8 |
| 1913 | 36,7 |
| 1914 | 43,1 |
| 1915 | 46,5 |
| 1916 | 39,2 |
| 1917 | 36,5 |
| 1918 | 31,3 |
| 1919 | 38,1 |
| 1920 | 42,3 |
| 1921 | 33,5 |
| 1922 | 36,2 |
| 1923 | 38,7 |
| 1924 | 37,1 |
| 1925 | 34,2 |
| 1926 | 40,6 |
| 1927 | 53,5 |
| 1928 | 43,0 |
| 1929 | 40,6 |
| 1930 | 42,6 |
| 1931 | 45,8 |
| 1932 | 56,4 |
| 1933 | 60,2 |
| 1934 | 52,4 |
| 1935 | 53,7 |
| 1936 | 60,6 |
| 1937 | 51,1 |
| 1938 | 54,9 |
| 1939 | 55,3 |
| 1940 | 58,2 |
| 1941 | 60,2 |
| 1942 | 46,5 |
| 1943 | 57,1 |
| 1944 | 42,9 |
| 1945 | 32,0 |
| 1946 | 47,5 |
| 1947 | 50,1 |
| 1948 | 62,0 |
| 1949 | 62,6 |
| 1950 | 64,8 |
| 1951 | 61,8 |
| 1952 | 54,2 |
| 1953 | 58,0 |
| 1954 | 74,0 |
| 1955 | 64,5 |
| 1956 | 54,2 |
| 1957 | 49,8 |
| 1958 | 39,3 |
| 1959 | 32,2 |

Cálculo feito pelos autores a partir dos dados das tabelas 2 e 6

**Tabela 10 – PERCENTUAL DA EXPORTAÇÃO DE CACAU EM AMÊNDOAS EM
 RELAÇÃO À EXPORTAÇÃO TOTAL DO PORTO DE SALVADOR – LONGO
 CURSO – 1901 – 1959**

| Ano | % |
|------------|----------|
| 1901 | 23,4 |
| 1902 | 30,0 |
| 1903 | 28,4 |
| 1904 | 29,3 |
| 1905 | 28,7 |
| 1905 | 23,8 |
| 1907 | 40,4 |
| 1908 | 49,0 |
| 1909 | 33,3 |
| 1910 | 26,9 |
| 1911 | 36,3 |
| 1912 | 30,8 |
| 1913 | 35,7 |
| 1914 | 43,1 |
| 1915 | 46,5 |
| 1916 | 39,2 |
| 1917 | 36,5 |
| 1918 | 31,3 |
| 1919 | 38,1 |
| 1920 | 42,3 |
| 1921 | 33,5 |
| 1922 | 36,2 |
| 1923 | 38,7 |
| 1924 | 37,1 |
| 1925 | 34,2 |
| 1926 | 28,7 |
| 1927 | 41,4 |
| 1928 | 32,5 |
| 1929 | 29,0 |
| 1930 | 30,5 |
| 1931 | 40,3 |
| 1932 | 46,9 |
| 1933 | 53,2 |
| 1934 | 48,2 |
| 1935 | 48,7 |
| 1936 | 46,7 |
| 1937 | 40,3 |
| 1938 | 45,3 |
| 1939 | 48,4 |
| 1940 | 66,4 |
| 1941 | 53,9 |
| 1942 | 41,8 |
| 1943 | 54,7 |
| 1944 | 37,0 |
| 1945 | 17,9 |
| 1946 | 29,9 |
| 1947 | 35,4 |
| 1948 | 32,3 |
| 1949 | 28,8 |
| 1950 | 28,1 |
| 1951 | 25,3 |
| 1952 | 21,3 |
| 1953 | 12,2 |
| 1954 | 36,1 |
| 1955 | 24,6 |
| 1956 | 14,2 |
| 1957 | 15,6 |
| 1958 | 7,6 |
| 1959 | 9,2 |

Cálculo feito pelos autores a partir dos dados das tabelas 3 e 7

**Tabela 11 – PERCENTUAL DA EXPORTAÇÃO DE CACAU EM AMÊNDOAS EM
 RELAÇÃO À EXPORTAÇÃO TOTAL DO PORTO DE ILHÉUS – LONGO CUR-
 SO – 1926 – 1959**

| Ano | Volume (%) | Valor (%) |
|------------|-------------------|------------------|
| 1926 | 99,8 | 99,9 |
| 1927 | 99,9 | 100,0 |
| 1928 | 100,0 | 100,0 |
| 1929 | 99,8 | 99,7 |
| 1930 | 99,5 | 99,3 |
| 1931 | 99,7 | 99,5 |
| 1932 | 99,6 | 99,5 |
| 1933 | 98,8 | 99,2 |
| 1934 | 98,1 | 99,3 |
| 1935 | 99,3 | 99,5 |
| 1936 | 98,3 | 99,6 |
| 1937 | 98,3 | 99,5 |
| 1938 | 98,3 | 99,3 |
| 1939 | 99,8 | 99,9 |
| 1940 | 98,1 | 99,6 |
| 1941 | 98,5 | 98,1 |
| 1942 | 99,5 | 99,7 |
| 1943 | 99,7 | 98,6 |
| 1944 | 96,8 | 84,4 |
| 1945 | 96,8 | 92,5 |
| 1946 | 97,2 | 96,2 |
| 1947 | 96,5 | 96,7 |
| 1948 | 96,8 | 97,6 |
| 1949 | 97,4 | 97,2 |
| 1950 | 100,0 | 100,0 |
| 1951 | 96,0 | 96,6 |
| 1952 | 92,7 | 93,1 |
| 1953 | 92,8 | 90,1 |
| 1954 | 96,8 | 98,6 |
| 1955 | 94,2 | 92,0 |
| 1956 | 94,3 | 92,6 |
| 1957 | 93,9 | 90,5 |
| 1958 | 89,7 | 88,6 |
| 1959 | 87,9 | 85,8 |

Cálculo feito pelos autores a partir das tabelas 4 e 8.

**Tabela 12 – EXPORTAÇÃO DE BORRACHA – PORTO DE SALVADOR – 1901
– 1947**

| Ano | Volume (em t.)- Dados originais | Valor (Cr\$) Dados originais |
|------------|--------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 1901 | 194 | 581 |
| 1902 | 318 | 872 |
| 1903 | 852 | 3 613 |
| 1904 | 1 345 | 6 710 |
| 1905 | 1 705 | 8 961 |
| 1906 | 1 673 | 8 129 |
| 1907 | 1 550 | 7 315 |
| 1908 | 1 359 | 5 219 |
| 1909 | 1 722 | 8 814 |
| 1910 | 2 137 | 12 845 |
| 1911 | 1 793 | 7 520 |
| 1912 | 2 026 | 8 055 |
| 1913 | 597 | 1 706 |
| 1914 | 806 | 1 607 |
| 1915 | 1 762 | 4 200 |
| 1916 | 891 | 2 491 |
| 1917 | 1 059 | 2 613 |
| 1918 | 234 | 491 |
| 1919 | 335 | 752 |
| 1920 | 238 | 359 |
| 1921 | 55 | 64 |
| 1922 | 114 | 158 |
| 1923 | 314 | 607 |
| 1924 | 141 | 320 |
| 1925 | 668 | 2 598 |
| 1926 | 205 | 840 |
| 1927 | 574 | 2 400 |
| 1928 | 9 | 36 |
| 1929 | 166 | 339 |
| 1930 | 35 | 62 |
| 1931 | – | – |
| 1932 | – | – |
| 1933 | – | – |
| 1934 | – | – |
| 1935 | – | – |
| 1936 | 36 | 41 |
| 1937 | 119 | 334 |
| 1938 | – | – |
| 1939 | 33 | 103 |
| 1940 | 50 | 265 |
| 1941 | 149 | 883 |
| 1942 | 509 | 5 078 |
| 1943 | 788 | 9 962 |
| 1944 | 1 251 | 21 144 |
| 1945 | 1 045 | 18 586 |
| 1946 | 708 | 9 896 |
| 1947 | 379 | 5 316 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

Tabela 13 – EXPORTAÇÃO DE PIAÇAVA – PORTO DE SALVADOR – 1901-1959

| Ano | Volume (em t.) Dados originais | Valor (Cr\$) Dados originais |
|------------|-------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 1901 | 1 557 | 927 |
| 1902 | 1 569 | 968 |
| 1903 | 1 507 | 870 |
| 1904 | 1 416 | 835 |
| 1905 | 1 183 | 539 |
| 1906 | 1 327 | 562 |
| 1907 | 1 305 | 580 |
| 1908 | 1 178 | 594 |
| 1909 | 1 396 | 645 |
| 1910 | 1 117 | 485 |
| 1911 | 1 320 | 650 |
| 1912 | 1 569 | 696 |
| 1913 | 1 392 | 551 |
| 1914 | 1 677 | 611 |
| 1915 | 2 151 | 946 |
| 1916 | 1 711 | 770 |
| 1917 | 2 598 | 1 125 |
| 1918 | 1 713 | 1 002 |
| 1919 | 2 802 | 2 090 |
| 1920 | 1 927 | 1 262 |
| 1921 | 2 223 | 1 425 |
| 1922 | 3 049 | 1 941 |
| 1923 | 3 287 | 2 248 |
| 1924 | 3 284 | 2 660 |
| 1925 | 3 116 | 3 555 |
| 1926 | 3 537 | 3 349 |
| 1927 | 3 388 | 3 186 |
| 1928 | 3 303 | 3 175 |
| 1929 | 3 379 | 4 023 |
| 1930 | 3 249 | 3 111 |
| 1931 | 3 617 | 3 069 |
| 1932 | 2 428 | 1 940 |
| 1933 | 3 320 | 2 556 |
| 1934 | 3 659 | 3 585 |
| 1935 | 3 852 | 4 717 |
| 1936 | 4 070 | 6 782 |
| 1937 | 4 300 | 8 077 |
| 1938 | 3 716 | 8 122 |
| 1939 | 3 649 | 7 736 |
| 1940 | 3 389 | 7 945 |
| 1941 | 2 789 | 6 422 |
| 1942 | 2 657 | 6 950 |
| 1943 | 1 964 | 7 398 |
| 1944 | 1 708 | 6 888 |
| 1945 | 3 375 | 15 101 |
| 1946 | 3 745 | 27 957 |
| 1947 | 2 610 | 18 789 |
| 1948 | 2 509 | 14 434 |
| 1949 | 2 710 | 15 165 |
| 1950 | 2 619 | 14 915 |
| 1951 | 2 541 | 19 059 |
| 1952 | 2 192 | 16 870 |
| 1953 | 3 122 | 25 318 |
| 1954 | 2 353 | 25 297 |
| 1955 | 2 810 | 51 959 |
| 1956 | 2 550 | 65 025 |
| 1957 | 2 189 | 57 658 |
| 1958 | 2 429 | 78 295 |
| 1959 | 2 981 | 117 770 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

Tabela 14 – EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS – PORTO DE SALVADOR – 1901-1959

| Ano | Volume (em t.) Dados originais | Valor (Cr\$) Dados originais |
|------------|-------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 1901 | 1 813 | 191 |
| 1902 | 930 | 138 |
| 1903 | 2 479 | 352 |
| 1904 | 1 394 | 215 |
| 1905 | 746 | 62 |
| 1906 | 1 233 | 83 |
| 1907 | 1 985 | 231 |
| 1908 | 1 046 | 135 |
| 1909 | 883 | 120 |
| 1910 | 1 637 | 210 |
| 1911 | 915 | 123 |
| 1912 | 1 296 | 174 |
| 1913 | 1 443 | 220 |
| 1914 | 916 | 113 |
| 1915 | 404 | 63 |
| 1916 | 86 | 13 |
| 1917 | — | — |
| 1918 | 53 | 13 |
| 1919 | 95 | 16 |
| 1920 | 1 563 | 318 |
| 1921 | 525 | 91 |
| 1922 | 261 | 51 |
| 1923 | 110 | 38 |
| 1924 | 766 | 162 |
| 1925 | 790 | 236 |
| 1926 | 641 | 174 |
| 1927 | 1 324 | 520 |
| 1928 | 1 006 | 420 |
| 1929 | 750 | 269 |
| 1930 | 354 | 111 |
| 1931 | 202 | 57 |
| 1932 | 103 | 38 |
| 1933 | 86 | 26 |
| 1934 | 192 | 74 |
| 1935 | 200 | 74 |
| 1936 | 245 | 104 |
| 1937 | 102 | 51 |
| 1938 | 151 | 108 |
| 1939 | 170 | 270 |
| 1940 | 83 | 157 |
| 1941 | 26 | 40 |
| 1942 | 175 | 104 |
| 1943 | 27 | 33 |
| 1944 | 41 | 50 |
| 1945 | 20 | 26 |
| 1946 | 187 | 368 |
| 1947 | 1 260 | 2 218 |
| 1948 | 555 | 865 |
| 1949 | 52 | 156 |
| 1950 | 193 | 298 |
| 1951 | 129 | 408 |
| 1952 | 75 | 235 |
| 1953 | 146 | 672 |
| 1954 | 116 | 748 |
| 1955 | 75 | 691 |
| 1956 | 149 | 1 850 |
| 1957 | 216 | 3 709 |
| 1958 | 251 | 5 368 |
| 1959 | 261 | 6 826 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

**Tabela 15 – EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES: – PORTO DE SALVADOR –
1901 – 1959**

| Ano | Volume (em t.) Dados Originais | Valor (Cr\$ 1,00) Dados Originais |
|------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------|
| 1901 | 2 062 | 2 086 |
| 1902 | 2 013 | 2 715 |
| 1903 | 2 200 | 3 539 |
| 1904 | 3 835 | 7 580 |
| 1905 | 3 074 | 4 105 |
| 1906 | 4 178 | 4 533 |
| 1907 | 4 496 | 4 692 |
| 1908 | 3 290 | 4 540 |
| 1909 | 4 300 | 6 596 |
| 1910 | 3 653 | 4 778 |
| 1911 | 3 493 | 4 625 |
| 1912 | 4 083 | 5 699 |
| 1913 | 5 671 | 9 533 |
| 1914 | 5 186 | 8 092 |
| 1915 | 7 847 | 18 470 |
| 1916 | 8 718 | 22 440 |
| 1917 | 7 538 | 24 799 |
| 1918 | 4 201 | 11 570 |
| 1919 | 7 669 | 33 154 |
| 1920 | 4 863 | 21 727 |
| 1921 | 5 177 | 11 632 |
| 1922 | 6 687 | 20 829 |
| 1923 | 6 691 | 28 768 |
| 1924 | 7 025 | 27 511 |
| 1925 | 6 522 | 25 465 |
| 1926 | 5 340 | 19 707 |
| 1927 | 7 594 | 28 046 |
| 1928 | 8 234 | 36 190 |
| 1929 | 6 066 | 23 847 |
| 1930 | 6 081 | 21 128 |
| 1931 | 7 686 | 24 374 |
| 1932 | 5 406 | 14 636 |
| 1933 | 8 334 | 20 278 |
| 1934 | 7 478 | 23 674 |
| 1935 | 6 171 | 24 882 |
| 1936 | 5 045 | 26 958 |
| 1937 | 6 082 | 36 601 |
| 1938 | 4 129 | 22 057 |
| 1939 | 5 665 | 31 401 |
| 1940 | 3 409 | 21 382 |
| 1941 | 1 682 | 16 593 |
| 1942 | 2 180 | 20 413 |
| 1943 | 1 299 | 14 467 |
| 1944 | 676 | 11 710 |
| 1945 | 90 | 8 941 |
| 1946 | 1 684 | 28 532 |
| 1947 | 4 193 | 66 272 |
| 1948 | 3 454 | 37 098 |
| 1949 | 2 324 | 34 591 |
| 1950 | 3 711 | 35 605 |
| 1951 | 4 814 | 62 505 |
| 1952 | 1 104 | 10 452 |
| 1953 | 1 430 | 19 156 |
| 1954 | 903 | 10 811 |
| 1955 | 549 | 15 400 |
| 1956 | 166 | 14 309 |
| 1957 | 382 | 18 081 |
| 1958 | 659 | 30 816 |
| 1959 | 3 102 | 137 469 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

**Tabela 16 – EXPORTAÇÃO – CABOTAGEM DA BAHIA
1921 – 1960**

| Ano | Volume (em t.) Dados originais (Y) | Volume (em t.) Dados estimados (Yc) ¹ | Volume (em t.) Variações entre os dados originais e os estimados (Y-Yc) | Valor (Cr\$ 1,00) Dados originais |
|------|------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1921 | 56 699 | 55 085 | 1 614 | 114 361 |
| 1922 | 58 782 | 52 693 | 6 089 | 117 867 |
| 1923 | 31 947 | 50 723 | - 18 776 | 70 233 |
| 1924 | 61 098 | 49 176 | 11 914 | 113 971 |
| 1925 | 62 090 | 48 051 | 14 047 | 101 482 |
| 1926 | 47 173 | 47 348 | - 175 | 78 335 |
| 1927 | 39 691 | 47 068 | - 7 377 | 73 669 |
| 1928 | 43 314 | 47 210 | - 3 896 | 81 997 |
| 1929 | 42 095 | 47 775 | - 5 680 | 73 927 |
| 1930 | 32 532 | 48 762 | - 16 230 | 53 033 |
| 1931 | 38 581 | 50 171 | 11 590 | 69 288 |
| 1932 | 28 641 | 52 003 | - 23 362 | 65 533 |
| 1933 | 49 414 | 54 257 | 54 257 | - 4 843 |
| 1934 | 74 076 | 56 934 | 17 142 | 102 678 |
| 1935 | 73 044 | 60 033 | 13 011 | 133 217 |
| 1936 | 84 642 | 63 554 | 21 088 | 150 002 |
| 1937 | 104 712 | 67 498 | 37 214 | 168 886 |
| 1938 | 66 154 | 71 864 | - 5 710 | 127 780 |
| 1939 | 73 953 | 76 653 | - 2 700 | 156 914 |
| 1940 | 93 799 | 81 864 | 11 935 | 174 544 |
| 1941 | 105 901 | 87 497 | 18 404 | 240 865 |
| 1942 | 89 474 | 93 553 | - 3 809 | 263 863 |
| 1943 | 99 171 | 100 031 | - 880 | 246 789 |
| 1944 | 103 354 | 106 932 | - 3 578 | 341 319 |
| 1945 | 104 305 | 114 255 | - 9 950 | 375 494 |
| 1946 | 107 606 | 122 001 | - 14 395 | 480 062 |
| 1947 | 103 457 | 130 168 | - 26 711 | 478 661 |
| 1948 | 121 557 | 138 759 | - 17 202 | 514 027 |
| 1949 | 146 225 | 147 771 | - 1 546 | 526 991 |
| 1950 | 192 083 | 157 206 | 34 877 | 587 159 |
| 1951 | 167 064 | 167 064 | - 3 769 | 790 290 |
| 1952 | 130 537 | 177 344 | - 46 807 | 712 977 |
| 1953 | 184 398 | 188 046 | - 3 648 | 891 475 |
| 1954 | 222 076 | 199 170 | 22 906 | 1 211 490 |
| 1955 | 233 360 | 210 699 | 12 661 | 1 357 030 |
| 1956 | 438 647 | - | - | 2 157 095 |
| 1957 | 1 094 944 | - | - | 2 674 998 |
| 1958 | 1 064 965 | - | - | 2 919 233 |
| 1959 | 1 331 631 | - | - | 3 563 451 |
| 1960 | 2 503 327 | - | - | 8 489 567 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

1 De 1921 a 1955, $Y_c = 71.864,34 + 4.577,43X + 211,20X^2$, origem 1938.

Tabela 17 – IMPORTAÇÃO DA BAHIA – LONGO CURSO – 1901 - 1959

| Ano | Valor (Cr\$) |
|------------|---------------------|
| 1901 | 29 970 |
| 1902 | 30 095 |
| 1903 | 31 355 |
| 1904 | 30 258 |
| 1905 | 28 093 |
| 1906 | 29 539 |
| 1907 | 41 628 |
| 1908 | 33 362 |
| 1909 | 28 865 |
| 1910 | 37 235 |
| 1911 | 40 529 |
| 1912 | 51 965 |
| 1913 | 53 185 |
| 1914 | 28 641 |
| 1915 | 30 182 |
| 1916 | 38 319 |
| 1917 | 38 287 |
| 1918 | 46 748 |
| 1919 | 59 828 |
| 1920 | 84 247 |
| 1921 | 57 119 |
| 1922 | 64,378 |
| 1923 | 74 420 |
| 1924 | 90 351 |
| 1925 | 104 114 |
| 1926 | 87 459 |
| 1927 | 103 604 |
| 1928 | 117 018 |
| 1929 | 103 018 |
| 1930 | 80 228 |
| 1931 | 54 092 |
| 1932 | 42 186 |
| 1933 | 55 190 |
| 1934 | 60 626 |
| 1935 | 91 633 |
| 1936 | 91 461 |
| 1937 | 127 021 |
| 1938 | 111 746 |
| 1939 | 93 005 |
| 1940 | 77 625 |
| 1941 | 89 422 |
| 1942 | 72 656 |
| 1943 | 56 378 |
| 1944 | 101 354 |
| 1945 | 136 496 |
| 1946 | 246 365 |
| 1947 | 480 238 |
| 1948 | 422 725 |
| 1949 | 513 016 |
| 1950 | 428 337 |
| 1951 | 813 742 |
| 1952 | 919 393 |
| 1953 | 538 175 |
| 1954 | 926 718 |
| 1955 | 965 850 |
| 1956 | 1 301 673 |
| 1957 | 2 280 037 |
| 1958 | 1 850 318 |
| 1959 | 2 221 751 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria de Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

Obs.: A não uniformidade da medida de volume impediu a elaboração da série do mesmo.

Tabela 18 – IMPORTAÇÃO – CABOTAGEM – BAHIA – 1921 – 1960

| Ano | Volume (em t.) Dados originais (Y) | Volume (em t.) Dados estimados (Yc) ¹ | Volume (em t.) Variação dos dados originais em relação aos estimados (Y - Yc) | Valor (Cr\$ 1,00) Dados originais |
|------|------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| 1921 | 36 499 | 63 186 | - 26 687 | 46 163 |
| 1922 | 48 566 | 67 761 | - 19 195 | 63 159 |
| 1923 | 63 434 | 72 337 | - 8 903 | 175 227 |
| 1924 | 75 486 | 76 913 | - 1 427 | 240 146 |
| 1925 | 97 448 | 81 489 | 15 959 | 309 281 |
| 1926 | 102 049 | 86 065 | 15 984 | 240 848 |
| 1927 | 104 315 | 90 641 | 13 674 | 288 784 |
| 1928 | 112 762 | 95 216 | 17 546 | 320 772 |
| 1929 | 112 779 | 99 792 | 12 987 | 258 521 |
| 1930 | 88 949 | 104 368 | - 15 419 | 213 604 |
| 1931 | 95 910 | 108 944 | - 13 034 | 209 251 |
| 1932 | 95 954 | 113 520 | - 17 566 | 210 868 |
| 1933 | 110 950 | 118 096 | - 7 146 | 237 511 |
| 1934 | 113 567 | 122 672 | - 9 105 | 287 631 |
| 1935 | 123 354 | 127 247 | - 3 893 | 337 275 |
| 1936 | 135 278 | 131 823 | 3 455 | 390 310 |
| 1937 | 168 638 | 136 399 | 32 239 | 467 748 |
| 1938 | 172 724 | 140 975 | 31 749 | 452 444 |
| 1939 | 180 692 | 145 551 | 35 141 | 470 228 |
| 1940 | 164 035 | 150 127 | 13 908 | 466 527 |
| 1941 | 191 812 | 154 702 | 37 110 | 623 039 |
| 1942 | 165 964 | 159 278 | 6 686 | 647 397 |
| 1943 | 126 888 | 163 854 | - 36 966 | 606 616 |
| 1944 | 144 395 | 168 430 | - 24 035 | 962 081 |
| 1945 | 146 628 | 173 006 | - 26 378 | 1 045 300 |
| 1946 | 143 854 | 177 582 | - 34 228 | 1 357 965 |
| 1947 | 147 680 | 182 157 | - 34 477 | 1 315 727 |
| 1948 | 182 005 | 186 733 | - 4 728 | 1 642 884 |
| 1949 | 184 478 | 191 309 | - 6 831 | 1 721 953 |
| 1950 | 219 011 | 196 885 | 23 126 | 1 953 792 |
| 1951 | 226 933 | 200 461 | 26 472 | 2 040 500 |
| 1952 | 225 999 | 205 037 | 20 962 | 1 907 557 |
| 1953 | 190 582 | 209 612 | - 19 030 | 2 191 957 |
| 1954 | 216 683 | 214 186 | 2 495 | 3 094 280 |
| 1955 | 216 197 | 218 764 | - 2 567 | 3 673 150 |
| 1956 | 226 827 | 223 340 | 3 487 | 4 499 031 |
| 1957 | 244 756 | 227 916 | 16 840 | 5 011 131 |
| 1958 | 245 379 | 232 492 | 12 887 | 5 042 956 |
| 1959 | 237 198 | 237 067 | 131 | 6 044 749 |
| 1960 | 210 421 | 241 643 | - 31 222 | 6 612 283 |

Fonte: Dados originais, Ministério da Fazenda – Diretoria da Estatística Comercial – Serviço de Informações Econômico-Fiscais.

1 $Yc = 63 185,59 + 4 575,84X$, origem 1921.

ANEXO 2

QUADROS

1. Moradores da Capitania/Comarca de São Jorge dos Ilhéus
2. Moradores da Capitania/Comarca de Porto Seguro
3. "Mapa Geral de Todas as Missoes ou Aldeias do Gentio Menso que estão situadas nesta Capitania da Bahia" (1758)
4. Produção e Comércio das Vilas da Capitania/Comarca de São Jorge dos Ilhéus
5. Produção e Comércio das Vilas da Capitania/Comarca de Porto Seguro
6. População dos Municípios da MR 144 – Jequié (1872 – 1960)
7. População dos Municípios da MR-145 – Planalto de Conquista (1872 – 1960)
8. População dos Municípios da MR-146 – Pastoril de Itapetinga (1872 – 1960)
9. População dos Municípios da MR-152 – Tabuleiros de Valença (1872 – 1960)
10. População dos Municípios da MR-153 – Encosta do Planalto de Conquista (1872 – 1960)
11. População dos Municípios da MR-154 – Cacaueira (1872 – 1960)
12. População dos Municípios da MR-155 – Interiorana do Extremo Sul (1872 – 1960)
13. População dos Municípios da MR-156 – Litorânea do Extremo Sul (1872 – 1960)
14. População do Polígono do Diagnóstico – Totais segundo Micro-regiões (1872 – 1960)
15. População da Bahia e População do Polígono do Diagnóstico (1872 – 1960)
16. População: participação relativa de cada MR no total do Polígono do Diagnóstico
17. Densidade demográfica: Bahia, Polígono do Diagnóstico e MR-154 – Cacaueira
18. Taxa média de crescimento anual da população: Bahia, Polígono do Diagnóstico, algumas MRs.
19. Taxa média de crescimento anual da população: alguns municípios.

QUADRO 1
MORADORES DA CAPITANIA/COMARCA DE
SÃO JORGE DE ILHÉUS

| VILAS | 1754 ¹ | 1798/99 ⁸ | 1816/17 ¹⁰ | 1818 ¹¹ |
|--------------------------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|--------------------|
| Barcelos | — | — | — | 150 |
| Barra do Rio das Contas | — | 455 ⁹ | — | — |
| Boipeba | 2.898 ² | — | — | — |
| Cairu | 2.102 ³ | — | — | — |
| Camamu | 2.180 ⁴ | 4.067 | — | 6.000 |
| Canavieiras | 623 ⁷ | 500 | — | — |
| Ilhéus | 1.227 ⁵ | 2.000* | — | 2.400 |
| Maraú | 1.823 ⁶ | 1.600 | — | 3.895 |
| Oliveira | — | 454 | 1.000 | — |
| São Miguel do Rio de Contas (Freg.) | 1.648 | — | — | — |
| São Pedro de Alcântara (As Ferradas) | — | — | — | 60/70 |
| Santo Antonio da Jequiricá (Freg.) | 693 | — | — | — |

TOTAL

- OBS.: 1 (Caldas 1951:167) (12), os totais apresentados referem-se às freguesias.
- 2 Freguesias do Divino Espírito Santo de Boipeba.
- 3 Freguesia de N.S. do Rosário de Cairu
- 4 Freguesia de N.S. da Assunção do Camamu
- 5 Freguesia Invenção de Santa Cruz da Vila dos Ilhéus
- 6 Freguesia de São Sebastião do Maraú
- 7 O autor indica esse total para a Freguesia de S. Boaventura Poxim. Acreditamos que a mesma corresponda à região localizada na margem norte do Rio Jequitinhonha, no atual município de Canavieiras, por indicações como, por ex., a existência de uma aldeia de nome Poxim, ali situada. Essa denominação será mais tarde utilizada em outro aglomerado do mesmo nome, acarretando a diferenciação em um do Norte e outro do Sul.
- 8 (Vilhena: 1969) (61).
- 9 O total do termo corresponde a 2.000 moradores (Vilhena 1969:506) (61)
- 10 (Maximiliano: 1940) (37).
- 11 (Martius 1916) (36).
- * Para o ano de 1780, Braz do Amaral (Accioli 1931:83) (2), indicou como fonte um código de arquivo público segundo o qual a população da Comarca de Ilhéus era de 16.373 almas.

QUADRO 2
MORADORES DA CAPITANIA/COMARCA DE
PORTO SEGURO

| VILAS | 1764 ¹ | 1816/17 ³ |
|-----------------------------------------|--------------------|----------------------|
| Alcobaça | — | 900 |
| Belmonte | — | 600 |
| Caravelas | 360 ² | — |
| Mucuri | — | — |
| N.S. da Conceição do Peruípe (Freg.) | 452 | — |
| Porto Seguro | 1.020 ⁴ | 2.600 |
| Prado | — | 600 |
| Santa Cruz (Freg.) | 196 | — |
| Trancoso | 711 | 500 |
| Vila Verde | 341 | 500 |

- OBS.: 1 (Abreu: 1967)(1)
 2 Os números apresentados pelo Ouvidor da Capitania separam os moradores presentes dos ausentes (Abreu 1967:187-188)(1).
 3 (Maximiliano: 1940)(37).
 4 Para a Comarca de Porto Seguro, Braz do Amaral (Accioli 1931:83) (2), aponta 8.333 almas, no ano de 1780.

QUADRO 3
MAPA GERAL DE TODAS AS MISOENS OU ALDEIAS DO GENTIO MANSO QUE
ESTÃO SITUADAS NESTA CAPITANIA DA BAHIA... (1758)¹

| Nomes | Vilas que são têrmo | Novas Vilas que surgiram | Capitanias | Casais ou almas |
|--------------------|------------------------|-----------------------------|--------------|-----------------|
| Seriahem | Camamu | Santarém | Ilhéus | 16 casais |
| Escada dos Ilhéus | São Jorge dos Ilhéus | Oliveira | Ilhéus | 130 casais |
| Marahú | Camamu | Barcelos | Ilhéus | 86 casais |
| Grens | São Jorge dos Ilhéus | Almada | Ilhéus | — |
| São João dos Tupis | Santa Cruz | Trancoso | Porto Seguro | 120 casais |
| Patatiba | Santa Cruz | Vila Verde | Porto Seguro | 80 casais |
| Una do Cairu | Vila do Cairu | — | Bahia | 160 almas |
| Poxino | São Jorge | — | Porto Seguro | — |
| Jequiricá | Boipeba | — | Bahia | — |

1. (CALDAS) : 1951: mapa (12)

QUADRO 4
PRODUÇÃO E COMÉRCIO DAS VILAS DA CAPITANIA/COMARCA DE
SÃO JORGE DOS ILHÉUS¹

| Vilas/Aglomerados Locais | Produção/Atividade | Produtos comercializados | Locais de Destino |
|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| Almada | café (em plantação) | | |
| Barra da Vareda (margem do rio Pardo) | algodão mandioca (farinha) milho café arroz cana (pouca) | algodão e outros | Bahia |
| Barra do rio de Contas | pesca mandioca (farinha) arroz (pouco) madeira | toucinho, fumo, couro e peles em entreposto das mercadorias originárias do alto do rio da Contas e comercializadas com a Bahia. | Bahia |
| Boipeba | pesca mandioca (farinha) arroz legumes (poucos) | pesca mandioca (farinha) arroz | Bahia ² |
| Camamu | mandioca (farinha) arroz milho café (considerável quantidade: 29.491 Kg pagos de dízimo) (Vilhena) | mandioca (farinha) arroz milho café (considerável quantidade: 29.491 kg pagos de dízimo) (Vilhena) | Bahia |
| Cairu | pesca mandioca (farinha) arroz feijão madeiras | pesca mandioca (farinha) arroz feijão madeiras | Bahia |
| Canavieiras | mandioca (farinha) arroz madeiras | mandioca (farinha) arroz madeiras | Bahia e outras vilas do litoral |
| Conquista ³ | pecuária (gado bovino e suíno) algodão | gado bovino e suíno, algodão e produtos dos entrepostos recuperadores de boiades oriundas da Goiás e do São Francisco | Bahia |
| Jequiriçá Ilhéus | madeira mandioca (farinha) arroz madeiras cana café (pouco) | madeira arroz (107.784 kg (Martius) madeira | Bahia Bahia |
| Maraú | mandioca (farinha) cana madeiras | aguardente | Bahia |
| Oliveira | artesanato índio com cocos de piaçava mandioca (farinha) madeira | produção artesanal farinha (12.540 l.) (Vilhena) | |
| Poções | pecuária (gado bovino) | | |

- OBS.: 1 Segundo (Vilhena:1969) (61) fins do século XVIII
— (Maximiliano: 1940) (37) anos 1816/17.
— (Martius: 1916) (36) ano de 1818.
- 2 Quando o nome Bahia se encontrar entre parênteses significa a não indicação, por parte dos autores citados, do destino dos produtos comercializados.
- 3 Os arraiais de Conquista e Poções estavam sob jurisdição do termo do Rio das Contas da Comarca da Jacobina. (Accioli 1931) (2).

QUADRO 5
PRODUÇÃO E COMÉRCIO DAS VILAS DA CAPITANIA/COMARCA DE
PORTO SEGURO¹

| Vilas/Aglomerados Locais | Produção/Atividade | Produtos comercializados | Locais de Destino |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| Alcobaça | mandioca (farinha) cana legumes madeiras | farinha (1.450.800 l.) anuais (Maximiliano) | Bahia e outras vilas |
| Belmonte | mandioca (farinha) algodão arroz madeira milho | os mesmos farinha: 36.270 l. arroz: 36.270 l. milho: 72.540 l. (Maximiliano) | Bahia |
| Caravelas ² | mandioca (farinha) casca de mangue ³ | mandioca (farinha) casca de mangue | Bahia Pernambuco Rio de Janeiro Espírito Santo Angola (farinha) ⁴ |
| Curumuxatiba | mandioca (farinha) cocos | | |
| Mucuri | mandioca (farinha) feijão madeira | farinha (às vezes e pouca) | |
| Obu(margem do rio Jequitinhonha) | mandioca (farinha) arroz milho | mandioca (farinha) arroz milho | Belmonte, a via mais próxima |
| Porto Seguro | pesca (garoupa) mandioca algodão cana café cacau ⁵ algodão | peixe salgado (90 a 100.000 peixes anuais) (Maximiliano) | Bahia e outros portos |
| Prado | mandioca (farinha) madeira açúcar (pouco) | os mesmos farinha: 290.160 l (Maximiliano) | Vilas de Costa |
| Santa Cruz de Cabrália e Santo André | mandioca (farinha) pesca madeira cordas de fibras de piaçava | mandioca (farinha) pesca madeira cordas de fibras de piaçava | Bahia |
| Trancoso | mandioca (farinha) algodão produtos de floresta gado (reduzido) | mandioca (farinha) algodão produtos de floresta gado (reduzido) | |
| Viçosa | mandioca (farinha) madeiras | farinha de mandioca e madeiras | Vilas de Costa |
| Vila Verde | mandioca (farinha) madeira | mandioca madeira | |

- OBS.: 1 Segundo (Vilhena: 1969) (61) — fins do século XVIII
— (Maximiliano: 1940) (37) — anos 1816/17
— (Abreu: 1967) (1) — ano de 1764.
- 2 No ancoradouro, podem se ver, ao mesmo tempo, de 30 a 40 embarcações ancoradas. (Maximiliano 1940:177) (37).
- 3 Esta casca é de grande uso em curtumes, sendo exportada para o Rio de Janeiro (Maximiliano).
- 4 A exportação parece considerável, mesmo se considerando que algumas farinhas sejam produzidas em outras vilas sob sua jurisdição. Abastece "a cidade, sua capital, e muitas outras vilas da Costa do Brasil e ainda fora dela, como Angola". (Vilhena 1969:528) (61).
- 5 A indicação do cultivo de cacau nos é dada por Vilhena (Vilhena 1969:521) (61), dizendo que o mesmo se localizava na Fazenda Traípe, dos monges beneditinos. Informa ainda, que ao lado do cacau, existiam plantações de mandioca, café, algodão, legumes e cana, e toda produção era enviada para a vila de Porto Seguro.

QUADRO 6
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MR 144
– JEQUIÉ (1872-1960)

| MUNICÍPIOS | 1872 ¹ | 1892 | 1920 ² | 1940 ³ | 1960 ⁴ | 1960 ⁵ |
|-----------------------------|-------------------|------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Aiquara | — | — | — | — | — | — |
| Cravolândia | — | — | — | — | — | — |
| Itagi | — | — | — | — | — | — |
| Itaquara | — | — | — | 8.940 | 8.415 | 8.110 |
| Jaguaquara | — | — | — | 19.924 | 19.116 | 24.336 |
| Jequié | — | — | 40.675 | 84.237 | 90.155 | 112.940 |
| Jequiricá | — | — | 24.397 | 7.713 | 7.713 | 9.063 |
| Jitaúna | — | — | — | — | — | — |
| Mutuípe | — | — | — | 11.128 | 11.806 | 14.008 |
| Ubaíra (Areia) ⁶ | — | — | 70.598 | 20.264 | 19.767 | 20.843 |

1 1872 e 1892 (Viana 1893:101-104) (59)

2 Anuário Estatístico – Anno 1924. Bahia, Imp. Of. do Estado, 1926 – Segundo Censo de 1920.

3 Anuário Estatístico do Brasil – Ano VIII – 1947. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

4 Estado da Bahia – Censo Demográfico – Rio de Janeiro. IBGE – Conselho Nacional Estatístico – Serviço Nacional de Recenseamento – 1965.

5 Estado da Bahia – Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IBGE – Serviço Nacional de Recenseamento. VII Recenseamento Geral do Brasil – 1960 s.d.

6 O nome entre parenteses indica a denominação anterior da localidade.

OBS.: Os municípios cuja população não está indicada, não formavam ainda unidades autônomas por ocasião dos respectivos recenseamentos.

QUADRO 7
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MR 145 –
PLANALTO DE CONQUISTA (1872-1960)

| MUNICÍPIOS | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1960 | 1960 |
|----------------------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|
| Anagé | — | — | — | — | — | — |
| Barra do Choça | — | — | — | — | — | — |
| Belo Campo | — | — | — | — | — | — |
| Boa Nova | — | — | — | 49.646 | 54.102 | 42.136 |
| Castiba | — | — | — | — | — | — |
| Candido Sales | — | — | — | — | — | — |
| Dario Meira | — | — | — | — | — | — |
| Manuel Vitorino | — | — | — | — | — | 6 |
| Nova Canaã | — | — | — | — | — | — |
| Planalto | — | — | — | — | — | — |
| Poções | 7.428 | 9.983 | 26.818 | 84.396 | 99.270 | 71.765 |
| Vitória da Conquista | 11.408 | 13.383 | 84.038 | 74.443 | 96.664 | 143.486 |

QUADRO 8
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MR 146 –
PASTORIL DE ITAPETINGA (1872-1960)

| MUNICÍPIOS | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1960 | 1960 |
|--------------|------|------|------|--------|--------|--------|
| Encruzilhada | — | — | — | — | — | 21.953 |
| Itambé | — | — | — | 28.413 | 46.030 | 27.124 |
| Itapetinga | — | — | — | — | — | 39.091 |
| Itarantim | — | — | — | — | — | — |
| Macerani | — | — | — | 40.630 | 56.294 | 46.097 |
| Maiquinique | — | — | — | — | — | — |

QUADRO 9
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MR 152 –
TABULEIROS DE VALENÇA (1872-1960)

| MUNICÍPIOS | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1960 | 1960 |
|---------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Cairu | 2.636 | 3.527 | 6.462 | 4.948 | 5.121 | 7.648 |
| Camamu ¹ | 9.548 | 13.028 | 26.080 | 22.312 | 23.834 | 37.424 |
| Ibirapitanga | – | – | – | – | – | – |
| Ituberá (Santarém) | – | – | 12.560 | 21.012 | 27.290 | 14.246 |
| Maraú | 2.761 | 3.695 | 18.616 | 11.205 | 8.307 | 9.763 |
| Nilo Peçanha (N. Boipeba) | 2.168 | 2.923 | 13.226 | 12.508 | 18.108 | 20.586 |
| Taperoá | 4.114 | 3.516 | 9.934 | 8.995 | 9.590 | 12.952 |
| Valença | 13.891 | 18.479 | 21.658 | 29.442 | 33.057 | 40.186 |

1 Nos anos de 1872, 1892 e 1920, o município de Igrapiúna tinha uma população de 1.806, 2.410 e 4.339 habitantes, respectivamente. Pelo Decreto Estadual nº 11.089 de 30 de novembro de 1936, o mesmo foi incorporado ao município de Camamu.

QUADRO 10
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MR 153 –
ENCOSTA DO PLANALTO DE CONQUISTA (1872-1960)

| MUNICÍPIOS | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 |
|-----------------------|------|------|------|------|------|--------|
| Firmino Alves | – | – | – | – | – | – |
| Floresta Azul | – | – | – | – | – | – |
| Ibicuí | – | – | – | – | – | 19.690 |
| Igué | – | – | – | – | – | 24.665 |
| Itagibá | – | – | – | – | – | 18.221 |
| Itaju do Colônia | – | – | – | – | – | – |
| Itagimirim | – | – | – | – | – | – |
| Itapebi | – | – | – | – | – | 23.919 |
| Itororó | – | – | – | – | – | 17.139 |
| Pau Brasil | – | – | – | – | – | – |
| Potiraguá | – | – | – | – | – | 11.592 |
| Santa Cruz de Vitória | – | – | – | – | – | – |

QUADRO 11
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MR 154 –
CACAUEIRA (1872-1960)

| MUNICÍPIOS | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 |
|----------------------------------|-------|-------|--------|---------|---------|---------|
| Almadina | - | - | - | - | - | - |
| Aurelino Leal | - | - | - | - | - | - |
| Barra do Rocha | - | - | - | - | - | - |
| Barro Preto | - | - | - | - | - | - |
| Belmonte | 4.323 | 5.790 | 19.706 | 27.580 | 33.115 | 29.717 |
| Buerarema | - | - | - | - | - | - |
| Camaçan | - | - | - | - | - | - |
| Canavieiras | 3.122 | 4.185 | 18.606 | 36.064 | 53.830 | 63.016 |
| Coaraci | - | - | - | - | - | 26.401 |
| Gandu | - | - | - | - | - | 21.840 |
| Gongogi | - | - | - | - | - | - |
| Ibicaraí | - | - | - | - | - | 60.393 |
| Ibirataia | - | - | - | - | - | - |
| Ilhéus | 5.682 | 7.629 | 63.912 | 113.269 | 134.240 | 104.429 |
| Ipiacú (Rio Novo) | - | - | - | 33.653 | 48.066 | 47.720 |
| Itabuna | - | - | 41.980 | 96.879 | 147.730 | 118.417 |
| Itacaré (Barra do Rio de Contas) | 3.612 | 4.844 | 24.350 | 22.701 | - | - |
| Itajuípe | - | - | - | - | - | 22.890 |
| Itamari | - | - | - | - | - | - |
| Itapé | - | - | - | - | - | - |
| Itapitanga | - | - | - | - | - | - |
| Mascote | - | - | - | - | - | - |
| Teolândia | - | - | - | - | - | - |
| Ubaítaba (Itapira) | - | - | - | 12.141 | 14.013 | 20.553 |
| Ubatã | - | - | - | - | - | 12.322 |
| Una | 2.877 | 3.845 | 5.459 | 9.287 | 11.352 | 18.009 |
| Uruçuca | - | - | - | - | - | 13.109 |
| Wenceslau Guimarães | - | - | - | - | - | - |

QUADRO 12
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MR 155 –
INTERIORANA DO EXTREMO SUL (1872-1960)

| MUNICÍPIOS | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 |
|---------------|------|------|------|------|------|--------|
| Guaratinga | - | - | - | - | - | - |
| Ibirapuí | - | - | - | - | - | - |
| Itameraju | - | - | - | - | - | - |
| Itanhém | - | - | - | - | - | 29.581 |
| Lagedão | - | - | - | - | - | - |
| Medeiros Neto | - | - | - | - | - | 24.999 |

QUADRO 13
POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MR 156 –
LITORÂNEA DO EXTREMO SUL (1872-1960)

| MUNICÍPIOS | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 |
|-----------------------------------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| Alcobaça | 3.459 | 4.637 | 8.068 | 23.580 | 34.358 | 21.930 |
| Caravelas | 4.031 | 5.410 | 9.968 | 14.550 | 20.820 | 46.744 |
| Mucuri (São José de Porto Alegre) | 2.184 | 2.917 | 7.814 | 7.703 | 10.318 | 25.757 |
| Nova Viçosa | 4.017 | 5.385 | 8.330 | — | — | — |
| Porto Seguro ¹ | 3.168 | 4.246 | 4.041 | 16.313 | 25.826 | 47.017 |
| Prado | 2.226 | 4.974 | 11.445 | 16.623 | 33.104 | 61.854 |
| Santa Cruz de Cabrália | 1.331 | 1.770 | 3.234 | 4.417 | 5.612 | 10.903 |

¹ As vilas chamadas Verde e Trancoso, discriminadas separadamente nos censos de 1872, 1892 e 1920, apresentavam a seguinte população:

| | 1872 | 1892 | 1920 |
|------------|-------|-------|-------|
| Trancoso | 1.461 | 1.945 | 2.298 |
| Vila Verde | 535 | 695 | — |

Posteriormente, ambas passaram a fazer parte do município de Porto Seguro.

QUADRO 14
POPULAÇÃO DO POLÍGONO DO DIAGNÓSTICO –
TOTAIS SEGUNDO MICRO-REGIÕES (1872-1960)¹

| MICRO – REGIÕES | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 |
|-----------------------------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| MR 144-Jequié | — | — | 135.670 | 152.207 | 157.021 | 189.300 |
| MR 145-Planalto de Conquista | 18.836 | 23.366 | 110.856 | 208.484 | 250.036 | 257.387 |
| MR 146-Pastoril de Itapetinga | — | — | — | 69.043 | 102.324 | 134.265 |
| MR 152-Tabuleiros de Valença | 36.944 | 47.578 | 112.935 | 110.432 | 125.297 | 142.805 |
| MR 153-Encosta do Planalto de Conquista | — | — | — | — | — | 115.228 |
| MR 154-Cacaueira | 19.616 | 26.293 | 174.013 | 351.574 | 466.463 | 588.094 |
| MR 155-Interiorana do Extremo Sul | — | — | — | — | — | 54.550 |
| MR 156-Litorânea do Extremo Sul | 22.412 | 31.979 | 55.196 | 84.186 | 130.038 | 214.205 |
| TOTAL | 97.808 | 129.216 | 588.670 | 975.926 | 1.230.169 | 1.695.832 |

¹ Totais conseguidos a partir de dados por municípios do quadro 6 ao quadro 13.

QUADRO 15
POPULAÇÃO DA BAHIA E POPULAÇÃO DO
POLÍGONO DO DIAGNÓSTICO (1872-1960)

| | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 |
|--------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| DADOS ABSOLUTOS | | | | | | |
| População da Bahia | 1.379.616 | 1.919.802 | 3.334.465 | 3.918.112 | 4.834.575 | 5.990.605 |
| População do Polígono do Diagnóstico | 97.808 | 129.216 | 588.670 | 975.926 | 1.230.169 | 1.695.832 |
| DADOS RELATIVOS | | | | | | |
| % PD/Bahia ¹ | 7,08 | 6,73 | 17,65 | 24,90 | 25,44 | 28,30 |
| % MR 152 e 154/Bahia | 4,09 | 3,84 | 8,60 | 11,79 | 12,21 | 12,20 |
| % MR 144, 145 e 146/Bahia | 1,36 | 1,21 | 7,39 | 10,96 | 10,53 | 9,69 |
| % MR 155 e 156/Bahia | 1,62 | 1,66 | 1,65 | 2,14 | 2,68 | 4,48 |
| % MR 154/Bahia | 1,42 | 1,36 | 5,21 | 8,97 | 9,62 | 9,81 |

¹ Cálculo dos autores segundo quadros 6 a 13.

QUADRO 16
POPULAÇÃO: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE CADA MICRO-REGIÃO,
NO TOTAL DO POLÍGONO DO DIAGNÓSTICO¹

| MICRO – REGIÕES | % | | | | | |
|-----------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 |
| MR – 144 | – | – | 23,05 | 15,60 | 12,76 | 11,16 |
| MR – 145 | 19,26 | 18,08 | 18,83 | 21,36 | 20,33 | 15,18 |
| MR – 146 | – | – | – | 7,07 | 8,32 | 7,92 |
| MR – 152 | 37,77 | 36,82 | 19,18 | 11,32 | 10,18 | 8,42 |
| MR – 153 | – | – | – | – | – | 6,79 |
| MR – 154 | 20,06 | 20,35 | 29,56 | 36,02 | 37,84 | 34,68 |
| MR – 156 | – | – | – | – | – | 3,22 |
| MR – 156 | 22,91 | 24,75 | 9,38 | 8,63 | 10,57 | 12,63 |

¹ Cálculo dos autores, segundo dados dos quadros 6 a 13.

QUADRO 17
DENSIDADE DEMOGRÁFICA: BAHIA, POLÍGONO DO
DIAGNÓSTICO E MR-154 – CACAUEIRA

| | Km ² | 1872 | 1892 | 1920 | 1940 | 1950 | 1960 |
|-------------------------|-----------------|------|------|------|------|------|------|
| Bahia | 529.379 | 2,6 | 3,6 | 6,3 | 7,4 | 9,1 | 11,3 |
| Polígono do Diagnóstico | 91.819 | 1,1 | 1,4 | 6,4 | 10,6 | 13,4 | 18,5 |
| MR 154 – Cacaueira | 17.091 | 1,1 | 1,5 | 10,2 | 20,6 | 27,2 | 34,4 |

¹ Cálculo dos autores segundo dados dos quadros 6 a 13.

QUADRO 18
TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA
POPULAÇÃO: BAHIA, PD E ALGUMAS MRs¹

| | % | | | | |
|--------------------------------------|---------|-----------|---------|---------|---------|
| | 1872/92 | 1892/1920 | 1920/40 | 1940/50 | 1950/60 |
| População da Bahia | 1,67 | 1,99 | 0,81 | 2,12 | 2,17 |
| População do Polígono do Diagnóstico | 1,40 | 5,57 | 2,56 | 2,34 | 3,28 |
| MR – 144 | – | – | 0,58 | 0,31 | 1,89 |
| MR – 145 | 1,08 | 5,82 | 3,21 | 1,83 | 0,29 |
| MR – 146 | – | – | – | 4,01 | 2,75 |
| MR – 152 | 1,27 | 3,14 | -0,11 | 1,27 | 1,32 |
| MR – 154 | 1,47 | 6,98 | 3,58 | 2,85 | 2,37 |
| MR – 156 | 1,91 | 1,97 | 2,13 | 4,44 | 5,11 |

¹ Cálculo dos autores segundo os quadros 6 a 13. As taxas foram encontradas considerando-se os crescimentos e decréscimos geométricos.

QUADRO 19
TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA
POPULAÇÃO: ALGUNS MUNICÍPIOS

| | | | % | | | | |
|--------|---|----------------------|---------|-----------|---------|---------|---------|
| | | | 1872/92 | 1892/1920 | 1920/40 | 1940/50 | 1950/60 |
| MR 144 | — | Jequié | — | — | 3,71 | 0,68 | 2,28 |
| MR 145 | — | Poços | 1,49 | 3,59 | 5,90 | 1,64 | — 3,19 |
| | — | Vitória da Conquista | 0,79 | 6,78 | — 0,60 | 2,65 | 4,03 |
| MR 152 | — | Valença | 1,44 | 0,57 | 1,55 | 1,16 | 1,97 |
| MR 154 | — | Belmonte | 1,47 | 4,47 | 1,70 | 1,85 | — 1,10 |
| | — | Canavieiras | 1,48 | 5,47 | 3,36 | 4,09 | 1,59 |
| | — | Ilhéus | 1,48 | 7,89 | 2,90 | 1,71 | — 2,47 |
| | — | Itabuna | — | — | 4,27 | 4,31 | — 2,19 |
| MR 156 | — | Caravelas | 1,48 | 2,21 | 1,91 | 3,65 | 8,43 |

Cálculo dos autores, segundo os quadros 6 a 13. As taxas foram encontradas considerando-se os crescimentos e decréscimos geométricos.

ANEXO 3

GRÁFICOS

1. Produção de cacau (1900/1 – 1960/1)
2. Produção de cacau – Eliminada a tendência
3. Exportação de cacau – Bahia – Volume (1901 – 1959)
4. Exportação de cacau – Bahia – Valor (1901 – 1959)
5. Exportação de cacau – Bahia – Valor (1901 – 1945)
6. Exportação de cacau – Bahia – Valor (1946 – 1959)
7. Exportação de cacau – Bahia – Valor (1901 – 1945) – Eliminada a tendência
8. Exportação de cacau – Bahia – Valor (1946 – 1959) – Eliminada a tendência
9. Exportação de cacau – Porto de Salvador e Ilhéus – Volume (1901-1959)
10. Exportação de cacau – Porto de Salvador – Volume (1901 – 1959)
11. Exportação de cacau – Porto de Salvador – Volume (1901 – 1959) Eliminada a tendência
12. Exportação de cacau – Porto de Salvador – Valor – (1901 – 1959)
13. Exportação de cacau – Porto de Salvador – Valor – (1901 – 1959) Eliminada a tendência.
14. Exportação de cacau – Porto de Ilhéus – Volume (1926 – 1959)
15. Exportação de cacau – Porto de Ilhéus – Valor (1926 – 1959)
16. Exportação de cacau – Porto de Ilhéus – Valor (1926 – 1945)
17. Exportação de cacau – Porto de Ilhéus – Valor (1946 – 1959)
18. Exportação de cacau – Porto de Ilhéus – Valor (1946 – 1959) Eliminada a tendência
19. Exportação da Bahia – Valor (1901 – 1945)
20. Exportação de Bahia – Valor (1946 – 1959)
21. Exportação Porto de Salvador – Valor (1901 – 1959)
22. Exportação Porto de Salvador – Valor (1901 – 1945)
23. Exportação Porto de Salvador – Valor (1946 – 1959)
24. Exportação Porto de Ilhéus – Volume (1926 – 1959)
25. Exportação Porto de Ilhéus – Valor (1926 – 1959)
26. Importação da Bahia – Valor (1901 – 1945)
27. Importação da Bahia – Valor (1946 – 1959)
28. Exportação cabotagem da Bahia – Volume (1921 – 1960)
29. Exportação cabotagem de Bahia – Volume (1921 – 1955)
30. Exportação cabotagem de Bahia – Volume (1921 – 1955) – Eliminada a tendência
31. Exportação cabotagem da Bahia – Valor (1921 – 1960)
32. Importação cabotagem da Bahia – Volume – (1921 – 1960)
33. Importação cabotagem da Bahia – Volume – (1921 – 1960) – Eliminada a tendência
34. Importação cabotagem da Bahia – Valor (1921 – 1960)

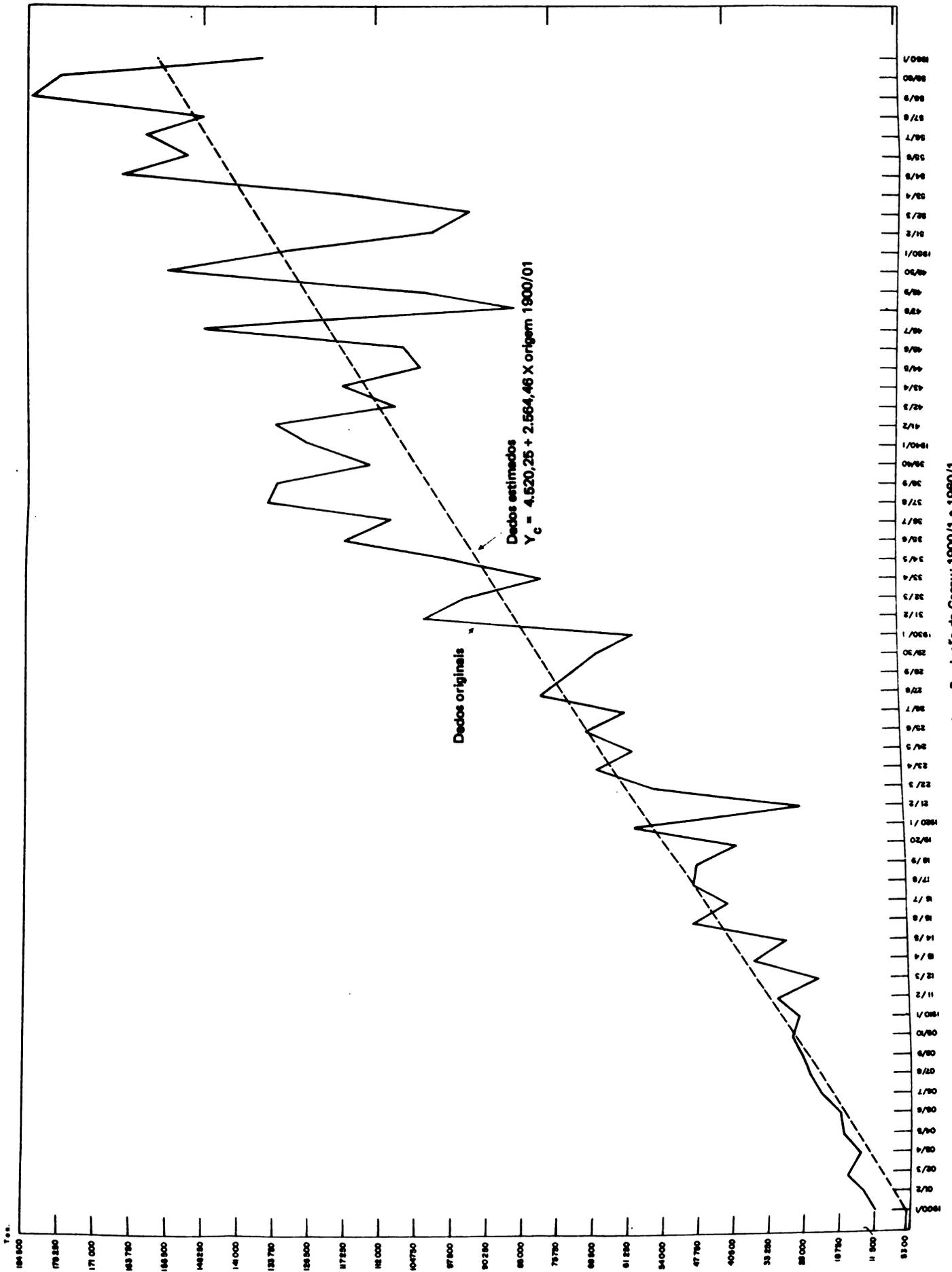


Gráfico 1 Produção de Cacao: 1900/1 a 1990/1

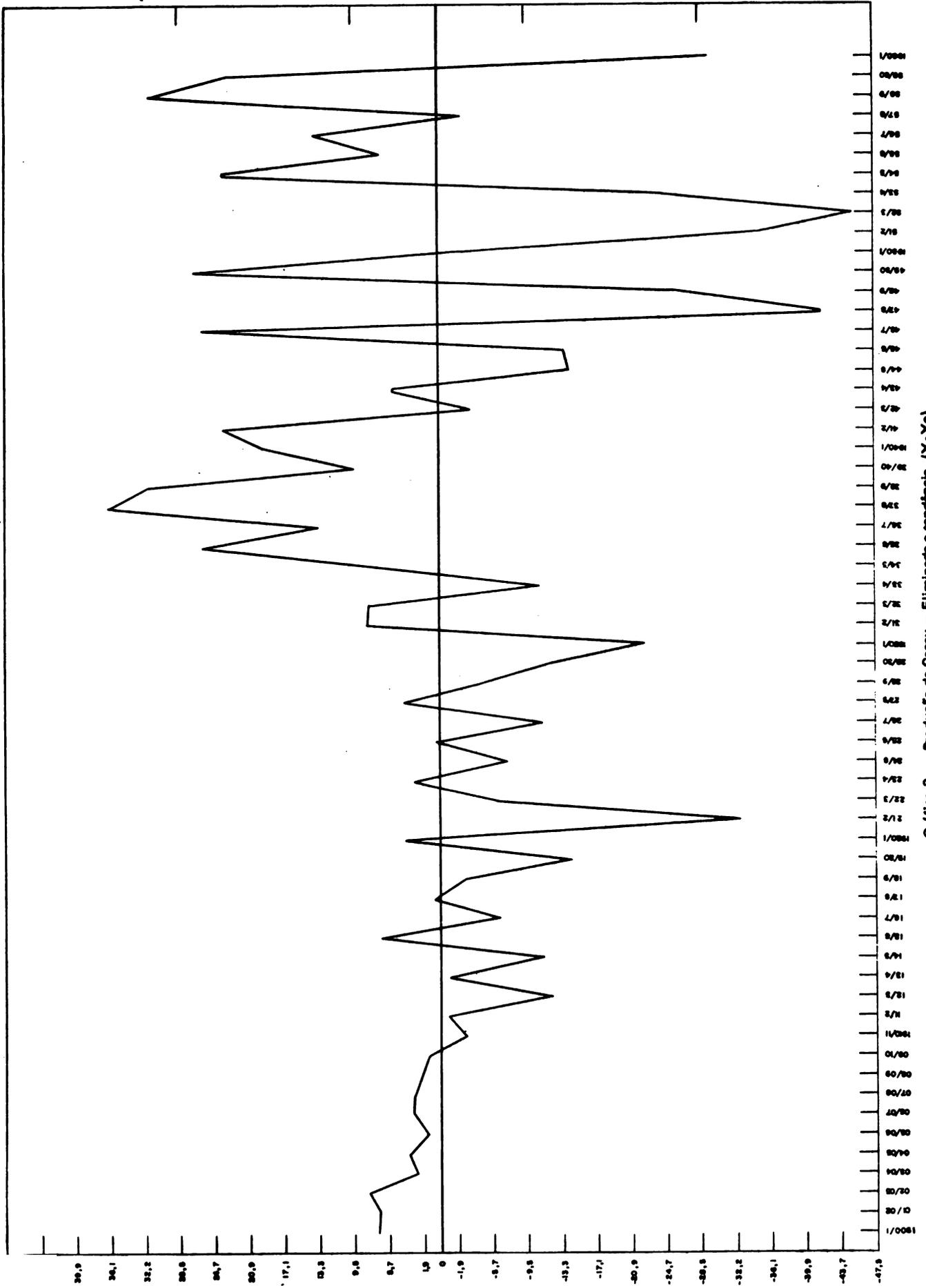


Gráfico 2. Produção de Cacao - Eliminada a tendência (Y-Yc)

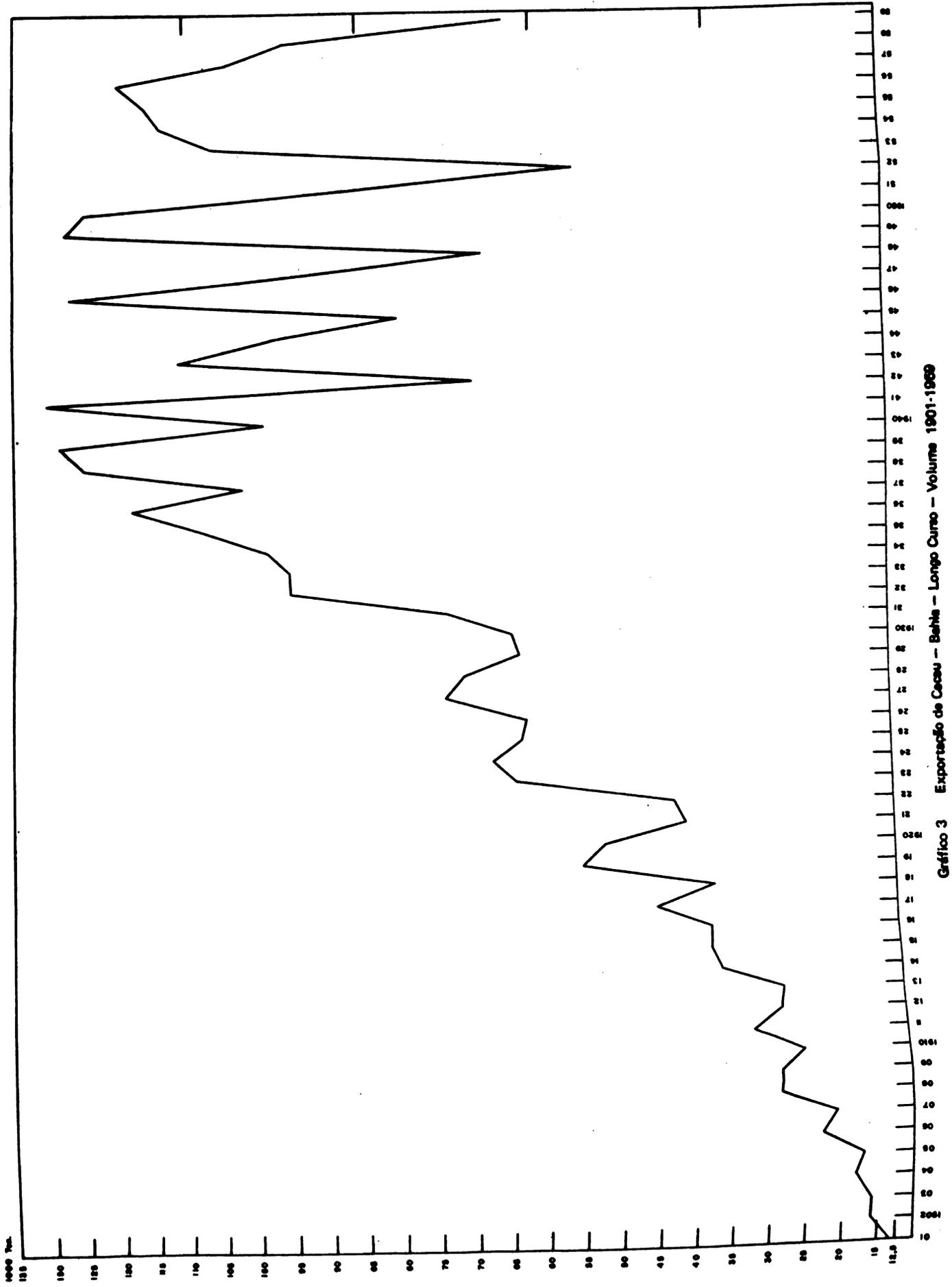


Gráfico 3 Exportação de Cecau - Bahia - Longo Curso - Volume 1901-1969

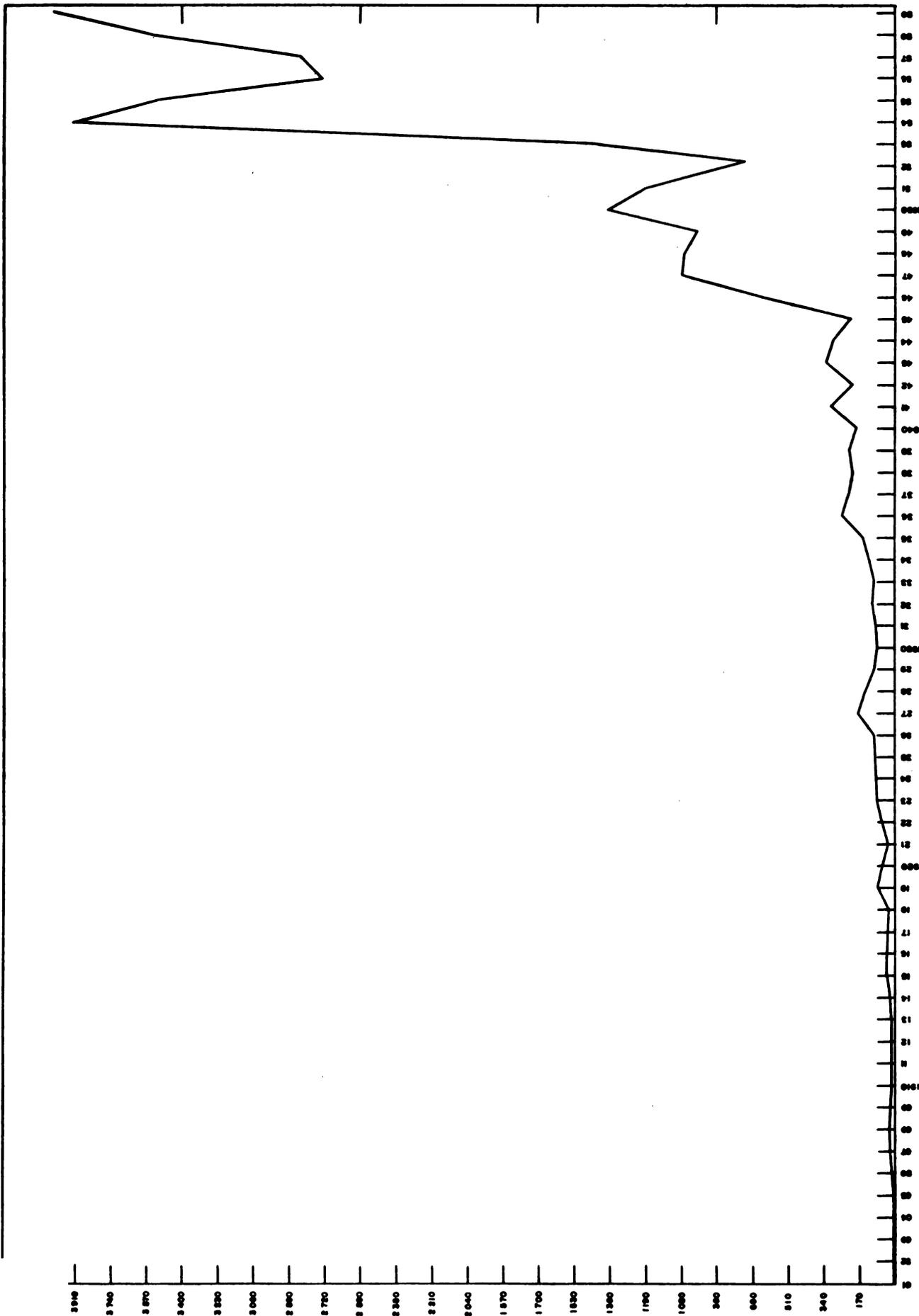


Gráfico 4 Exportação de Cacau - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1959

Gráfico 5

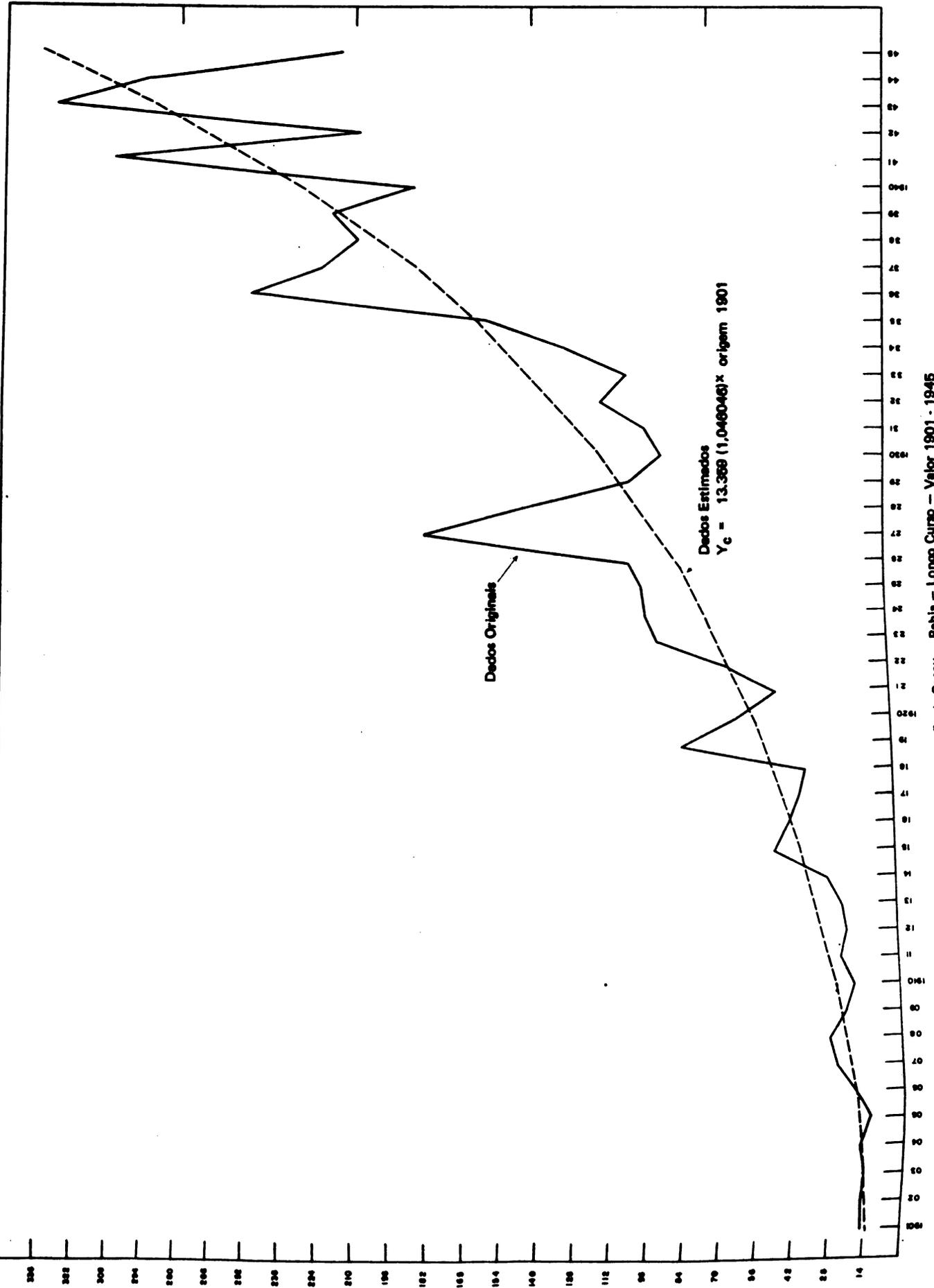


Gráfico 5 Exportação de Cacaú - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1945

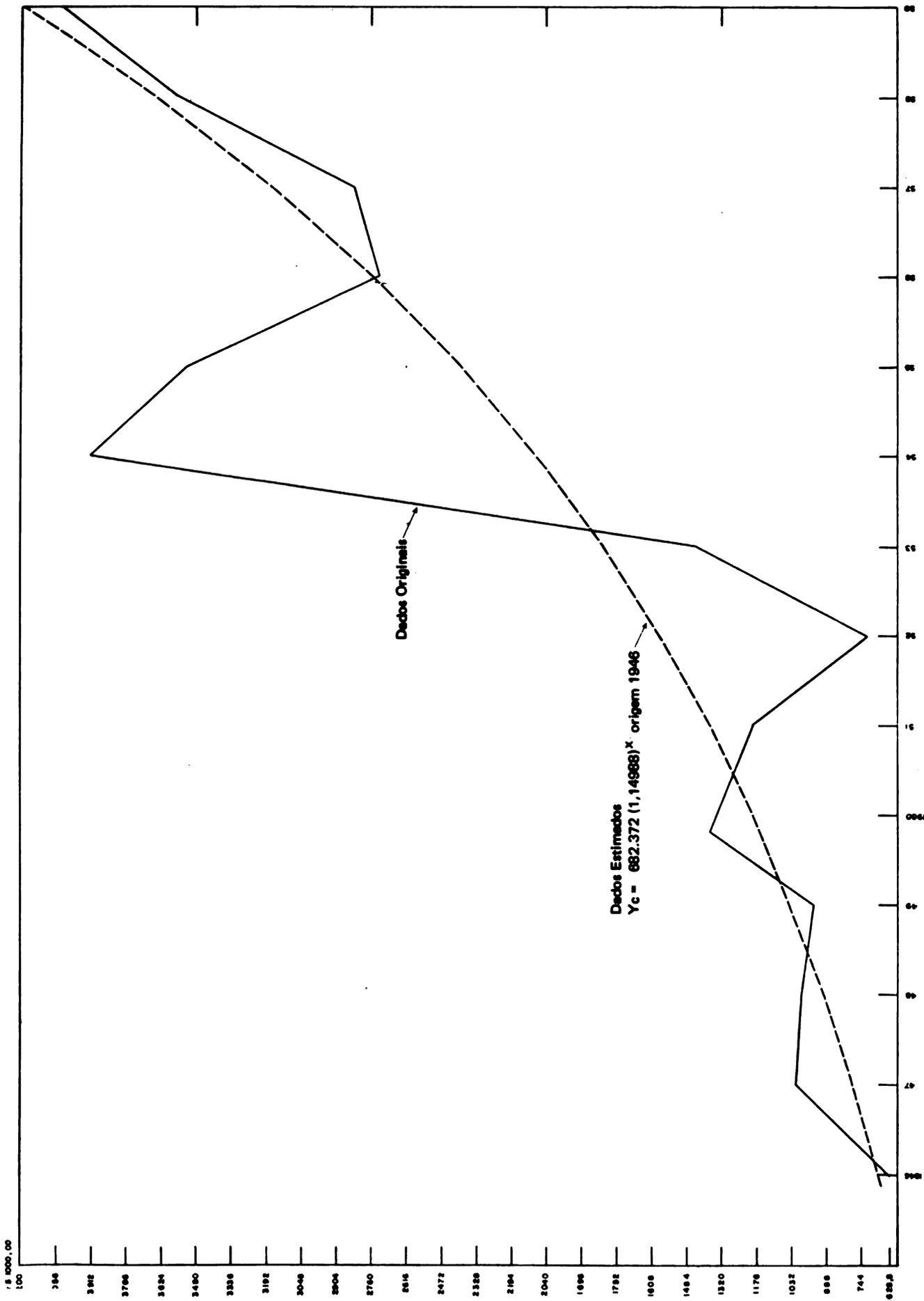


Gráfico 6 Exportação de Cacao - Bahia - Longo Curso - Valor 1946 - 1969

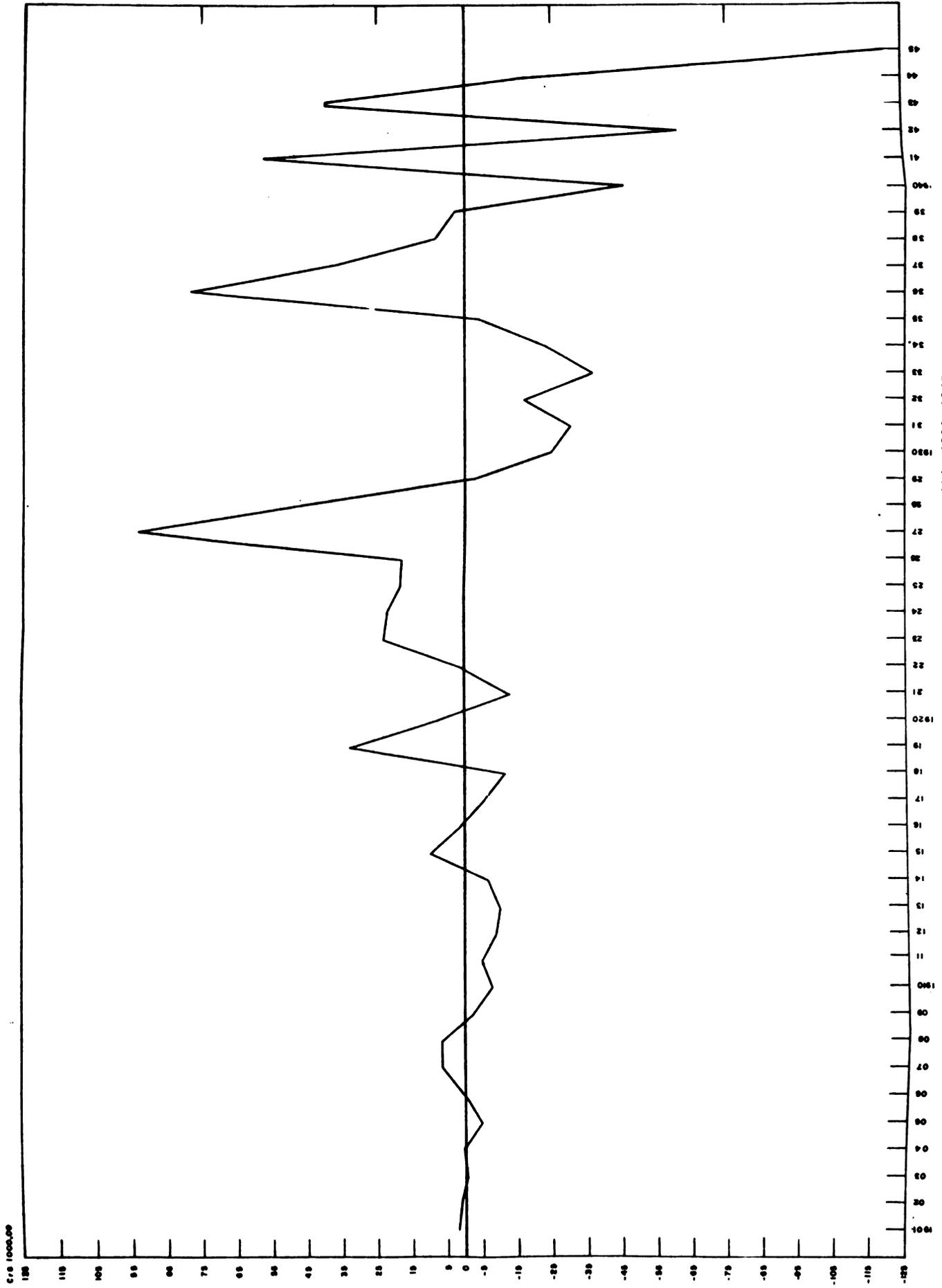


Gráfico 7 Exportação de Cacao - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1945
Eliminada a tendência

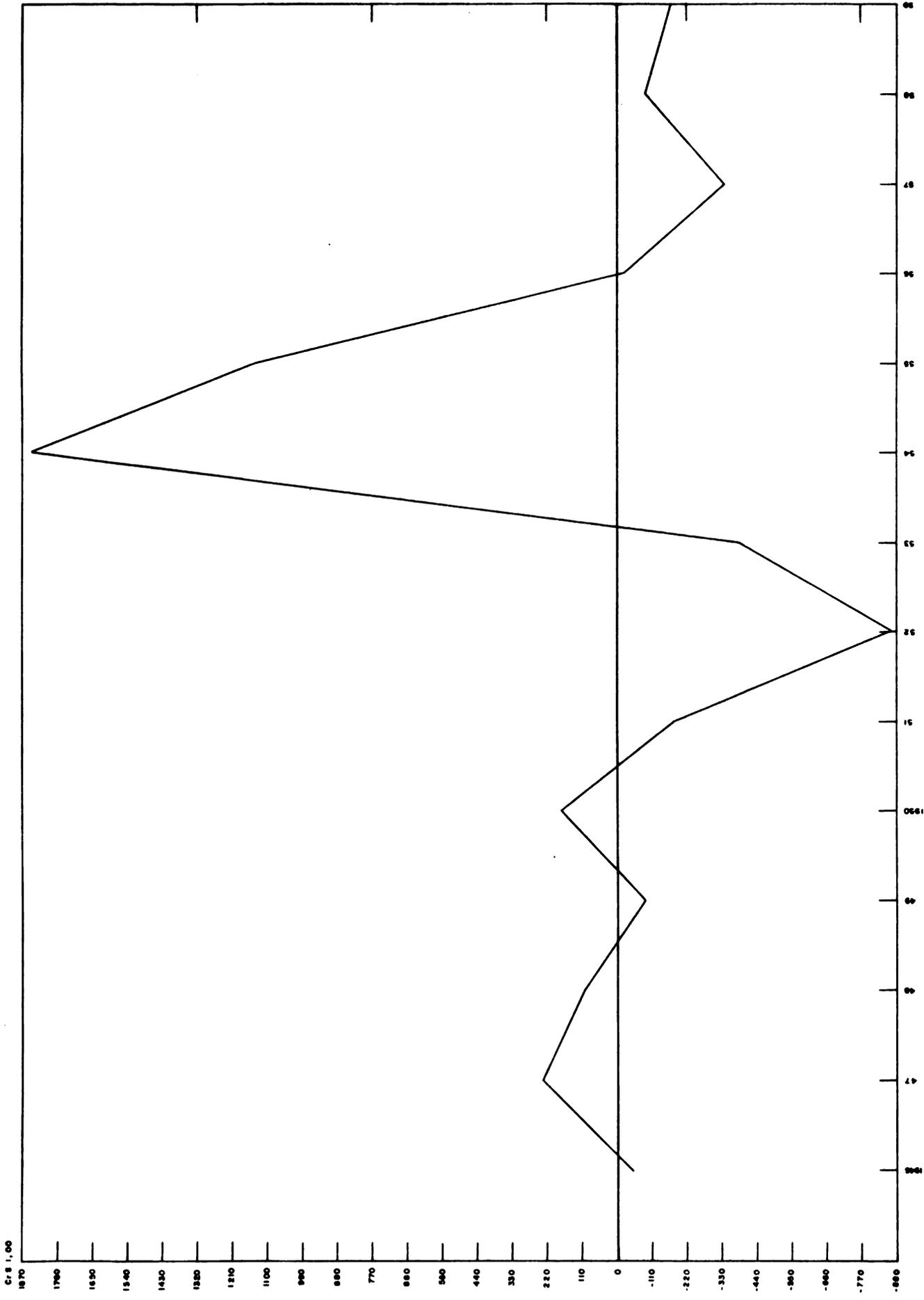


Gráfico 8 Exportação do Cacau - Bahia - Longo Curso - Valor 1946 - 1959
Eliminada a tendência

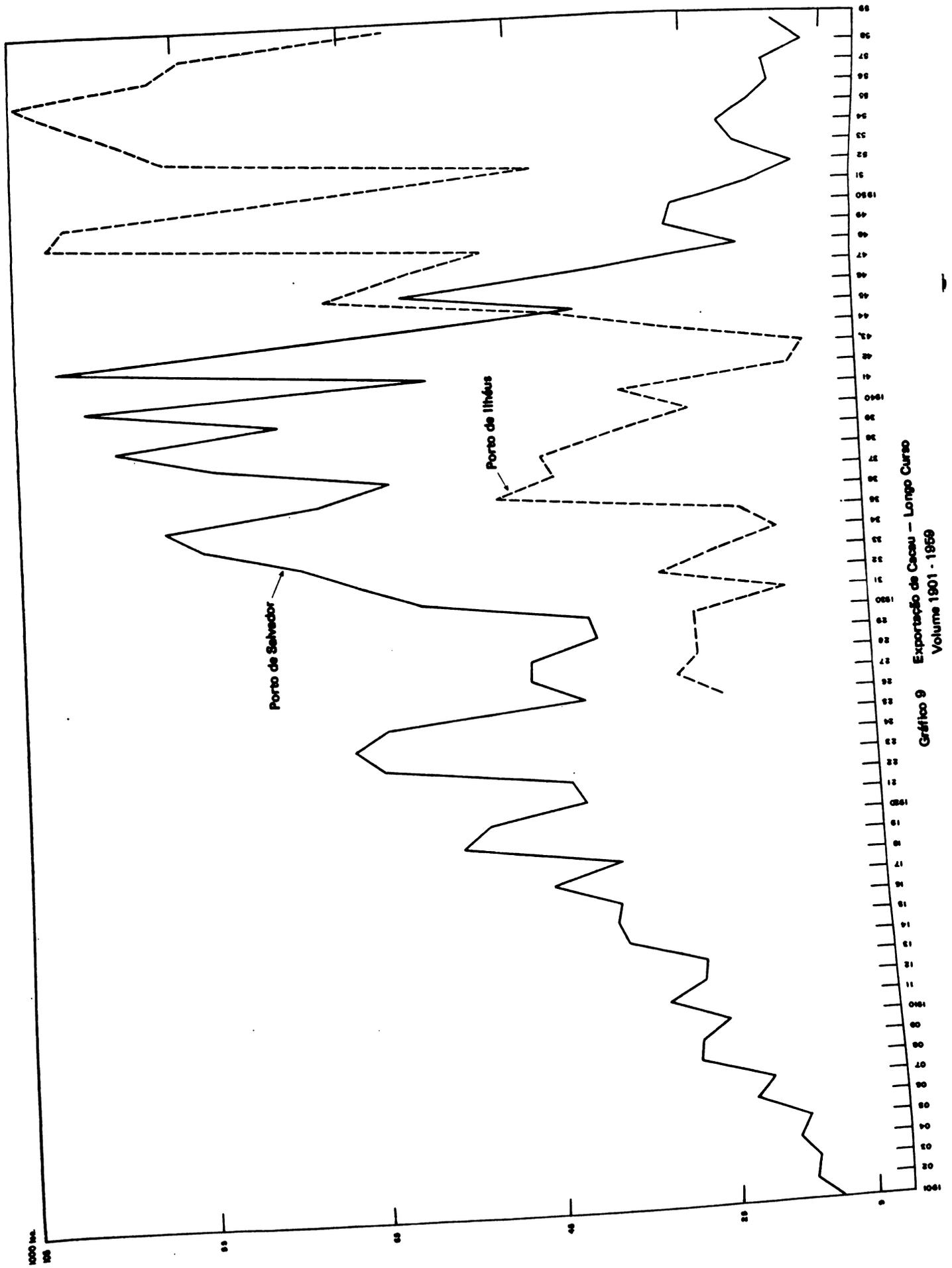


Gráfico 9 Exportação de Cecau - Longo Curso
Volume 1901 - 1959



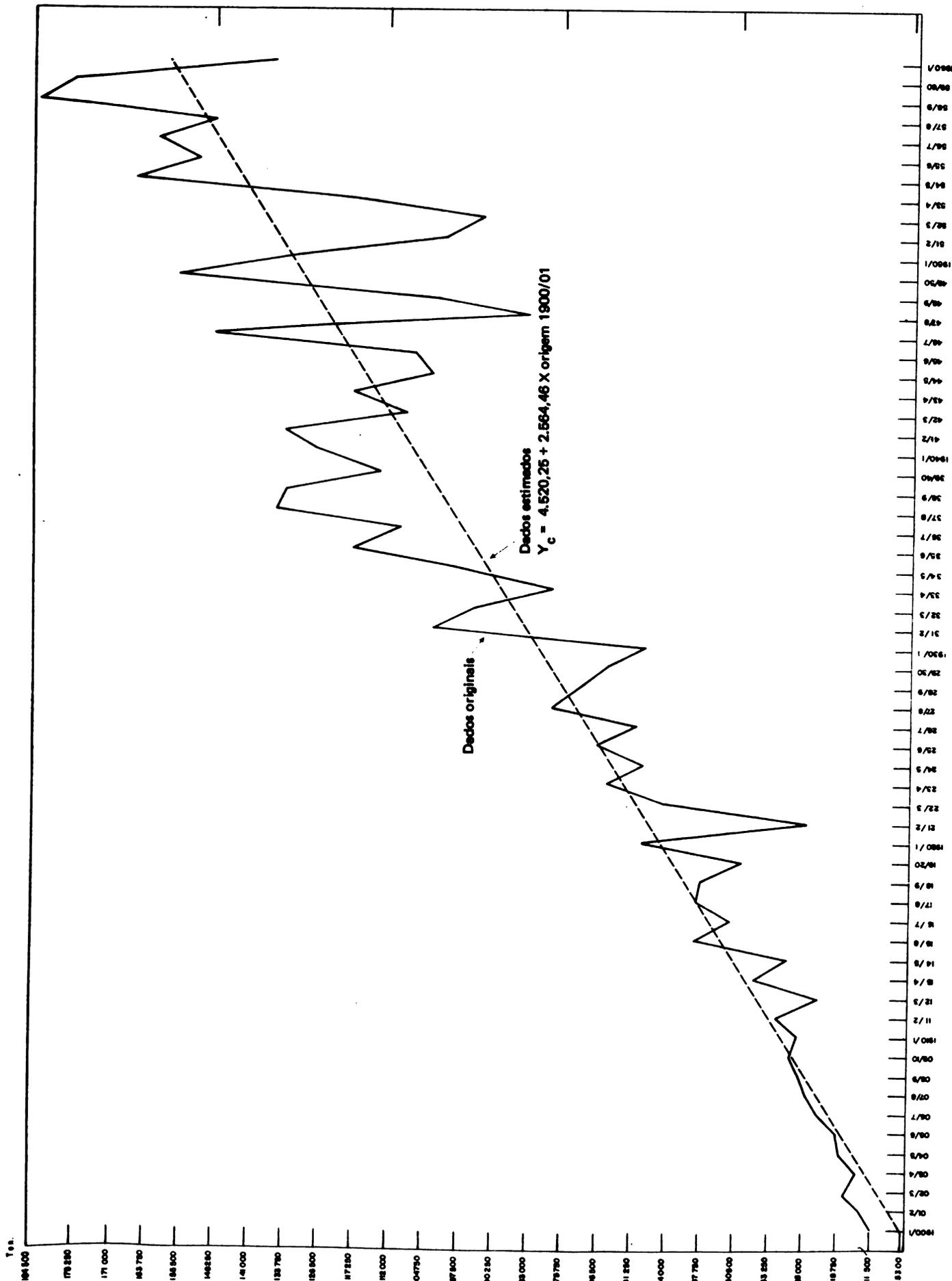


Gráfico 1 Produção de Cacao: 1900/1 a 1990/1

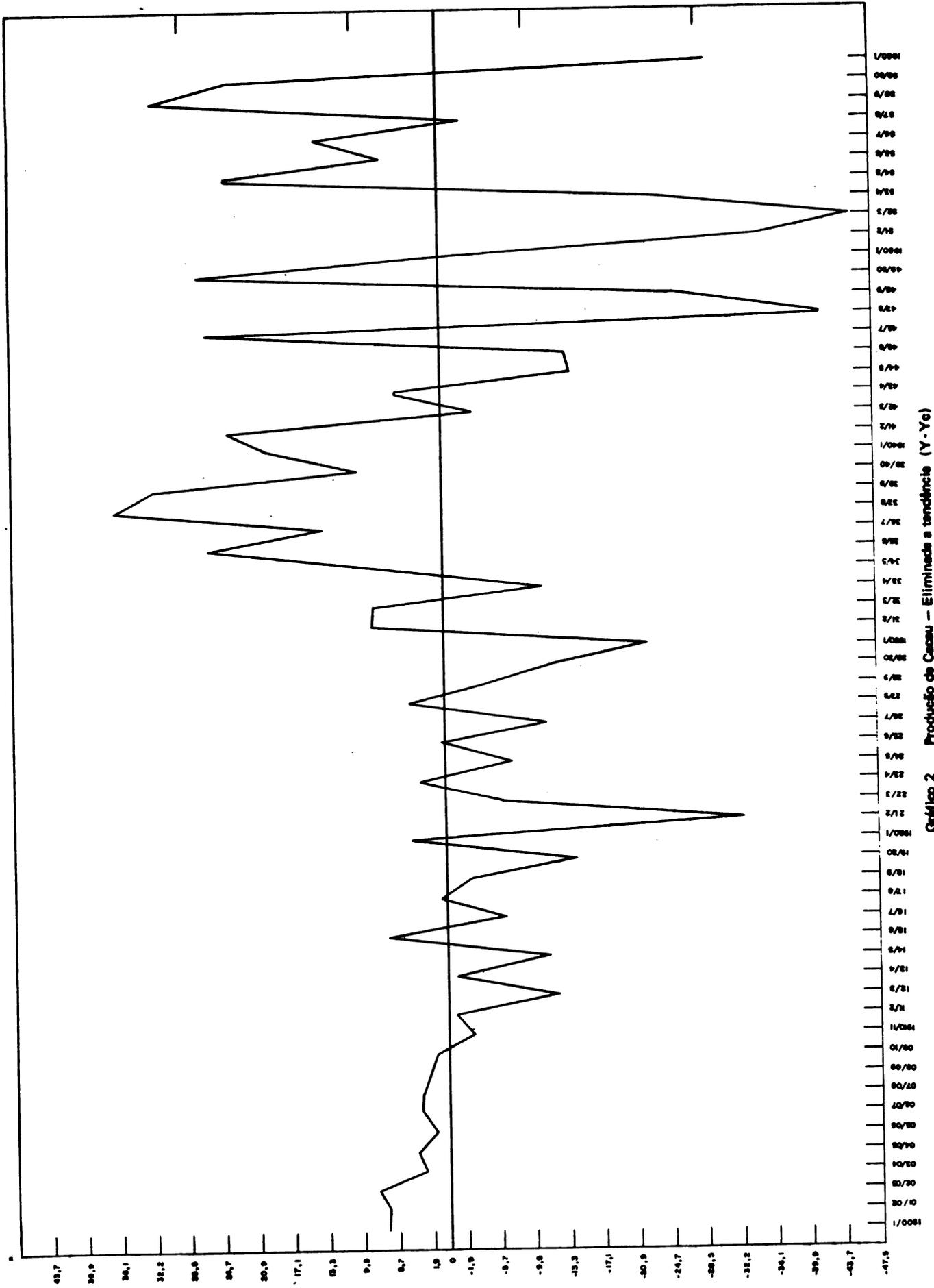


Gráfico 2 Produção de Cacao - Eliminada a tendência (Y - Ye)

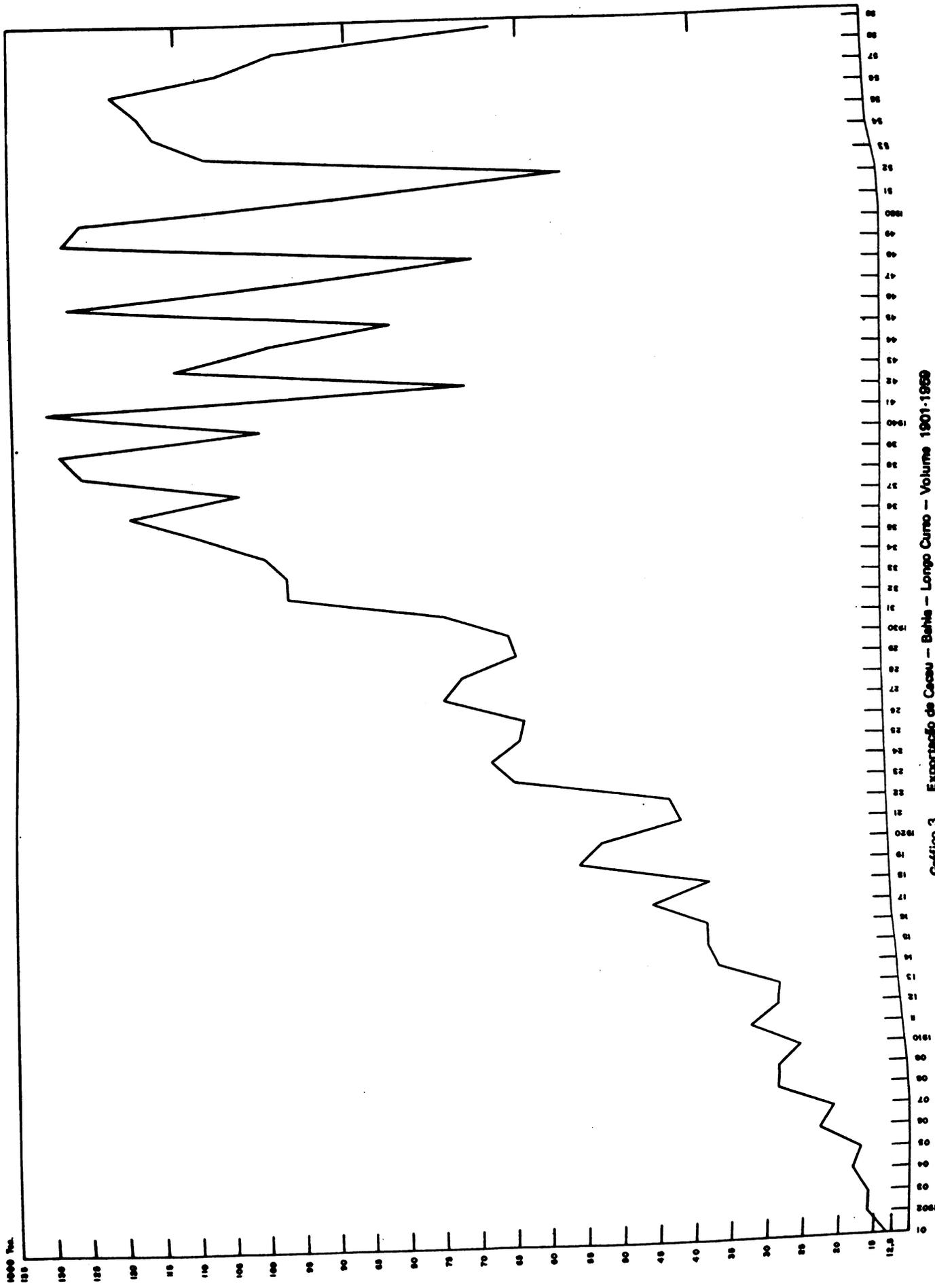


Gráfico 3 Exportação de Cacau - Bahia - Longo Curso - Volume 1901-1969

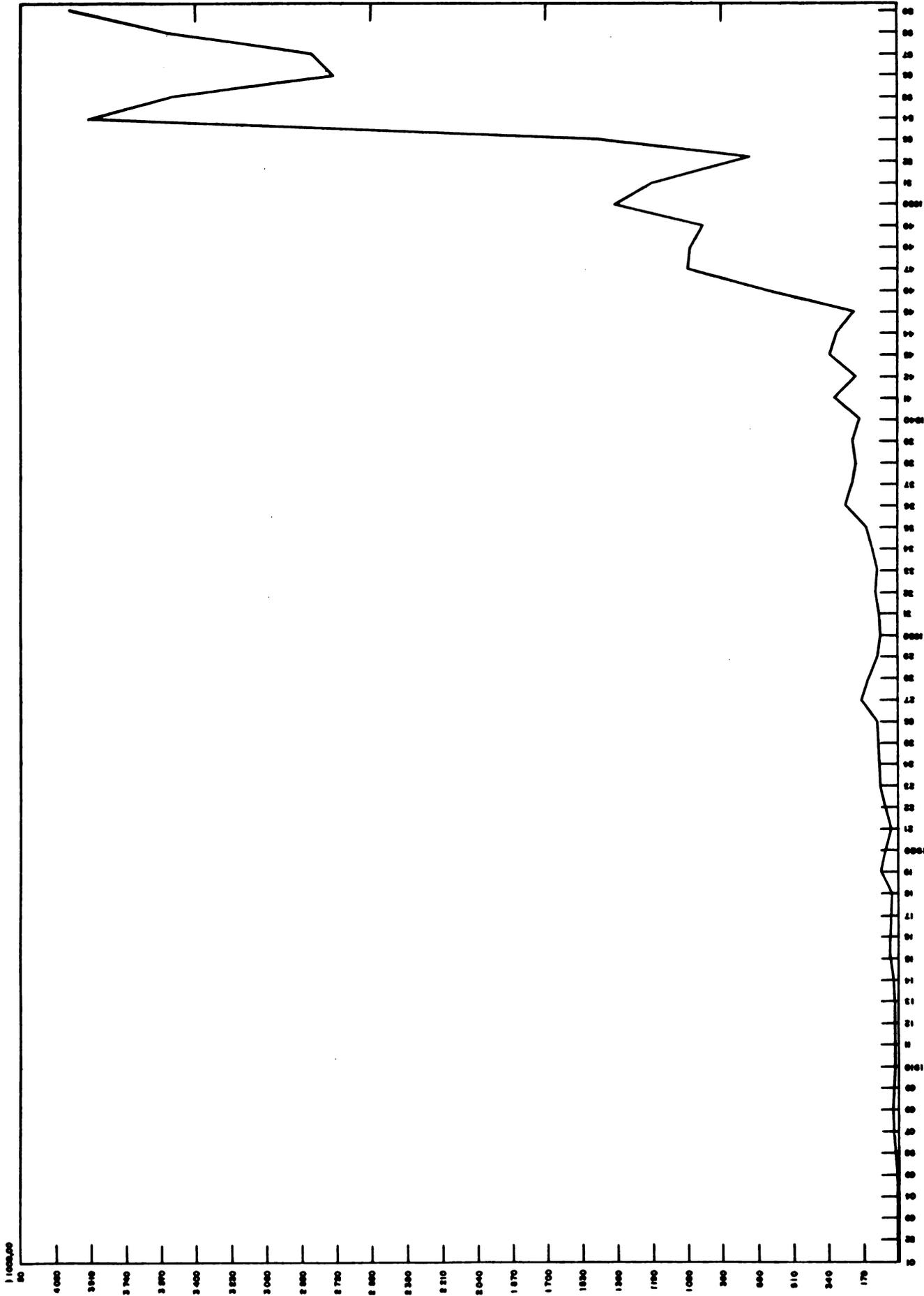


Gráfico 4 Exportação de Cacau - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1969

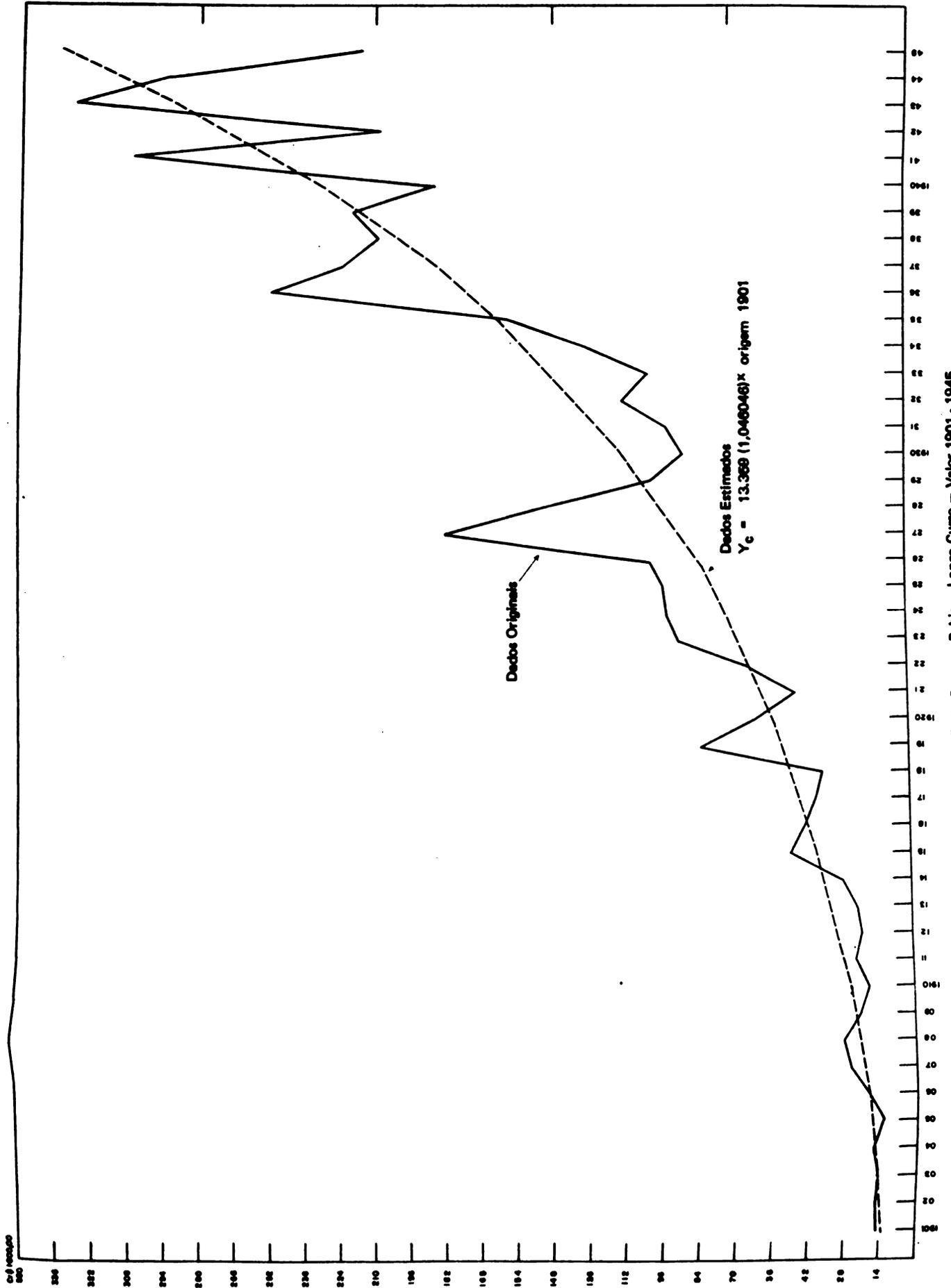


Gráfico 5 Exportação de Cacaú - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1945

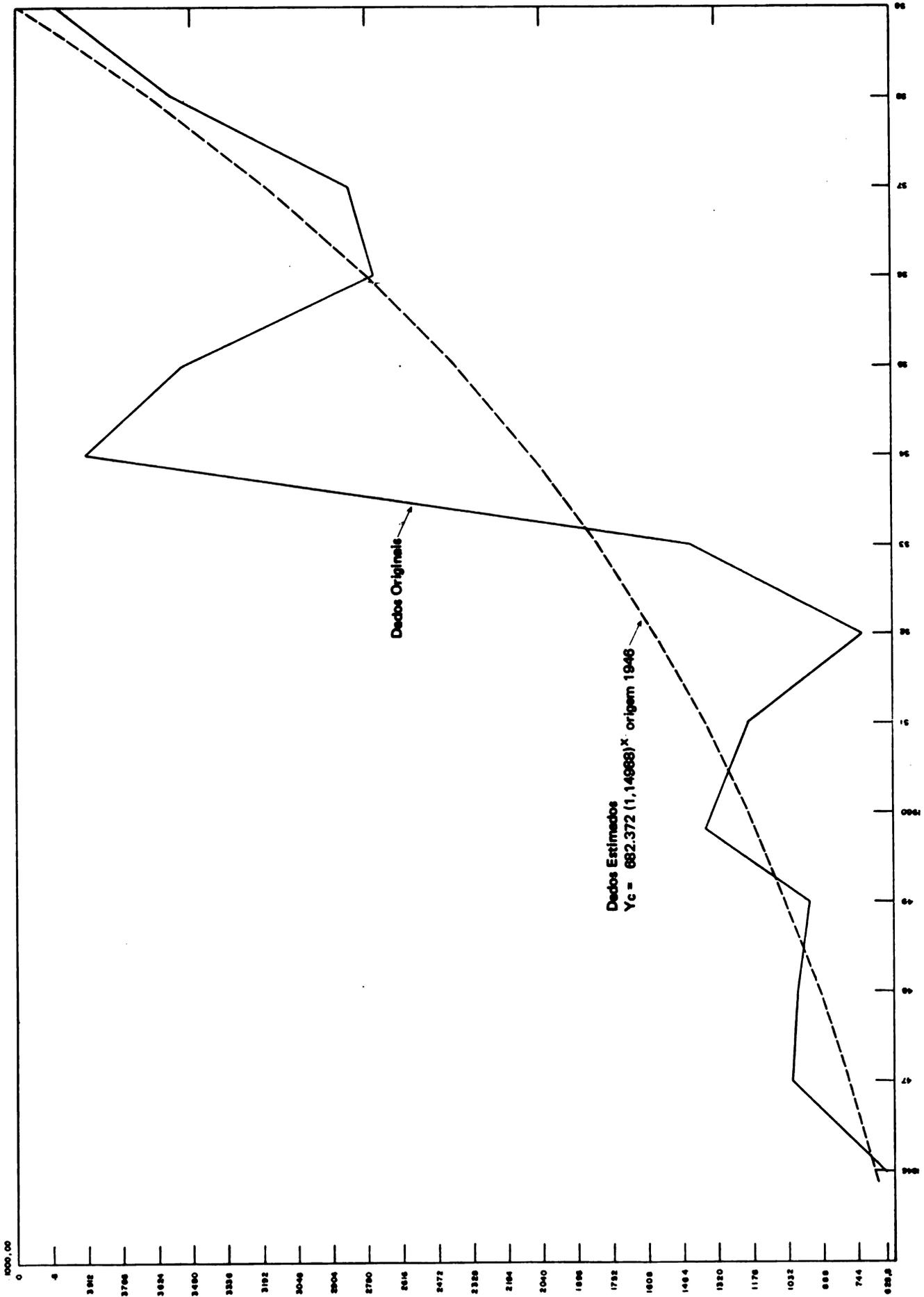


Gráfico 6 Exportação de Cacaú - Bahia - Longo Curso - Valor 1946 - 1960

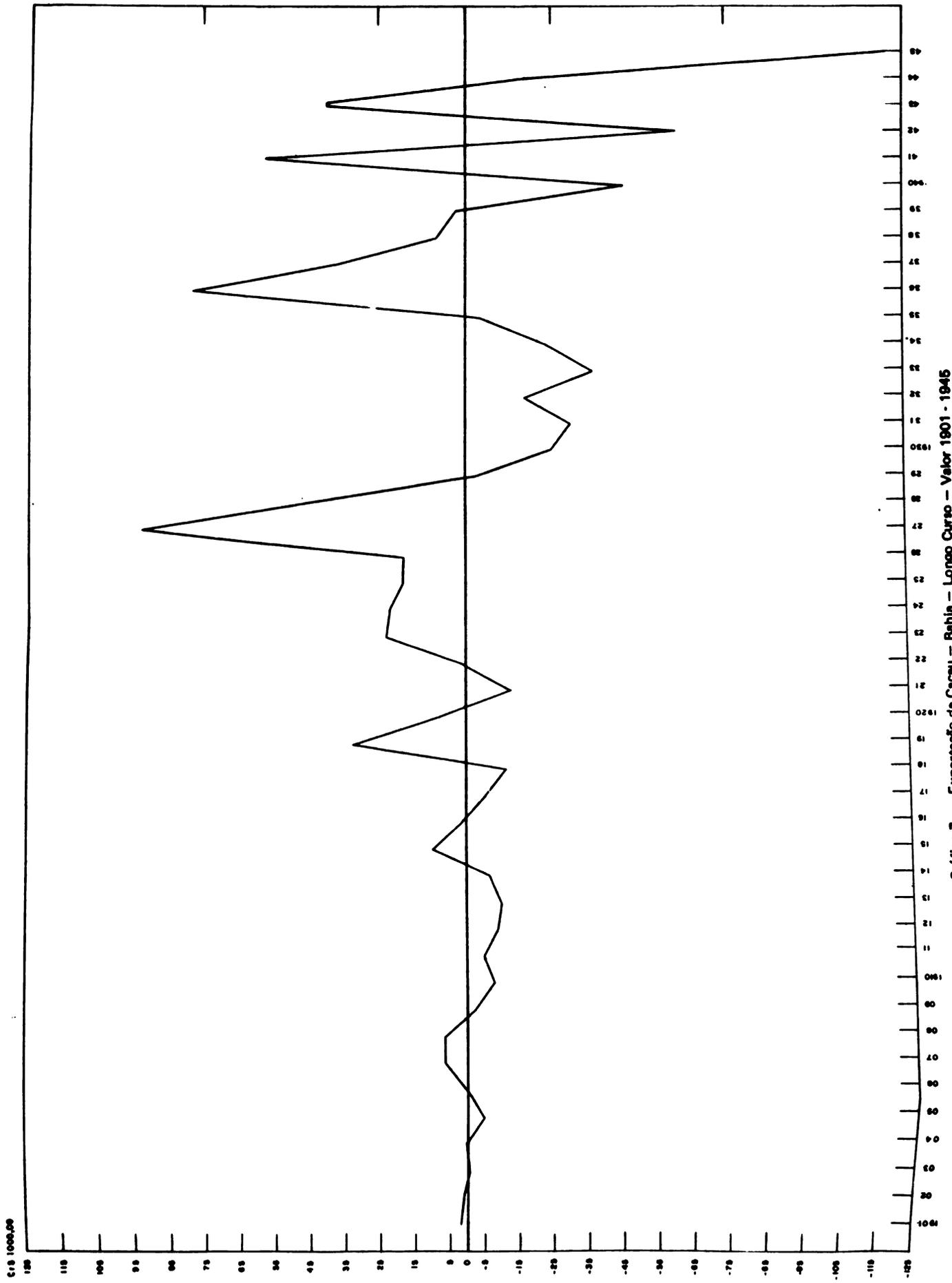


Gráfico 7 Exportação de Cacao - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1945
Eliminada a tendência

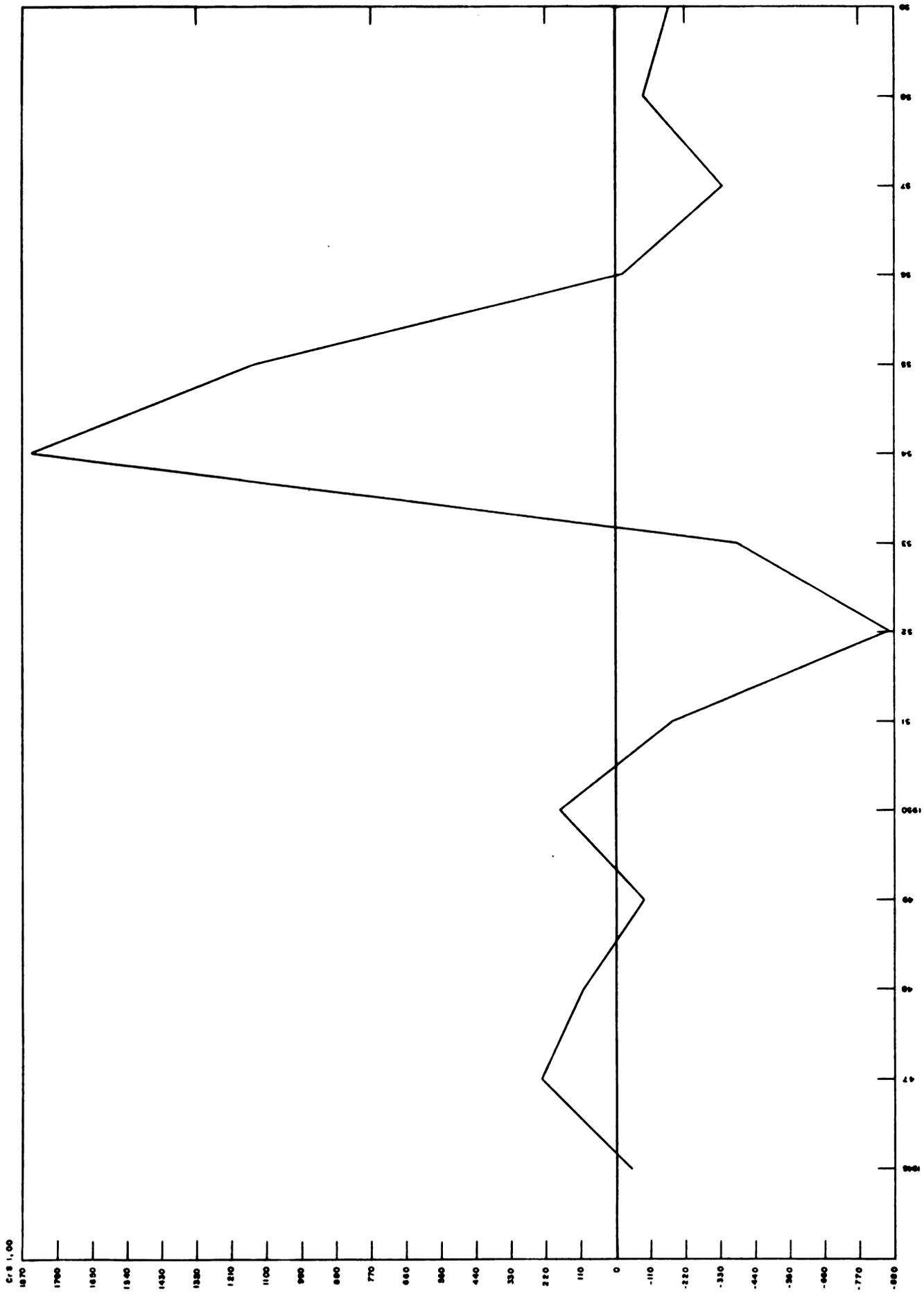


Gráfico 8 Exportação do Cacau - Bahia - Longo Curso - Valor 1946 - 1959
Eliminada a tendência

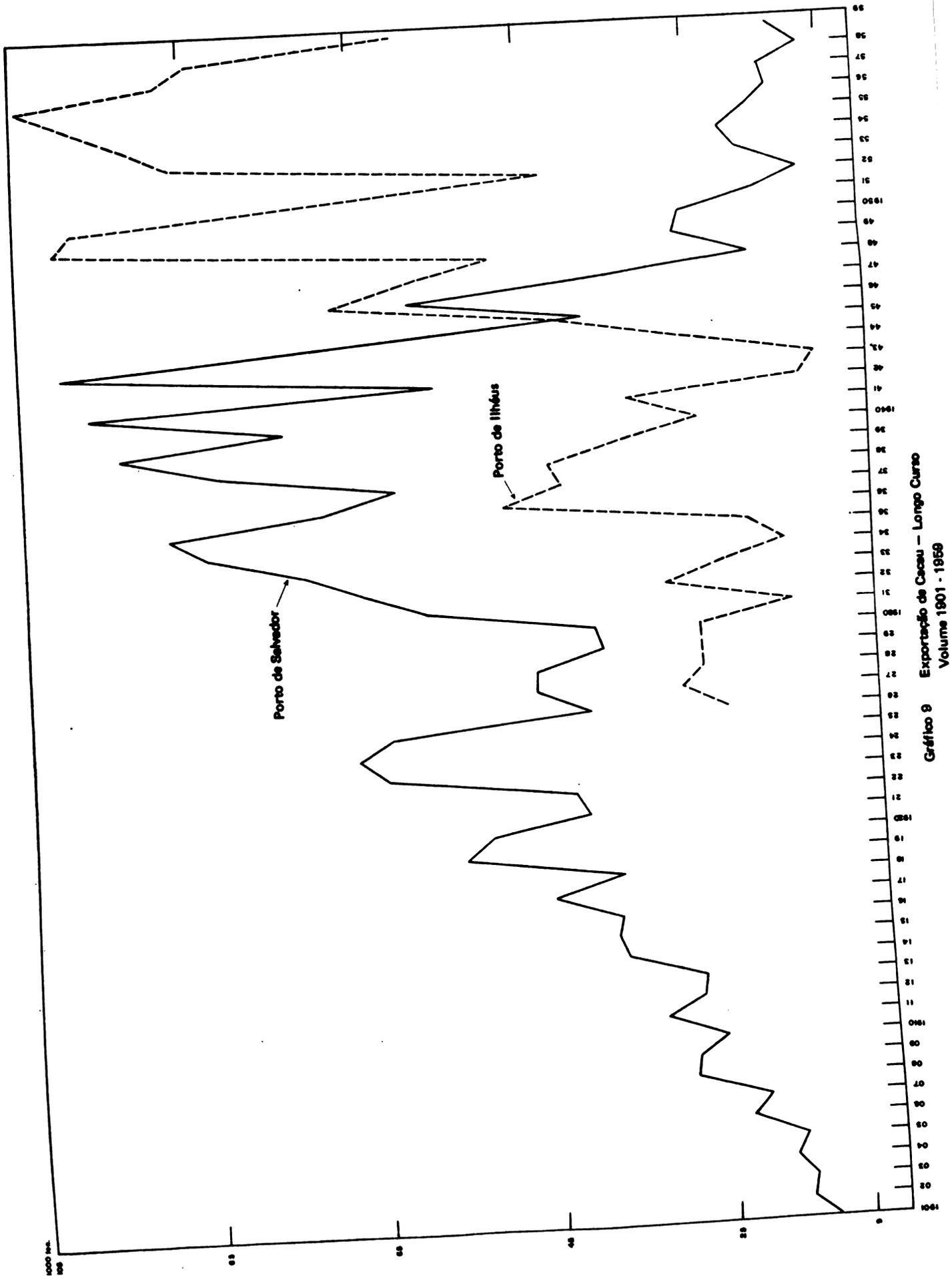


Gráfico 9 Exportação de Cacau - Longo Curso
Volume 1901 - 1959

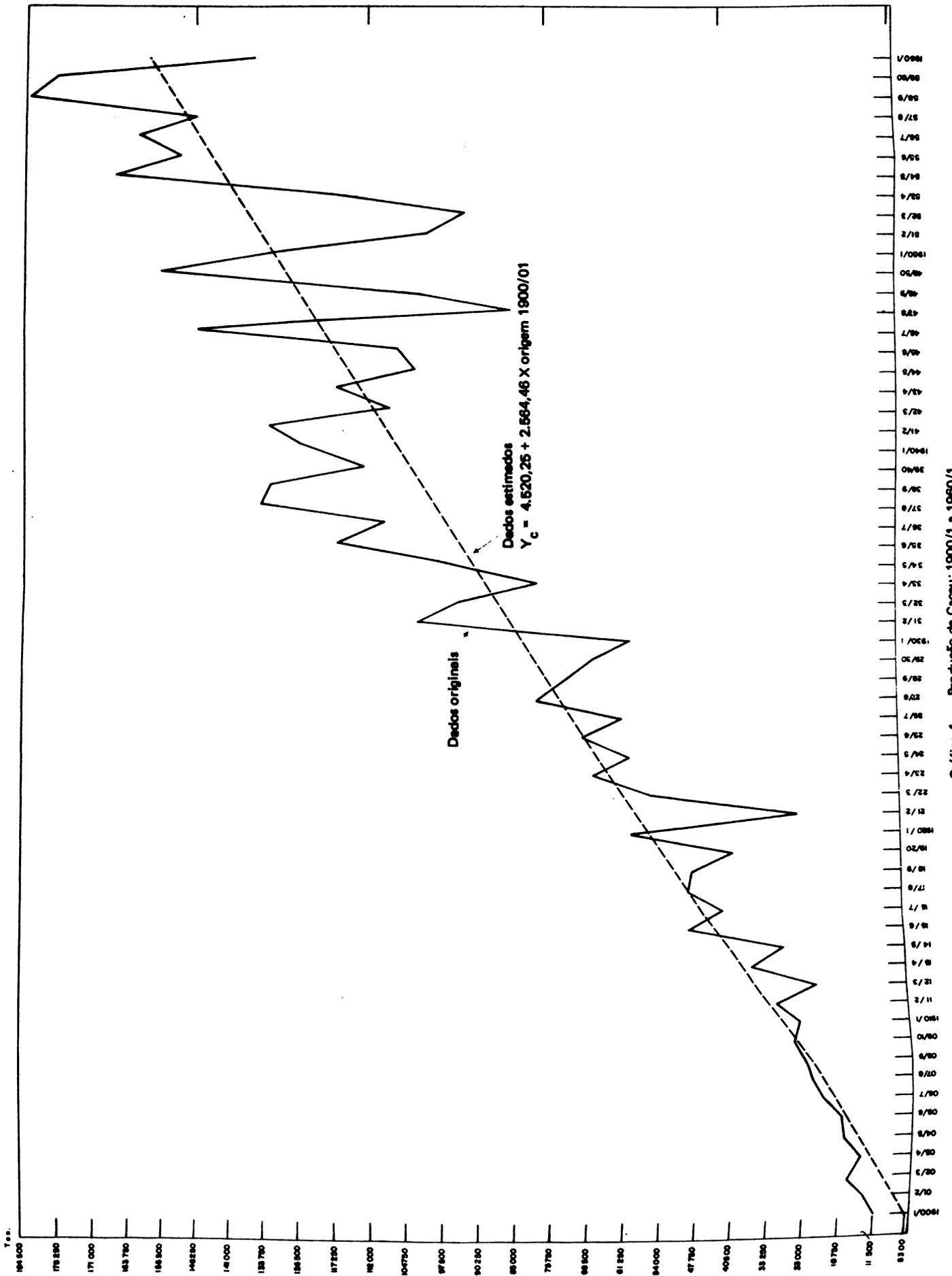


Gráfico 1 Produção de Cacau: 1900/1 a 1960/1

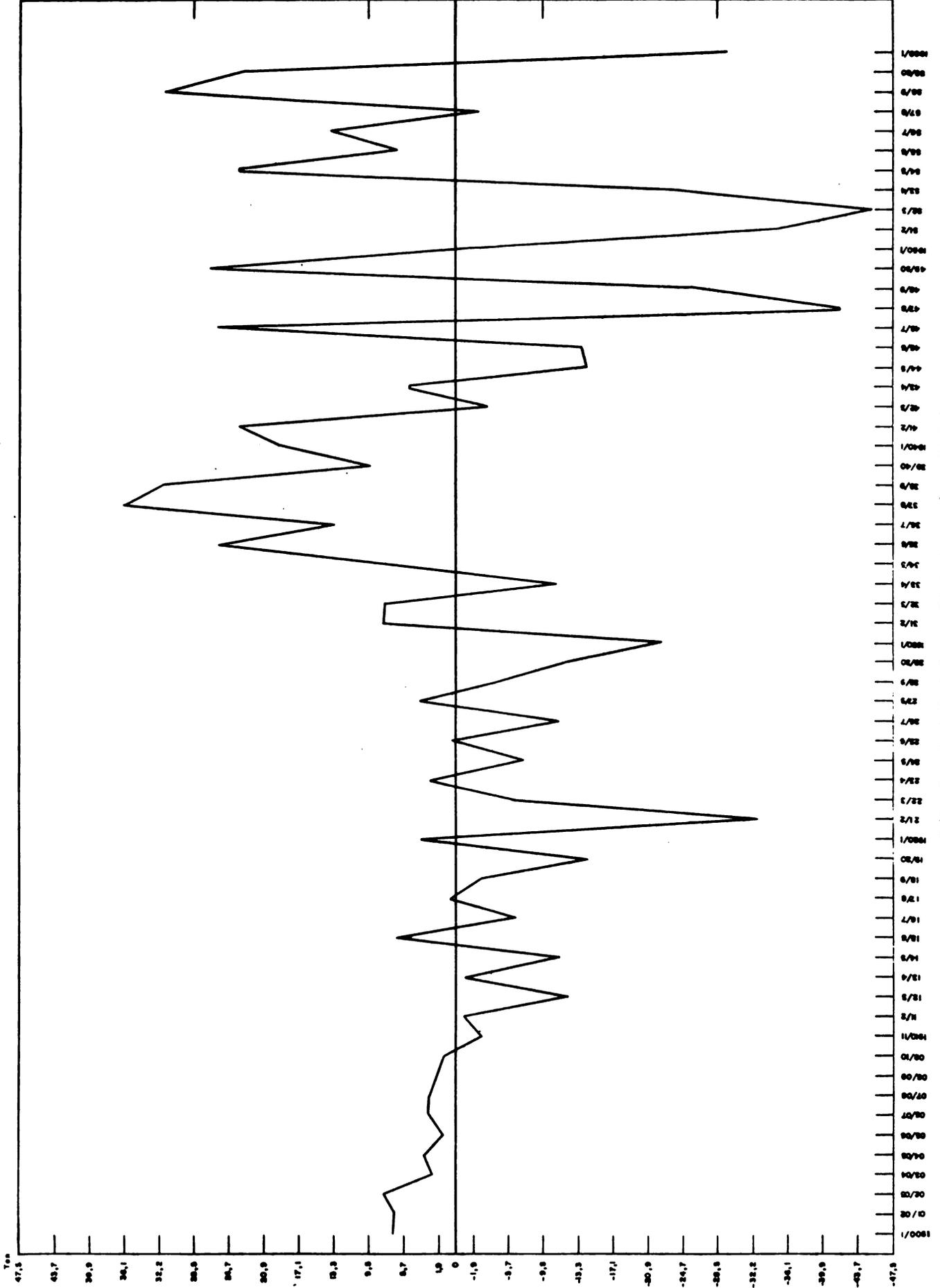


Gráfico 2. Produção de Cacau - Eliminada a tendência (Y-Yc)

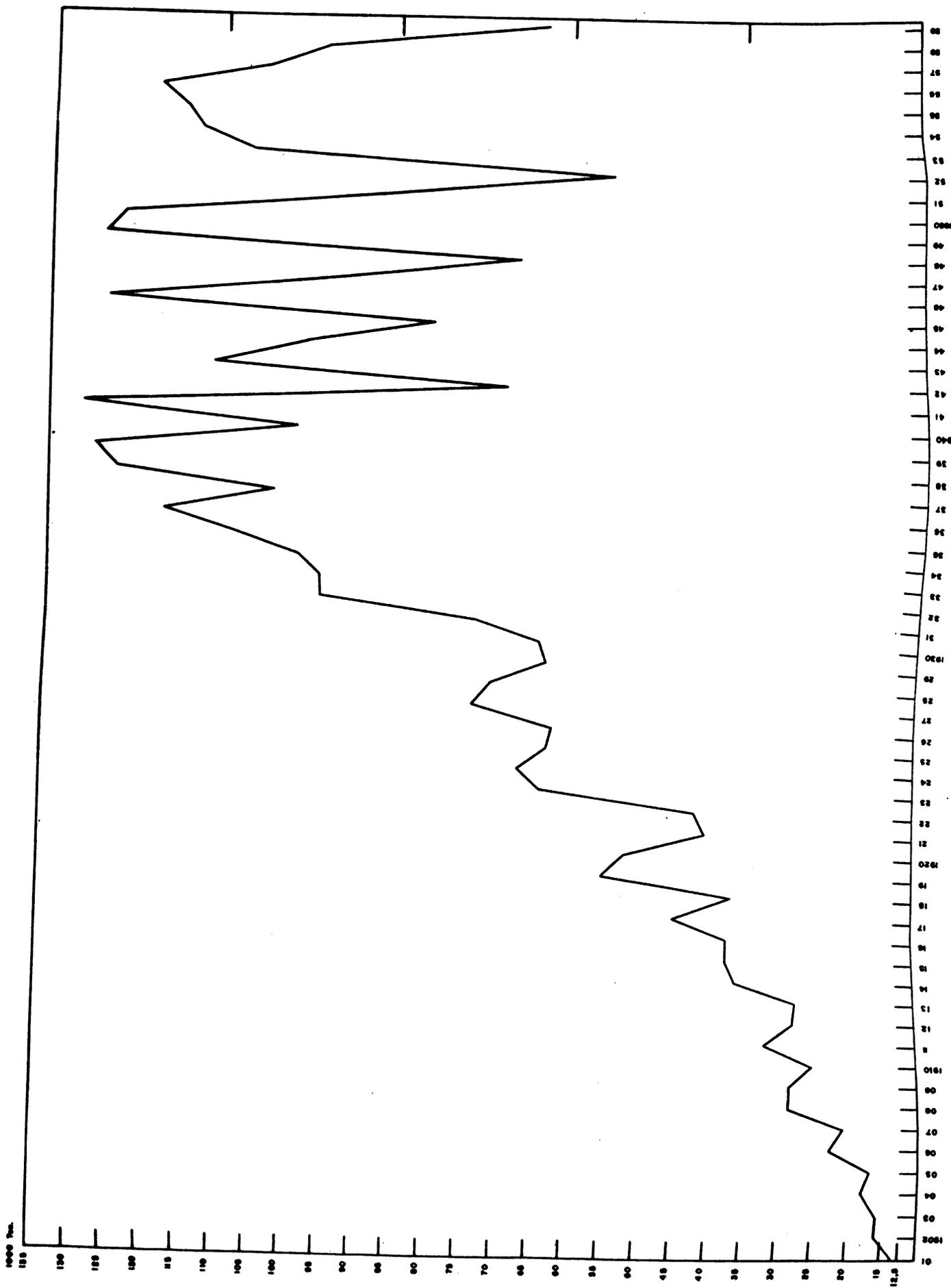


Gráfico 3 Exportação de Cecau - Bahia - Longo Curso - Volume 1901-1968

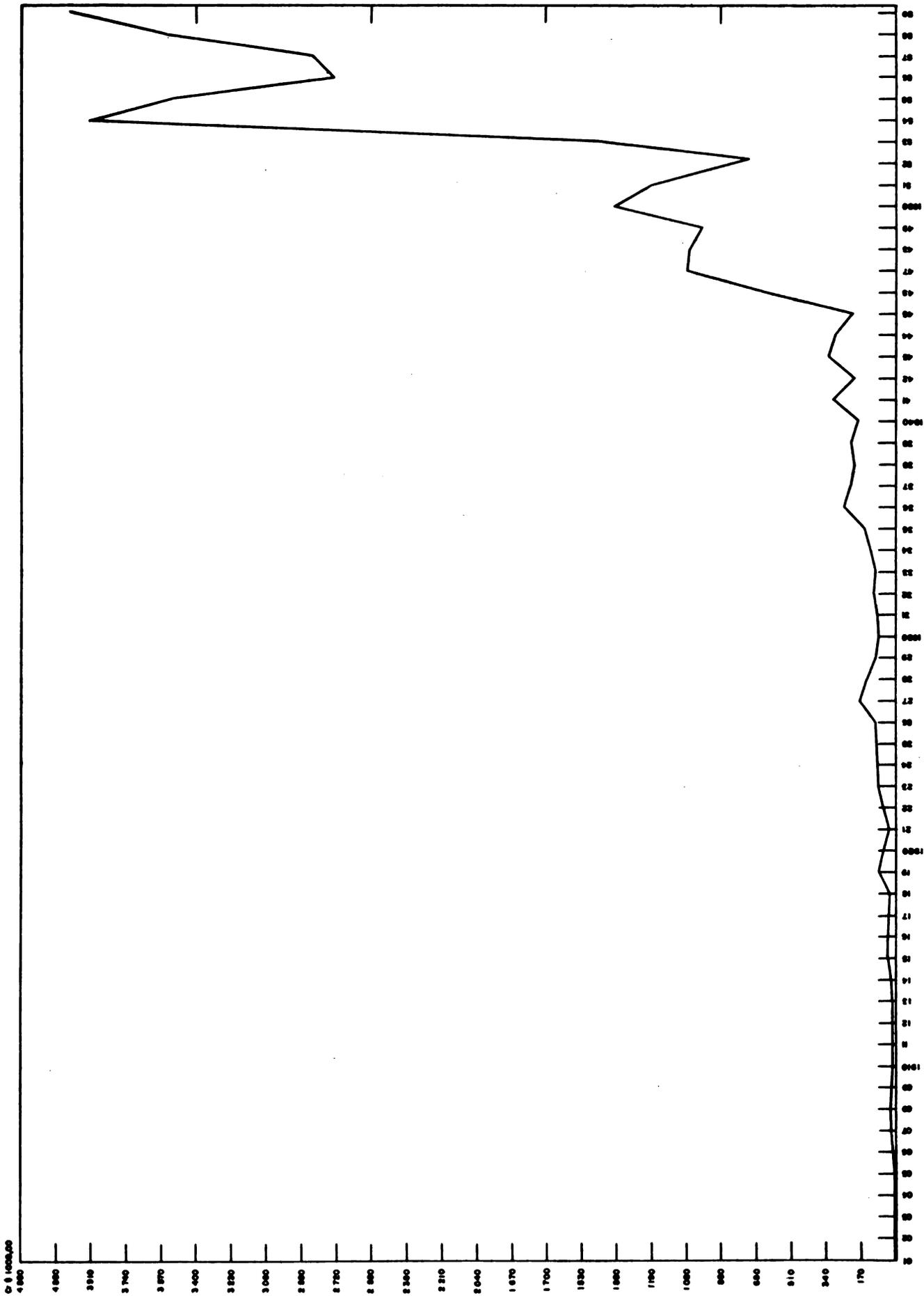


Gráfico 4 Exportação de Cacau - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1969

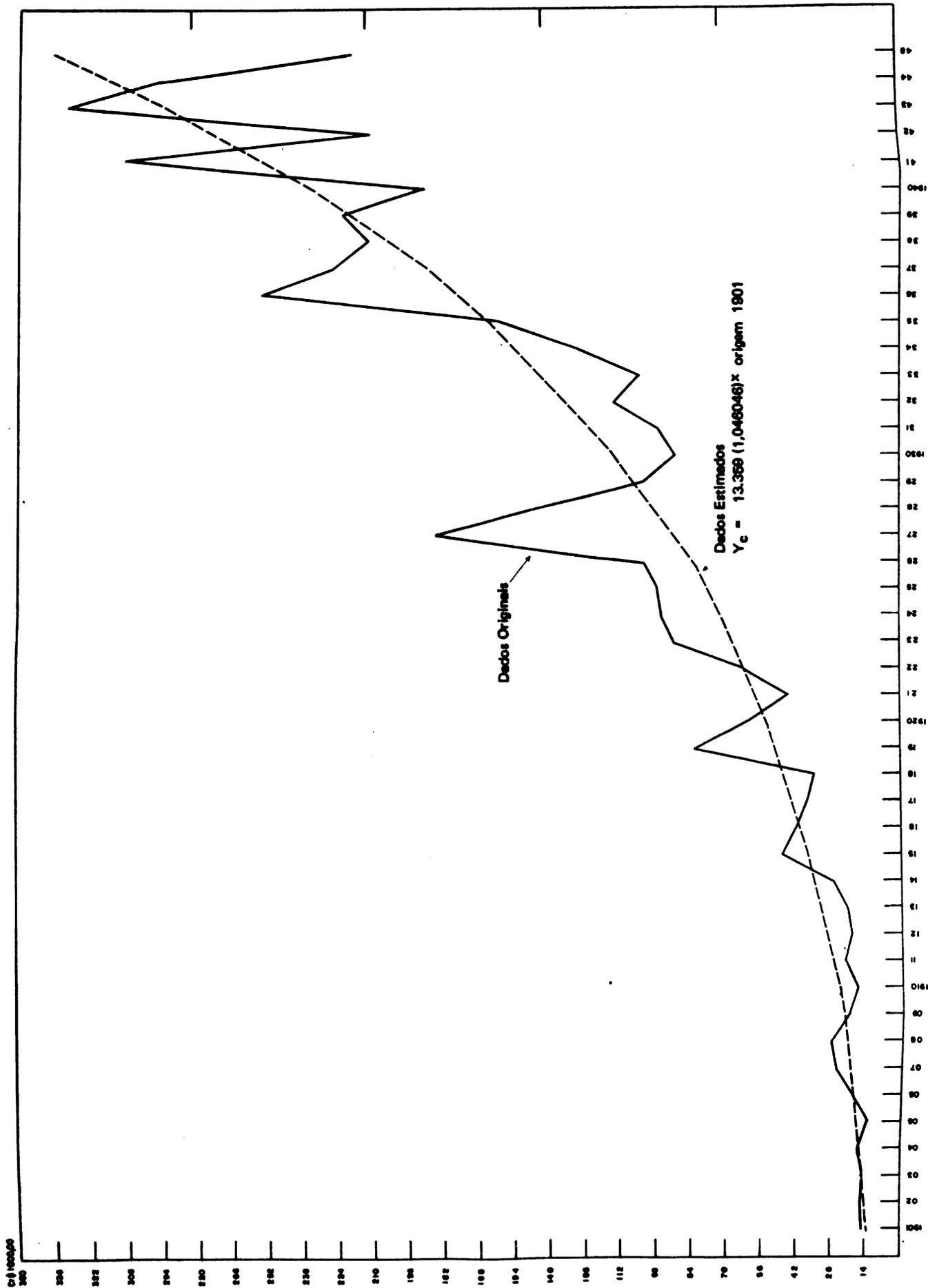


Gráfico 5 Exportação de Cacau - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1945

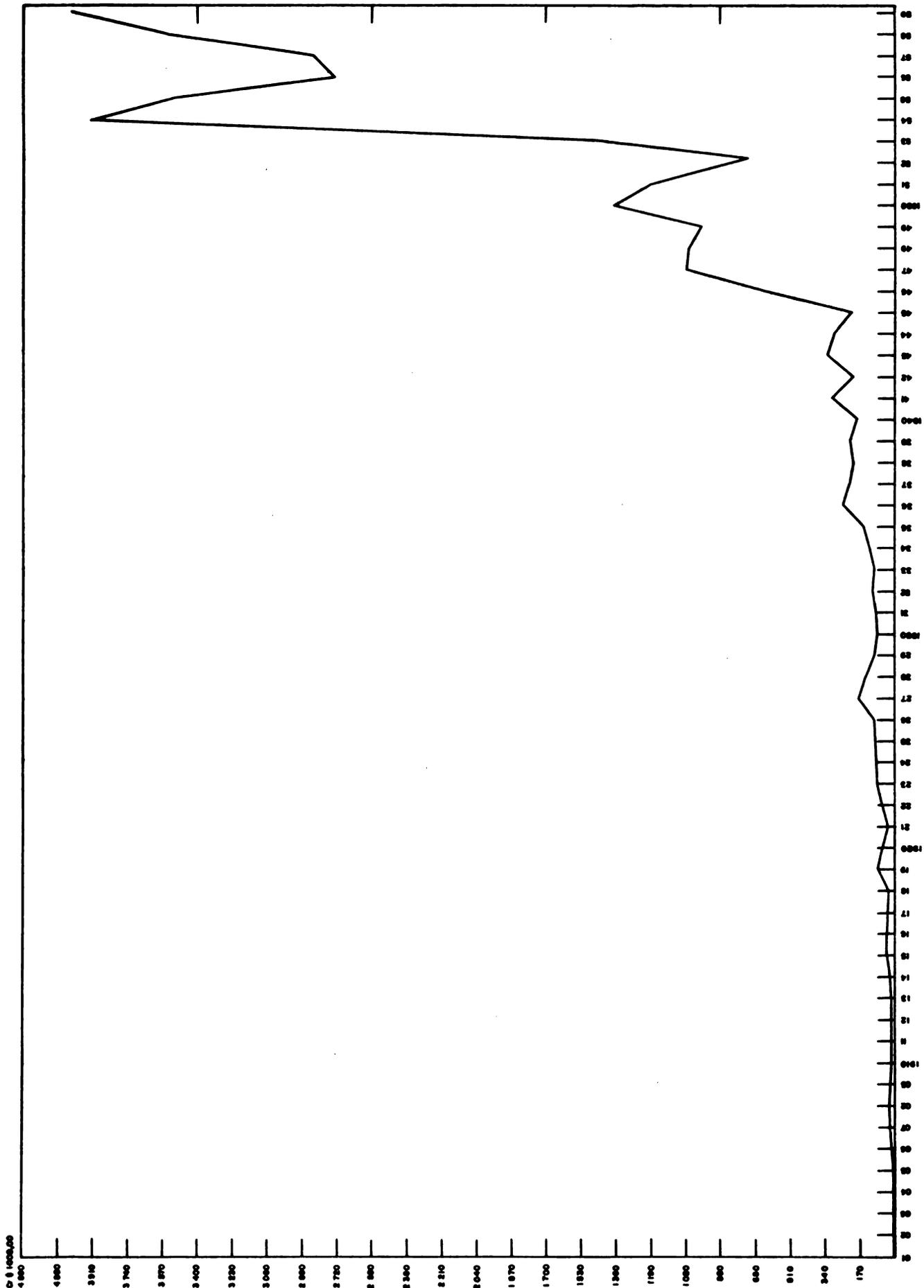


Gráfico 4 Exportação de Cacao - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1969

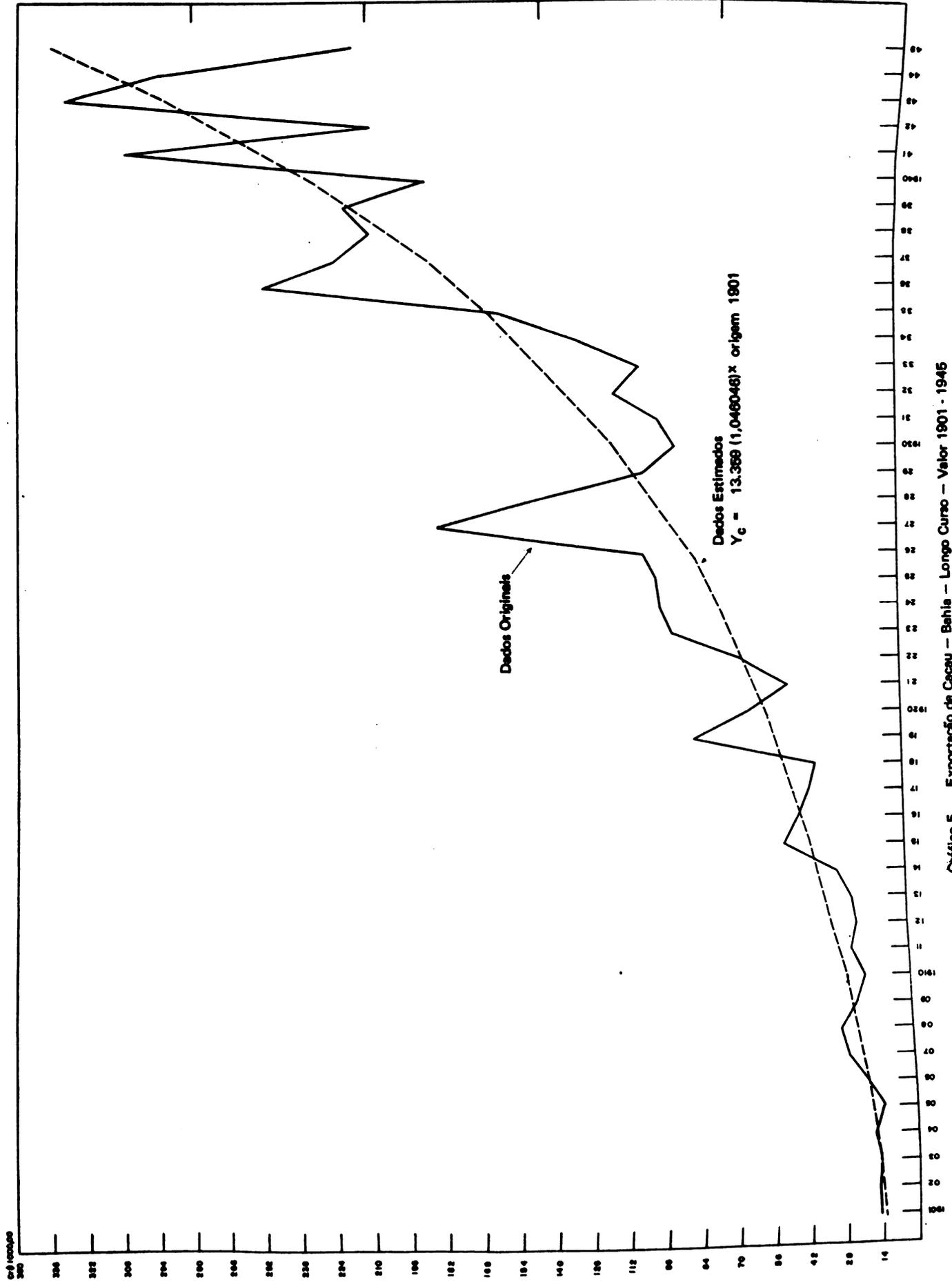


Gráfico 5 Exportação de Cacaú - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1945

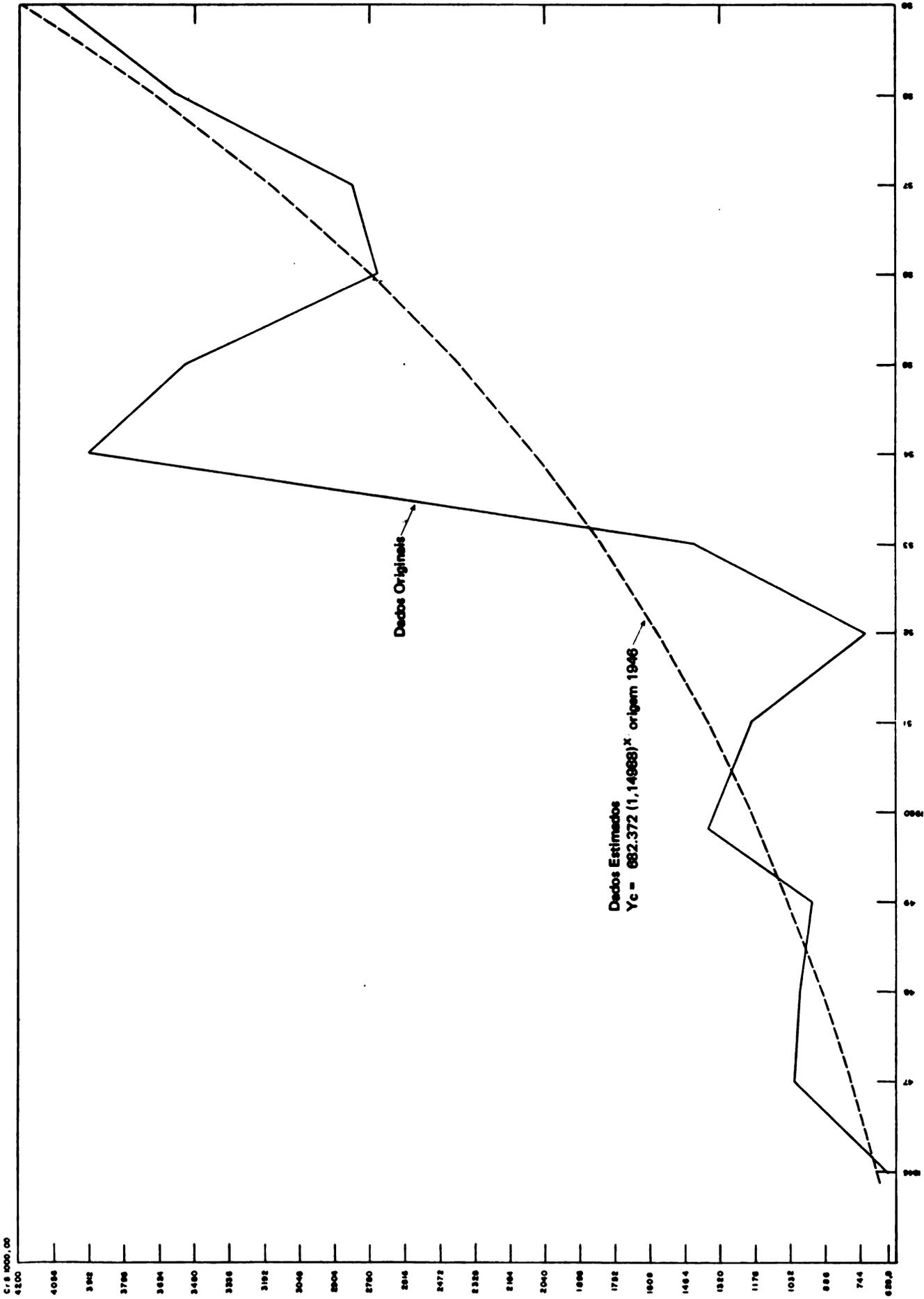


Gráfico 6 . Exportação de Cacaú -- Bahia -- Longo Curso -- Valor 1946 - 1969

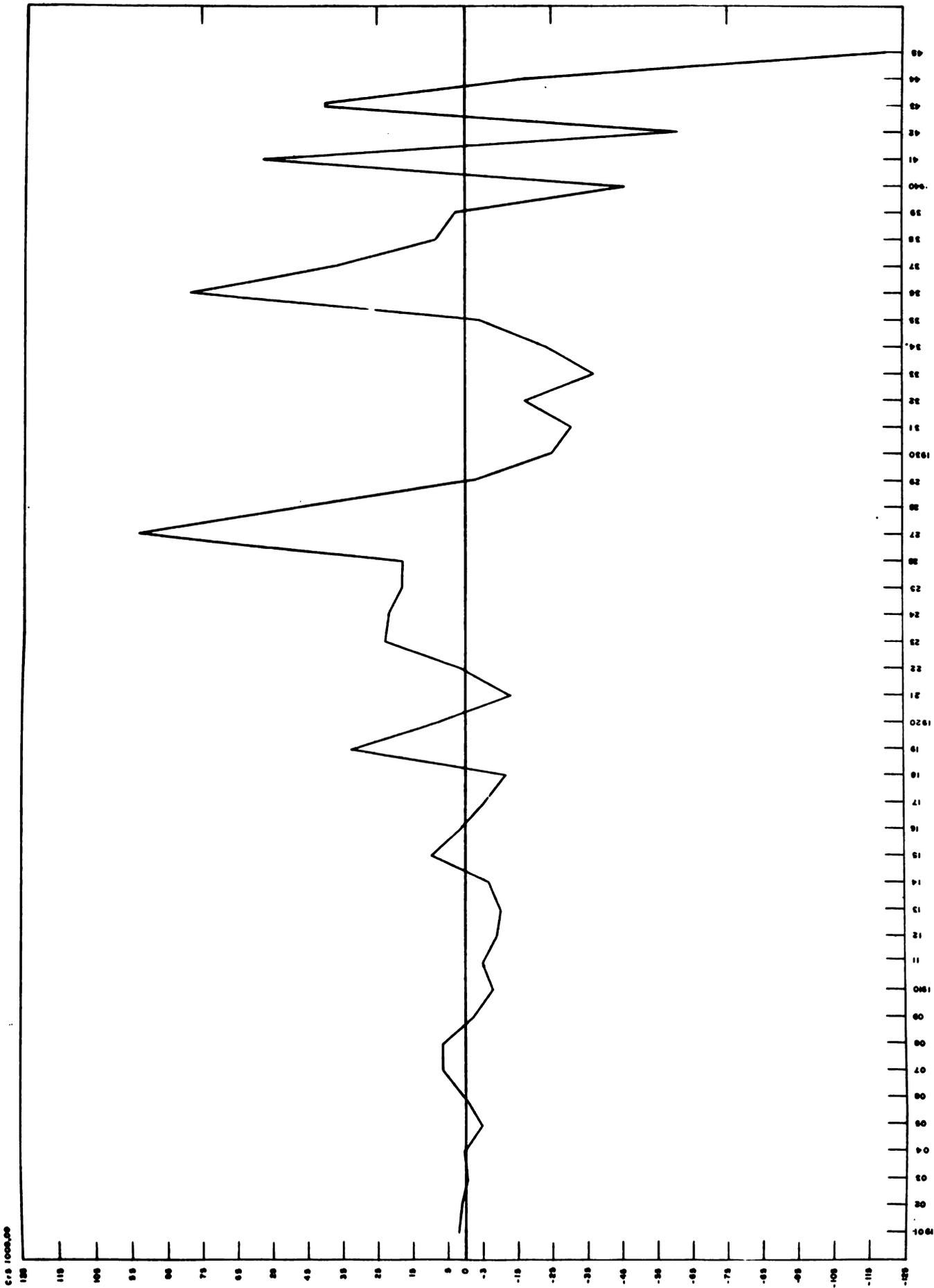


Gráfico 7 Exportação de Cacao - Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1945
Eliminada a tendência

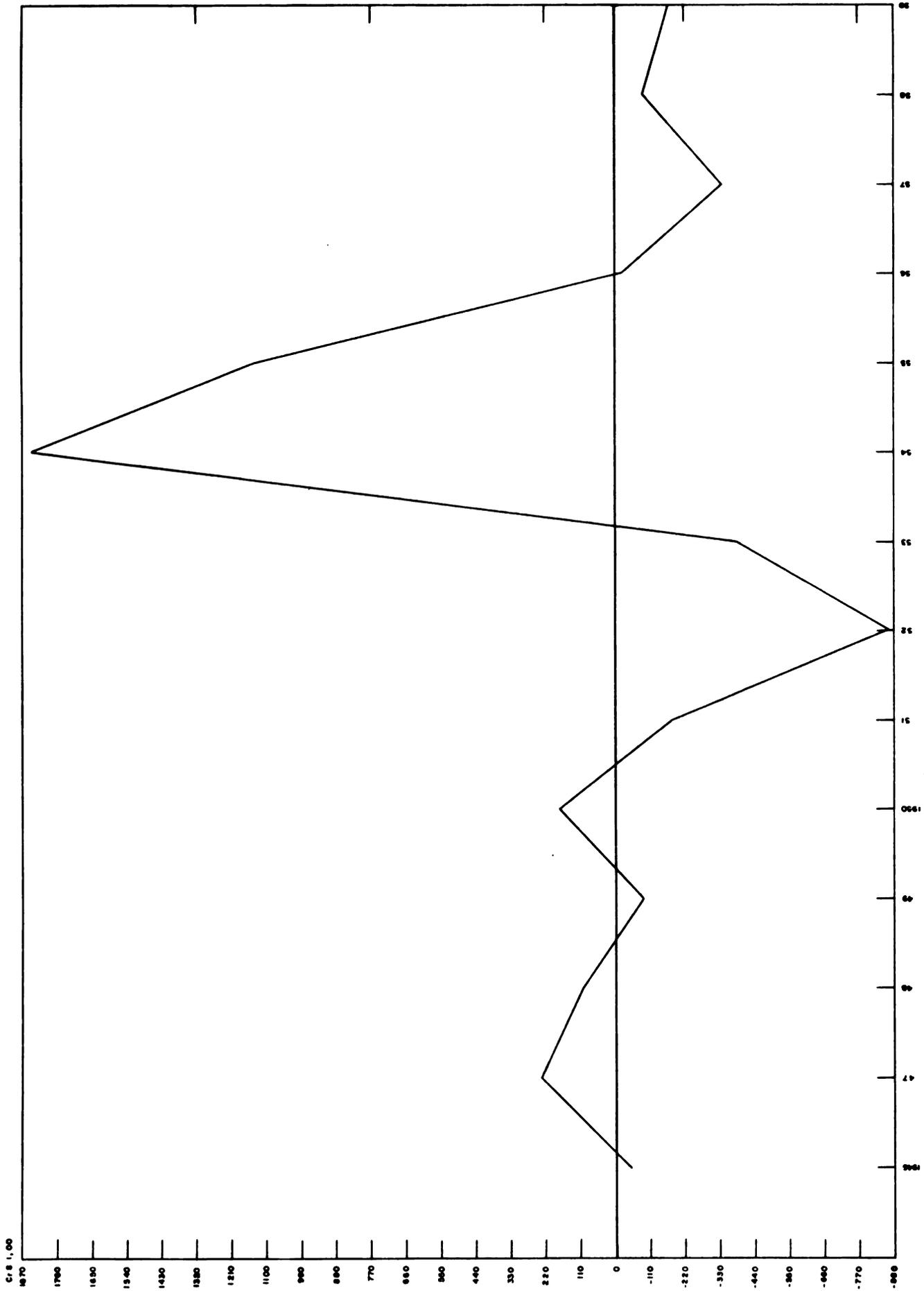


Gráfico 8 Exportação do Cacau - Bahia - Longo Curso - Valor 1946 - 1959
Eliminada a tendência

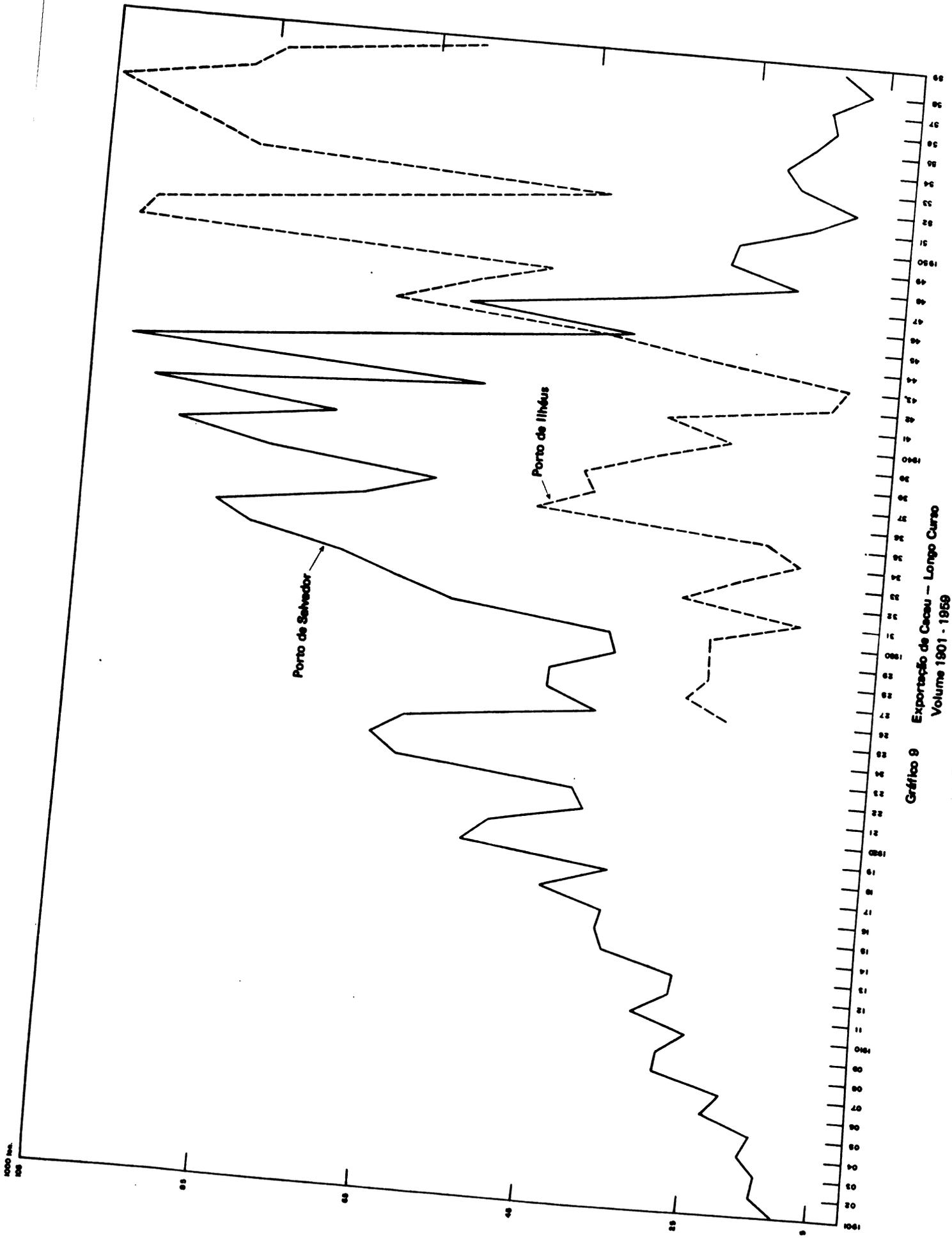


Gráfico 9 Exportação de Cecau - Longo Curso
Volume 1901 - 1959

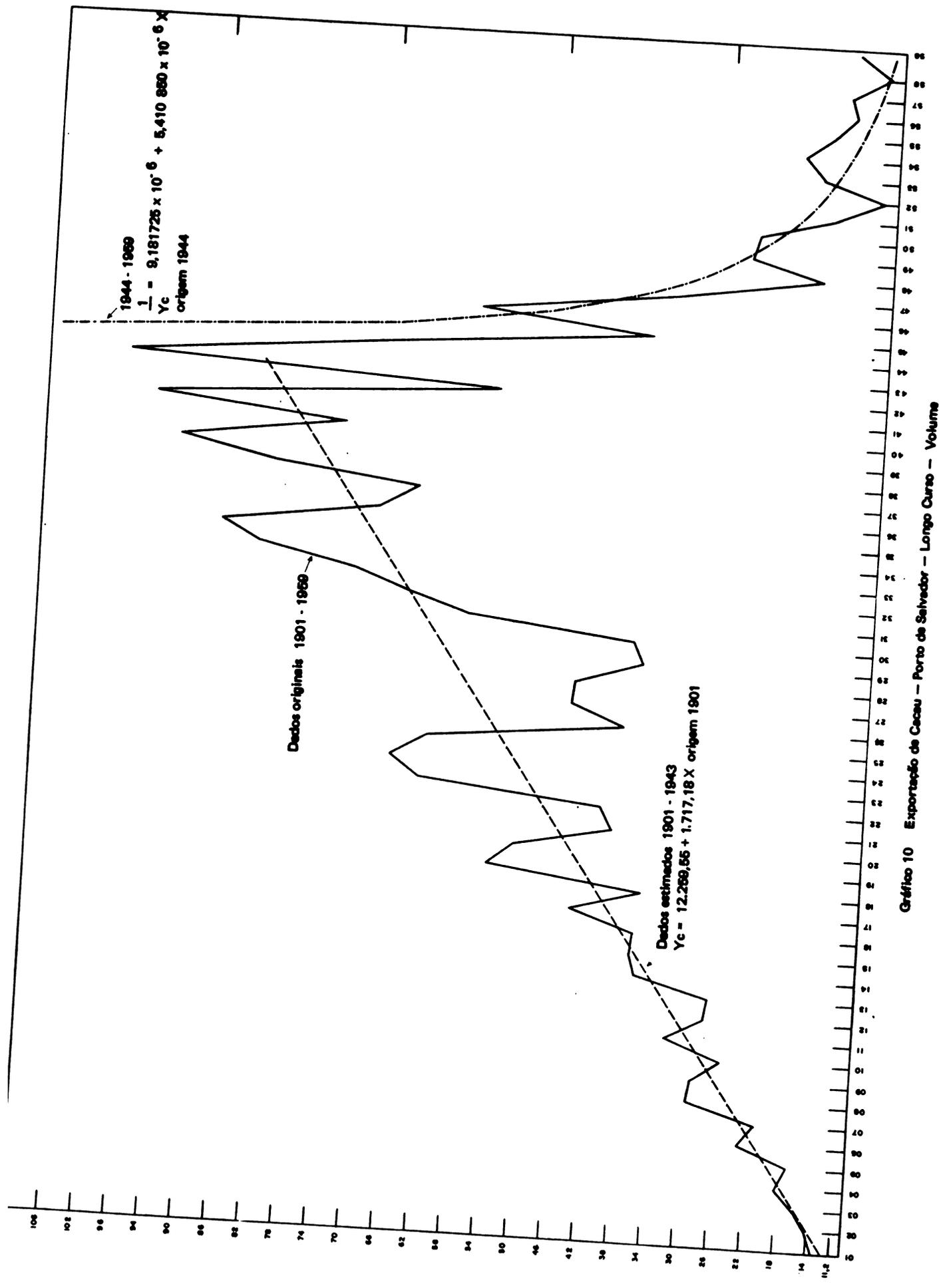


Gráfico 10 Exportação de Cacao - Porto de Salvador - Longo Curso - Volume

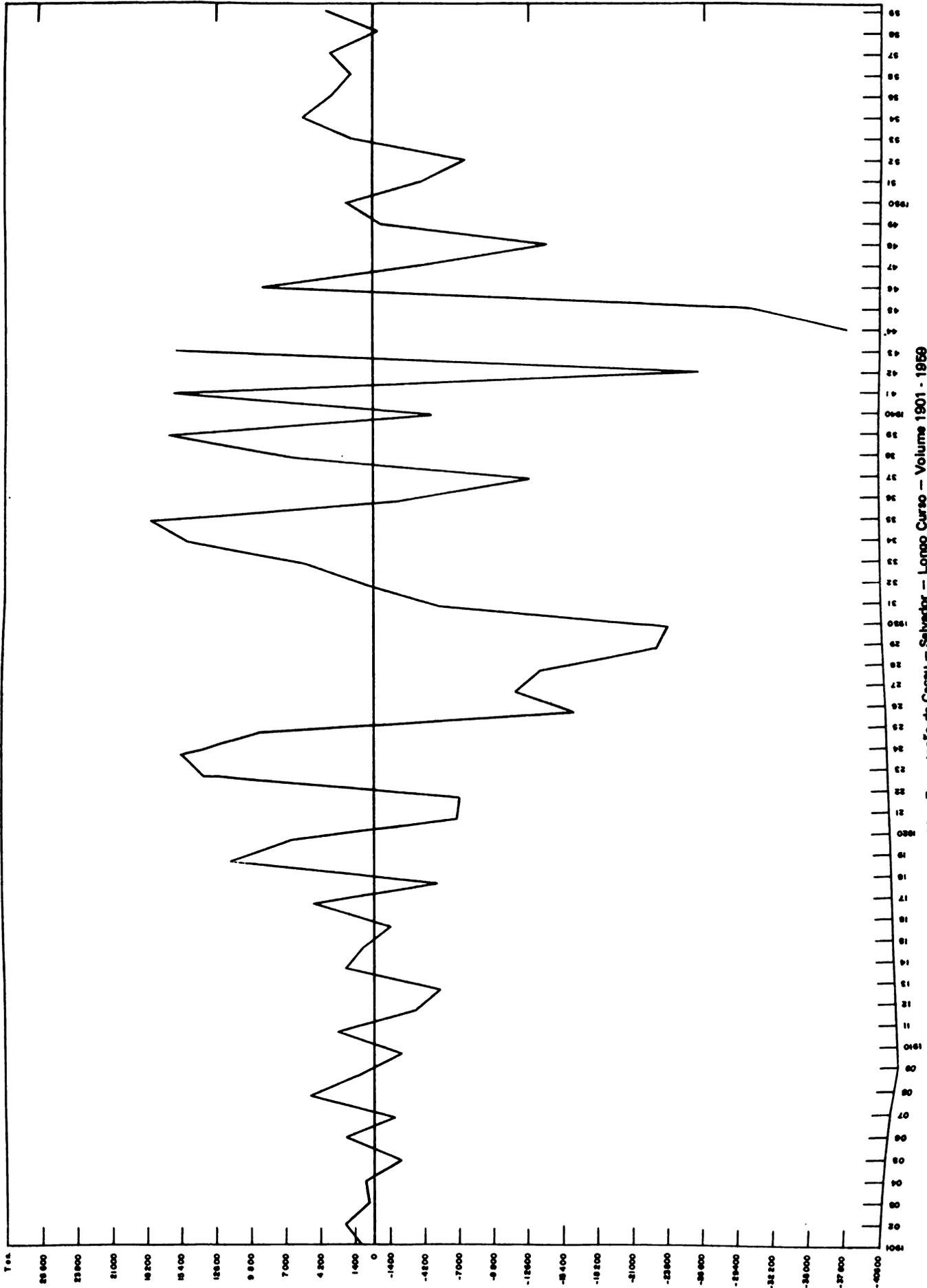


Gráfico 11 Exportação de Cacao - Salvador - Longo Curso - Volume 1901 - 1969
Eliminada a tendência

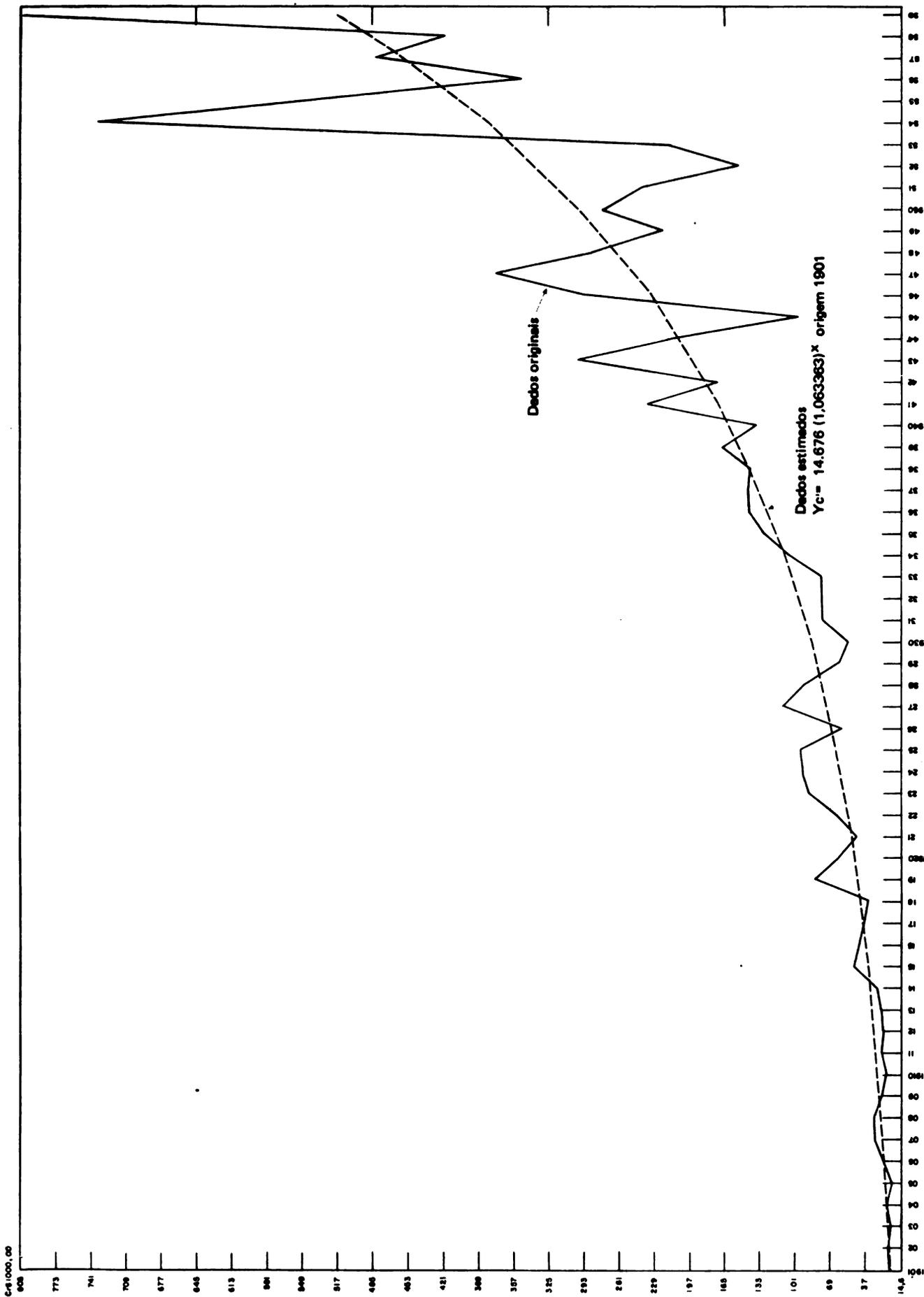


Gráfico 12 Exportação de Cacao – Salvador – Longo Curso – Valor

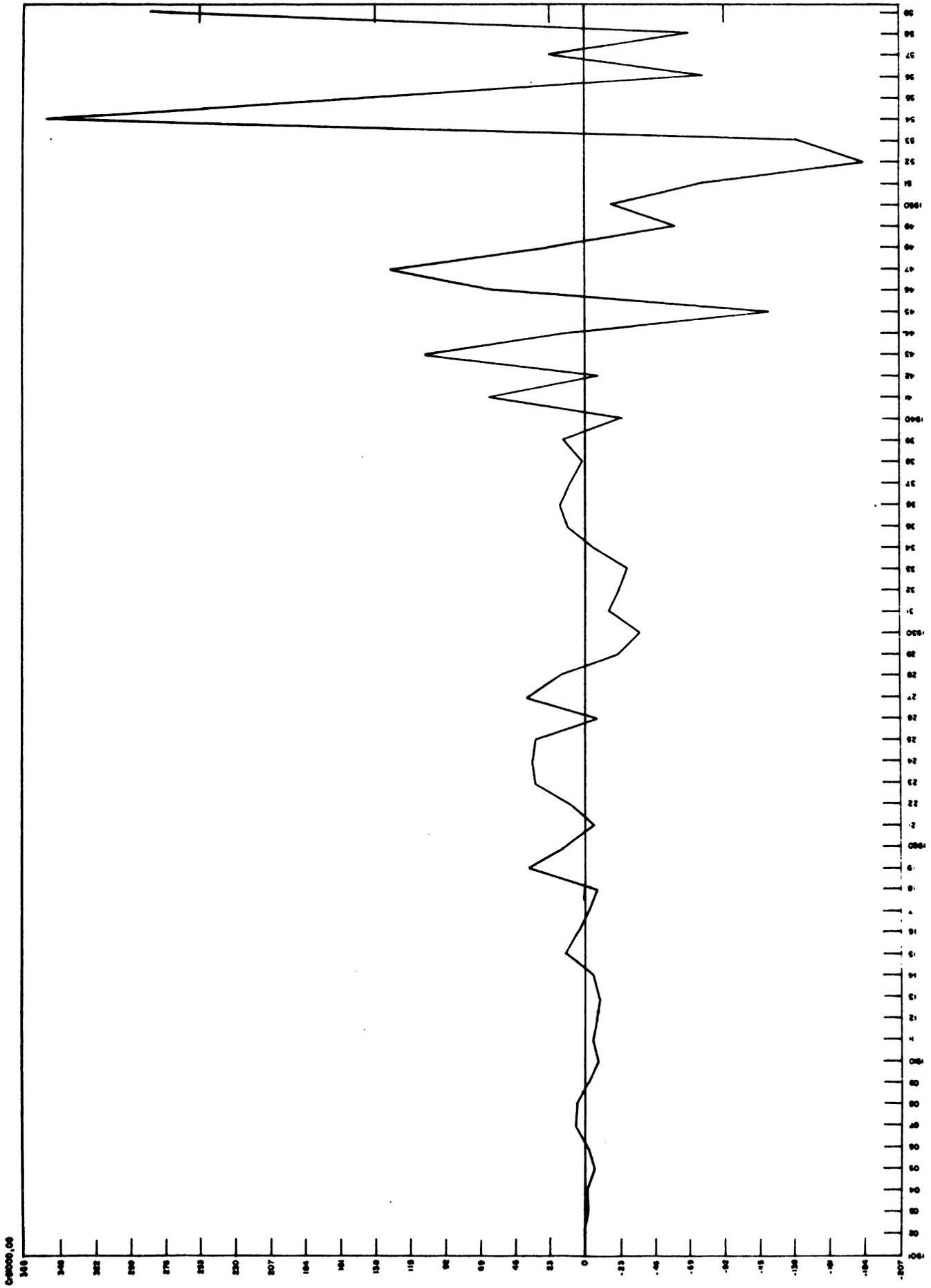


Gráfico 13 Exportação de Cacau - Salvador - Longo Curso - Volume 1901-1969
Eliminada a tendência

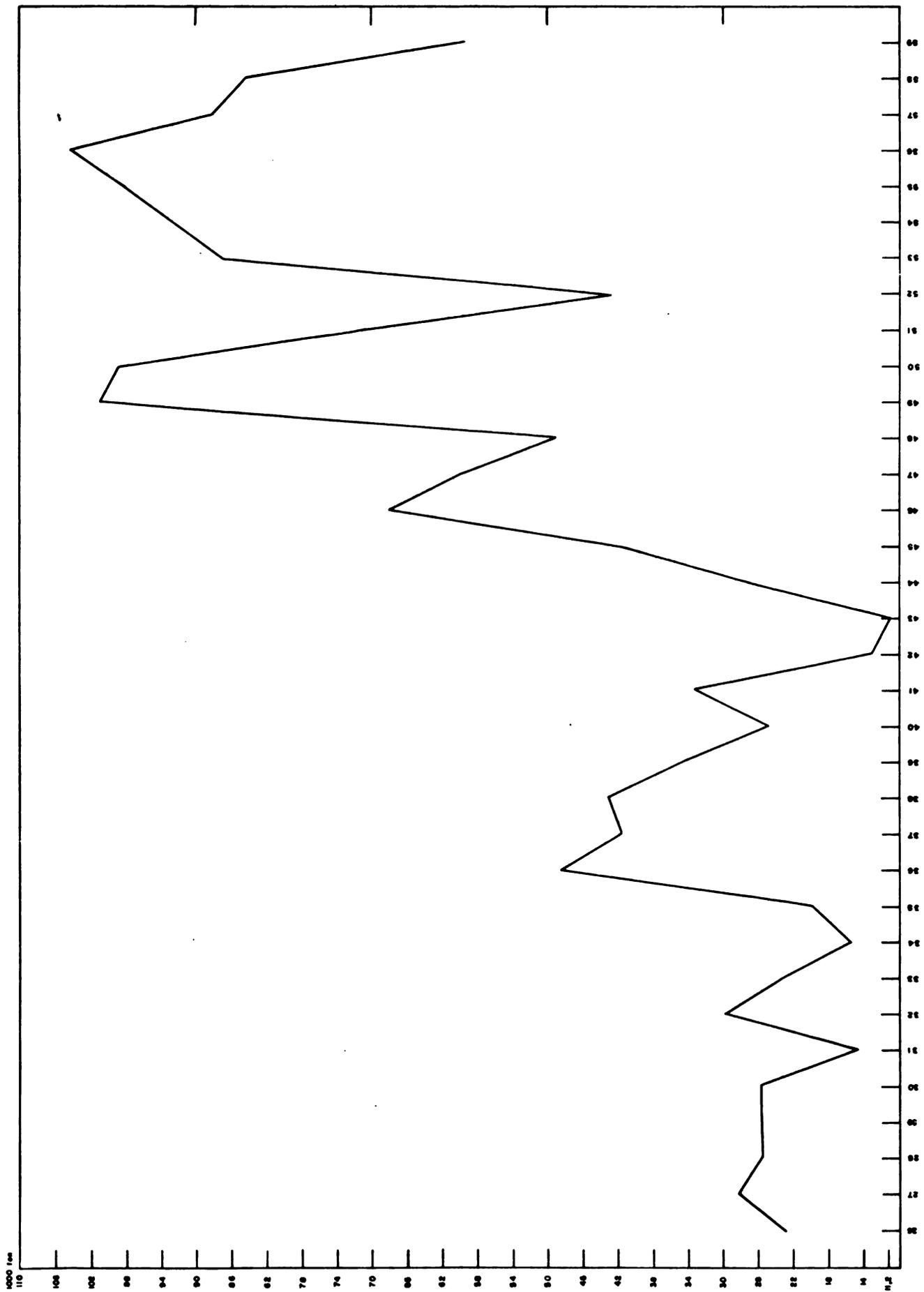


Gráfico 14 Exportação de Cecau - Porto de Ilhéus - Longo Curso - Volume 1926 - 1969

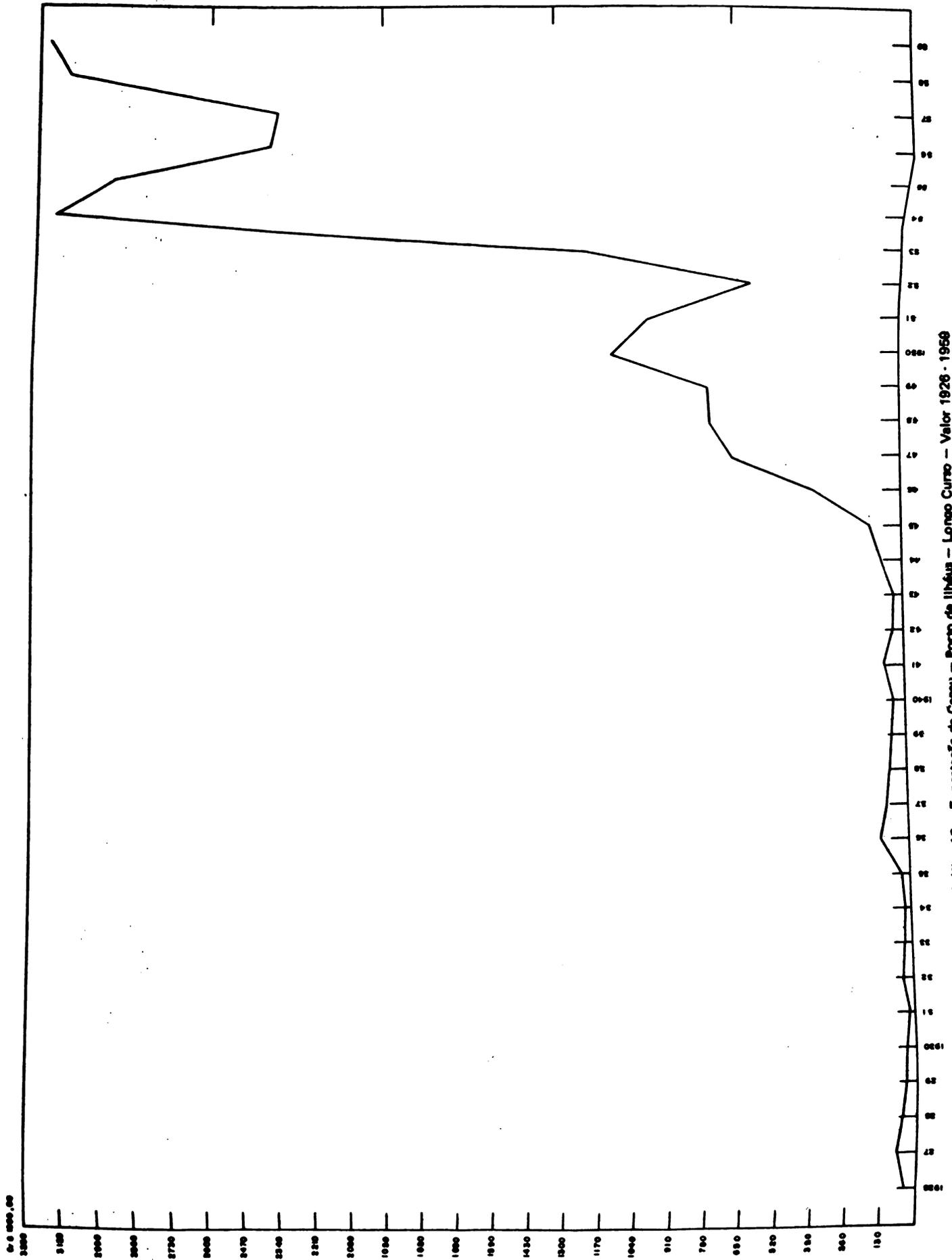


Gráfico 15 Exportação de Cacao - Porto de Ilhéus - Longo Curso - Valor 1926 - 1956

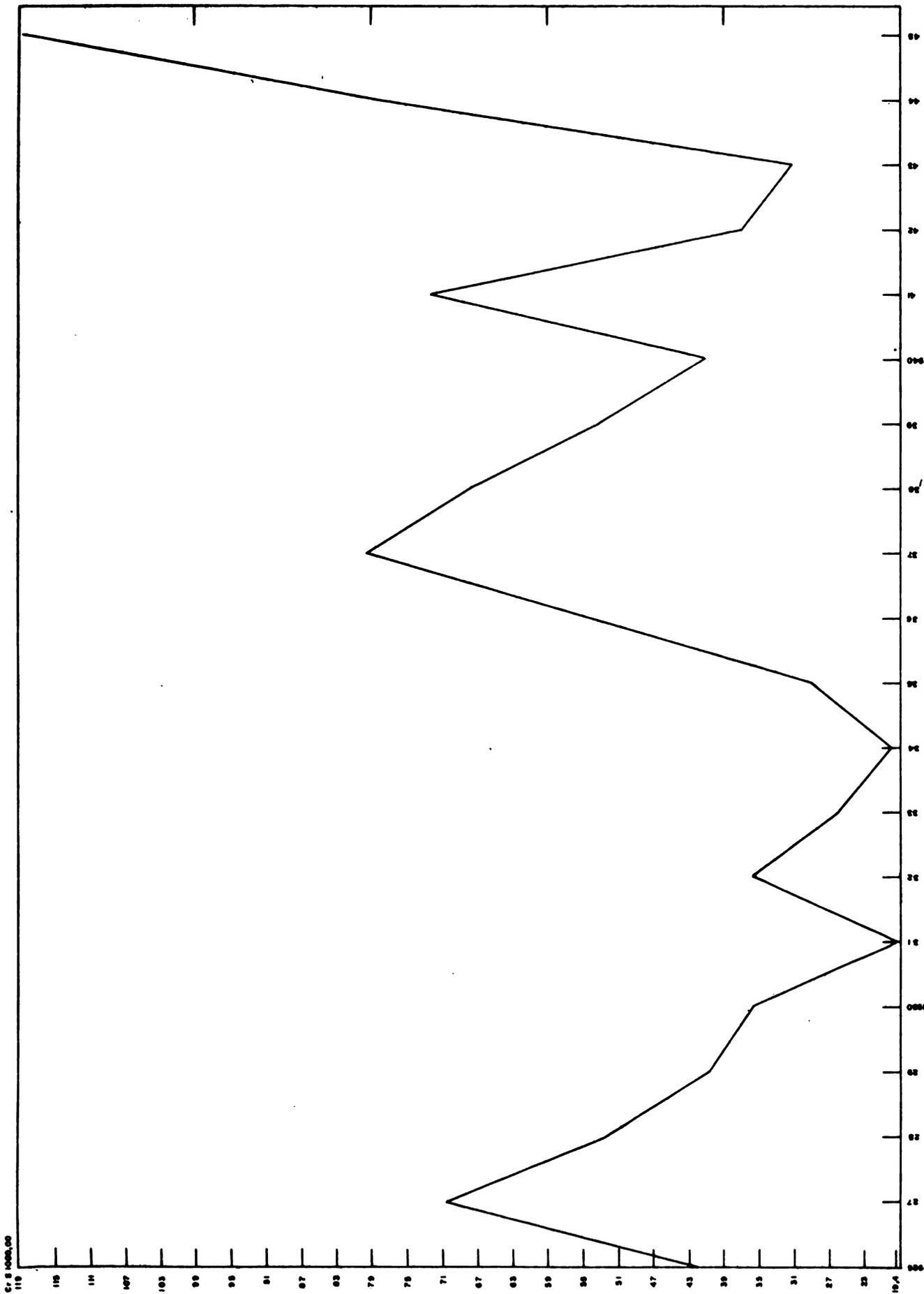


Gráfico 16 Exportação de Cecau -- Porto de Ilhéus -- Longo Curso -- Valor 1920 - 1946

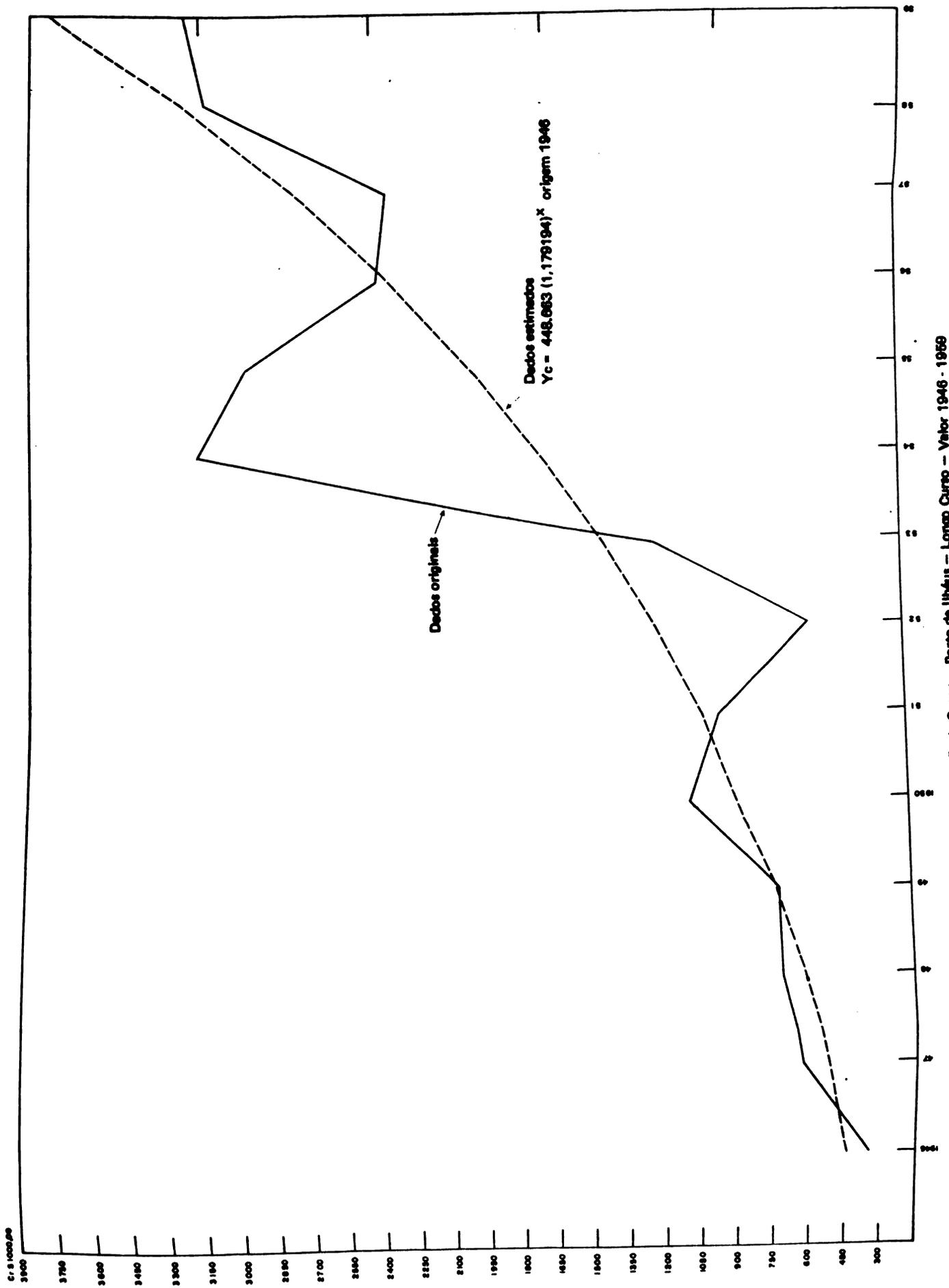


Gráfico 17 Exportação de Cacau - Porto de Ilhéus - Longo Curso - Valor 1946 - 1959

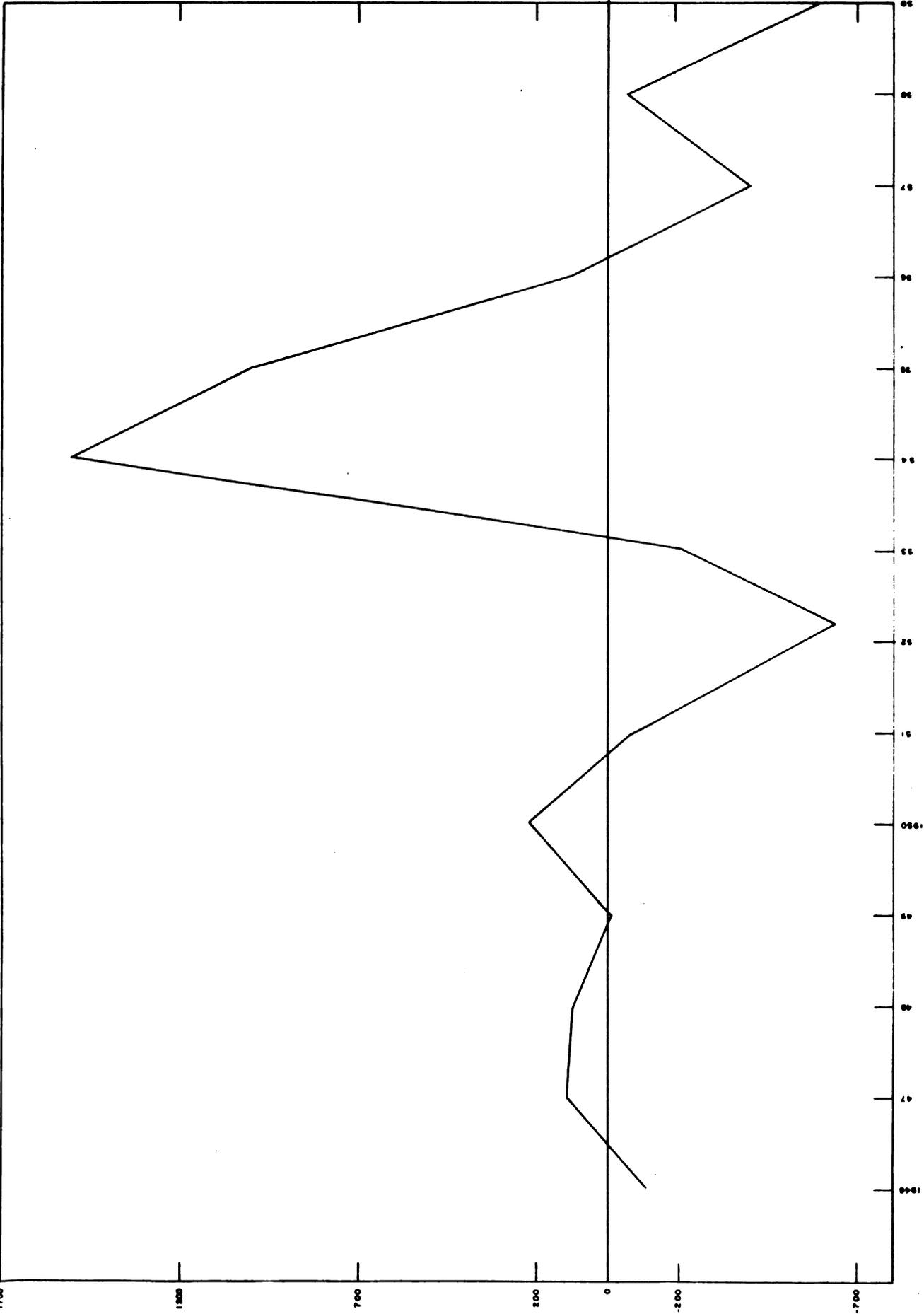


Gráfico 18 Exportação de Cacaú - Porto de Ilhéus - Longo Curso
Valor 1946 - 1969 Eliminada a tendência

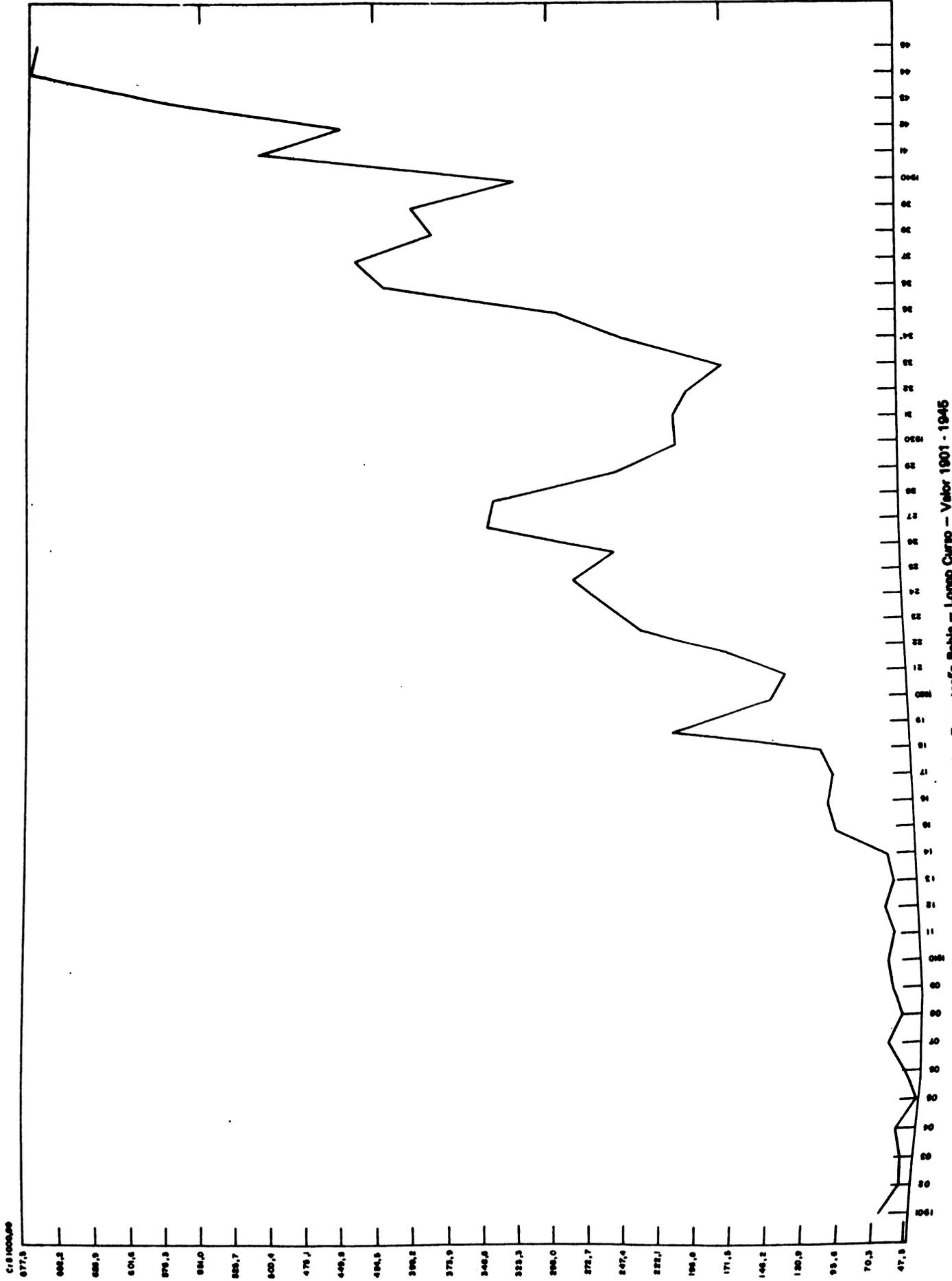


Gráfico 19 Exportação Bahia - Longo Curso - Valor 1901 - 1945

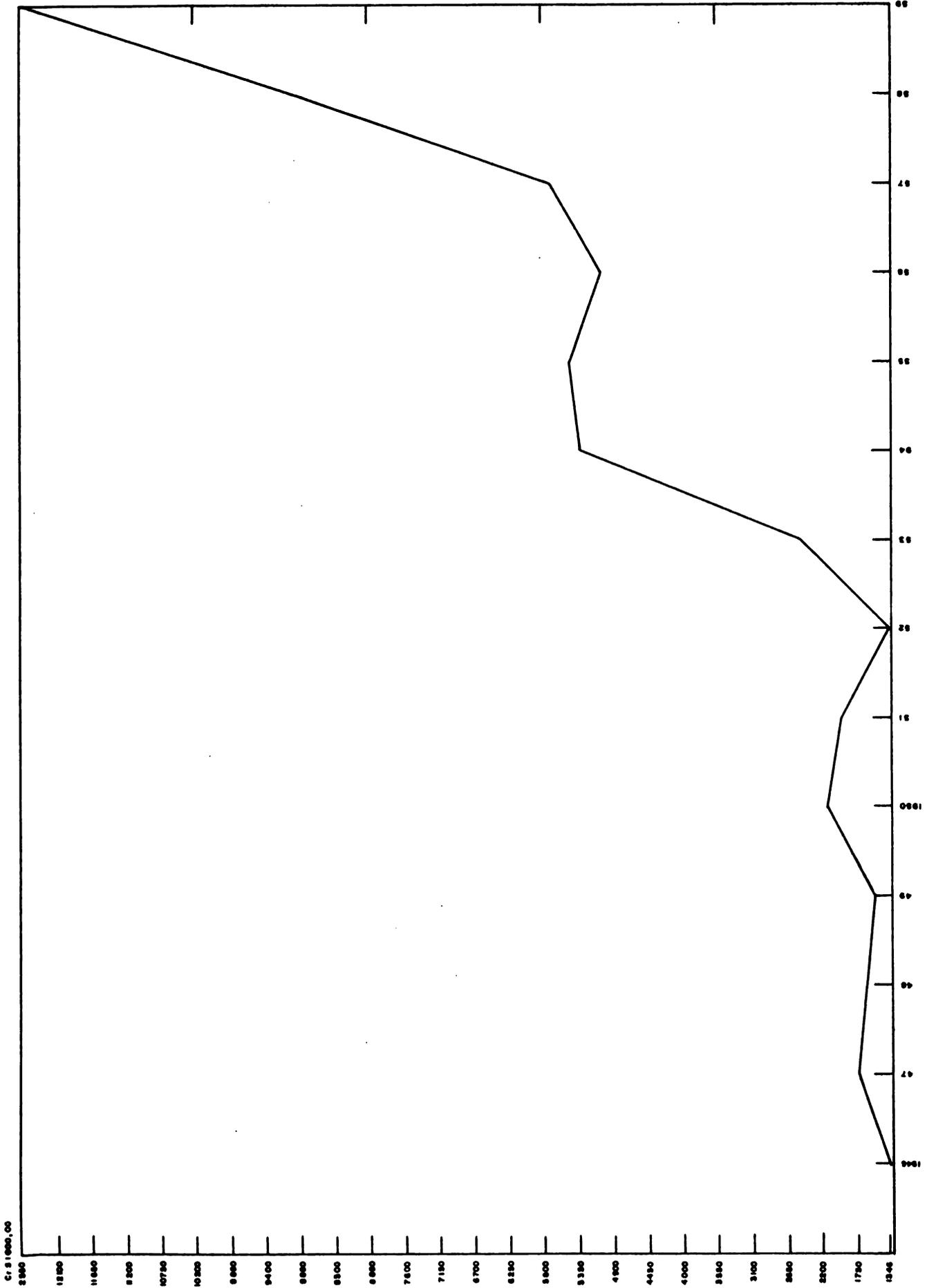


Gráfico 20 Exportação Bahia - Longo Curso - Valor 1946 - 1969

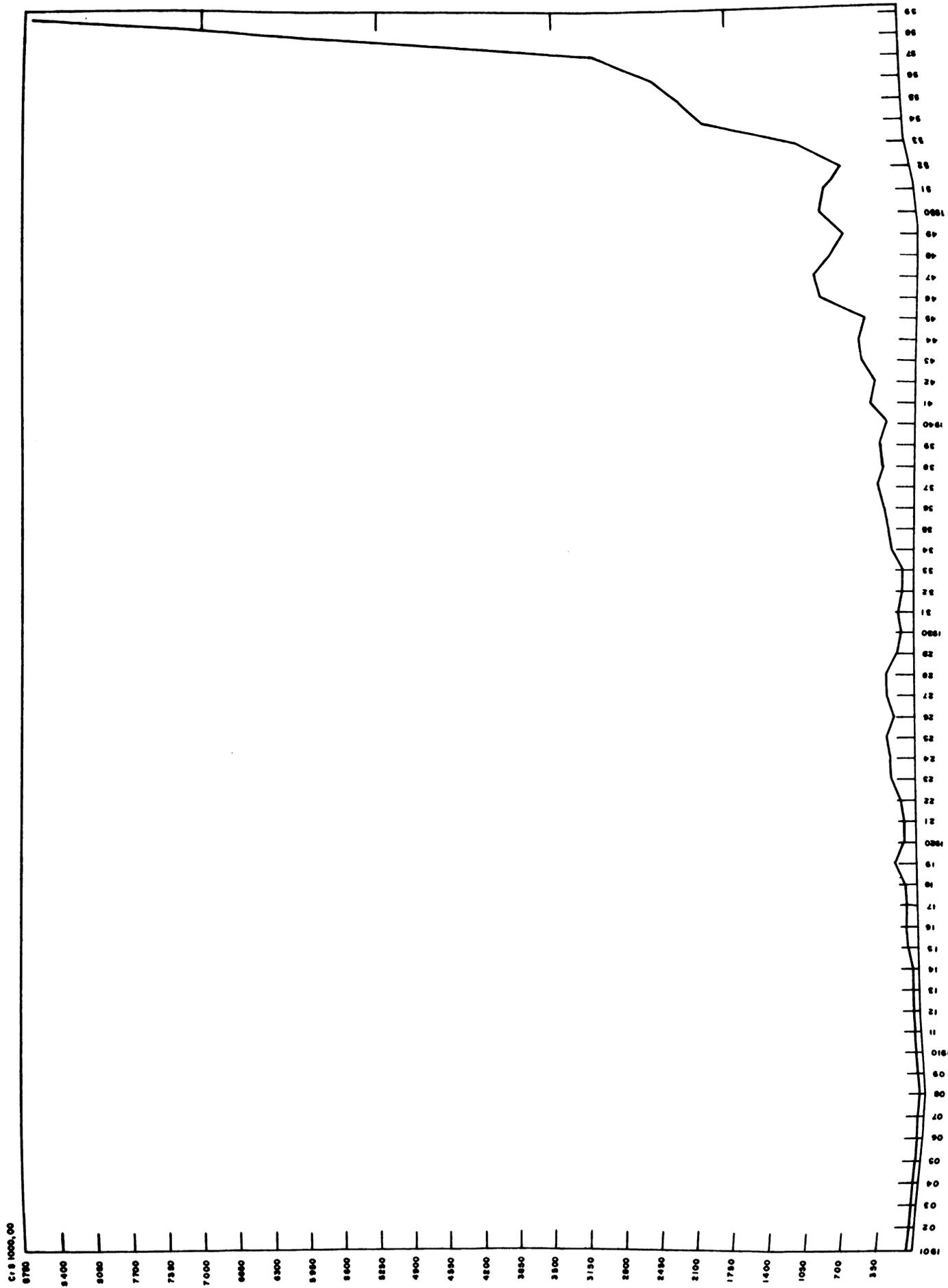


Gráfico 21 Exportação Salvador - Longo Curso - Valor 1901 - 1969

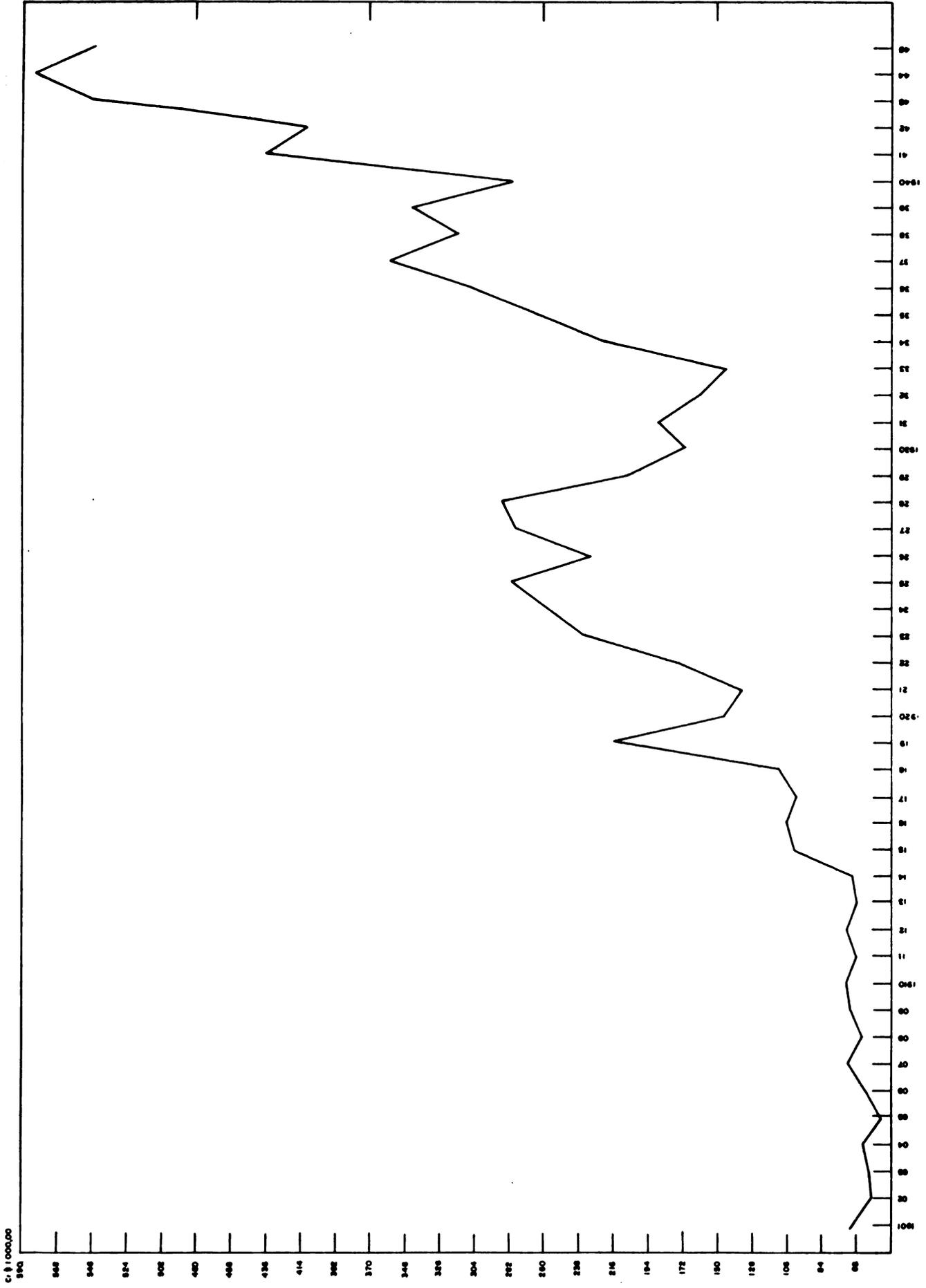


Gráfico 22 Exportação Salvador - Longo Curso - Valor 1901 - 1945

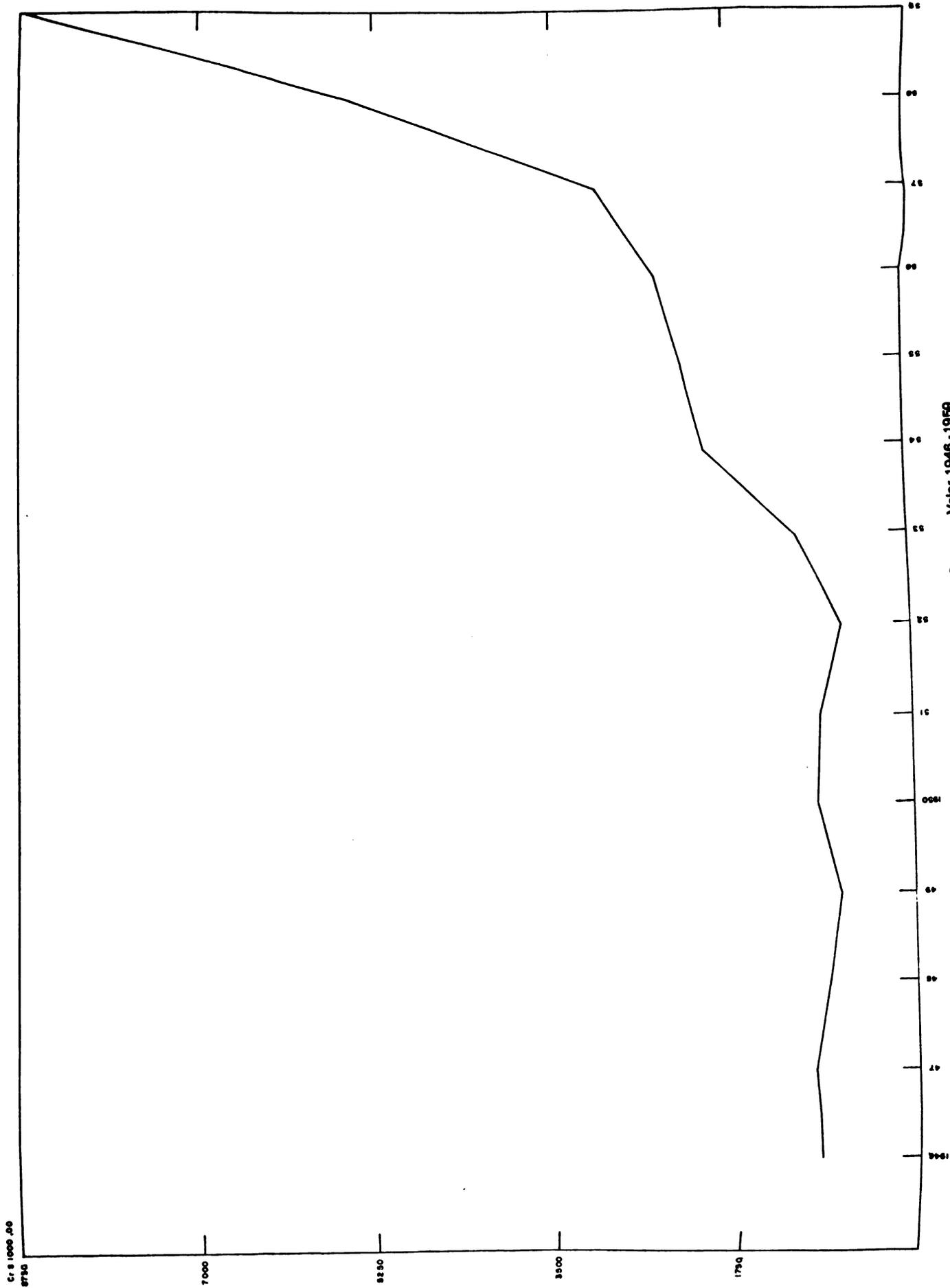


Gráfico 23 Exportação Salvador - Longo Curso - Valor 1946 - 1959

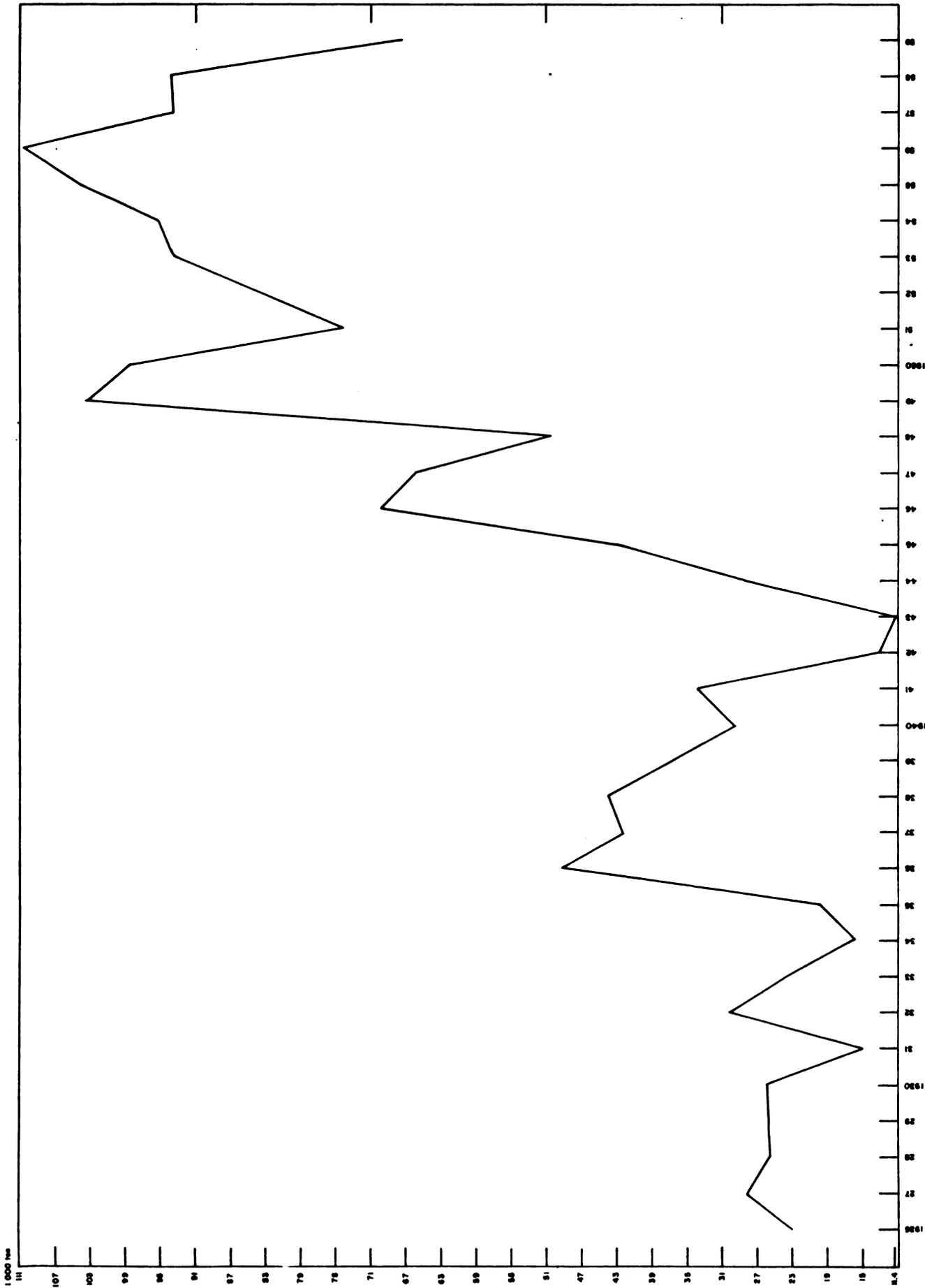


Gráfico 24 Exportação Porto de Ilheus - Longo Curso - Volume 1926 - 1969

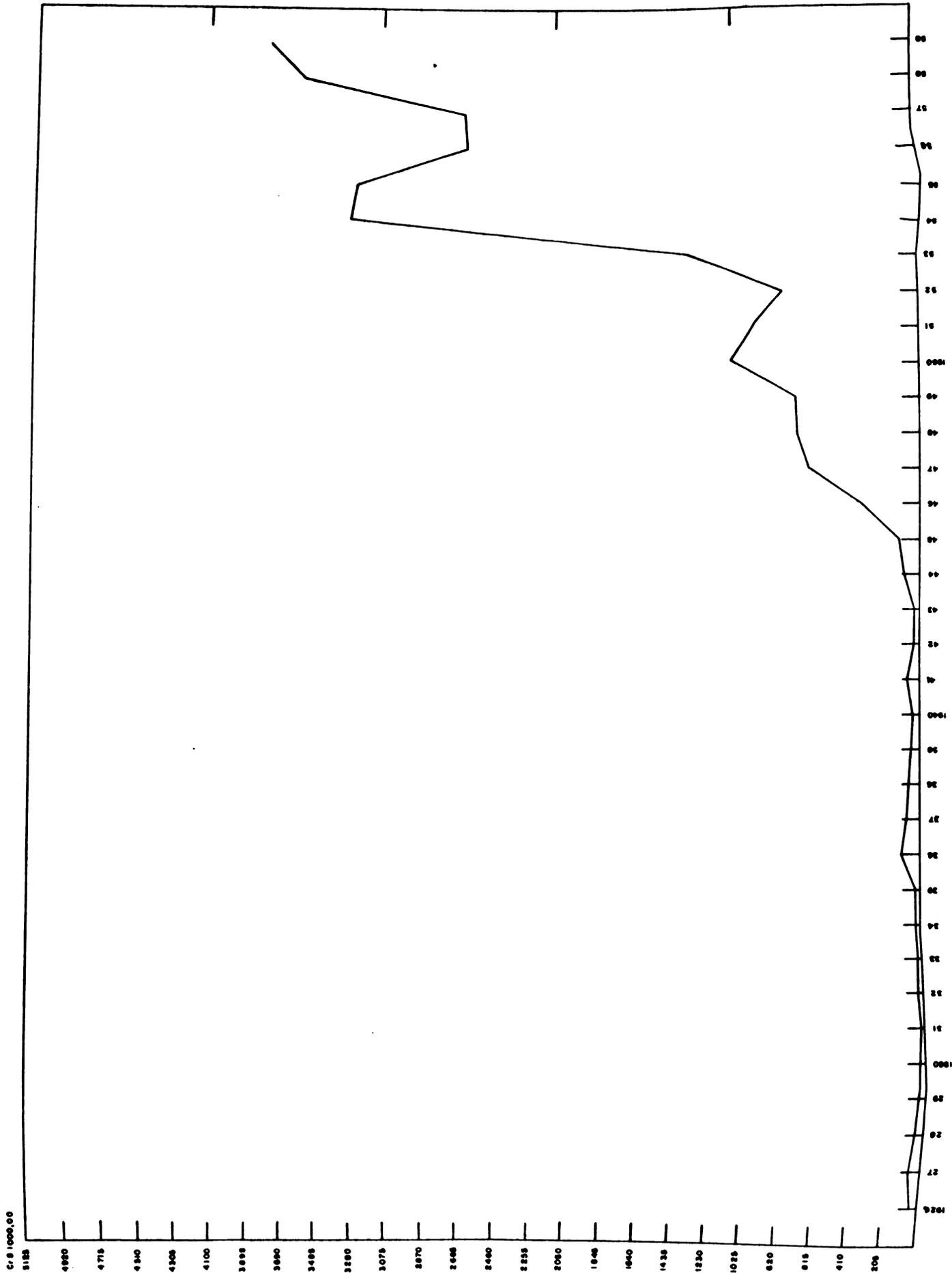


Gráfico 26 Exportação Porto de Ilhéus - Longo Curso - Valor 1926 - 1969

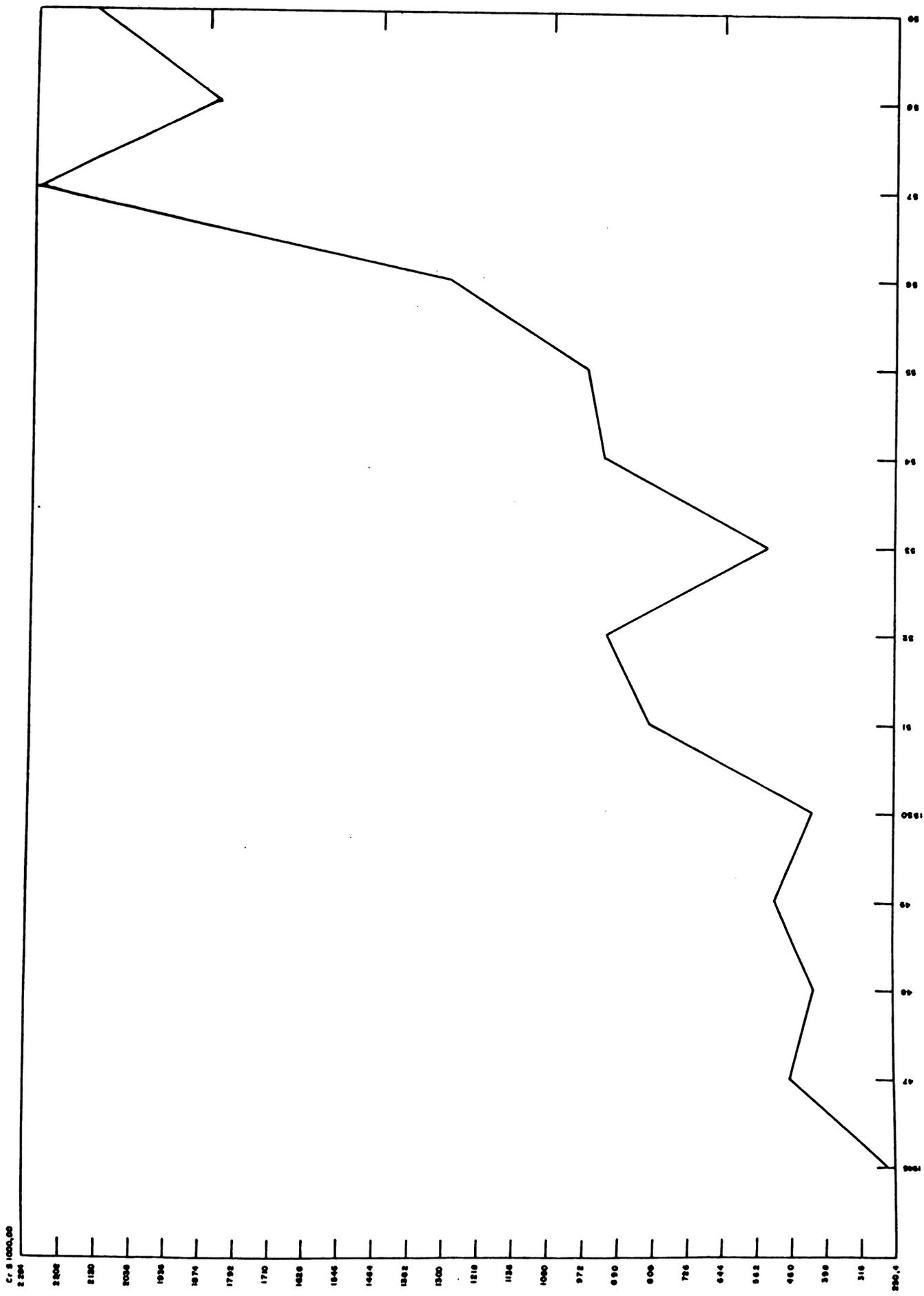


Gráfico 27 Importação Bahia - Longo Curso - Valor 1946 - 1969

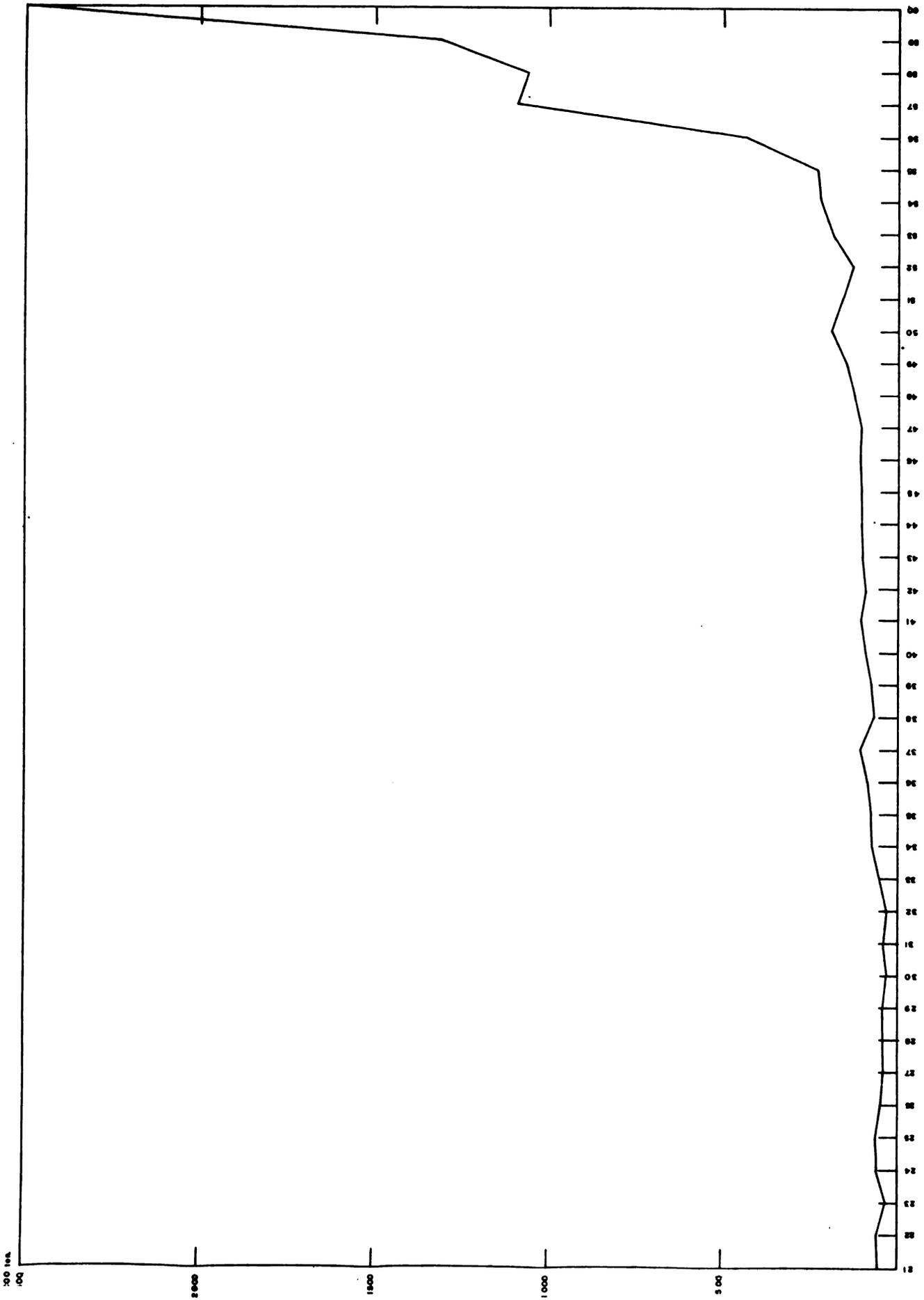


Gráfico 28 Exportação Cabotagem - Bahia - Volume 1921 - 1960

10000 Esc.
200

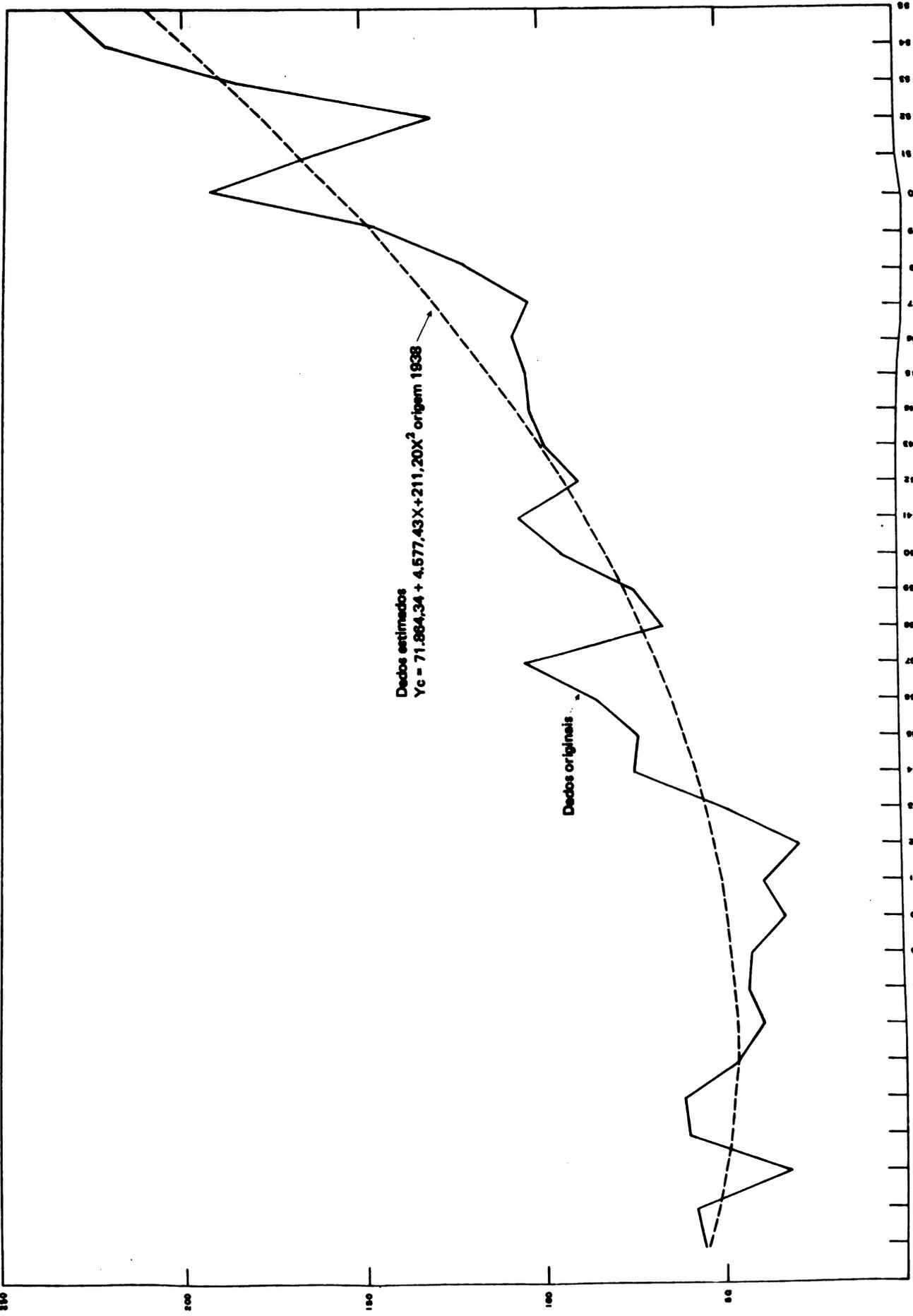


Gráfico 29 Exportação Cabotagem - Bahia - Volume 1921 - 1955

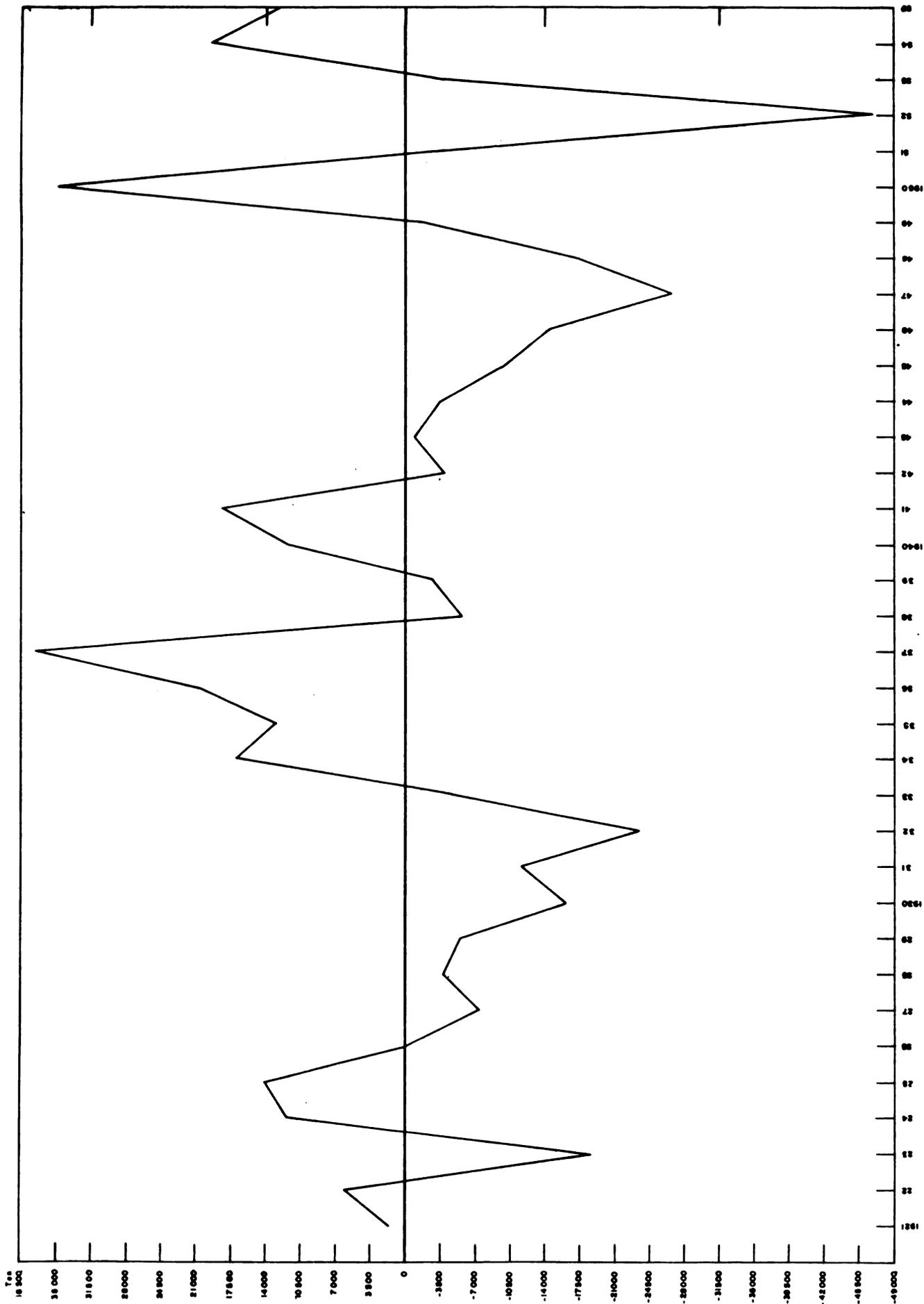


Gráfico 30 Exportação Cabotagem - Bahia - 1921 - 1955
Eliminada a tendência (Y-Yc)

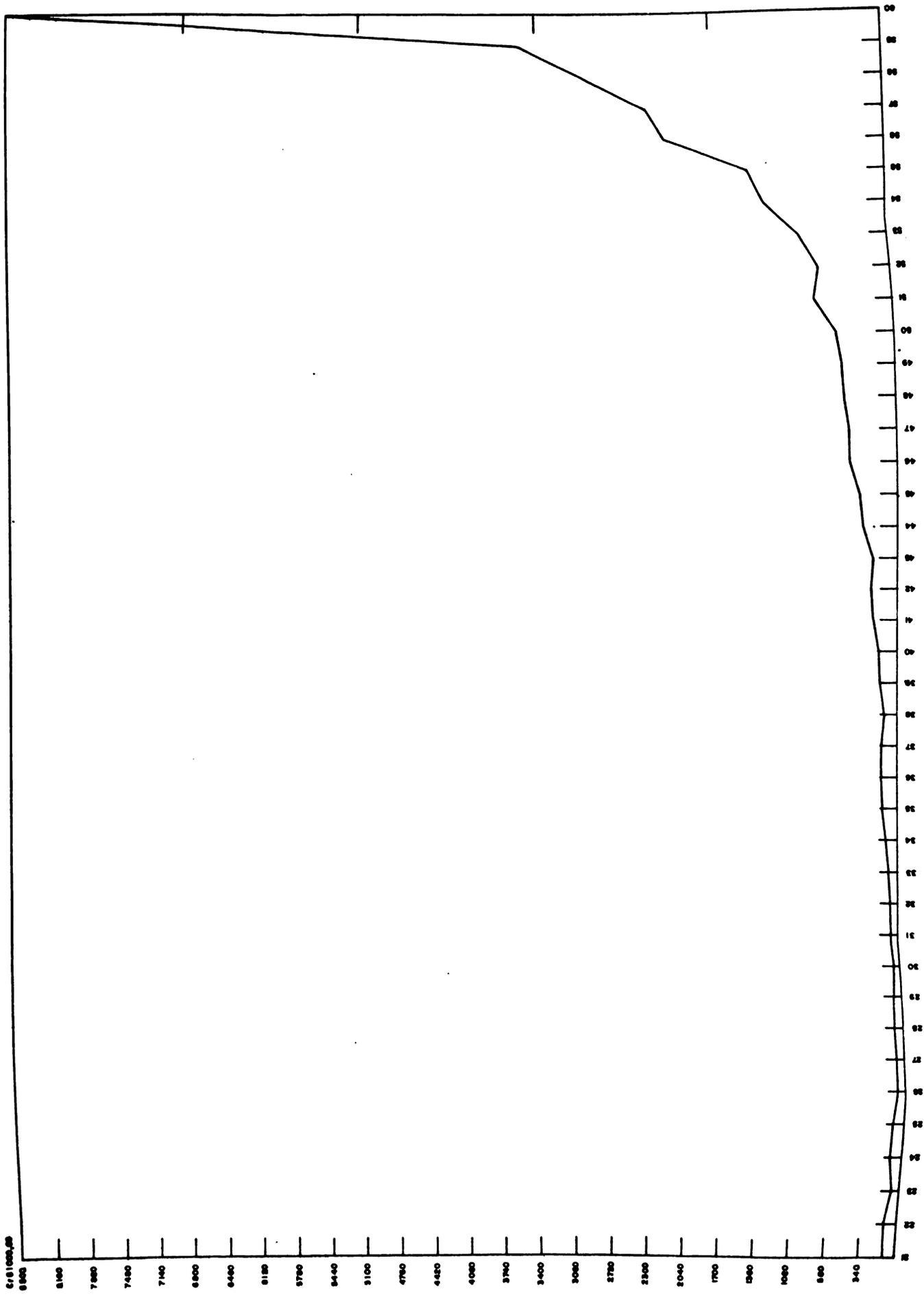


Gráfico 31 Exportação Cabotagem — Bahia — Valor 1921 - 1960

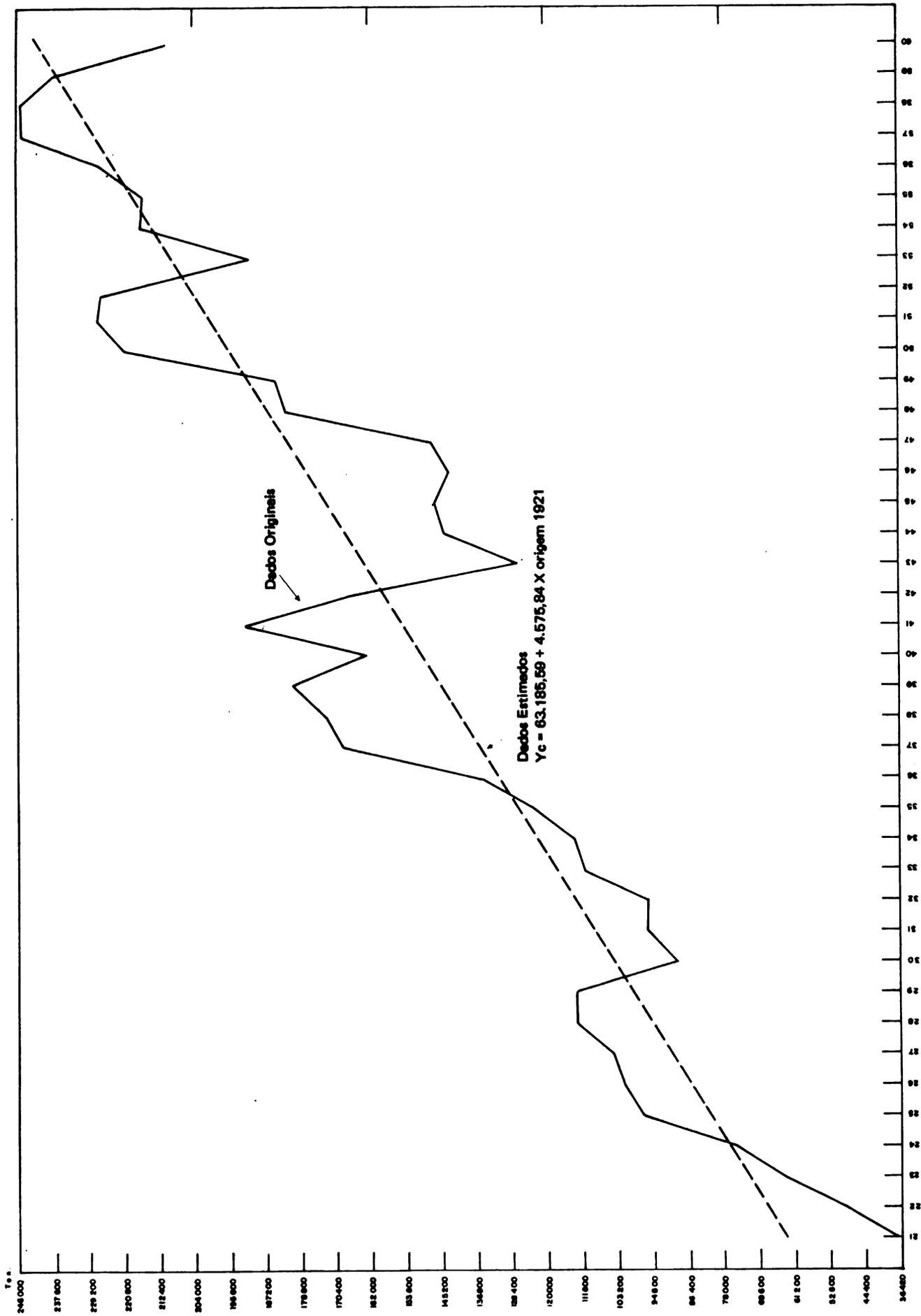


Gráfico 32 Importação Cabotagem - Bahia - Volume

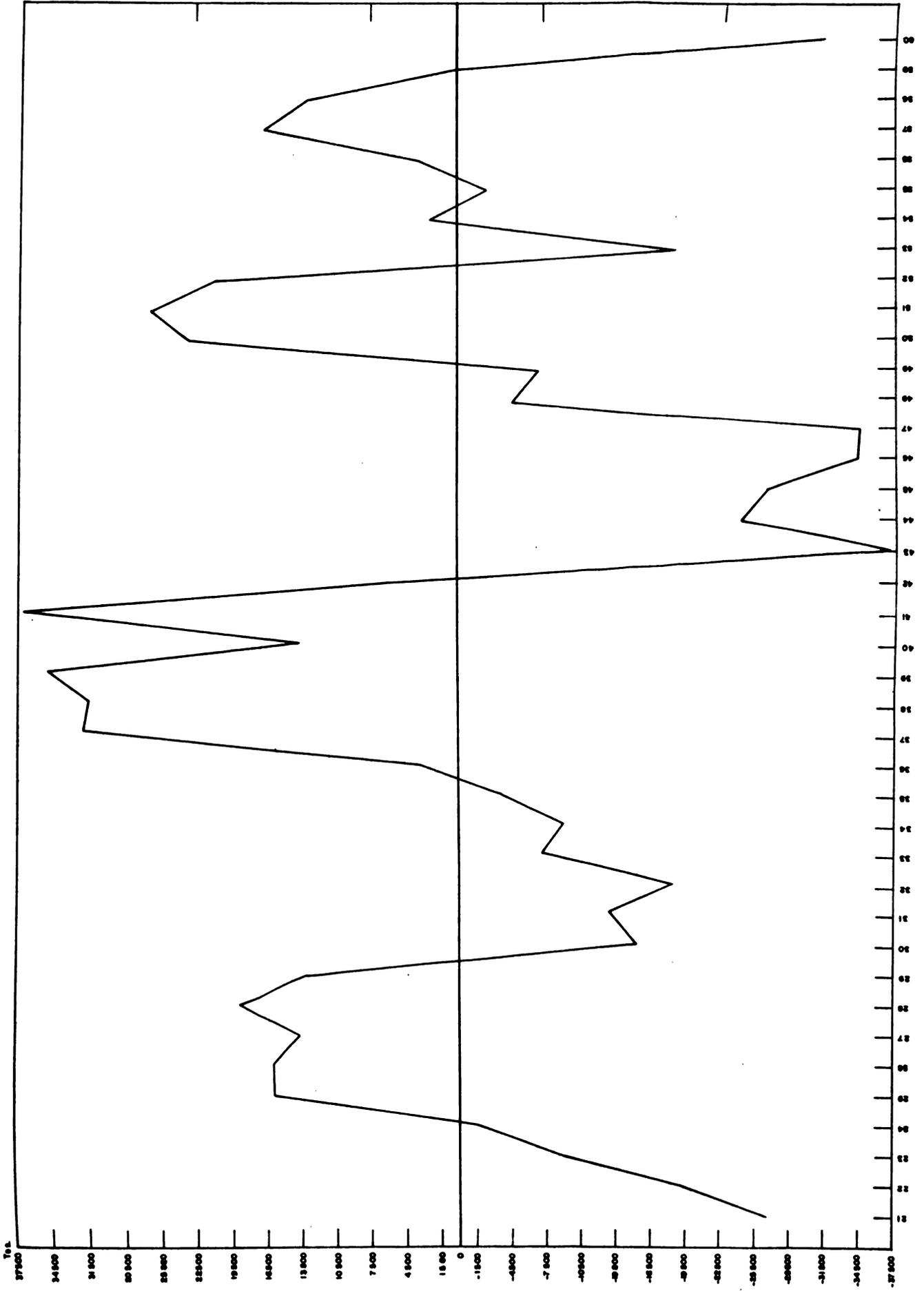


Gráfico 33 Importação Cabotagem - Bahia - Volume Eliminado e tendência

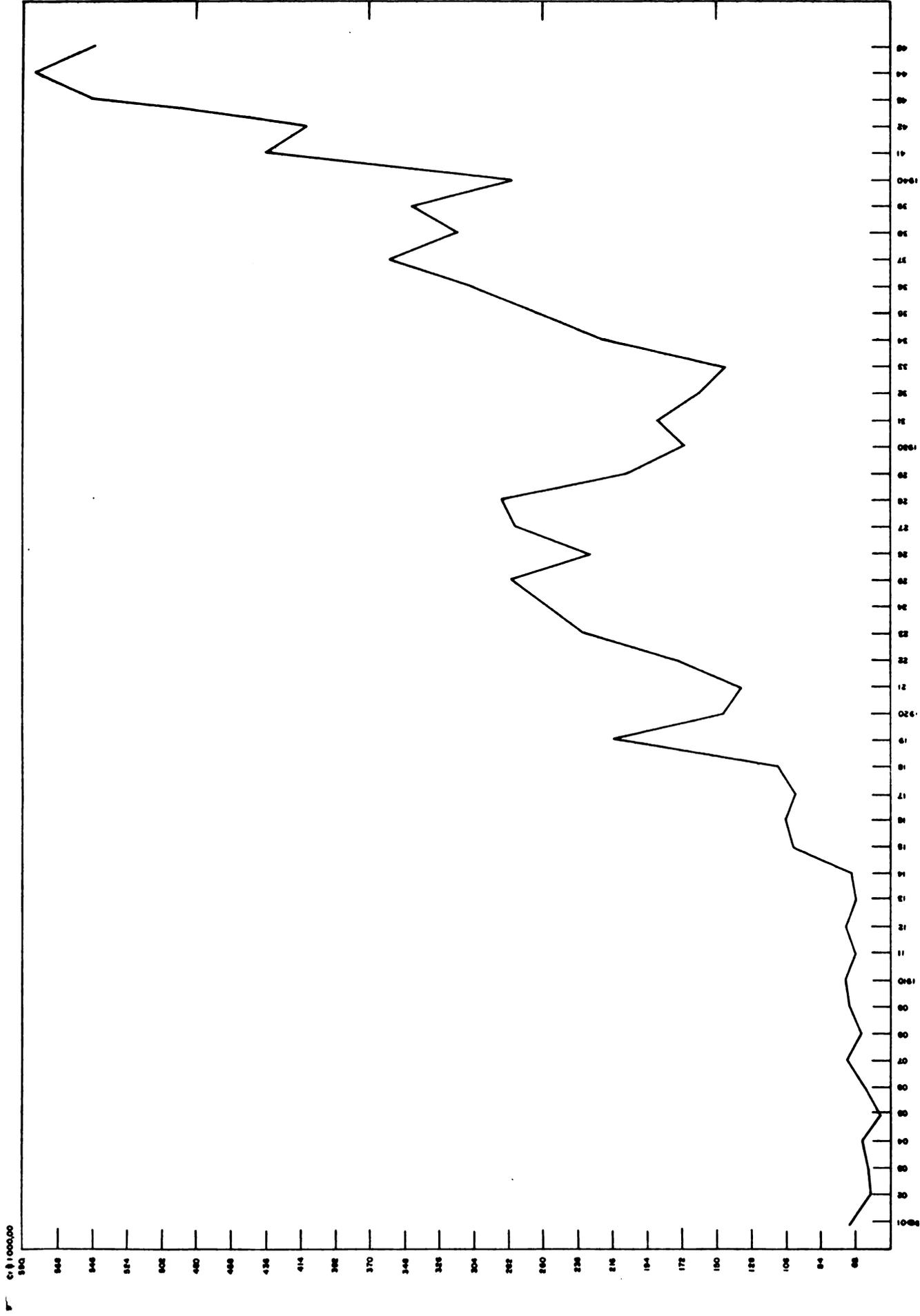


Gráfico 22 Exportação Salvador - Longo Curso - Valor 1901 - 1945

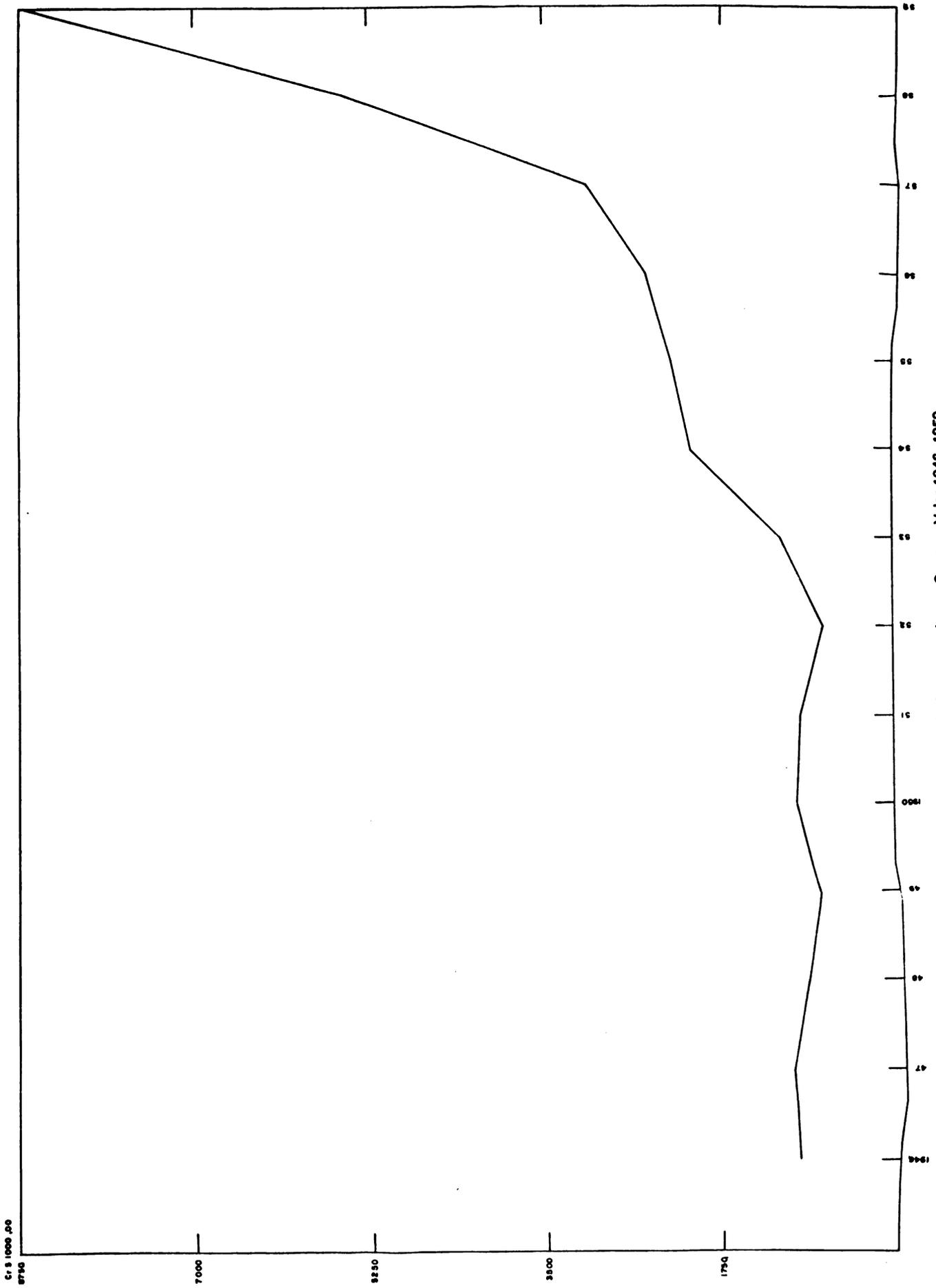


Gráfico 23 Exportação Salvador — Longo Curso — Valor 1946 - 1959

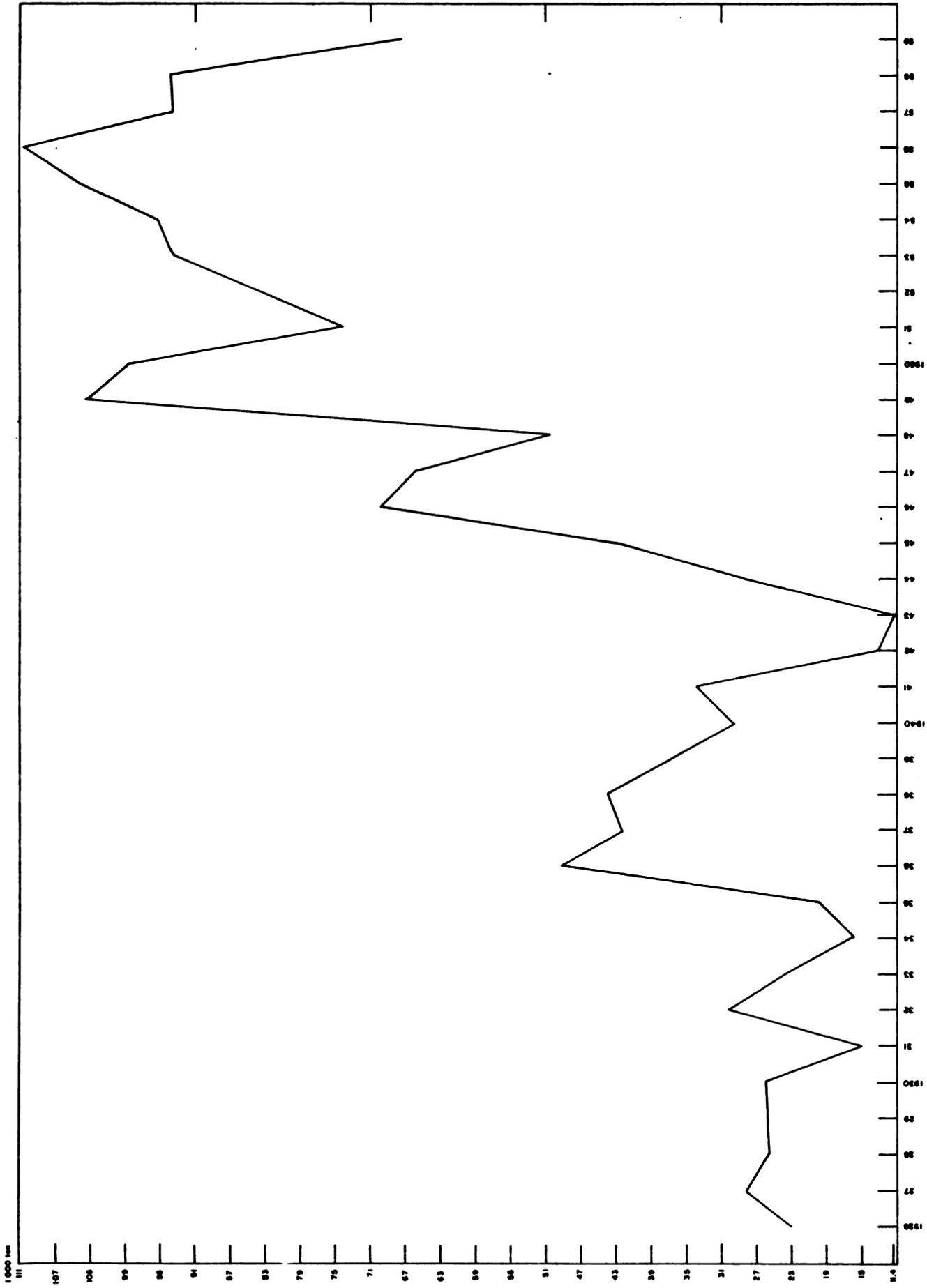


Gráfico 24 Exportação Porto de Ilhéus - Longo Curso - Volume 1926 - 1968

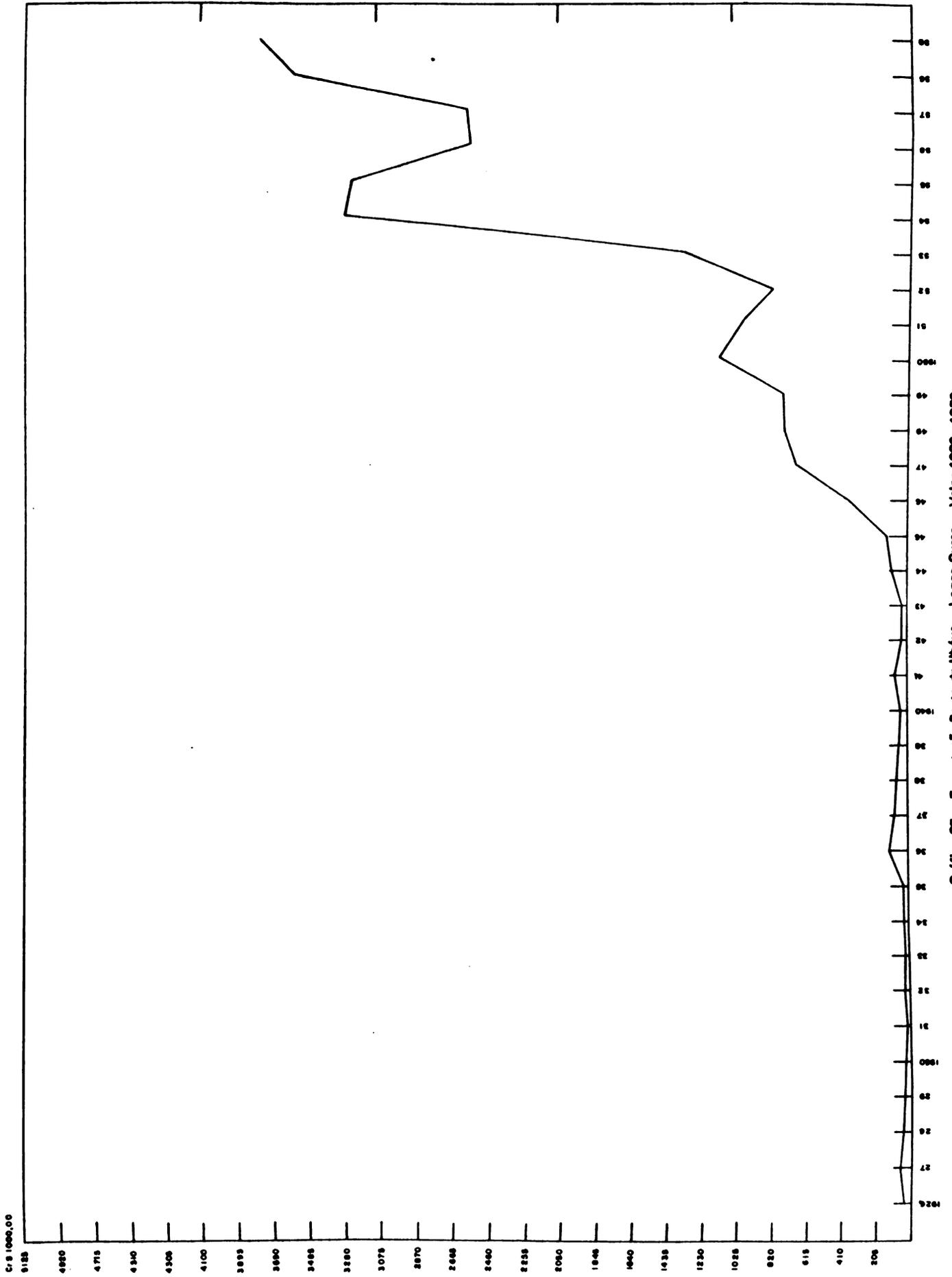
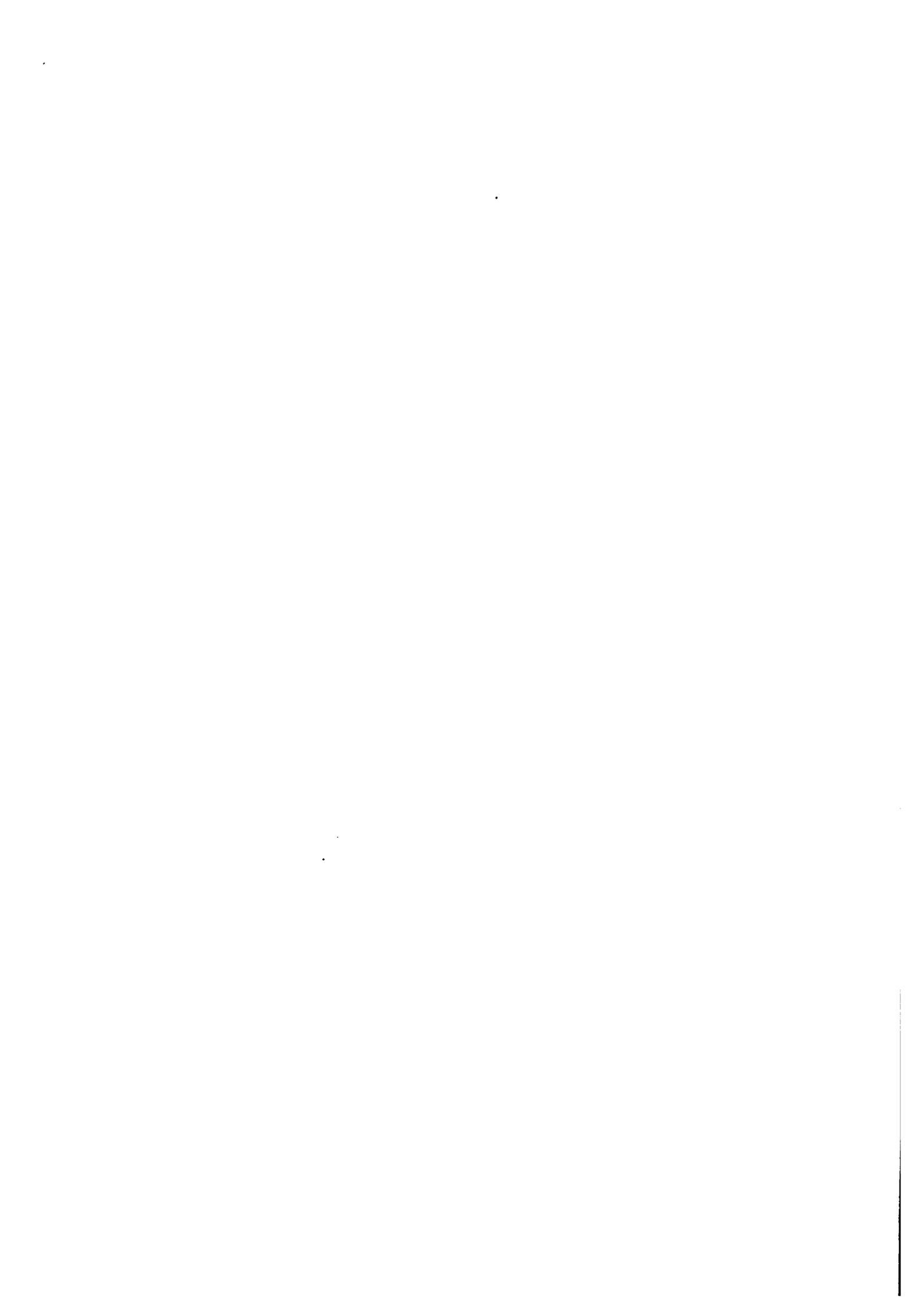


Gráfico 25 Exportação Ferro de Itabira - Longo Curso - Valor 1926 - 1969



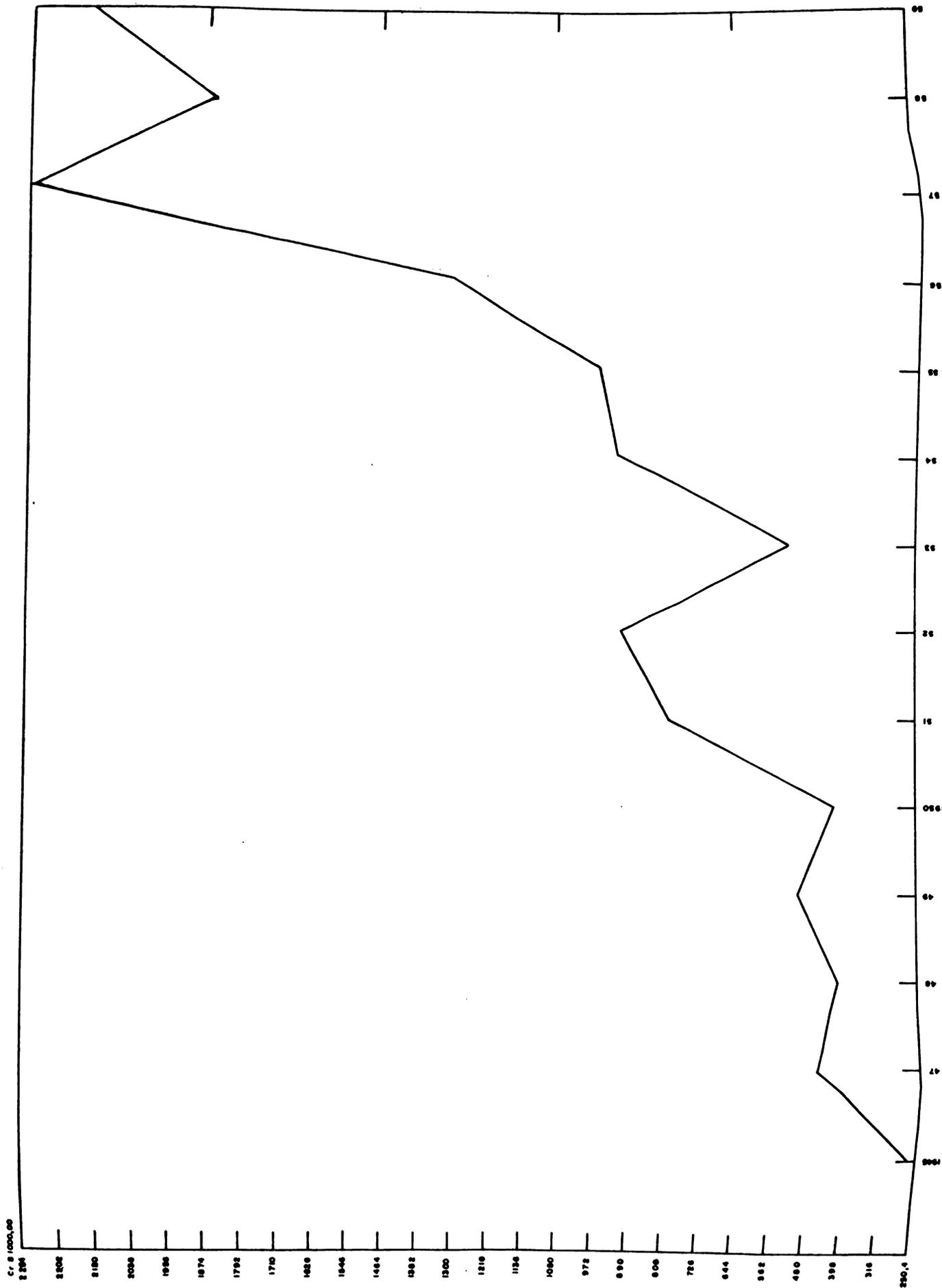


Gráfico 27 Importação Bahía - Longo Curso - Valor 1946 - 1969

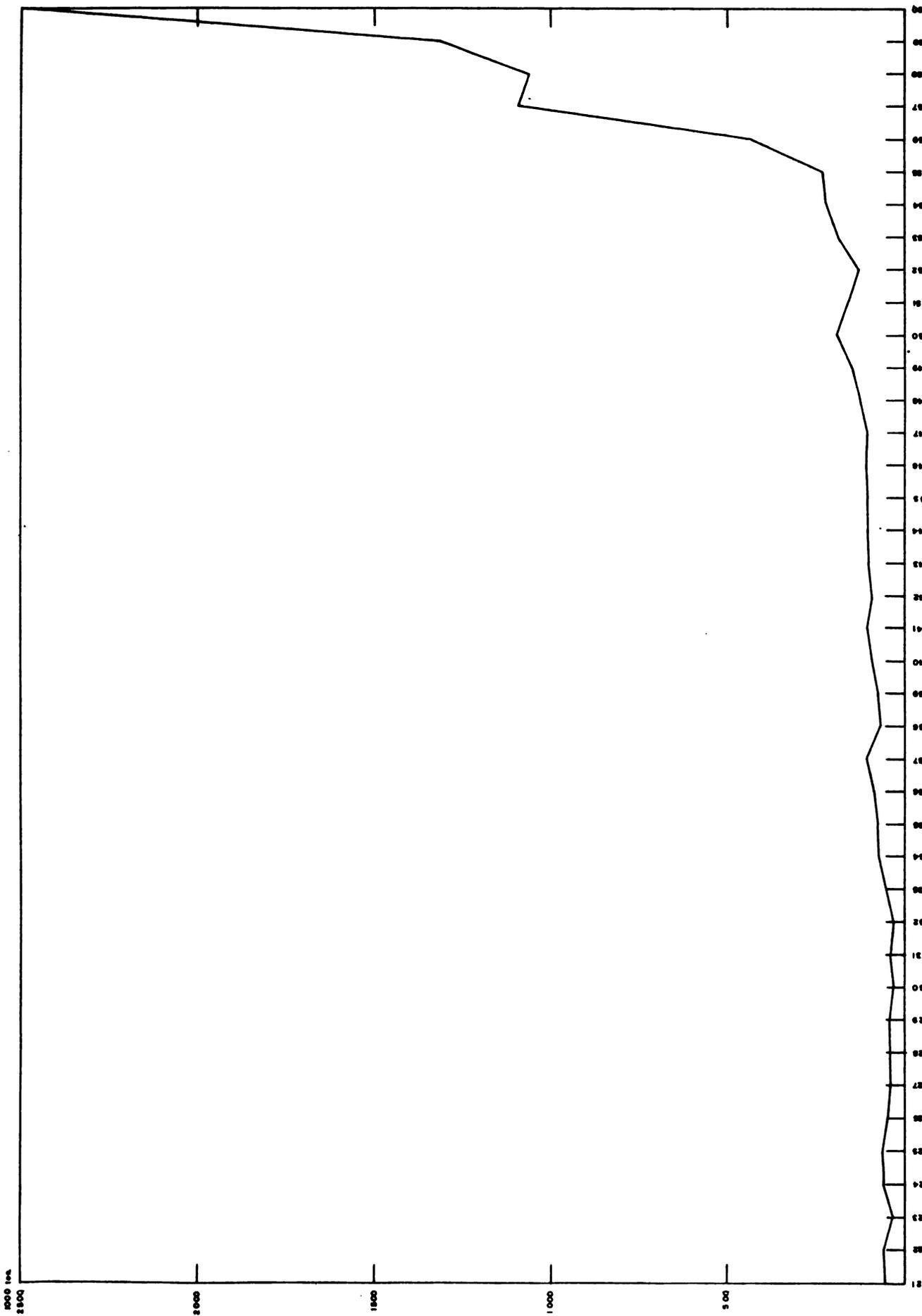


Gráfico 28 Exportação Cabotagem - Bahia - Volume 1921 - 1960

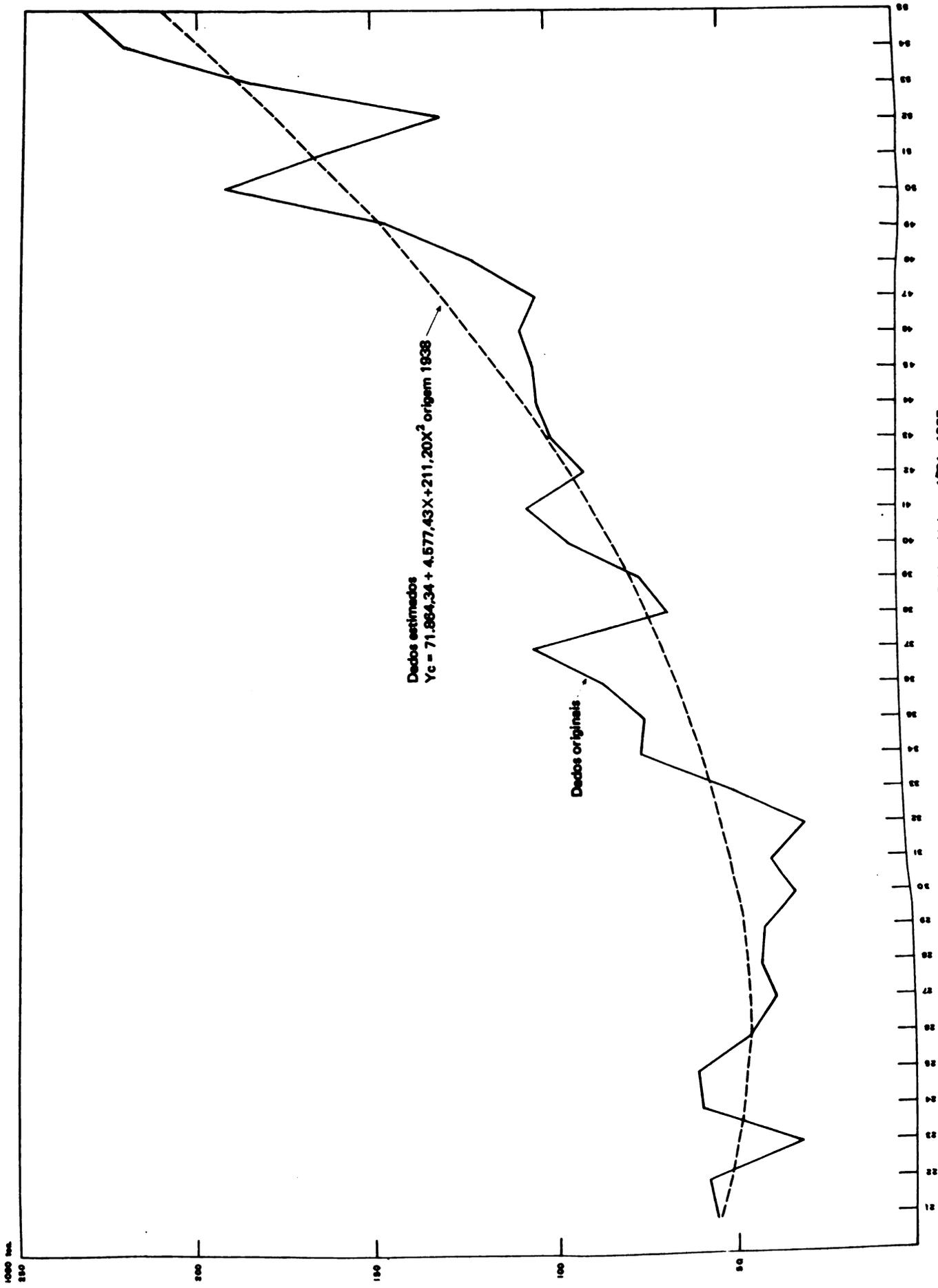


Gráfico 29 Exportação Cabotagem - Bahia - Volume 1921 - 1965

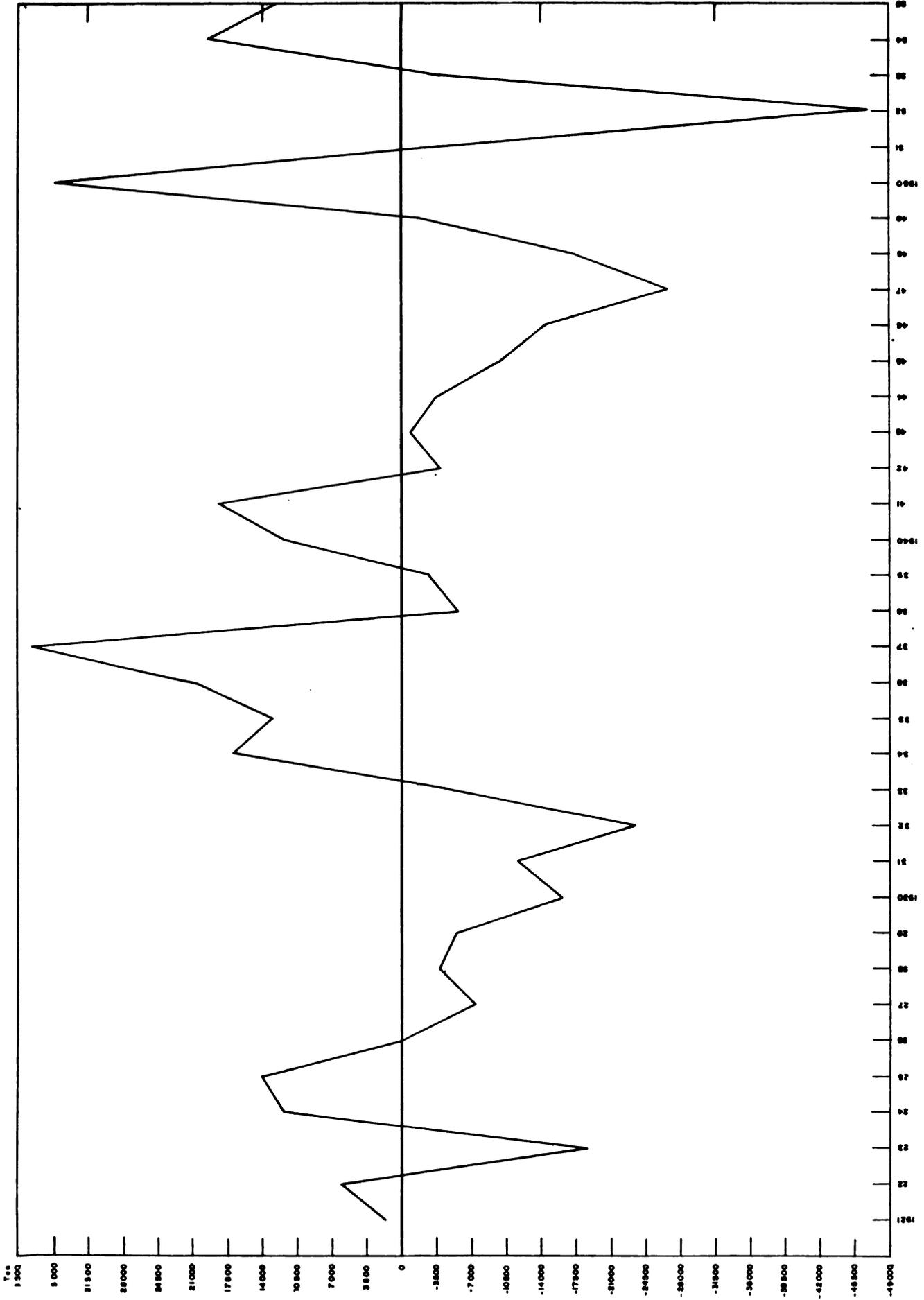


Gráfico 30 Exportação Cabotagem — Bahia — 1921 - 1955
Eliminada a tendência (Y-Yc)

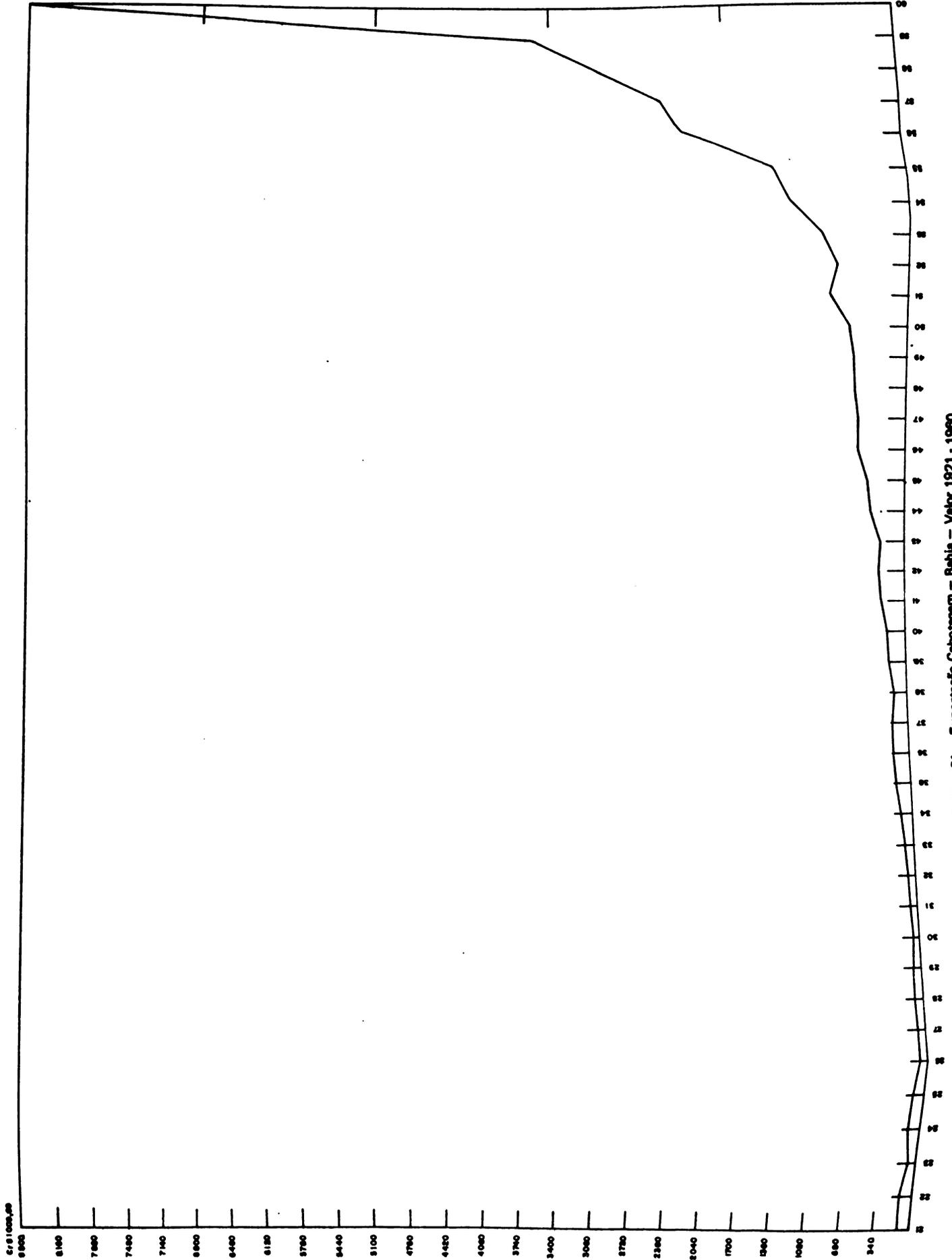


Gráfico 31 Exportação Cabotagem - Bahia - Valor 1921 - 1960

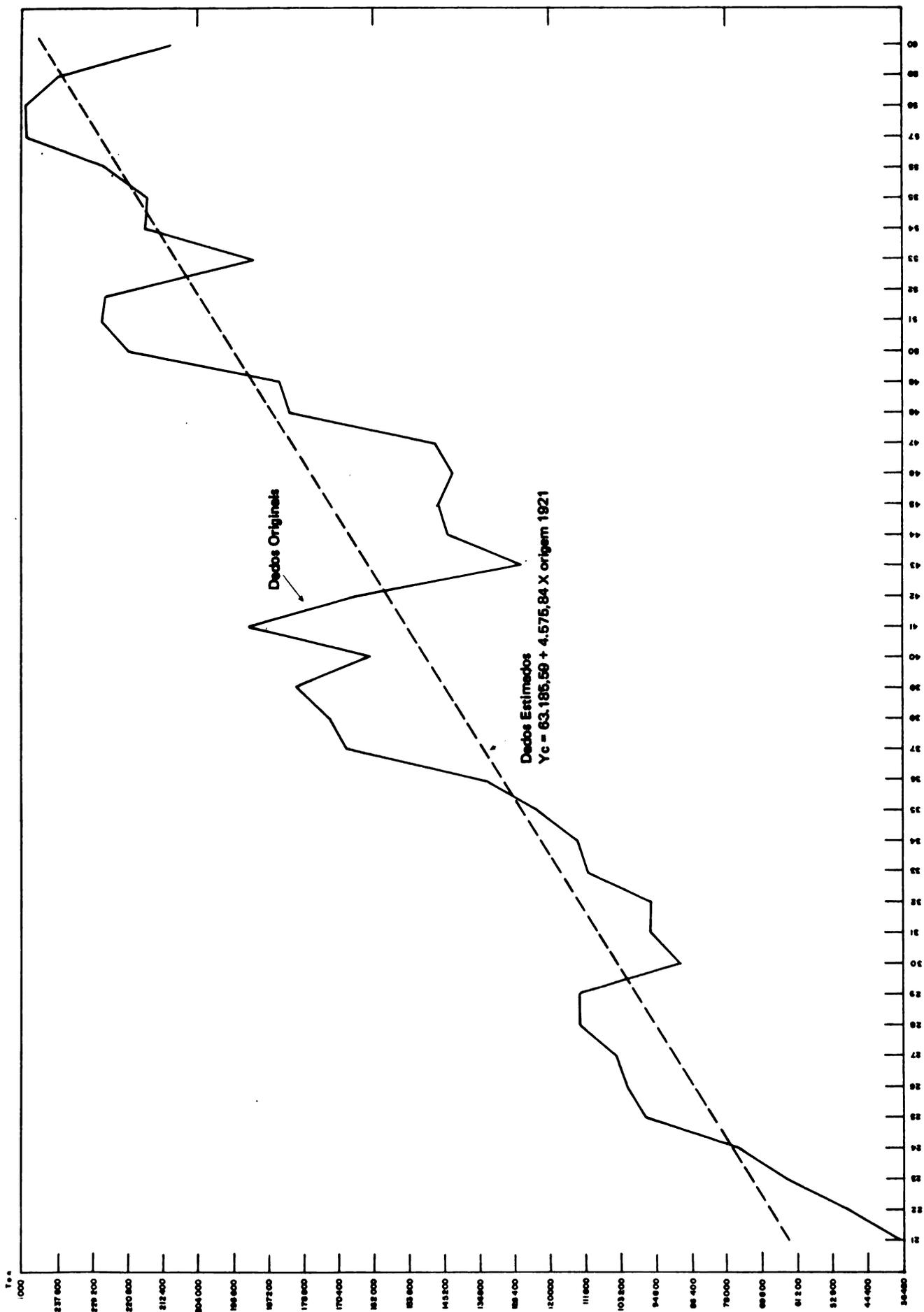


Gráfico 32 Importação Cabotagem - Bahia - Volume

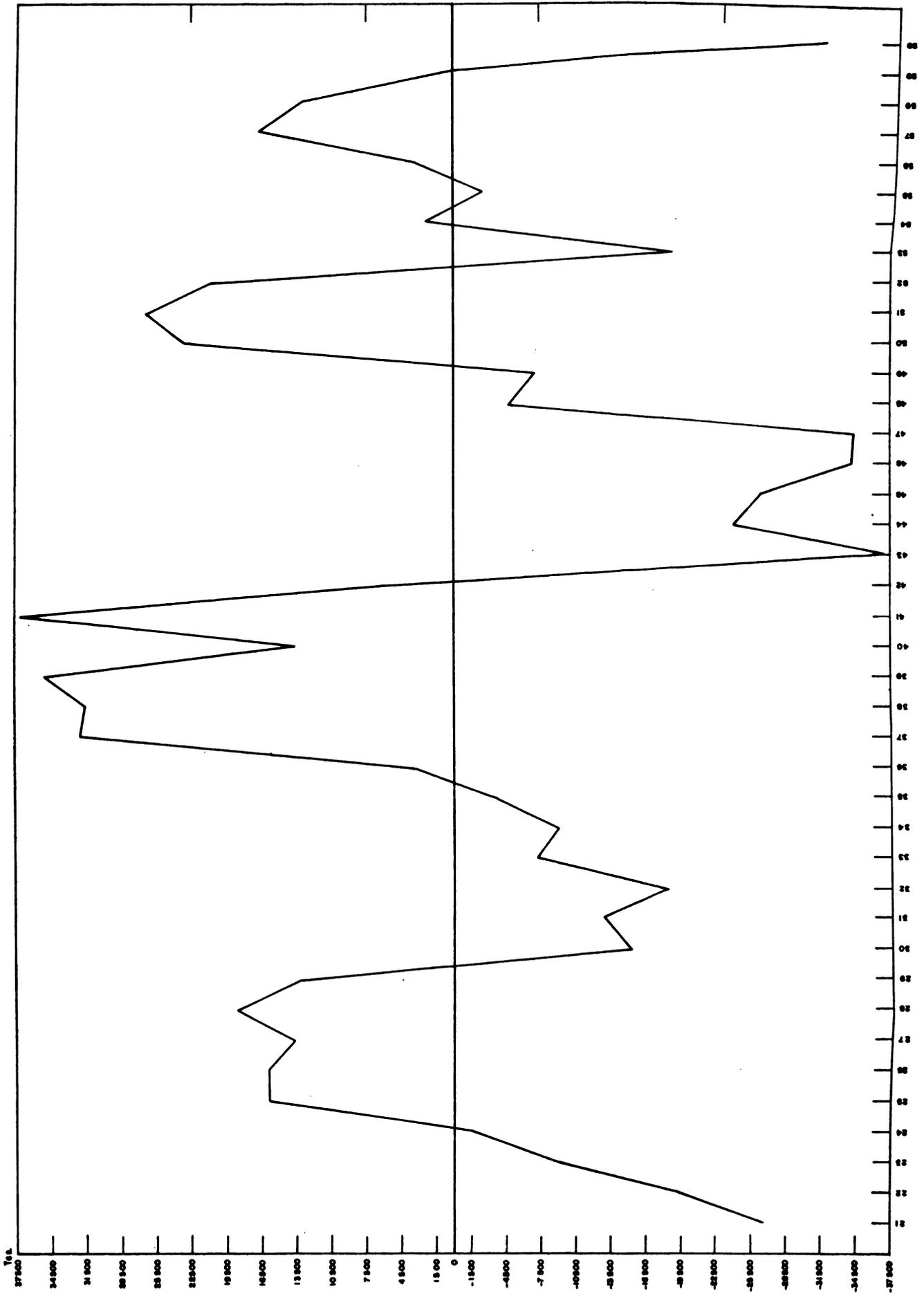


Gráfico 33 Importação Cabotagem - Bahia - Volume
Eliminada a tendência

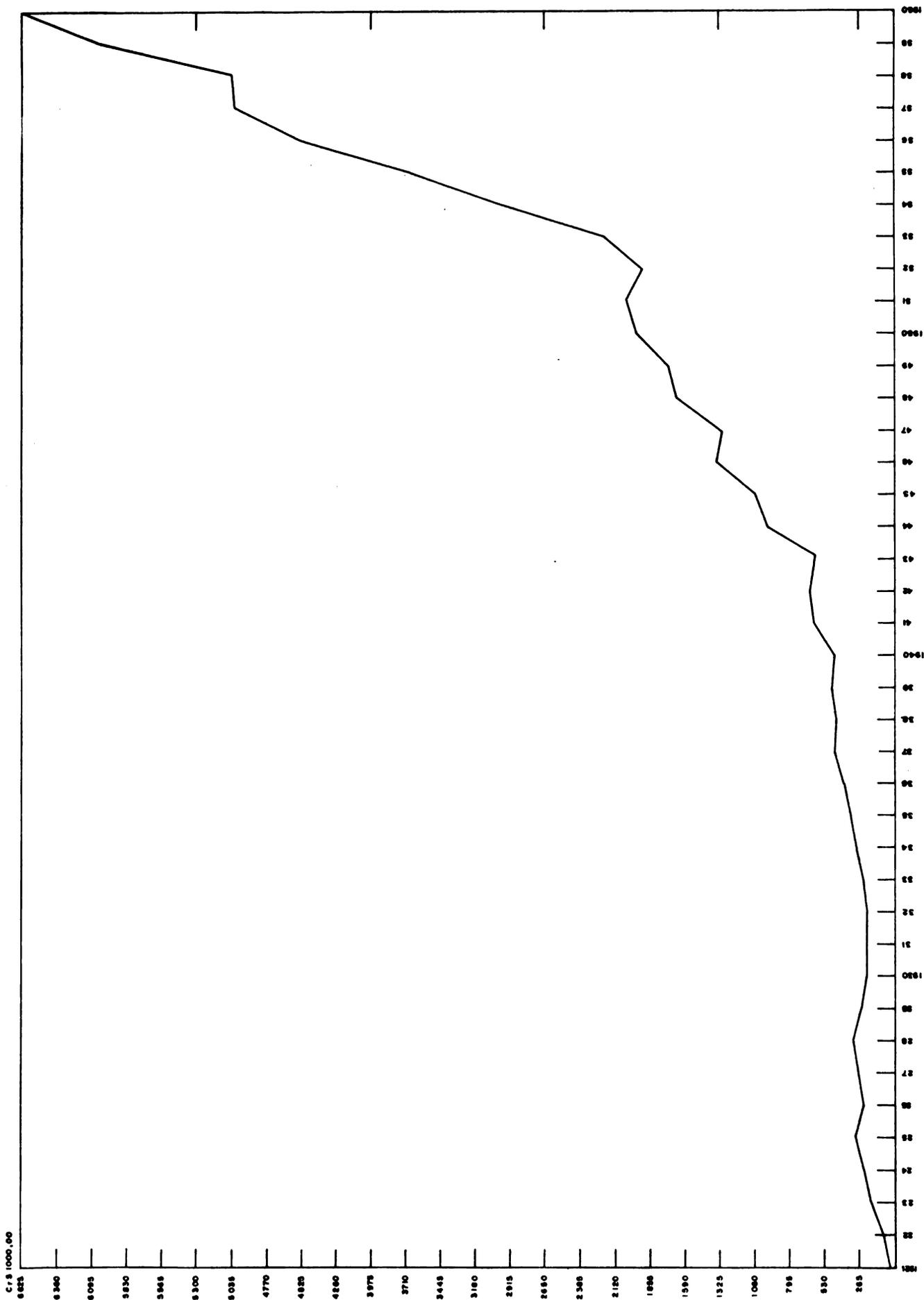


Gráfico 34 Importação Cabotagem - Bahia - Valor 1921 - 1960

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. ABREU, Tomé Couceiro de. Offícios, relações e notícias da Capitania de Porto Seguro. *Revista do IGHB*, Salvador, (33): 183, 1961-67. Transcritos do "Inventário Relativo ao Brasil", para a Biblioteca Nacional por Eduardo e Castro e Almeida (v.32 dos Anais).
2. ACCIOLI, Ignácio. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1931 v.3. Com anot. do Dr. Braz do Amaral.
3. AGOSTINHO, Pedro. *Identidade e situação do Pataxó de Barra Velha, Bahia*. Salvador, Fac. de Filosofia da UFBA, 1973. Manuscrito datilografado inédito.
4. AGUIAR, Manuel Pinto de, coord. *A zona cacauzeira*. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1960.
5. ALMEIDA, Romulo. *Traços da história econômica da Bahia no último século e meio*. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1951.
6. AZEVEDO, Aroldo. *Brasil, a terra e o homem*. São Paulo, Ed. Nacional, 1964, v.1.
7. BARBOSA, Mário Ferreira. A Bahia através cem anos. Notas estatísticas. *Diário*, Rio de Janeiro, 1923. p. 152-3.
8. BARRETO, Fernando. *Roteiro histórico-sentimental de Jequié cinqüentenária*. Jequié, Tip. Sudoestino, 1960.
9. BARROCO, Helio Estrela. *Introdução à região cacauzeira da Bahia, Brasil*. Itabuna, CEPLAC, 1970 (Coletânea).
10. BARROS, F. Borges de. *Dicionário geográfico e histórico da Bahia*. Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1923.
11. BONDAR, Gregório. *A cultura do cacau na Bahia*. Salvador, Instituto de Cacau da Bahia, 1938 (Boletim técnico, 1).
12. CALDAS, José Antonio. *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu desenvolvimento até o presente ano de 1759*. Salvador. Tip. Beneditino, 1951. Edição Fac-simile.
13. CALMON, Francisco Marques de Goes, governador da Bahia. *Mensagem*. Salvador, s. ed., 1925.
14. _____. _____. Salvador, s. ed., 1927.
15. CASAL, Aires de. *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1947. t.2.II Fac-simile da ed. de 1817.
16. CHAVES, João Rodrigues. *Relatório*. Salvador, 1884.
17. COSTA, A. Castro et alii. *O cacau: produção, comércio e consumo*. Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1923.
18. CUNHA, Matheus. *Relatório da exposição nacional*. Salvador, s. ed., 1861.
19. DADOS gerais sobre a zona de cacau do Sul Baiano. Estatísticas resumidas de produção, industrialização e comércio. Itabuna, Ed. Panorama, s.d.
20. DANTAS, M. P. de Souza. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Bahia*. Salvador, Tip. Lourinho, 1866.
21. DEAN, Warren. *A industrialização em São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro/Ed. USP, 1971.
22. DIÁRIO Oficial do Estado da Bahia (1823-1923) Edição Especial do Centenário. Ano VIII – 34 da República. (1935).
23. ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. (EMB) Rio de Janeiro, 1958. v.21.
24. FOURY, A. Paul. As matas do Nordeste Brasileiro e sua importância econômica. *Boletim Geográfico do IBGE*, Rio de Janeiro (227): 14, 1972.
25. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGRO-INDUSTRIAL. *Industrialização do Interior-Bahia*. Salvador, 1966.
26. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
27. HILL, Henri. *Uma visão do comércio do Brasil em 1808*. Trad. de Gilda Pires. Notas e organização de Luiz Henrique Dias Tavares. Salvador, Banco da Bahia, s.d.
28. HOMENAGEM do Governo do Estado e Tribunal de Contas da Bahia à memória do Cons. Theophilo Borges Falcão no centenário de seu nascimento – 1870 – 13 de março 1970.
29. IBGE. *Censos econômico, agrícola, industrial, comercial e dos serviços*. Recen-

- seamento geral do Brasil. Rio de Janeiro, Serv. Graf. do IBGE, 1940 e 1950.
30. IBGE. *Censos industrial, comercial e dos serviços - Estado da Bahia*. Rio de Janeiro, 1958.
 31. _____. *Censo industrial de 1960; Estados de Sergipe, Bahia e Minas Gerais*. Rio de Janeiro, 1960. (Sér. Regional, 3. t. 4.).
 32. KIDDER & FLETCHER. *Brazil and the brazilians*. s. l., s. ed., 1960.
 33. LAVIGNE, Eunísio. *Regionalismo literário*. Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1971.
 34. MACHADO, Antonio Candido da Cruz. *Falla de abertura de 1.^a sessão da vigência da Assembléa Provincial da Bahia no dia 1.^o de março de 1874*. Salvador, *Gazeta da Bahia*, 1874.
 35. MAGALHÃES, J. J. de Moura. *Falla*. Salvador, Typ. de Portela, 1848.
 36. MARTIUS, Von & Spix, Von. *Através da Bahia*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1916.
 37. MAXIMILIANO, Príncipe de Wid Neuwild. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940.
 38. MELLO, J. S. Barbosa de. *Ilhéus, o maior centro cacauero do Brasil*. Ilhéus, s. ed., 1927.
 39. MELLO, João Capistrano de. *Falla de abertura da 2.^a sessão de 26.^a legislatura provincial no dia 4 de outubro de 1887*. Salvador, *Gazeta da Bahia*, 1887.
 40. PINHO, J. Ferreira de Araujo, Governador de Bahia. *Mensagem*. Salvador, A Bahia, 1909.
 41. PINHO, Joaquim Wanderley de Araujo. *A cultura do cacau na Bahia*. *Diário Oficial*, Salvador, 1923. p. 235 (Publ. do centenário de Independência da Bahia).
 42. PRADO, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1972.
 43. QUEIROZ, Eunápio Peltier de. *Problemas econômicos de Ilhéus no plano da administração Federal*. Rio de Janeiro, Dep. de Imprensa Manual, 1950.
 44. RIDINGS JR., Eugene Wesa. *The Bahian Commercial Association 1840 - 1889; a pressure group in an underdeveloped area*, s. l., s. ed., 1970.
 45. RITZ, Armin. *As exportações internacionais e interregionais no desenvolvimento econômico de Bahia - 1950 - 1969*. Salvador, s. ed., 1972 (Dissertação M. S.).
 46. SANTOS, Milton. *Os estudos regionais e o futuro da geografia*. Salvador, IOB, 1963.
 47. _____. *A zona do cacau; introdução ao estudo geográfico*. Salvador, s. ed., 1955.
 48. SÃO LOURENÇO, barão de. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Bahia*. Separata do *Jornal da Bahia*, Salvador, 1870. Página(s) do artigo referenciado.
 49. SELIGSOHN. *Cacau da Bahia; história e problemática*. Salvador, IPESA, s. d.
 50. SILVA, Luis Ferreira da. *Introdução à região cacauero da Bahia*. In: AFONSO, Frederico Monteiro Alvares e BARROCO, Helio Estrela, comp. *Brasil; recursos naturais*. Itabuna, CEPLAC, 1970, v.1.
 51. SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo, Ed. Nacional, 1969.
 52. SMITH, T. Lynes. *O Brasil, povos e instituições*. Rio de Janeiro, Bloch, 1967.
 53. SOUZA, José Marcelino de, Governador de Bahia. *Mensagem*. Salvador, A Bahia, 1908.
 54. TAVARES, Pe. Joaquim da Silva. *O comércio de cacau, particularmente no Estado da Bahia*. Salvador, s. ed., Separata de *Broteria*. Série Vulgarização Científica, Salvador, 11 (5) 1913.
 55. TOSTA FILHO, Ignácio. *Cacau; comércio e estatística*. In: Relatório e anexo do ICB - Bahia, 1933.
 56. _____. *Plano de ação econômica para o Estado da Bahia*. Separata de Seção B v. II - Bahia. ICB - 1948.
 57. _____. *Comercialização do cacau e produtos derivados*. s. l., s. ed., 1960.
 58. VEIGA, Eduardo. *A seringueira na Bahia; aspectos técnicos e econômicos*. Salvador, Governo do Estado da Bahia, 1960.
 59. VIANA, Francisco Vicente. *Memórias sobre o Estado da Bahia*. Salvador, Tip. do Diário da Bahia, 1893.

60. VIANNA, Luis, Governador da Bahia. *Mensagem*. Salvador, Correio de Notícias, 1900.
61. VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador, Ed. Itapuíá, 1969. v.2.
62. ZEHNTNER, L. *Le cacaoyer dans l'État de Bahia*. Berlim, s. ed., 1914.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. ABREU, Sylvio Froes. Esboços naturais do Estado da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 1, 1939.
2. AFONSO, Frederico Monteiro Álvares & BARROCO, Hélio Estrela. *Introdução à região cacauzeira da Bahia*. Itabuna, CEPLAC, 1970. 3v. (Mimeografados).
3. ALBUQUERQUE FILHO, Luiz Rodolfo Cavalcanti de. *Condições em que se encontram os principais portos marítimos, fluviais e lacustres do país*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., Rio de Janeiro, Impr. Oficial do Estado, 1944. v.4, p. 40-9.
4. ALENCAR, Maria Helena. *Aspectos da concentração da produção de cacau e da estrutura fundiária na região cacauzeira do Estado da Bahia*. Itabuna, CEPLAC, 1970. (Comunicação Técnica, 37).
5. ALMEIDA, Aristeu Barreto de. *Economia bovina da Bahia*. s. l., C.P.E., 1960. (Série Estudos e Problemas, 7).
6. ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *A eficiência do trabalhador nacional na cultura do cacau*. In: *TENDÊNCIAS nacionais e influências estrangeiras*. Salvador, Impr. Carvalho. 1922. p. 165-84.
7. _____. *Notas acerca da produção e comércio do cacau*. Rio de Janeiro, Tip. Jornal do Comércio, 1917.
8. _____. Assembléia Legislativa da Bahia. Comissão Especial da Assembléia para a elaboração do Plano da Soerguimento do Estado. Sugestões apresentadas à Comissão pelo Eng.^o Prof. Miguel Calmon Du Pin e Almeida em 16.06.1947. Bahia. I.O.B. 1947.
9. ALVES, Landulfo. *Relatório de atividades da administração pública no biênio 1938-1939*. s. l., Imprensa Oficial do Estado, 1941.
10. ALVIM, Paulo de Tarso. *Cacau ontem e hoje*. Itabuna, CEPLAC, 1972.
11. AMARAL, Leopoldo. A exploração de fibras na Bahia. *Diário*, s. l., 1923. p. 285-89.
12. ANDRADE, Francisco Alves de. *Agrapecuiária e desenvolvimento do Nordeste*. s. l., Impr. Univ. do Ceará, 1960.
13. ARAÚJO, Emerson Pinto de. *História de Jequié*. s. l., IOB, 1971.
14. ARTIGAS, Júlio & VAZ, Rita. Planejamento urbano: o caso brasileiro. *Revista de Cultura Vozes*, (3) abr. 1973.
15. AVELINE, Nelson. *Planejamento agrário do Brasil*. s. l., Ed. Autora, 1950.
16. AZAMBUJA, Bernardo Augusto Nascente de. *Relatório sobre as colônias ao sul da província da Bahia*. Rio de Janeiro, s. ed., 1874.
17. AZEVEDO, A. *Brasil; a terra e o homem, a natureza humana*. São Paulo. Ed. Nacional, 1970. v.2.
18. AZEVEDO, Esmeralda Mazzo. *Páginas de chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. e Lith. P. de Melo, 1922.
19. AZEVEDO, Luiz Guimarães de. *Carta de ecossistemas da região cacauzeira baiana*. Itabuna, CEPLAC, s. d.
20. _____. *Mapeamento da vegetação da região cacauzeira baiana*. Itabuna, CEPLAC, s. d.
21. AZEVEDO, Osvaldo Benjamin de. As crises mundiais e o Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo (37):29-39, mar. 1961.
22. BARBE, Dulce. *L'hévéa culture dans l'état de Bahia (Brasil)*. Toulouse, 1973. (These de Doctorat).
23. BARBOSA, Mário Ferreira. *Informações estatísticas da Bahia*, s. l., s. ed., 1923.
24. _____. *A prosperidade econômica da Bahia*. s. l., Impr. Oficial, 1927.
25. _____. *Aspectos econômicos e financeiros do Estado da Bahia*, s. l., IOB, 1931.
26. _____. *O Estado da Bahia, o seu valor e as suas possibilidades econômicas*. s. l., IOB, 1931.
27. _____. *Economia e finanças; cifras e notas do Estado da Bahia*, s. l., IOB, 1932.
28. _____. *Estudos econômicos*, s. l., IOB, 1934.
29. _____. *Páginas econômicas*, s. l., IOB, 1934.
30. BARROCO, Hélio Estrela. *Alguns aspectos da comercialização do cacau em três municípios da região cacauzeira*. Itabuna, Centro de Pesquisas do Cacau, s. d.

31. BARROCO, H.E. *Análise da qualidade do cacau em amêndoas nos Estados da Bahia e E. Santo*. Itabuna, CEPLAC, s.d.
32. _____. *Análise dos principais países consumidores de cacau brasileiro em amêndoas e seus derivados*. Itabuna, CEPLAC, s. d.
33. BARROS, F. Borges de. *Esboço chorográfico da Bahia*. Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1917.
34. _____. *História colonial (Novos documentos)*. s. l., s. ed., 1931. 2v.
35. _____. *Ilhéus (documentos que interessam à sua história)*. s. l., Impr. Oficial do Estado, 1933.
36. _____. *O município de Belmonte*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., Salvador, 1961. *Anais...* Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1961. v.2, p. 600-30.
37. _____. *Os Municípios da Bahia — 1823-1923*. *Diário*, Salvador, 1923. p. 518-21.
38. BEAUJEU-GARNIER, J. As migrações para Salvador. *Boletim Baiano de Geografia*, n. 7/8. 1961/1962.
39. BENJAMIN, José Botelho. Breve notícia sobre o Estado da Bahia: sua geografia física, política, riquezas naturais, leis principais, esboço histórico, etc. Salvador, *Diário da Bahia*, 1894.
40. BEZERRA, Eduardo Neto et alii. *Pecuária bovina de corte do Nordeste*. Fortaleza, BNB/ETENE, SUDENE, 1965.
41. BODENIOS, A.J. *Barite deposits of Camamu bay state of Brazil*. Washington, United States Government Printing Office, 1948.
42. BOKEL, Francisco José. População da Bahia. *Revista do IGHB*. Bahia, 1913, 18 (37-39), anos 1911/1913.
43. BONDAR, Gregório. Cacao crioulo na Bahia. *Diário*, 1923, p. 347-49.
44. _____. *Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. José Barbosa de Souza, Secretário da Agricultura*. Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1923.
45. BONDAR, Gregório. *A lavoura cacauzeira da Bahia*. Relatório e Anuário do Instituto de Cacau da Bahia, Salvador, 1933.
46. _____. *O podador de cacau*. s.n.t. Separata de *Rodreguesia*, (3) 1935.
47. _____. *Árvores frutíferas nas matas da zona cacauzeira*. s.n.t. Separata de *Rodreguesia*, (8) 1937.
48. _____. *A cultura de cacau na Bahia*. Instituto de Cacau da Bahia, Salvador, 1938.
49. _____. *Fatores adversos e moléstias do cacau na Bahia*. Salvador, Duas Américas, 1938. (Instituto de Cacau da Bahia. Boletim Técnico. Seq. Pragas e moléstias, 2).
50. _____. *Cacau; doenças e pragas*. Salvador, Duas Américas, 1939.
51. _____. *Cultura, trato e preparo do cacau*. Rio de Janeiro, M.A., s.d.
52. _____. *Cacau branco na Bahia; espécies e variedades de cacau*. Salvador, s. ed., 1958. 29p.
53. _____. *O cacao; parte 1: a cultura e preparo de cacao*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1924.
54. _____. *Insetos daninhos e parasitas do cacau na Bahia*. Salvador, Duas Américas, 1939. Instituto de Cacau da Bahia. (Boletim Técnico nº 5).
55. _____. *A piaçaveira e outras palmeiras attaleaíneas na Bahia*. s. l., Tip. Naval, 1942.
56. _____. *Solos da Bahia, sua conservação e aproveitamento*. *Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia*, Salvador, 46(6): 1950, 2ª fase.
57. BOTELHO, Carlos de Castro. Aspectos geográficos da zona cacauzeira na Bahia, *Revista Brasileira de Geografia*, 16(2).
58. BRITO, João Rodrigues de. *Cartas econômico-políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia*. Salvador, Impr. Oficial, 1924.
59. _____. *A economia brasileira no alvorecer do século XIX*. s. l., Liv. Progresso. s.d. 185 p. (Col. de Estudos Brasileiros. Sér. 1,2).
60. CABRAL, Mário Vasconcelos da Veiga. *Compendio de Chorographia do Brasil*. Rio de Janeiro, Oficina Gráf., s. d.
61. CALDEIRA, Clóvis. *A Fazenda de Cacau na Bahia*. Rio de Janeiro, 1954. Ministério da Agricultura. Serv. de Infor-

- mação Agrícola. (Documentário da Vida Rural, 7).
62. CALMON, F.M. de Góes. Ensaio de retrospecto sobre o comércio e a vida econômica e comercial na Bahia de 1823 a 1900. *Diário*, 1923, p. 376-96.
63. _____. *Administração financeira do Estado da Bahia*. Salvador, Impr. Oficial, 1928.
64. _____. *Bahia, vida econômica e financeira; elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador, s. ed., 1925.
65. _____. Contribuição para o estudo da vida econômico-financeira da Bahia no começo do século XIX *Diário*, 1923.
66. CAMPOS, João da Silva. *Tradição do Sul da Bahia*. Salvador, Secção de Artes Graphicas da Escola A. e Artífices, 1936.
67. CARDOSO, Lamartine. *Geografia econômica do Brasil*. São Paulo, Ed. Obelisco, 1966.
68. CARIBÉ, Eduardo. *Geografia Physica e politica da Província da Bahia*. Salvador, Impr. Econômica, 1882.
69. CARMO, R.C. *Oligarchia de sabre e fusil*. 1.ed. Rio de Janeiro, Typ. Yankee, s.d.
70. CARNEIRO, A. J. de Souza. *A borracha no Estado da Bahia, ensaio sobre plantas produtoras, cultura, indústria da, manijoba e da mangabeira; comércio e legislação*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura e Comércio, 1913.
71. CARNEIRO, Leberato de Castro. *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*. s. l., Fac. de Filosofia, s. d.
72. CARVALHO, Ana. *Feira de Santans e o comércio da gado*. s.n.t. (Boletim Paulista de Geografia, 28).
73. CASAL, Aires de. *Corografia brasílica*. Introd. de Caio Prado Júnior. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. v.1. Fac-simile da Edição 1817.
74. CASTRO, Ramiro Berbert de. *O cacau na Bahia*. Rio de Janeiro, Liv. P. de Melo, s. d.
75. CASTRO E NETO, Armindo. *Algunos factores asociados al proceso de decisiones en fincas de cacao en el Municipio de Itabuna, Bahia, Brasil*. s. l., Esc. para Grad. en Ciencias Agropecuárias de la República Argentina, 1971.
76. CASTRO SOBRINHO, Antonio R. *O cacauzeiro*. Rio de Janeiro, s. ed., 1922.
77. CAVALCANTI, Amaro. *Resenha financeira do ex-Império do Brasil em 1889*. Rio de Janeiro, s. ed., 1890.
78. CHASTINET, Edgar. *Advertências aos cacauicultores bahianos*. Salvador, Instituto de Cacau da Bahia, 1959.
79. COMITÉ INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, Washington. *Posse e uso da terra e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola*. Washington, União Pan-americana, 1966.
80. COSTA FILHO, Gomes da. *Carta do Brasil*. Rio de Janeiro, DIP., 1941.
81. CPE. *Situação do programa do Estado da Bahia; situação dos principais pontos em set./1957*. s. l., 1957. (Mimeografado).
82. DANTAS, Salomão. *Finanças da Bahia, ontem e hoje*. Jo. O PAÍS, Rio de Janeiro, 1927.
83. DENIS, Fernando. *O Brasil*. Salvador, Progresso, 1955. v.1.
84. DEVOTO, Henrique. *Sobre a produção do cacau no Estado da Bahia*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., Salvador, 1916. *Anais...* Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1916. p. 787-92.
85. DIÉGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960. v.2 (Sér. Soc. e Ed., 6).
86. DOMINGUES, Alfredo José Pôrto. Contribuição ao estudo da geografia da região Sudoeste da Bahia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 9(2): 185-248, abr./jun. 1951.
87. EDELWEISS, Frederico G. A secular presença da Alemanha na Bahia. *Anais do Arquivo do Estado da Bahia*, 39-223, 42, 1970.
88. _____. *O cacau na economia brasileira*. Salvador, s. ed., 1951 (Centro de Estudos Balanos, 6).
89. ELLIS, Myriam. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo, Melhoramentos/Univ. S. Paulo, 1968.

90. ERNEHOLM, Ivar. *Cacao production of South America*. s. l., s. ed., 1948.
91. _____. *O cacau na Bahia*. Salvador, Impr. Oficial, 1921.
92. _____. *Vida econômica e regime fiscal*. *Diário*, Salvador, 1923, p. 41-7.
93. FALCÃO, Theophilo Borges. *Bahia, atividade comercial da Colônia aos nossos dias*. Salvador, s. ed., 1925.
94. FAO, Roma. *Cocao*. Rome, 1955.
95. FERRÃO, A. V. Argollo. *A Bahia agrícola, zonas climáticas*. *Diário*, Salvador, 1923. p. 91-8.
96. FERREIRA, Manoel Jesuino. *A província da Bahia*. Rio de Janeiro, s. ed., 1875.
97. FISHER, Joseph L. *The role of natural resources*. In: *Economic development principles and patterns*. New York, Prentice Hall, 1954. p. 22-62.
98. FONNER, Raphael. *Tratado theorico, prática sobre o semeio, cultivo e beneficiamento do cacau*. s.n.t.
99. FONSECA, Edgar Fróes da. *Uma política nacional de transportes*. Rio de Janeiro, M.V.O.P., Serv. de Documentação, 1955.
100. FOURY, A. Paul. *As matas do Nordeste brasileiro e sua importância econômica*. *Boletim Geográfico do IBGE*, Rio de Janeiro (228): 30, 1972.
101. FREIRE, Feliberto. *História territorial do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1906.
102. FREITAS, H. Blanc de et alii. *Pecuária baiana, plano de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Serv. de Informação Agrícola, 1958. (Série Estudos e Ensaio, 22).
103. FROMONT, Pierre. *Economia agrícola*. Trad. de Ramiro Nordmanni. Madrid, Aguillar, 1961.
104. FUJIMORI, Shiguemi. *Rochas alcalinas do sul do Estado da Bahia*. Rio de Janeiro, Ministério das Minas e Energia, Div. de Geologia e Mineralogia, 1967.
105. FURTADO, Celso Montsiro. *A economia brasileira; contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro, A Noite, 1954.
106. _____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
107. GALLETI, R. et alii. *Nigerian cocoa farmers and economic survey of yomba cocoa farming families*. Oxford University Press, 1956. (The Nigeria Cocoa Marketing Board).
108. GALVAN, Cesare Giuseppe. *Evolução da renda per capita no Brasil; o Nordeste comparado com o resto da nação, 1947-66*. s. l., s.ed., 1970.
109. GÓES, J. de Araujo. *Cadastro imobiliário fiscal ou orientação da economia rural, defesa da propriedade, maior conhecimento geográfico e mais justa arrecadação pelo imposto territorial*. Ilhéus, Impr. Victoria, 1492.
110. _____. *Ameaçada a produção cacauzeira da Bahia*. Palestras na Associação Rural de Ilhéus. Em 2 de out. e 6 de nov. de 1947. Itabuna, Tip. D'Epoca, s. d.
111. _____. *A reforma do Instituto de Cacau pela região cacauzeira*. s. l., IOB, 1947 (Excertos da exposição feita por Eusínio Lavigne sobre a epígrafe "A Restauração Comercial do ICB e nossos comentários a respeito").
112. GUERRA, Inês Amélia Leal Teixeira. *O cacau na Bahia*. Separata da *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 14 (1) 1935.
113. GUIMARÃES, Mário Mazzei. *O desperdício nas longas marchas e nos abates limita a possibilidade de pecuária na Bahia*. *Boletim Informativo do ICB*. (33) maio 1958.
114. GUTZWILLER, Alfred. *Die schweizerische Schokoladenindustrie und die Weltkakaowirtschaft*. Liestal, s. ed., 1932.
115. HILL, Henri. *Uma visão do comércio do Brasil em 1808*. Tradução de Gilda Pires. Nota e Org. de Luis Henrique Dias Tavares. Salvador, Banco da Bahia, s.d.
116. INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA. *A polinização controlada na flor do cacauzeiro*. Bahia, Tip. Naval, 1946. (Boletim Técnico, 6 Sér. "Cultura de Cacau").
117. _____. *A transformação da Cooperativa do Instituto de Cacau da Bahia em autarquia à entrega do parecer da Comissão de Estudos de Negócios Estaduais*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1942.

118. INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA. Discursos proferidos na inauguração do Instituto de Cacau da Bahia. 21/nov./1938. Oficina da Livraria "Duas Américas", 1938 (Otaviano Muniz Barreto, Arthur Joaquim, Ignácio Tosta Filho, Juracy Magalhães, Odilon Braga, Getúlio Vargas).
119. _____. *Estatística; cacau: produção, comércio e indústria*. Bahia, s. ed., 1958.
120. _____. *Empréstimos hipotecários, suas finalidades, bases e limites*. nº 1C. Bahia, out./1931.
121. _____. *Relatório das atividades do Instituto de Cacau. 1941-1942*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1943. 119p.
122. _____. *CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DO CACAU*. Bahia, 1956.
123. INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÍCOLAS DA OEA. Cáceres Ramos, Hugo. *Cacao, bibliografía de las publicaciones que se encuentran en la Biblioteca Comemorativa Orton*. Turrialba, Costa Rica, 1966. 132p. (IICA. Bibliografía, n.2 – supl. 2).
124. JACOBINA, Deraldo. *Estudos e problemas da Bahia, localização industrial*. Salvador, CPE, 1958. (Mimeografado).
125. KAYSER, B. *Communication au séminaire CNRS sur la régionalisation au Brésil*. Bordeaux, s. ed., 1968.
126. KNAPP, A. W. *O gênero de cacau que o fabricante deseja*. Relatório e Anuário do Instituto de Cacau de Bahia. s. d.
127. LAVIGNE, Eusínio. *Associação de Agricultores de Ilhéus e problemas rurais nossos*. Ilhéus, Typ. Victoria, 1940.
128. _____. *Regionalismo, o sul do Estado e o Instituto de Cacau*. Salvador, Instituto de Cacau, 1938.
129. _____. *Regionalismo e problemas correlatos*. Salvador, Tip. ITA, 1955.
130. _____. *Defesa do porto marítimo da região cacauzeira em Ilhéus*. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1958.
131. _____. *Regionalismo literário*. Rio de Janeiro, Ed. Gernasa, 1971.
132. _____. *Como nasceu o Instituto de Cacau*. Salvador, s. ed., 1972.
133. _____. *Ilhéus, turismo e "Malhado"*. s.n.t.
134. LEEDS, A. Brazilian careers and social structure. *Amer. Anthropol.* 66.
135. LELIS, Waldemar T. *Temperaturas como fator limitante da "podridão parda" dos frutos do cacauzeiro*. Salvador, Instituto de Cacau de Bahia, 1952.
136. LERY, François. *Le cacao*. Paris. Presses Univ. de France, 1954.
137. LILIENTHAL-TOAL, Otto von. *Pesquisas em torno da fermentação do cacau*. Trad. do Boletim L'Office International du cacao et du chocolat. Salvador, Instituto de Cacau da Bahia, 1939.
138. LISBOA, Alfredo. *Portos do Brasil*. Rio de Janeiro, Inapetoria Fed. de Portos, Rios e Canais, 1926.
139. MACEDO, Joaquim Manuel de. *Noções de corografia do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Franco-Americana, s. d.
140. MACHADO, Augusto Alexandre et alii. *Industrialização do cacau na Bahia*. *Revista de Economia e Finanças*, 4 (4): 13-33, 1952.
141. MAGALHÃES, Juracy M. *Defendendo o meu governo; explicação à Bahia a propósito de um livro do Sr. J. J. Seabra*. Salvador, s. ed., 1934.
142. MANGABEIRA, Otávio. *Um período governamental da Bahia, 10.4.1947 a 31.1.1951*. Salvador, IOB, 1951.
143. MANGOUX, A. Corbin de. *La production et le marché du cacao dans le monde*. s.n.t.
144. MARIANI, Clemente. *Análise do problema econômico baiano*. Exposição perante a Escola Superior de Guerra na Associação Comercial da Bahia, 1957. Separata de *Observador Econômico e Financeiro* (267) maio 1958.
145. MARIANO, Antonio Henrique. *Cultura do feijão comum (Phaseolus vulgaris L.)*. Itabuna, Centro de Pesquisas do Cacau, s.d.
146. _____. *Silvicultura na região cacauzeira da Bahia*. Itabuna, Centro de Pesquisas do Cacau, s. d.
147. MENEZES, A. Inácio de. *Flora da Bahia*. São Paulo. Ed. Nacional, 1949.
148. MENEZES, Sá. *Imigração e suas possibilidades*. *Diário*, 1923. p. 195-201.

149. MERRLICH, F. P. A study of brazilian cocoa production, s. l., American Cocoa Research Institute, 1956.
150. METZNER, U. Die Kakaozone der Bahia. In: Zeitschrift für ausländische Landwirtschaft. Frankfurt/M.7. 1968, 2.
151. MILET, Henrique Augusto. *Auxílio à lavoura e crédito real*. Recife, s. ed., 1876.
152. MIRANDA, Sosthenes. *O problema da produção de cacau fino da Bahia*. Salvador, Instituto de Cacau da Bahia, 1945. 21 p. (Boletim de Divulgação, 1).
153. _____. *Sombreamento dos cacauais*. Salvador, Inst. de Cacau de Bahia/Liv. Duas Américas, 1938.
154. MOLETA, Plínio Cordeiro et alii. *Aspectos da pecuária no Estado da Bahia, relatório parcial*. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, s. d.
155. MONBEIG, Pierre. *Ensaio de geografia humana brasileira*. São Paulo, Liv. São Paulo, 1940. p. 32. In: Lavigne.
156. MONTGOMERY & TAYLOR. *World trade in cocoa*. s. l., s. ed., 1947.
157. MORAES, Paschoal de. *A cultura do coqueiro*. Rio de Janeiro, Ministério da Agric. Ind. e Comércio, 1912.
158. _____. Os problemas geográficos do cacau no Sul do Estado da Bahia. *Bol. Geogr. Rio de Janeiro*, 2 (24):1878-83, mar. 1945.
159. _____. *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Paris, A. Colin, 1952.
160. MORAIS, Alexandre José de Melo. *Ensaio corográfico do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Typ. Dois de Dezembro, 1854.
161. MORTARA, Giorgio. *Estudos de estatística teórica e aplicada; ensaio de descrição estatística de uma zona fisiográfica*. Rio de Janeiro, Serv. Graf. IBGE, 1952. Estatística Agrícola.
162. NIMER, Edmon. Climatologia de região sudeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34(1):3, jan./mar. 1972.
163. _____. Climatologia da região Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 34(2):3, abr./jun. 1972.
164. NORTH, D. C. Location theory and regional economic growth. *Journal of Political Economy*. 63, 1955. In: FRIEDMAN J. & ALONSO, W. *Regional development and planning*. Cambridge, Mass., M.I.T. Press, 1964.
165. NUNES, Antonio da Silva. *Origem provável das diversas raças que povoam o território pátrio; alimentação animal, higiene animal*. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DA PECUÁRIA, 1, São Paulo, 1918. *Anais...* São Paulo, s. ed., 1918.
166. OLIVEIRA, Euzébio Paulo de. *Jazidas de diamante do Salobro*. Rio de Janeiro, Serv. Geológico e Mineral. do Brasil, 1925. p. 103-11. (Boletim, 13).
167. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A sociedade do Brasil indígena*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; São Paulo, USO, 1972.
168. OLIVEIRA, Sá. A Zona austral da Bahia. *Revista IGHB* 3 (9) set. 1896.
169. ONODY, Oliver. *A inflação brasileira (1820-1958)*. Rio de Janeiro, s. ed., 1960.
170. PAIVA, Glycon. Comentário sobre a economia baiana. *Revista do Instituto de Economia e Finanças da Bahia* 4(4) 1949.
171. PEIXOTO, Afrânio. *Climas do Brasil*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9, Rio de Janeiro, 1942. *Anais...* Rio de Janeiro, Impr. Oficial do Estado, 1942. v.2, p-390-8.
172. PEIXOTO, Filogonio. *Defesa do cacau brasileiro (uma voz clamando no deserto)*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1936.
173. PENA, Eduardo de la. *Producción y beneficio del cacao*. México, Banco do México, 1954.
174. PEREIRA, Dionísio. A indústria pastoril no Estado da Bahia. *Diário*, Salvador, 1923. p. 124-9.
175. PEREIRA, Edvaldo Simas. *O cacau em crise*. s. l., s. ed., 1952. *Separata de Observador Econômico*, 17 (202) nov. 1952.
176. PEREIRA FILHO, Carlos. *Ilhéus, terra do cacau*. Rio de Janeiro, Ed. Andes, 1950.

177. PINHO, Joaquim Wanderley de Araujo. A cultura de cacau na Bahia. *Diário*, Salvador, 1923. p. 235. Pub. do Centenário da Independência da Bahia, 1823-1923.
178. _____. A viação na Bahia. *Diário*, Salvador, 1923 p. 132-43.
179. PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Salvador, Progresso, 1950. (Col. da Estudos Brasileiros, Sér. Marajoara, 7).
180. PONTES, Juez Novais et alii. *A indústria de curture no Nordeste*. Fortaleza, BNB/ETENE, SUDENE, 1964.
181. RICHARDSON, J. H. *The Espírito Santo and Bahia monazite*. Rio de Janeiro, s. ed., 1903. p. 79.
182. ROCHA, Silva. *História da colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, s. ed., 1918/19 2v.
183. ROCHEFORT, M & LACROIX, N. Intérêt de l'étude des relations entre les villes et les campagnes dans les pays en voie de développement (document préliminaire). *Bulletin de Liaison, Sciences Humaines* (1) 1965.
184. SAMPAIO, Teodoro. *O Estado de Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio*. Salvador, IOB, 1925.
185. SANTOS, Alberto de Oliveira. *Análise do plano de comercialização de cacau e derivados*, s.n.t.
186. SANTOS, Milton. *Estudos e problemas de Bahia, localização industrial*. Salvador, CEP, 1958 (Mimeografado).
187. _____. *A cidade como centro da região, definições e métodos de avaliação da centralidade*. Salvador, Univ. da Bahia, Lab. de Geomorfologia e Est. Regionais, 1969.
188. _____. *Estudos sobre geografia*. Salvador, s. ed., 1953.
189. _____. A cidade de Jequié e sua região. *Revista Brasileira de Geografia*, 8 (1).
190. _____. La culture du cacao dans l'Etat de Bahia. *Cahiers d'Outremer*, (64): 360-78, 1953.
191. _____. Nazaré, porto ferroviário do Recôncavo Bahiano. In: ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, São Paulo. *Anais*. . . São Paulo, s. d. t.1., v.9.
192. _____. *Notas para estudo do "habitat" natural da zona cacauzeira da Bahia*. São Paulo. s. ed., s. d., Separata ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS São Paulo. *Anais*. . . São Paulo, 1953/56. t.1., v. 8.
193. _____. *Zonas de influência comercial do Estado da Bahia*. Salvador, Diretorio Regional de Geografia, 1956. (Publicação, 2).
194. _____. *Les villes du Tiers Monde*. Paris, Ed. M. Génin, 1971.
195. SCHLESINGER. *Geografia industrial do Brasil*. São Paulo. Ed. Atlas, 1958.
196. SELIGSOHN, Otto. *Cacau da Bahia, história e problemática*. Salvador, Inst. de Pesq. Econ., Sociais e Administrativas, s. d.
197. SEREBRENICK, Salomão. Classificação meteorológica dos climas do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., Rio de Janeiro, 1942. *Anais*. . . Rio de Janeiro, Impr. Oficial do Estado, 1942. v.2. p. 440-59.
198. SILVA, Alfredo Carlos Pessoa da. *Duas palavras sobre a Província da Bahia*. Salvador, Typ. J. Bezerra, 1845.
199. SILVA, Christine Menturig. *Das Tabakangebiet des Recôncavo von Bahia/Brasilien*. s. l., s. ed., 1971. (Tese Doutorado).
200. SILVA, Deodécio. Chorografia do Município da Ilhéus, Estado da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., Salvador, 1916. *Anais*. . . Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1916 v.2. p. 375-84.
201. SILVA, José Ribeiro Monteiro da. O cacau. In: *O BRASIL, suas riquezas e suas indústrias*. s. l., Centro Industrial do Brasil, 1908. v.2.
202. SILVA, Odette Rosa da. *Os homens do cacau*. São Paulo, Centro de Est. Rurais e Urbanos/Fac. Fil., Ciências e Letras, USP, s. d.
203. SILVA, Pedrito. *A situação mundial do cacau e a posição da Bahia*. Salvador, Instituto da Cacau da Bahia, 1948, Separata da *Bahia Rural*, 16 (4): 18-20, abr. 1948.
204. _____. *Valor nutritivo dos produtos de cacau e industrialização na Bahia*. Salvador, Instituto da Cacau da Bahia, 1983.

205. SILVA, Wilson Rosa da. Estudos de uma comunidade rural na zona cacauzeira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1954. *Anais...* São Paulo, s. ed., 1954.
206. SILVANY, Augusto José da Silva. *Comércio e desenvolvimento econômico da Bahia; um estudo das interrelações comerciais da Bahia com o Exterior e com o resto do Brasil, 1944-1955.* Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1957.
207. SILVEIRA, Álvaro A. da. *Memórias chorográficas.* Belo Horizonte, Impr. Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922. v.2.
208. SMENZATO, Geraldo. *Um município da zona cacauzeira da Bahia; aspectos de sua situação agrária.* s.l., Instituto de Ciências Sociais, Univ. da Bahia, s. d.
209. SOLEDADE, Otto. *Observações sobre o plano de comercialização da safra de cacau e produtos derivados.* s. l., s. ed., 1960.
210. SORIA VASCO, Jorge. Principales variedades de cacao cultivadas en América. *Turrialba*, Turrialba, Costa Rica 16:261-6, 1966.
211. SOUZA, Bernardino de. Nothula chorográfica da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 1923.
212. _____. Distribuição geográfica da Leishmaniose. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., Salvador, 1916. *Anais...* Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1916. v.1. p. 443-7.
213. SOUZA, Colatino Marques da. *As riquezas do Estado de Bahia.* s. l., Instituto Histórico e Geográfico, (17). s. d.
214. SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587.* 4 ed. Com comentários da Francisco Adolfo Varnhagem. São Paulo. Ed. Nacional, 1971 (Col. Braziliana, 117).
215. SPINOLA, Celso. Portos do Estado da Bahia. *Diário*, Salvador, 1923 p. 165-70.
216. TAMASSIA, Mário B. *Ensaio sobre a economia agrária; fraqueza congênita da agricultura.* 2. ed. s.n.t.
217. TARGINO, Manoel. Aspectos sociais e econômicos da industrialização do cacau. s.n.t. (Conferência proferida na Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna, em 9 de agosto de 1965).
218. _____. *Aspectos econômicos e sociais da industrialização do cacau.* Itabuna, s. ed., 1966.
219. TOLEDO, Pedro de. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no ano de 1913.* Rio de Janeiro, Impr. Nacional, 1913. v.1.
220. TORRES, Tranquillino. Município de Poções, Bahia. *Revista do IGBH* 6(20):253-67, 1899.
221. TORRES FILHO, Arthur E. M. *Expansão econômica do Brasil; organização interna, situação internacional.* Rio de Janeiro, Galvino, 1953.
222. TOSTA FILHO, Ignácio. *Report on cacao presented at the Fifth Session of the Executive Committee Cacao Study Group.* FAO. 1961.
223. _____. *Dados sobre cacau e outros produtos de exportação.* s.n.t.
224. _____. Comentários sobre a Conferência Internacional do Cacau. *Relatório e Anuário do Instituto de Cacau da Bahia*, Salvador, 1933.
225. _____. Reflexos gerais da atuação do Instituto de Cacau. *Relatório e Anuário do Inst. de Cacau da Bahia*, Salvador, 1933.
226. TOSTA FILHO, Ignácio. *Restabelecendo a verdade sobre o cacau brasileiro.* s. l., s. ed., 1936.
227. _____. *Problemas fundamentais do lavrador de cacau.* s.n.t. Conf. realizada em Ilhéus, 13.3.1939. Bahia. 1939.
228. _____. *A situação do comércio de cacau da Bahia e a atuação do CCCB.* s.l.,s.ed., 1951.
229. _____. *As indústrias de cacau do Brasil.* Salvador, s. ed., 1952.
230. _____. *Cacau, manjar dos deuses.* Salvador, Instituto da Cacau da Bahia, 1953. 33.p.
231. _____. *The cacao situation in Bahia.* s. l., s. ed., 1953.
232. _____. *Estudo geral sobre a produção, comércio e preços de cacau no Estado da Bahia.* s. l., s. ed., 1953.
233. _____. *Fatores estruturais e conjunturais do comércio exterior.* São Paulo, s. ed., 1956.

234. TOSTA FILHO, Ignácio. *Análise sobre a presente conjuntura comercial do cacau*. s.l., s.ed., 1957.
235. _____. *Brazil's cocoa economy and marketing policy*. s. l., s. ed., 1957.
235. _____. *Cocoa's statistical position & Brazil's marketing policy*. s. l., s. ed., 1959.
237. _____. *Stabilisation des prix du cacao sur le marché international*. s. l., s. ed., 1961.
238. TRICART, Jean et alii. *Estudos de geografia humana de Bahia*. Salvador, Univ. da Bahia. 1958.
239. URQUART, D. H. *Cocoa*. London, Longmans Green, 1965.
240. _____. & WOOD, G. A. R. *Report on a visit to the cocoa zone of Bahia, Brazil*. Bournville, Cadbury Brothers, 1954. 32p.
241. VELOSO, Henrique Pimenta. A vegetação no município de Ilhéus, Estado da Bahia. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro*, 44(1): 13-103; 44(2): 323-41, 1946.
242. VIANA, O. Aspectos da economia cacauífera. *Revista Econômica*. (1): 53-63, 1969.
243. VIEIRA, Luiz. *Produção e comércio do cacau da Bahia*. s. l., s. ed., 1942.
244. WICKIZER, V. D. *Coffee, tea and cocoa; economic and political analysis*. Stanford, The Food Research Institute, 1951.
245. ZIMMERMANN, Erich W. *World resources and industries; a functional appraisal of the availability of agricultural and industrial materials*. New York, Harper & Brothers, 1951.

FONTES CONSULTADAS

1. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA. Fontes e recursos econômicos da Bahia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., vol. I, pag. 792-811. Salvador, 1916. *Anais...* Salvador, Impr. Oficial do Estado, 1916. v.1, p. 792-811.
2. ATOS, portarias, editais de concorrência pública e contratos. A partir de 31 de dezembro de 1938. Ilhéus, Papelaria Princesa do Sul s.d.
3. BOLETIM DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, n. 4, abr./jun. 1930.
4. BOLETIM DE AGRICULTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, n. 1, jun. 1917.
5. BRASIL. Departamento de Estradas e Rodagem. *Plano rodoviário do Estado*. Salvador, 1955. s.p.
6. ———. Roteiro rodoviário. Salvador s.d.
7. BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. Divisão de Geologia e Mineralogia. *Mapa geológico do Brasil*. 1960.
8. COMISSÃO MISTABRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, Rio de Janeiro. *Projetos, estudos diversos*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1954. 234 p.
9. COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO, Salvador. *Projeto de pavimentação rodoviária na zona cacauicultura*. Salvador, 1957.
10. Companhia Viação Sul Bahiano S.A. Relatórios da Diretoria (1953-1954-1957).
11. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM CACAU, 2., Salvador, 1967. *Memórias*. Itabuna, Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, 1969. 544 p.
12. CONGRESSO BRASILEIRO DE CACAU, 1., Itabuna, 1967. *O futuro da economia cacaueira*, 31 p.
13. CONGRESSO BRASILEIRO DO CACAU, 1., Salvador, s.d. *Anais...* Salvador, Federação da Agric. do Est. da Bahia.
14. Decretos-leis, Decretos, Atos, Portarias, Editais de Concorrência Pública e Contratos. 1940. Administração do Dr. Mário Pessoa da Costa e Silva. Município de Ilhéus — Estado da Bahia.
15. Decretos-leis, Decretos, Portarias, Contratos, e Editais de Concorrência Pública. Ano de 1941 e Orçamento para 1942. Município de Ilhéus — Estado da Bahia. Papelaria Princesa do Sul-Ilhéus.
16. Decretos-leis, Decretos, Portarias, Contratos e Editais de Concorrência Pública. Ano de 1942 e Orçamento para 1943. Município de Ilhéus — Estado da Bahia. Imprensa Victoria — Ilhéus-Bahia-Brasil, 1943.
17. Diretoria de Hidrografia e Navegação. Carta n.º 1200: Brasil-Costa Leste. Publicado em 1943 e corrigido até 1963.
18. Regimento Interno — Associação Comercial de Ilhéus — Ilhéus, Oficinas Gráficas da Livraria Garret, 1930.
19. Relatório apresentado pela comissão incumbida da defesa da Lavoura Cacaueira perante os governos da nação e do estado às Sociedades Comerciais e de Agricultores de Ilhéus e Itabuna. Ilhéus, Typ. Garret, 1931.
20. Relatório apresentado à Câmara de Vereadores pelo prefeito Arthur Leite da Silveira, por ocasião da abertura da Sessão de 7 de abril de 1950. Imprensa Oficial-Ilhéus-Bahia-Brasil, 1950.
21. Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Dr. Pedro Vilas Boas Catalão, por ocasião da abertura da sessão em 7 de abril de 1965. Ind. Graf. Siqueira S/A. São Paulo. 1954.
22. Relatório do ano de 1925, caixa de aposentadorias e Pensões dos Ferroviários de The State of Bahia South Western Railway C. Ltd. Ilhéus-Tipografia Indiana, 1926.
23. REUNIÃO DO COMITÉ TÉCNICO INTER-AMERICANO DO CACAU, 6., Salvador, 1956. *Trabalhos e recomendações*. Salvador, Instituto de Cacau de Bahia, 1956.
24. Sindicato dos Agricultores de Cacau. Estatutos — 1920.
25. Sindicato dos Agricultores de Cacau. Estatutos e Relatórios. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1920.
26. Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Ltda. do Instituto de Cacau de Bahia, Estatutos. Bahia. Livraria Duas Américas, 1935. 23p.

FONTES DOCUMENTAIS

1. **ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.**
Faltas dos Presidentes de Província (1848/1889)
Mensagens dos Governadores do Estado (1890/1929, 1945/1960)
Relatórios dos Intervenores Federais no Estado de Bahia (1930 a 1944)
Anais (Vol. XXIV, 1833) As Terras do Sudoeste – Bahia
2. **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA BAHIA**
Relatórios da Diretoria (Coleção)
Boletins da Associação (Coleção)
3. **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE ILHÉUS**
Relatório da Diretoria (Coleção)
4. **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DE ILHÉUS**
Relatórios de Diretoria (Coleção)
5. **BANCO DA BAHIA S/A**
Relatórios da Diretoria (Coleção)
6. **BANCO DE CRÉDITO POPULAR DE ILHÉUS RESP-LTDA**
Relatórios de 1939, 1941, 1943, 1946.
7. **BANCO DO BRASIL S/A**
A Agência Metropolitana de Salvador, não tem nem documentação, nem biblioteca, sendo ambos centralizados em Brasília.
(Relatórios 1947-1960).
8. **BANCO DO ESTADO DA BAHIA S/A**
No setor de documentação constam apenas cheques microfilmados. Não foi possível, por exemplo, o acesso a material do antigo Instituto Central de Fomento do Estado de Bahia, nem do Banco de Fomento.
9. **BOLSA DE MERCADORIAS DA BAHIA**
Relatórios da Bolsa de Mercadorias da Bahia (Coleção)
10. **CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE ILHÉUS – ITABUNA – CANAVIEIRAS**
Livros de Registro de Imóveis
Livros de Registro de Hipotecas
11. **COMISSÃO COMÉRCIO DE CACAU DA BAHIA**
Estatísticas da Produção de Cacau da Bahia (1900/1 – 1960/1)
12. **DELEGACIA DE TERRAS DE ILHÉUS E CANAVIEIRAS**
Processos de Requerimento de Posse de Terra.
13. **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA**
Anuários Estatísticos da Bahia (1924-1960)
14. **DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E NAVEGAÇÃO – PORTO DE ILHÉUS**
Quadros Gerais de Exportação e Importação (1926-1960)
15. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**
Censos Demográficos – 1872, 1890, 1920, 1940, 1950, 1960
Censos Agrícolas – 1940, 1950, 1960
Censos Comerciais – 1940, 1950, 1960
Censos Industriais – 1940, 1950, 1960
16. **INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA**
Relatórios da Diretoria da Cooperativa Instituto de Cacau da Bahia (Coleção)
Boletins Informativos do I.C.B. (Coleção)
17. **INSTITUTO DE PECUÁRIA DA BAHIA**
Relatórios da Diretoria da Cooperativa Instituto de Pecuária da Bahia (Coleção)
18. **INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA**
Jornais A TARDE (Coleção) e ESTADO DA BAHIA (Coleção)
19. **MINISTÉRIO DA FAZENDA – DIRETORIA DE ESTATÍSTICA COMERCIAL – SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS**
Estatísticas Comerciais de Bahia – Longo Curso e Cabotagem – através seus diferentes portos.
20. **PREFEITURAS MUNICIPAIS (Ilhéus, Itabuna, Canavieiras, Una, Vitória da Conquista, Poções, Jequié, Prado, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa)**
Orçamentos Municipais e Cadastro sobre propriedades

11CA
E/10
546

Autor

Diagnóstico Psicocognitivo

Título

de Resicio Cocaineiro

Fecha
Devolución

Nombre del solicitante

28 SET 1984

F. O. Martínez





